



4º Relatório Da Revisão Bienal Do Pidaat

2015-2023



Quarto relatório de revisão bienal da Comissão da União Africana sobre a implementação da Declaração de Malabo sobre Crescimento e Transformação Agrícola Acelerados para a Prosperidade Partilhada e a Melhoria dos Meios de Subsistência.

Decisão da Assembleia (Assembleia/UA/2(XXIII)) de junho de 2014

ÍNDICE

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	4
PREÂMBULO	8
AGRADECIMENTOS.....	11
INTRODUÇÃO	12
PROCESSO E METODOLOGIA DE PREPARAÇÃO DO QUARTO RELATÓRIO DE REVISÃO BIENAL (2023)	15
2A. O PROCESSO.....	15
2B. A Metodologia	20
2C. Questões relativas à qualidade dos dados.....	23
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	36
3A. Progressos no cumprimento dos compromissos.....	36
3A. O Desempenho continental	36
3A.1 <i>Compromisso 1: Compromisso com os princípios e valores do processo PIDAA</i>	37
3A.2 <i>Compromisso 2: Reforçar o financiamento do investimento na agricultura</i>	39
3A.3 <i>Compromisso 3: Acabar com a fome até 2025</i>	43
3A.4 <i>Compromisso 4: Reduzir para metade a pobreza através da agricultura até 2025</i>	62
3A.5 <i>Compromisso 5: Impulsionar o comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços</i>	64
3A.6 <i>Compromisso 6: Reforçar a capacidade de resistência à variabilidade climática</i>	66
3A.7 <i>Compromisso 7: Reforçar a responsabilização mútua por ações e resultados</i>	68
3.B. Evolução do desempenho dos Estados-Membros entre as quatro rondas do processo de revisão bienal	70
3.C. Acompanhamento dos progressos da transformação do sistema alimentar.....	72
DESEMPENHO REGIONAL E CONTINENTAL	74

4A. África Central	74
4B. África Oriental.....	75
4C. Norte de África	76
4D. África Austral	77
4E. África Ocidental.....	78
4F. Desempenho continental	80
DESTAQUES SOBRE "Reforçar a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)"	81
5A. Reforçar a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana	81
5B. Conflitos e seus impactos no comércio e nos sistemas alimentares em África.....	83
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	86
6A. Conclusões e principais destaques do relatório de revisão bienal de 2023	86
6B. Recomendações	87
6C. Proposta de revisão bienal 2023 Prêmios	89
DESEMPENHO E CARTÃO DE PONTUAÇÃO “SCORECARDS”.....	91
7A. Cartão de pontuação de desempenho continental.....	91
7B. Cartões de Pontuação de Desempenho Individual dos Estados Membros	92
7C. Cartões de pontuação de desempenho regional.....	147
7D. Cartão de Pontuação de Desempenho Continental.....	152
PROGRESSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS DECISÕES DA UNIÃO AFRICANA	153
8A. Relatório sobre o Consumo de Fertilizantes em África - Fertilizantes para uma Revolução Verde em África (Decisão: EX.CL/1041(XXXII)), 2006.....	153
8B. Acesso às sementes e à biotecnologia (Decisão: Doc. ASSEMBLEIA/UA/6 (VIII), 2007	158
8C. Acompanhamento dos Progressos na Implementação das Decisões de Promoção da Segurança da Posse da Terra (Decisão Assembleia/AU/Decl.1(XIII) Rev.1), 2009.....	162

8D. Pescas e aquicultura no processo PIDAA (Decisão: Doc. EX. CL /627(XVIII)), 2011	168
8E. Situação da implementação da Decisão sobre a Agricultura Biológica Ecológica em África (Decisão: Ex. CL/Dec. 631 (XVIII)), 2011	173
8F. Implementação do Quadro para a Mecanização Agrícola Sustentável em África (I-QMASA)" (Decisão EX.CL/1041(XXXII), 2015	178
8G. Segundo Relatório de Progresso do Sector Pecuário sobre a Decisão EX.CL/Dec.792(XXIV) relativa à Formulação da Estratégia de Desenvolvimento Pecuário para África no Relatório da Nona Conferência dos Ministros Responsáveis pelos Recursos Animais Doc. EX.CL/807(XXIV), 2015.....	182
8H. Progressos na implementação da Decisão da União Africana sobre o Quadro de Práticas de Desenvolvimento da Irrigação e Gestão das Águas Agrícolas (QPDIGAA) em África ({EX.CL/1187(XXXVI)} 6-7 de fevereiro de 2020, Adis Abeba, Etiópia).....	187
8I. Progressos na Implementação da Decisão da UA EX.CL/DEC. 1074 (XXXVI) sobre o Quadro de Políticas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), 2020.....	190
8J. Declaração Continental da União Africana sobre o Reforço da Fortificação e Biofortificação dos Alimentos - Decisão {Assembleia/UA/Decl. 2(XXXV)}, 2022.....	194

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

A2063	AKADEMIYA2063
AC	Agricultura de Conservação
ADRAA	Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente
ADUA-NPDA	Agência de Desenvolvimento da União Africana
AEO	Agricultura Ecológica Orgânica
Agenda 2063	Agenda 2063: 'A África que queremos'
AID	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
APC	Agência de Planeamento e Coordenação da NPDA
ARVA	Aliança para uma Revolução Verde em África
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAT	“Bio-vision Africa Trust” (Fundo para a Bio-visão de África)
CAO	Comunidade da África Oriental
CCA	Comissão do Codex Alimentarius da FAO
CCAB	Centro de Conhecimento para a Agricultura Biológica
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEAC	Comissão Económica para os Estados da África Central
CENUA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
CERs	Comunidades Económicas Regionais
CFIA-UA	Conselho Fitossanitário Inter-Africano da União Africana
CMAC	Congresso Mundial sobre Agricultura de Conservação
CMAPA	Conferência dos Ministros Africanos das Pescas e da Aquicultura
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
COVID-19	Doença do Coronavírus de 2019
CSANU	Cimeira dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas
CTE	Comité Técnico Especializado
CUA	Comissão da União Africana
DADREA	Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável
DERA	Departamento de Economia Rural e Agricultura

DSV	Desempenho dos Serviços Veterinários
EAPM	Evento de Aprendizagem sobre Políticas de Malabo
EM	Estados Membros
e-RB	Sistema eletrónico (baseado na Web) de avaliação bienal para a introdução e gestão de dados
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBMG	Fundação Bill e Melinda Gates
FEAC	Federação Europeia de Agricultura de Conservação
FF	Formação de Formadores
GIARA-UA	Gabinete Inter-Africano de Recursos Animais da União Africana
GTT	Grupo de Trabalho Técnico
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IAAS Inc.	Índice Africano de Acesso às Sementes
IABE	Iniciativa para a Agricultura Biológica Ecológica
IASA	Índice Africano de Segurança Alimentar
IC	Informação e Comunicação
ICTA	Indicadores de Ciência e Tecnologia Agrícola
IDGASA-UA	Investigação e Desenvolvimento de Grãos Alimentares do Semi-Árido da União Africana
IDM	Indicadores de Desenvolvimento Mundial
IDSS	Índice de Desempenho do Sector das Sementes
IIGA-SA	Instituto Internacional de Gestão da Água - África do Sul
IIP	Instituto Internacional de Investigação Pecuária
IIIPA	Instituto Internacional de Investigação sobre Política Alimentar
INIA	Instituições Nacionais de Investigação Agrícola
IRN	Instituto de Recursos Naturais
M&A	Monitorização e Avaliação
MAFF	Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes
MIGAA	Desenvolvimento da Irrigação e Gestão da Água Agrícola
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PASB	Programa Africano de Sementes e Biotecnologia
PCAA	Parceria para o Controlo das Aflatoxinas em África

PIB	Produto Interno Bruto
PIDAA	Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África
PNIA	Planos Nacionais de Investimento na Agricultura
PNIASA	Planos Nacionais de Investimento em Agricultura e Segurança Alimentar
PRIA	Planos Regionais de Investimento Agrícola
PSM	Provedor de Serviços de Mecanização
QMASA	Quadro para a Mecanização Agrícola Sustentável em África
QPER	Quadro Político e Estratégia de Reforma
QRTAA	Quadro de Resultados da Transformação Agrícola em África
RACL	Rede Africana de Conservação e Lavoura
RB	Revisão Bienal
RCS	Revisão Conjunta do Sector
RDC / RD Congo	República Democrática do Congo
ReSAKSS-ECA	Sistema Regional de Análise Estratégica e Apoio ao Conhecimento - África Oriental e Central
ReSAKSS-SA	Sistema Regional de Análise Estratégica e Apoio ao Conhecimento - África Austral
ReSAKSS-WA	Sistema Regional de Análise Estratégica e Apoio ao Conhecimento - África Ocidental
RIPPAA	Rede de Investigação sobre Políticas para as Pescas e a Aquicultura em África
RRB	Relatório de Revisão Bienal
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAIPPC	Sistema Africano de Informação sobre Perdas Pós-Colheita
SF	Sanitário e Fitossanitário
SP	Secretário Permanente
SSA	África Subsariana
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TM	Toneladas métricas
TOR	Termos de Referência
UA	União Africana
UMA	União do Magrebe Árabe
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
ZCLCA	Zona de Comércio Livre Continental Africana

PREÂMBULO

Temos o prazer de vos apresentar o Quarto Relatório Bienal de Revisão Bienal (RB) do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PIDAA), que é a principal ferramenta de responsabilização mútua para acompanhar o progresso dos Estados-Membros da União Africana (UA) na implementação da Declaração do Malabo. Quarenta e nove (49) países reportados nesta quarta Revisão Bienal (RB) – abaixo dos 51 países que reportaram na terceira e 49 países na segunda RB, mas acima dos 43 países que reportaram na RB inaugural.

Conforme acordado e relatado em revisões bienais anteriores, a Declaração de Malabo fornece a direcção para a transformação agrícola da África para o período 2015-2025, no âmbito do PIDAA, como um veículo para contribuir para a realização dos objectivos do Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 da África.

O presente relatório é divulgado tendo como pano de fundo os efeitos persistentes do surto da pandemia de Covid-19 que começou no início de 2020, o conflito Rússia-Ucrânia, interrupções na cadeia de abastecimento, múltiplos conflitos no continente, além dos impactos das mudanças climáticas. O efeito combinado destes choques está a inverter décadas de progresso que o continente tinha feito em termos de crescimento económico, progresso social e segurança alimentar e nutrição, tal como registado e defendido através do processo PIDAA. Isto teve um efeito não só na saúde da nossa população mas também nas nossas economias incluindo o sector agrícola.

Conforme relatado durante a Terceira Revisão Bienal, a pandemia de Covid-19 sem precedentes afectou os sistemas alimentares de muitas maneiras, interrompendo os mercados de insumos e produtos, bem como a produção de várias comodidades principalmente realizada por pequenos agricultores constituídos principalmente por mulheres e jovens. Os efeitos cumulativos da pandemia e de outros choques levaram milhões de cidadãos africanos a enfrentar a fome; comprometendo assim os progressos realizados no sentido do cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito da Declaração PIDAA Malabo, da Agenda 2063 e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Estimativas recentes da ONU indicam que mais de mil milhões de africanos não podem pagar uma dieta saudável. Embora os efeitos destes choques tenham tido impactos globais, é em África que a proporção da população afectada pela fome mais aumentou. O aumento dos preços dos alimentos, combustíveis e fertilizantes levou ao aumento da inflação dos preços dos alimentos e levou milhões adicionais de africanos a um estado de insegurança alimentar devido à forte dependência do continente dos mercados internacionais de alimentos para trigo, arroz e óleos comestíveis.

Os crescentes desafios em matéria de segurança colocados pelas ameaças terroristas na região do Sahel e o conflito em vários países africanos são também dignos de nota, uma vez que estamos a informar sobre o desempenho dos países afectados face aos alvos de Malabo. Acelerar a

implementação da PIDAA para um Sistema Alimentar Africana resiliente é , portanto, fundamental para garantir a transformação da Agricultura Africana.



Este ponto da situação aponta claramente para a necessidade de reforçar a resiliência dos nossos sistemas alimentares. Em conformidade com o compromisso assumido por África de falar a uma só voz nas instâncias internacionais, a Comissão da União Africana (CUA) e a ADUA-NPDA, em colaboração com a UNECA, formularam uma Posição Comum Africana para a Cimeira dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas (CSANU), que foi aprovada pela Sessão Extraordinária da Comissão Técnica Especializada em Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente, em julho de 2021. A posição comum foi apresentada pelo Comissário responsável pela Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável, em nome da Presidência da UA, em setembro de 2021, durante a CSANU.

A Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) tornou-se operacional em janeiro de 2021. Trata-se de uma oportunidade para África utilizar o comércio como meio de garantir a segurança alimentar, facilitando a transferência de alimentos de regiões excedentárias para regiões deficitárias do continente. Em linha com a aceleração da implementação da ZCLCA como tema de 2023 e deste relatório, a quarta Revisão Bienal (RB) do PIDAA analisa criticamente os progressos realizados em direção a este objetivo.

O relatório destaca o desempenho do país em relação aos 46 indicadores na primeira e segunda RBs (2017 e 2019) e aperfeiçoado nesta quarta RB (2023) para acompanhar o progresso em direção a uma agricultura totalmente transformada. Beneficiou da dinâmica criada durante as três avaliações anteriores. É gratificante constatar que foram envidados esforços consideráveis para garantir a utilização de dados de qualidade para avaliar o desempenho dos países através do sistema de revisão bienal eletrónica (e-RB), com base nos ensinamentos retirados até à data. Estes envolveram várias sessões de formação de peritos, rondas de revisão de dados e limpeza a nível nacional, regional e continental.

Verificou-se um desvio em relação aos progressos comunicados no âmbito da Terceira Revisão Bienal, em que um país estava no bom caminho para atingir os objetivos e metas de Malabo, com vinte e cinco (25) países que aumentaram a sua pontuação global entre 2019 e 2021. Embora nenhum país esteja no bom caminho no quarto ciclo de revisão bienal, 26 países viram as suas pontuações melhorarem desde o terceiro ciclo de revisão bienal. Além da urgência de construir um setor agrícola resiliente na África, como destacado durante a Terceira Revisão Bienal, o presente relatório salienta a necessidade de acelerar a aplicação da ZLCA. Espera-se que tal promova um ambiente propício e investimentos para que a agenda de transformação produza os benefícios pretendidos, tal como captados nos Planos Nacionais de Investimento na Agricultura (PNIA) e nos Planos Regionais de Investimento na Agricultura (PRIA). O relatório é resultado dos esforços de colaboração dos Estados-Membros da UA, das Comunidades Económicas Regionais (CER) e de várias organizações técnicas e indivíduos, sob a liderança da Comissão da União Africana e da Agência de Desenvolvimento da União Africana (ADUA-NPDA). Estamos satisfeitos e humildes em fornecer, através deste Quarto Relatório de Revisão Bienal do PIDAA, o estado atual dos progressos realizados pelos Estados-Membros da União Africana na implementação da Decisão da

Assembleia, tal como consta da Declaração de Malabo do PIDAA sobre Crescimento Agrícola Acelerado e Transformação para a Prosperidade Partilhada e a Melhoria dos Meios de Subsistência, de junho de 2014.

 <p>Emb. Josefa Sacko Senhor Comissário, Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável Comissão da União Africana (CUA)</p>	 <p>Sra. Nardos Bekele-Thomas Diretor Executivo, Agência de Desenvolvimento da União Africana (ADUA-NPDA)</p>
---	--

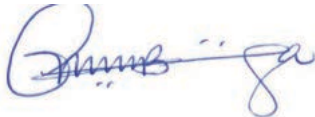

AGRADECIMENTOS

O ciclo de relatórios da Quarta Revisão Bienal (RB) do PIDAA beneficiou da coordenação geral do Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável (DADREA) e da ADUA-NPDA ao longo de todo o processo. O nosso sincero agradecimento estende-se às equipas de logística que apoiaram o processo em várias fases. A equipe política LINK é muito apreciada pela excelente facilitação das várias reuniões de apoio ao processo geral do quarto ciclo RB, incluindo a redação final durante a qual este relatório foi elaborado. Vários funcionários da AGRA forneceram apoio logístico implacável para garantir que a implementação do quarto ciclo RB foi realizado. Finalmente, mas não menos importante, a equipa de secretariado da DADREA e ADUA-NPDA, e a equipa editorial da Política LINK, são reconhecidas por todo o apoio administrativo prestado.

Os Estados-Membros da União Africana e peritos de instituições parceiras contribuíram para o processo e a finalização do quarto relatório de Revisão Bienal (RB). Em primeiro lugar, estão as equipas do PIDAA e os vários peritos técnicos em todos os 55 Estados-Membros da UA que recolheram e compilaram os dados que constituíram a espinha dorsal deste relatório. O apoio e a coordenação das pessoas do ponto focal PIDAA das Comunidades Económicas Regionais (CER) asseguraram que os Estados-Membros concluíssem atempadamente o processo de recolha e validação de dados e introduziram os dados dos seus países no sistema RB eletrónico. Os líderes e membros da equipe da RB Grupo de Trabalho são reconhecidos por sua liderança técnica geral e direção fornecida ao longo do processo RB. Os contribuintes para o quarto Relatório RB incluíram: Comissão da União Africana (CUA); Agência da União Africana para o Desenvolvimento (ADUA-NPDA); Gabinete Inter-Africano da União Africana para os Recursos Animais (GIUARA); Conselho Fitossanitário Interafricano da União Africana (CFIAU); União Africana para a Investigação e Desenvolvimento de Grãos Alimentares do Semi-Árido (SAFGRAD); Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); Agência Nacional de Estatística e de Demografia; AKADEMIYA2063 (AK2063); Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA); União do Magrebe Árabe (UMA); Biovisão da Confiante África; Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); Secretariado da Comunidade da África Oriental (CAO); Iniciativa para a Agricultura Biológica Ecológica (IABE); Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD); Centro Internacional de Desenvolvimento de Fertilizantes (IFDC); Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares (IFPRI); Instituto Internacional de Investigação sobre a Pecuária (ILRI); Instituto Internacional de Gestão da Água (IIGA); Universidade de Agricultura e Recursos Naturais de Lilongwe – Faculdade de Bunda; Universidade de Ciência e Tecnologia da Namíbia (UCTN); Instituto de Recursos Naturais (IRN), Universidade de Greenwich; Rede de Excelência em Governação Fundiária em África/GIZ Gabinete de União Africana; Parceria para o Controlo da Aflatoxina em África (PCAA); Rede de Investigação de Políticas para as Pescas e Aquacultura em África (RIPPAA); Sistema Regional de Análise Estratégica e Apoio ao Conhecimento – África Oriental e Central (SRAEAC – AOC), África Austral (SRAEAC – SA) e África Ocidental (SRAEAC – AO); Secretariado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); Sistema Africano de Informação sobre Perdas Pós – Colheita (SAIPPC); Índice Africano de

Acesso a Sementes (IAAS Inc.); Universidade de Ibadan, África do Sul; a Universidade de Ibadan, Nigéria; a Universidade de Ilorin, Nigéria; a Universidade de pretória, a USAID Alimentar o Futuro, Política LINK.

Este Quarto Relatório de Revisão Bienal do PIDAA foi produzido com o apoio financeiro da CUA, AGRA; BMGF e USAID/Política LINK. O relatório beneficiou da investigação e dos esforços de vários autores e peritos que contribuíram para a redação de diferentes secções do relatório e para a revisão das secções e do projecto geral. É com maior apreço que a CUA-DARBE e a ADUA – NPDA agradecem a todos os autores e co-autores, bem como aos peritos e revisores que tornaram possível a conclusão deste relatório.

 <p>Dr. Godfrey Bahiigwa, Director Agricultura e Desenvolvimento Rural Comissão da União Africana (CUA)</p>	 <p>Ms. Estherine Fotabong, Director Agricultura, Segurança Alimentar e Sustentabilidade Ambietal Agência de Desenvolvimento da União Africana (ADUA-NPDA)</p>
--	---

INTRODUÇÃO

- 1.1 Este é o Quarto Relatório Bienal de Revisão Bienal (RB) do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PIDAA). O acompanhamento dos progressos foi um pedido feito pelos Chefes de Estado e do Governo da UA ao abrigo do compromisso sete (7) da Declaração de Malabo sobre o Crescimento e Transformação Agrícola Acelerados em África para a Prosperidade Partilhada e a melhoria dos Meios de Vida ((cf.: Doc. Assembleia/UA/2XVIII)). Por conseguinte, desde 2018, a Comissão da UA, em colaboração com a Agência de Desenvolvimento da União Africana (ADUA-NPDA) e parceiros, tem vindo a produzir e apresentar esses relatórios para aprovação pela Assembleia da UA de dois em dois anos.
- 1.2 O relatório apresenta uma panorâmica da medida em que os Estados-Membros aderiram às aspirações da Cimeira de Malabo expressas em sete (7) compromissos para reconfirmar a importância do investimento na agricultura para alcançar um crescimento económico inclusivo e sustentável e a redução da pobreza. De acordo com o Relatório Inaugural, os sete (7) Compromissos de Malabo foram traduzidos em sete (7) áreas temáticas de atuação: (i) retomar o compromisso com os princípios e valores do processo PIDAA; (ii) reforçar o financiamento do investimento na agricultura; (iii) acabar com a fome em África até 2025; (iv) reduzir a pobreza para metade, até 2025, através de um crescimento e transformação agrícolas inclusivos; (v) dinamização do comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços; (vi) reforçar a resiliência dos meios de subsistência e dos sistemas de produção à variabilidade climática e a outros riscos conexos; e (vii) reforçar a responsabilização mútua pelas ações e resultados.
- 1.3 O relatório destaca a natureza inclusiva do processo e da abordagem metodológica que foi utilizada para recolher, analisar dados e edigar o relatório. Além disso, o relatório apresenta as principais conclusões a nível continental e regional, os perfis e indicadores detalhados de cada país e conjuntos de recomendações para cada país, organismos regionais e instituições continentais.
- 1.4 Tal como em anos anteriores, o objectivo do relatório é apresentar os desempenhos individuais dos Estados-Membros e os seus desempenhos coletivos, a fim de desencadear ações a nível continental, regional e nacional para impulsionar colectivamente a transformação agrícola em África. O relatório também ajuda a criar um apelo acrescido para que as entidades individuais estimular a capacidade institucional nacional e regional para a recolha de dados agrícolas e a gestão dos conhecimentos. Com base neste princípio, prevê-se que tal apoie uma melhor planificação, implementação, acompanhamento e avaliação baseados em dados concretos, bem como a aprendizagem mútua.

- 1.5 Para cada Estado Membro declarante, o desempenho em relação aos objectivos fixados é apresentado sob a forma de um “Scorecard por País na Implementação dos Compromissos de Malabo”. O relatório destaca os resultados de um período que abrange a evolução do sector agrícola de 2015 à 2022.
- 1.6 O relatório analisa 12 novos indicadores e 5 novas categorias de desempenho perfazendo um total de 59 indicadores (incluindo os 47 indicadores iniciais e 12 novos indicadores). Estes são classificados em 28 (24 antigas e 4 novas) categorias de desempenho em 7 áreas de desempenho (7 compromissos) para reflectir a Declaração de Malabo de Junho de 2014. Os doze novos indicadores introduzidos estão relacionados com: (a) Sementes de gado, (b) Indicador de Desempenho do Sector das Sementes (SSPI), (c) Índice de Progresso da Biofortificação em África (IPBA), (d) Agricultura Biológica Ecológica (ABE), (e) Emissões de Gases com Efeito de Estufa (EGE) provenientes da agricultura, (f) Custo de uma dieta saudável, (g) População com excesso de peso ou obesa e (h) quatro indicadores relacionados com o comércio. É importante notar que, embora os novos indicadores tenham sido introduzidos, não foram utilizados no cálculo das pontuações dos Estados-Membros, uma vez que a sua base de referência não pôde ser rastreada até 2015. Esses novos indicadores estavam sendo pilotados neste quarto processo de RB e podem ser incluídos no cálculo das pontuações durante o quinto ciclo de RB, em 2025.
- 1.7 O relatório é complementado por um Kit de Ferramentas de Comunicação da RB do PIDAA online, inteligente e interativo, que apresenta os dados da RB em várias formas, tornando-os mais facilmente acessíveis aos utilizadores. A ferramenta foi desenvolvida pela UA e seus parceiros, em estreita consulta com as CERs, peritos técnicos e outras partes interessadas, como um resultado de acompanhamento do Relatório da RB para facilitar a divulgação das suas conclusões. A ferramenta foi concebida para facilitar a interação dos decisores políticos e outros intervenientes a nível nacional e regional com os dados e informações fornecidos. O conjunto de ferramentas contém gráficos, análises e mapas claros que facilitam o acesso aos resultados das RB.
- 1.8 O relatório inclui uma secção sobre a implementação de dez (10) decisões da UA, de natureza temática e específicas para a transformação agrícola em África, nomeadamente Sementes e Biotecnologia; Desenvolvimento da Pecuária; Pescas e Aquacultura; Irrigação; Mecanização; Utilização de Fertilizantes; Capacidades Sanitárias e Fitossanitárias, Política Fundiária, Agricultura Biológica Ecológica e Biofortificação.
- 1.9 Os valores de referência sequenciais para o ano inaugural (2017), 2019, 2021 e agora 2023 são 3,96, 6,66, 7,28 e 9,29, respetivamente. O último ano de acompanhamento será 2025, no qual será utilizado o valor de referência de 10. Em relação ao quarto parâmetro de referência

do FE, 9,29 em 10, que é a pontuação mínima para que um país esteja no bom caminho para alcançar os objectivos e metas do PIDAA Malabo até 2025, nenhum Estado-Membro dos 49 que apresentaram relatórios está no bom caminho. Os três países com melhor desempenho, por ordem decrescente, são o Ruanda (8,07), Marrocos (6,99) e o Egipto (6,83), sendo o Ruanda o país com melhor desempenho pela quarta vez. Embora nenhum país esteja no bom caminho para atingir os objectivos de Malabo até 2025, os progressos realizados são louváveis, tendo em conta os acontecimentos ocorridos durante o período abrangido pelo relatório. De um modo geral, as conclusões reflectem as consequências de crises sucessivas, incluindo a guerra Rússia-Ucrânia, o impacto persistente da COVID-19, os caprichos da natureza devido às alterações climáticas e os conflitos internos que corroem alguns ganhos obtidos ao longo dos anos. Estudos recentes são coerentes com estas conclusões, como o Relatório SDG sobre o impacto da guerra Rússia-Ucrânia na agricultura, no comércio, na pobreza e nos sistemas alimentares africanos.

- 1.10 Apartir das conclusões embora pareça que alcançar os objectivos de Malabo na sua totalidade pode ser uma tarefa árdua até 2025, o relatório identifica acções colectivas e individuais que são necessárias para acelerar o crescimento e a transformação da agricultura. Uma recomendação fundamental é abordar a resiliência para além das questões relacionadas com as alterações climáticas e incluir questões emergentes como a rutura do abastecimento alimentar associada, por exemplo, à COVID-19, à guerra Rússia-Ucrânia, à infestação de lagarta do cartucho e a fenómenos relacionados com o clima, como inundações e secas graves. O momento da publicação deste relatório é oportuno, uma vez que o Plano Estratégico Médio da UA (2024-2028) está a ser desenvolvido e a formulação da agenda do PIDAA pós-Malabo está a ser iniciada pela DADREA.

PROCESSO E METODOLOGIA DE PREPARAÇÃO DO QUARTO RELATÓRIO DE REVISÃO BIENAL (2023)

2A. O Processo

- 2.1. O processo de desenvolvimento do Relatório de Revisão Bienal de 2023 foi significativamente interrompido pela Guerra Rússia-Ucrânia de 2023, que teve começo no início de Fevereiro de 2022 e teve um impacto devastados na cadeia de abastecimento de insumos agrícolas na África. Interrupções na produção e distribuição desses resultaram em preços mais elevados, tornando a agricultura mais dispendiosa para os agricultores africanos.
- 2.2. Antes do quarto Ciclo de Revisão Bienal, a CUA e a ADUA-NPDA, em colaboração com parceiros, organizaram o Evento de Aprendizagem de Políticas de Malabo (EAPM) em dezembro de 2022, centrado na revisão das lições aprendidas com a terceira Revisão Bienal (BR). O

evento teve lugar virtualmente e mais de 200 participantes de toda a África, representando o sector público, o sector privado, grupos de agricultores, sociedade civil, juventude, academia e meios de comunicação social, exploraram as lições dos dois ciclos anteriores. Os principais temas de discussão, que posteriormente ajudaram a moldar o atual processo de revisão bienal, foram os seguintes: i) Implicações políticas e ensinamentos retirados do terceiro ciclo de revisão bienal (RB); ii) Implicações políticas e ensinamentos retirados do terceiro ciclo de revisão bienal (RB); iii) Implicações políticas e ensinamentos retirados do terceiro ciclo de revisão bienal (RB).

- 2.3. Posteriormente, o Grupo de Trabalho da RB, que é uma equipa de peritos técnicos provenientes de várias instituições de toda a África e que fornece apoio técnico ao processo da RB, efectuou uma análise crítica do processo da RB em agosto de 2022, dos indicadores e dos métodos para apresentar sugestões de melhoria dos processos de recolha e análise de dados. O Grupo de Trabalho da RB está dividido em nove (9) Grupos de Trabalho Técnicos (GTT) organizados em torno das sete áreas de desempenho da Declaração de Malabo, da coordenação e da comunicação e advocacia. O TWG sobre comunicação e advocacia foi criado para assegurar a comunicação e a viabilidade do processo da RB e da agenda do PIDAA. Os membros dos GTT reuniram-se todas as semanas durante vários meses em 2022 e 2023, não só para realizar a análise crítica da qualidade dos dados, do processo e dos métodos, mas também para oferecer orientação técnica para a revisão das ferramentas de relatório da RB, a serem preparadas para as formações. Como resultado destes compromissos, as Orientações Técnicas da RB, o Modelo de Relatório da RB e as Notas Técnicas da RB foram actualizados.
- 2.4. Os resultados do processo de análise crítica e de revisão de 2022 trouxeram 12 novos indicadores e 5 novas categorias de desempenho. Para o quarto ciclo da RB, há agora um total de 59 indicadores (47 indicadores existentes e 12 novos indicadores) classificados em 28 (24 antigos e 4 novos) categorias de desempenho em 7 áreas de desempenho (7 compromissos) para refletir a Declaração de Malabo de junho de 2014. Além disso, o Grupo de Trabalho da RB destacou as seguintes questões e alterações relacionadas com os dados: i) Os indicadores anteriormente silenciosos ou não utilizados no sistema da RB foram incluídos na análise ou completamente removidos da recolha de dados; ii) o e-RB, a ferramenta baseada na Web para a introdução e gestão de dados, foi melhorado para identificar erros, assinalando entradas invulgares. Foi igualmente melhorada para incluir informações sobre a fonte de dados, a fim de melhorar a rastreabilidade dos dados; iii) foram desenvolvidos vários indicadores novos para acompanhar as decisões da CUA, a fim de apoiar a análise da sua implementação; e iv) foram identificados erros e lacunas comuns nos dados, que exigem investimentos adicionais por parte da UA e dos Estados-Membros no reforço das capacidades de recolha e gestão de dados. Devido ao facto de que:

O Roteiro para o terceiro processo RB

- 2.5. Trabalhando em estreita colaboração com as Comunidades Económicas Regionais e peritos técnicos, a CUA elaborou um roteiro para o quarto processo RB. O roteiro abrangeu as várias etapas e prazos necessários para produzir o quarto relatório RB.

Formação de Formadores

2.6. Devido a algumas mudanças significativas nos modelos de relatórios com a adição dos novos indicadores e também porque houve novos especialistas aderindo ao processo RB, um seminário de Formação de Formadores (SFF) foi organizado física e virtualmente (modo híbrido) nos dias 6 e 9 de fevereiro de 2023. Cerca de 135 especialistas participaram das sessões de SFF, que abrangeram elementos técnicos da BR e planejaram para a oficina de treinamento continental da BR para especialistas do país. Durante o SFF, pelo menos 31 especialistas regionais das cinco regiões foram treinados sobre as ferramentas atualizadas de relatórios PIDAA RB.

Formação de Peritos Nacionais

2.7. Durante este quarto processo da RB, a CUA organizou, em colaboração com as CER, cinco Formações Regionais Virtuais de Peritos Nacionais sobre as ferramentas actualizadas de elaboração de relatórios do FE do PIDAA e a CUA prestou apoio aos serviços de interpretação: (i) África Oriental (Inglês) 20-24 de março de 2023: AO, IGAD e COMESA; (ii) África Central (Francês) 27-31 de março de 2023: CEEAC; (iii) África do Norte (francês, árabe) 20-24 de março de 2023: UMA; (iv) África Austral (inglês, francês, português) 27-29 de março de 2023: SADC e COMESA e (v) a formação regional híbrida para a África Ocidental (inglês, francês e português) foi adiada para 25-29 de abril de 2023. Após as formações regionais, foi lançado e iniciado o quarto processo da RB a nível nacional. Os peritos nacionais dos países foram formados pelos peritos regionais desses países que receberam formação durante a formação continental de formadores (SFF).

Recolha e validação de dados a nível nacional

2.8. Após a formação regional, cada CER organizou-se com os seus Estados-Membros para implementar o seu roteiro de FE em conformidade com o roteiro regional e continental. As CER lideraram e coordenaram as etapas de recolha e validação de dados a nível nacional. Particularmente, a Comissão da União Africana, com o apoio financeiro da AGRA e a sua parceria com Ak2063/ReSAKSS, FAO, RIPPAA e Política Link, facilitou a mobilização do apoio técnico necessário às CERs para facilitar a recolha e validação de dados a nível regional. Em todos os níveis de responsabilidade (nacional, regional e continental), os principais desafios foram: (i) a recolha, limpeza e análise atempada dos dados; (ii) os recursos limitados para apoiar a validação de múltiplos intervenientes dos projectos de relatórios nacionais de RB. Ao longo do processo, a CUA e a ADUA-NPDA encorajaram continuamente os Estados Membros da UA a integrarem o processo de revisão bienal nos sistemas regulares de monitorização e avaliação do governo, a fim de atenuar os desafios logísticos e financeiros e melhorar a qualidade do processo e dos seus resultados.

2.9. Tal como nos processos inaugurais, segundo e terceiro RB, esperava-se que cada Estado-Membro organizasse um seminário multilateral nacional para rever e validar o relatório e os dados antes da sua apresentação às respectivas CER, com uma carta assinada pelo Secretário Permanente ou por uma autoridade do Ministério da Agricultura. Com o apoio dos parceiros técnicos, as CER analisam e validam os relatórios dos Estados-Membros, realizam a primeira análise dos dados e preparam resumos regionais de RB que são validados a nível regional antes da sua submissão à AUC.

Seminário de limpeza e validação de dados continentais

2.10. Após a apresentação dos relatórios e dados dos países até 12 de agosto de 2023. Esta mudança foi possível porque a data da reunião do CTE, à qual o relatório deve ser apresentado, foi alterada de outubro para dezembro de 2021. Cada CER mobilizou peritos regionais e organizou uma revisão dos relatórios dos países, seguindo a nota de orientação sobre a recolha de dados e os processos de validação nacional e regional para o quarto Processo BR transmitido às CER pela CUA. A validação regional foi organizada com o apoio da CUA através de financiamento direto da AGRA e apoio técnico da Ak2063/RESAKSS para a CEDEAO, para a UMA mais o Egípto, para a SADC, região Oriental mais a Rep. Saharai (IGAD, AO, COMESA e Rep. Saharai). Na África Central (CEEAC), apenas um país em oito conseguiu organizar a sua validação nacional e cumprir o prazo de 12 de agosto. Devido a esta situação, foi difícil organizar o exame regional.

2.11. Em geral, todas as CER, com exceção da CEEAC, conseguiram alcançar este marco importante e enviar comentários e observações aos Estados-Membros para correção no relatório do país, bem como no sistema e-RB, visando a sua apresentação final em 27 de agosto de 2023. Mesmo quando a limpeza dos dados continentais começou, a CUA ainda prorrogou o prazo de apresentação para todos os países restantes até 15 de setembro de 2023 para permitir que esses países finalizassem a sua validação nacional, entrada de dados e apresentação de relatórios no sistema e-RB. Este foi o prazo limite final para todas as apresentações. No sistema e-BR, 43 Estados-Membros apresentaram os seus dados dentro do prazo.

2.12. A comissão da União Africana (CUA), a ADUA-NPDA e as Comunidades Económicas Regionais (CER), os parceiros técnicos (IFPRI, AGRA, FAO, A2063/ReSAKSS, Política Link) e os peritos regionais do BR realizaram um Workshop de limpeza e validação de dados continentais agendado para o final de agosto e início de setembro em Dar-Es-Salaam, Tanzânia (de 29 de agosto a Sexta-feira, 1 de setembro de 2023). Este processo envolve uma extensa verificação e avaliação de dados para garantir a qualidade, exatidão e integridade dos dados que foram apresentados pelos Estados-Membros. O workshop tem como objetivo harmonizar os processos de limpeza e validação de dados, envolver os líderes das áreas de compromisso e finalizar a limpeza e validação de dados a nível continental das submissões dos Estados-

Membros. O feedback e os comentários que foram fornecidos pelos chefes de equipa após o exercício de verificação de dados foram enviados a cada CER pela CUA, solicitando-lhes que partilhem com o seu país para consideração e a reapresentação dos dados revistos e do relatório no sistema e-BR até 15 de setembro de 2023.

- 2.13. Em termos de apresentação de relatórios durante a loja de escrita, 49 dos 55 Estados-Membros conseguiram apresentar os seus dados e relatórios no sistema e-RB. Assim, o write-shop preparou o projeto do Quarto Relatório de Revisão Bienal de Malabo do PIDAA e ofereceu uma oportunidade a vários peritos da revisão bienal, bem como a todas as instituições que têm contribuído para este processo, de apresentarem a sua apreciação sobre a qualidade dos dados antes de iniciarem o cálculo dos indicadores e a análise. Mais especificamente, a oficina de redação abrangeu: (i) a discussão do esboço do quarto relatório sobre as RB e a atribuição do perito para a redação; (ii) a redação do projeto de relatório; (iii) a preparação dos cartões de pontuação de cada país; (iv) a preparação do projeto consolidado do quarto relatório continental sobre as RB; (v) a definição dos próximos passos e do prazo. Uma reunião de validação final foi realizada virtualmente em outubro de 2023 entre a CUA, ADUA-NPDA, Peritos da Mesa do CTE e CERs antes de apresentar o relatório à quarta Sessão Ordinária do CTE sobre DADREA em novembro de 2023.

Ferramentas de Comunicação da RB

- 2.14. Como um dos resultados da análise crítica do processo de RB realizada em Agosto de 2022, foi criado um nono grupo de trabalho técnico sobre comunicação e advocacia de RB para melhorar a comunicação, os esforços de advocacia relacionados aos resultados do RB e a conscientização. Como de costume, as ferramentas de comunicação e advocacia da RB, nomeadamente o Painel de Revisão Bienal do PIDAA e a ferramenta da Revisão Bienal do PIDAA foram atualizados para facilitar a utilização das conclusões do quarto relatório RB.

Apoio Técnico ao Processo RB

- 2.15. Em parceria com os parceiros técnicos e instituições tradicionais da BR, o apoio técnico foi ampliado em diferentes etapas da implementação do quarto roteiro continental da BR. Especialistas BR da Ak2063/RESAKSS, IIPA, FAO, AGRA, Política Link entre outros, forneceram suporte técnico durante a análise crítica, a atualização das quartas ferramentas de relatórios RB (Diretrizes Técnicas, Modelo de Relatório por País e plataforma e-RB), a formação de formadores (SFF), a formação de peritos nacionais, a recolha de dados, a limpeza e avaliação de dados e a validação de dados a nível nacional, a validação e revisão de dados a nível de CER e a limpeza de dados continentais e durante a redação técnica. Especialistas da RB treinados durante o SFF e de outras instituições (universidades e think-tanks) prestaram apoio técnico durante as validações regionais. A equipa AUC e Política LINK forneceu o suporte para realizar virtualmente a maioria dos treinamentos

regionais de BR, as reuniões da Força-Tarefa RB, as reuniões mensais de coordenação do PIDAA com RECs e ADUA-NEPAD, e outras reuniões relacionadas ao processo RB.

- 2.16. Através desta subvenção da AGRA à CUA, durante este quarto processo de RB, o apoio orçamental tem sido concedido às CER para lhes permitir realizar algumas das atividades críticas do roteiro da RB ao nível das REC. Assim, as CER foram facilitadas para realizar: (i) reuniões regionais de validação; e (ii) outras atividades diretamente relacionadas ao processo BR. Esta subvenção também proporcionou algum financiamento para a escrita técnica.
- 2.17. As CER desempenharam um papel muito importante no envolvimento e mobilização dos Estados-Membros, o que facilitou e facilitou o papel da CUA e da ADUA-NPDA na elaboração bem sucedida do Quarto Relatório de Revisão Bienal.

2B. A Metodologia

- 2.18. O Scorecard de Transformação da Agricultura Africana (STAA) foi desenvolvido para apresentar os progressos realizados por cada Estado-Membro e para reconhecer e premiar os Estados-Membros com melhor desempenho no sentido de alcançar os objetivos e metas da Declaração de Malabo até 2025. A STAA baseia-se em métodos de avaliação comparativa para avaliar o desempenho do país na consecução dos objetivos e metas estabelecidos na Declaração de Malabo.
- 2.19. Dado que o ano-alvo global da Declaração de Malabo é 2025, o método de avaliação comparativa proporciona uma escala gradual e progressiva para avaliar os progressos bienais em relação aos indicadores sob a forma de uma pontuação. Ao comparar as pontuações entre os Estados-Membros, a STAA permite a comparação métrica do desempenho entre pares, a fim de estimular a melhoria contínua das intervenções para atingir os objectivos acordados em comum. Neste caso, os parâmetros de referência visam principalmente permitir que os Estados-Membros vejam como melhorar o seu desempenho ao longo do tempo e procurem as melhores práticas para superar os desafios identificados, reforçando simultaneamente a cultura da melhoria contínua e dando um sentido de urgência na realização dos objectivos do sector agrícola.
- 2.20. As orientações técnicas actualizadas para 2023 fornecem pormenores sobre a metodologia utilizada para calcular cada um dos 59 indicadores de desempenho (47 indicadores existentes e 12 novos indicadores) com o conjunto de parâmetros necessários. As notas técnicas de 2023 fornecem mais pormenores sobre os métodos utilizados para calcular as pontuações de desempenho, tendo o ano de 2015 como referência para a medição do desempenho, incluindo o sistema de ponderação utilizado para agregar as pontuações nos diferentes domínios temáticos.

- 2.21. O quarto ciclo da RB é utilizado para testar os novos indicadores, mas estes não serão utilizados para o cálculo da pontuação e da classificação dos Estados-Membros. Os novos indicadores são os seguintes 3.1vii (Aumento percentual na proporção de sementes de gado avaliadas e certificadas adaptadas localmente, por espécie/raça/ecótipo usadas anualmente num país (pLCSU), Sementes de gado); 3.1viii (Índice de desempenho do sector das sementes); 3.5viii (Custo de uma dieta saudável como percentagem das despesas alimentares das famílias); 3.5ix (Percentagem (percentagem) da população com excesso de peso ou obesa, população adulta); 3.7 (Índice de progresso da biofortificação em África, ABPI); 5. 1ii (Índice de diversificação para o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas); 5.3i (Taxa pautal, taxa pautal média ponderada aplicada (percentagem)); 5.3ii (Índice de medidas não pautais relacionadas com o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas); 5.3iii (Índice do ambiente institucional propício à implementação da ZCLCA; 6.1iii (Total de emissões de gases com efeito de estufa provenientes da agricultura). Além disso, o novo parâmetro EIRB4 foi excluído do cálculo de 6.2 e da sua pontuação. Devido a problemas graves com a qualidade dos relatórios e dos dados, o indicador 3.6iii também foi silenciado durante este quarto ciclo da RB.
- 2.22. Quando um indicador é omissos significa que não foi utilizado no cálculo das pontuações e da classificação dos Estados-Membros e não é considerado na análise das pontuações.
- 2.23. Em conformidade com a estrutura de desempenho da revisão bienal (7 domínios de compromisso desagregados em 28 categorias de desempenho e, posteriormente, em 59 indicadores), existem quatro tipos de pontuações a pontuação I, que é a pontuação atribuída ao indicador de desempenho com base numa escala de 0 a 10; a pontuação C, que é uma agregação das pontuações I para a categoria de desempenho; a pontuação T, que é uma agregação das pontuações C para o tema de desempenho ou área de compromisso; e a pontuação O, que é a pontuação global (ou agregação das pontuações T) na consecução da Declaração de Malabo. Para cada pontuação agregada (ou seja, pontuação C, pontuação T e pontuação O), é utilizado um sistema de ponderação igual.
- 2.24. Os Algoritmos do cálculo correspondentes, pormenorizados nas Notas Técnicas de 2023, orientaram a conceção da base de dados para a compilação de dados por país para gerar o Quadro de Resultados de 2023.
- 2.25. A comparação entre as pontuações dos países na implementação da Declaração de Malabo e os perfis dos 49 países apresentados no Capítulo 7 do Quadro de Resultados da Transformação da Agricultura em África (STAA), que resume os progressos de cada país na concretização dos compromissos da Declaração de Malabo. As seguintes definições técnicas padrão devem ser observadas para facilitar uma compreensão completa do Relatório de Revisão Bienal e do STAA.

- 2.26. Uma Meta: É um valor a ser alcançado num ano final (ano-alvo) por um item expresso num compromisso. Por exemplo, o compromisso de "triplicar o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas até 2025 em relação a 2015" - o objetivo é de 200% a atingir até ao ano-alvo de 2025 em relação ao ano de referência de 2015.
- 2.27. Um Indicador: É um parâmetro ou uma combinação de parâmetros que mede diretamente (sem qualquer cálculo adicional) o valor do item que é medido. A título de exemplo, para o compromisso referido na secção 2.24, o indicador é a "taxa de crescimento do comércio intra-africano".
- 2.28. Um Marco: É o valor a ser atingido pelo indicador num ano de medição para que o país esteja no bom caminho para atingir o objetivo, partindo do princípio de que o progresso é linear. Como tal, o marco pode variar de ano para ano. Por exemplo, para o compromisso da secção 2.24, o marco para o terceiro ano (ano de medição de 2018) é de 60% [igual a $(200\%/10) * 3$]. Note-se que o marco pode permanecer constante se o objetivo for o mesmo para cada ano. Por exemplo, para o compromisso de "aumentar as despesas do governo para a agricultura como uma parte das despesas nacionais totais, para pelo menos 10% a cada ano", o marco para cada ano é 10%.
- 2.29. Uma Pontuação: É um valor baseado numa escala de 0 a 10 que reflecte o desempenho em relação a um indicador num determinado ano. Como no exemplo do compromisso na secção 2.26, um país que tenha alcançado 150% de progresso num determinado ano terá uma pontuação de 7,5 [igual a $(150/200)*10$].
- 2.30. Um Valor de Referência: É a pontuação correspondente ao valor do marco, que é a pontuação mínima que um país deve ter para estar no caminho certo nesse ano específico. Tal como acontece com um marco, o valor de referência pode variar de ano para ano e atingir o valor máximo de 10 no ano-alvo ou pode permanecer constante em 10 todos os anos. O valor de referência para o presente período de referência (ano de medição de 2022) é de 9,29, em comparação com 7,28 na última RB (ano de medição de 2020).
- 2.31. **ACOMPANHAMENTO**: Significa que o Estado-Membro obteve uma pontuação igual ou superior ao valor de referência (9,29) e está, por conseguinte, no bom caminho para atingir o objetivo dos compromissos de Malabo.
- 2.32. **NÃO NA TRAJETÓRIA**: Significa que o país obteve uma pontuação inferior ao valor de referência e que, por conseguinte, **NÃO** se encontra na trajetória para atingir o objetivo dos compromissos de Malabo.

2.33. A categoria de desempenho introduzida no terceiro ciclo da RB mantém-se para o quarto ciclo da RB e indica os Estados-Membros que estão a progredir **BEM**, ou seja, o Estado-Membro cuja pontuação global é igual ou superior a 5, mas inferior ao valor de referência de 9,29, e que, por conseguinte, ainda **NÃO** se encontra na trajetória para atingir o objetivo dos compromissos de Malabo.

2C. Questões relativas à qualidade dos dados

Problemas de qualidade de dados

2. 34. A obtenção de dados de elevada qualidade para o processo das RB continuou a ser uma prioridade máxima. Ao longo dos ciclos das RB, foram adoptadas várias estratégias para melhorar a qualidade dos dados. Estas incluem a introdução do portal em linha (eRB) durante a segunda ronda da RB, que contribuiu para melhorar a taxa de compilação, verificação e processamento dos dados, a documentação dos dados e a oportunidade de produzir o quadro de resultados e os resultados conexos utilizados na preparação do relatório da RB. O eRB também ajudou a criar uma base de dados de séries temporais sobre mais de 500 variáveis ou parâmetros desde 2015 até ao ano mais recente deste quarto ciclo do RB. Estas podem ser utilizadas para efetuar análises estratégicas sobre várias questões relacionadas com a agricultura e a transformação dos sistemas alimentares. Nesta quarta ronda da RB, o sistema eBR foi ainda melhorado para reduzir muitos dos erros comuns de introdução de dados (por exemplo, zeros não intencionais, unidades de medida e rácios e percentagens implausíveis, entre outros), colocando várias restrições nos campos ou células de introdução de dados.

2.35. Embora estas medidas pareçam ter ajudado a reduzir muitos dos erros comuns acima mencionados, os tipos e a extensão da análise crítica efectuada para identificar os problemas de qualidade dos dados e utilizados na aplicação das estratégias acima referidas limitaram-se apenas a alguns indicadores e temas. Por conseguinte, as melhorias não foram as mesmas em todos os dados relativos aos diferentes temas e indicadores. Também nas RB anteriores, os principais problemas de dados com dados em falta não foram realçados ou foram ocultados pela metodologia de pontuação. Por exemplo, as observações em falta foram tratadas atribuindo uma pontuação de zero (0) aos indicadores e países afectados. Os problemas de valores aberrantes foram resolvidos cortando os valores dos indicadores afectados para o mínimo ou máximo do intervalo de valores esperado e atribuindo depois uma pontuação de zero (0) ou dez (10), respetivamente. Estas práticas podem ter reduzido a exigência, a motivação ou o incentivo para realizar verificações pormenorizadas da qualidade dos dados e pedir aos países que revejam os dados com problemas.

- 2.36. Nesta quarta RB, foi previsto um prazo suplementar para a realização de controlos de qualidade dos dados relativos aos parâmetros e para que os países pudessem rever os seus dados em conformidade. Contudo, o tempo atribuído e a capacidade disponibilizada não foram suficientes, uma vez que os tipos de controlos de qualidade dos dados necessários foram subestimados. Do mesmo modo, a informação de retorno aos países (tal como foi tentado na terceira RB) também não foi suficiente para que estes pudessem resolver plenamente os problemas de dados identificados.
- 2.37. A seguir, destacam-se os problemas de qualidade dos dados das RB, agrupados em três categorias: (1) processo de apresentação dos dados e sistema eBR, (2) qualidade dos parâmetros dos dados e (3) cálculo dos indicadores e das classificações.

Apresentação dos dados e sistema da eRB

- 2.38. Um dos aspectos mais importantes neste contexto é a questão levantada por alguns Estados-Membros de que não podiam carregar dados porque o sistema eBR não o permitia. Uma vez que muitos Estados-Membros conseguiram carregar dados relativos aos mesmos indicadores, a questão parece estar mais do lado desses Estados-Membros e pode refletir diferenças nas capacidades daqueles que tentam navegar no sistema eRB. Além disso, tentar carregar os dados no último minuto pode ser frustrante, uma vez que o sistema eRB verifica a existência de muitas coerências internas nos dados antes de os poder aceitar.
- 2.39. A submissão dos dados sobre o comércio agrícola intra-africano (especialmente o indicador 5.1) parece ter sido, em geral, mal feita quando avaliada a partir dos dados gerados pelo eRB para análise. As células de dados são preenchidas com uma mistura de dados numéricos e de cadeias de caracteres, com muita informação incompreensível. Isto reflecte-se no baixo número de países para os quais o indicador foi calculado com êxito, em comparação com os eRB anteriores.
- 2.40. Outra deficiência do sistema eRB reside no facto de os dados fornecidos para análise não serem fornecidos com metadados. Além disso, os dados estão em uma forma ampla, onde as variáveis são constituídas a partir dos parâmetros, suas subdivisões e os anos. Isso pode não torná-lo fácil de usar e pode dissuadir muitas pessoas de usá-lo.

Qualidade dos Parâmetros dos dados

- 2.41. Desde o primeiro relatório da RB, vários estudos analisaram as questões relativas à qualidade dos dados, incluindo dados em falta, zeros não intencionais, unidades de medida, valores aberrantes e rácios e percentagens implausíveis, e soma das partes que não correspondem ao

montante total, entre outros¹. Com uma taxa global de comunicação de dados de 60% (ou 64%, excluindo os 12 novos indicadores deste quarto ciclo das RB), os dados em falta constituem um grande problema. Isto significa que muitos países receberão uma pontuação de zero para os indicadores afectados. O tema 1 tem a taxa de notificação mais elevada (96,1%), seguido do tema 2 (82,8%), do tema 7 (75,7%), do tema 6 (67,2%), do tema 5 (59%) e dos temas 3 e 4 (56,1% cada).

- 2.42. Embora os novos indicadores tenham reduzido a taxa global de comunicação (64,3% quando excluídos em comparação com 59,2% quando incluídos), tiveram um efeito misto nas taxas de comunicação dos temas afectados: positivo para os temas 6 e 7 e negativo para os temas 3 e 5.
- 2.43. O quadro 2.2. mostra a taxa de comunicação de dados por país, com 12 deles a comunicarem pelo menos 80% dos dados (Gâmbia, Nigéria, Tanzânia, Togo, Egipto, Ruanda, Quénia, Madagáscar, Burkina Faso, Etiópia, Gana e Burundi). No outro extremo da escala, há cerca de 20 países com uma taxa de notificação inferior a 50 por cento. Quando se consideram outras questões relacionadas com os dados (mais adiante), a implicação deste facto é que cerca de metade dos 49 países que apresentam relatórios podem não ter dados suficientes para efetuar uma avaliação exaustiva do seu progresso na implementação da Declaração de Malabo. Para estes países, as suas pontuações nas RB são muito baixas (tendo em conta os zeros para os indicadores em falta) e são mais bem classificadas como "desconhecidas" do que como "não no bom caminho".
- 2.44. A partir da Tabela 2.2, existem diferenças nos dados em falta entre os parâmetros, indicadores e países dentro de um tema, que, juntamente com as outras questões de dados, são resumidas abaixo para as várias áreas temáticas.

Tabela 2.1: Taxa de reporte de dados na quarta RB por área temática 2015-2022

¹ Ver, por exemplo: The CAADP inaugural Biennial Review and Africa Agricultural Transformation Scorecard: Results and areas for improvement (Benin, S., Ulimwengu, J., e Tefera, W. 2018); Melhorar a qualidade dos dados para a revisão bienal do CAADP: Uma iniciativa de parceria pilotada em cinco países (Benin, S., Karugia, J., Matchaya, G., e Yade, M. 2020). Melhorias e desafios dos dados do CAADP RB: Uma análise crítica do tema 2 no terceiro ciclo RB (Benin, S., D. Navarro, D. Laborde, M. Fynn, M. Makhura, A. Moletsane, D. Adama, S. Kimathi e M. Kaliba. 2022).

Incluindo os 12 novos indicadores					Excluindo os 12 novo indicadores				
Paramêtros (Número)		Observações			Paramêtros (Número)		Observações		
	Obrigatório (Nº)	Relatado (Nº)	Relatado (Nº)		Obrigatório (Nº)	Relatado (Nº)	Relatado (Nº)	Relatado (Porcentagem)	
Tema 1 ⁺	32	1,568	1,507	96.1	32	1,568	1,507	96.1	
Tema 2	24	9,408	7,792	82.8	24	9,408	7,792	82.8	
Tema 3	286	95,648	53,632	56.1	215	67,816	43,866	64.7	
Tema 4	69	27,048	15,179	56.1	69	27,048	15,179	56.1	
Tema 5 ⁺⁺	65	19,306	11,390	59.0	54	18,081	10,944	60.5	
Tema 6	17	4,263	2,863	67.2	13	2,695	1,767	65.6	
Tema 7	60	3,283	2,485	75.7	49	2,744	2,053	74.8	
Total	553	160,524	94,848	59.1	456	129,360	83,108	64.2	

Fonte: Análise dos dados da quarta RB.

Notas ao Quadro 2.1: Observações = [parâmetros necessários apenas para o último ano * 49 (número de países)] + [parâmetros necessários para todos os anos * 49 (número de países declarantes) x 8 (número de anos)]. + Exclui dados sobre três parâmetros que variam de acordo com o país e dependem da resposta a perguntas anteriores. . ++ Exclui dados em 5.1 para cerca de 12 parâmetros (quantidade/valor de importações/exportações ou bens/serviços) que não puderam ser extraídos e analisados no Stata (ver discussão sobre questões de eRB).

Tema 1

2.45. Os dados aqui exigidos referem-se apenas ao ano mais recente, ou seja, 2022 nesta quarta RB, para captar o estado ou a extensão da institucionalização dos processos do PIDAA, no que diz respeito à implementação do PINIA, à coordenação das actividades e dos investimentos e à utilização de provas na tomada de decisões. A maior parte das verificações de dados aqui efectuadas incidiu sobre os dados em falta, que já foram apresentados acima. Como pode não haver registos públicos sobre estes dados, um desafio fundamental é a forma de realizar verificações independentes da qualidade dos dados. Comparando os dados fornecidos para esta quarta RB com os dados fornecidos para a terceira RB sobre a implementação do NAIP (Indicador 1.1), por exemplo, parece ter havido uma regressão para vários países, o que não parece razoável. Trata-se de um sinal de alerta para saber quais os dados mais exactos (terceira ou quarta RB). Embora a elevada taxa de comunicação dos parâmetros seja encorajadora, a fiabilidade dos dados dependerá da sua validade quando cruzados com os registos disponíveis, o que deve ser feito.

Quadro 2.2: Taxa de comunicação de dados na quarta RB por país, 2015-2022

País	Dados comunicados		País	Dados comunicados	
	Número	percentagem total		Número	percentagem total
Gâmbia	3162	96.1	Guiné	1853	56.3
Nigéria	3138	95.3	Mauritânia	1846	56.1
Tanzânia	3134	95.2	Lesoto	1805	54.8
Togo	2867	87.1	Comorros	1684	51.2
Egipto	2814	85.5	África do Sul	1657	50.3
Ruanda	2794	84.9	Djibuti	1643	49.9
Quênia	2762	83.9	Zâmbia	1510	45.9
Madagáscar	2721	82.7	Camarões	1494	45.4
Burkina Faso	2679	81.4	Namíbia	1471	44.7
Etiopia	2673	81.2	Níger	1411	42.9
Ghana	2653	80.6	Cabo Verde	1390	42.2
Burundi	2651	80.5	Libéria	1185	36.0
Uganda	2584	78.5	Maurícias	1169	35.5
Eswatíni	2569	78.0	Congo	1163	35.3
Serra Leoa	2566	77.9	Sudão do Sul	1129	34.3
Mali	2500	75.9	Seicheles	1011	30.7
Benin	2473	75.1	Botswana	1011	30.7

Moçambique	2448	74.4	Angola	958	29.1
Tunísia	2374	72.1	Guiné-Bissau	825	25.1
Zimbabué	2323	70.6	Rep. Centro-Africana	798	24.2
Morroco	2195	66.7	Somália	770	23.4
Costa do Marfim	2157	65.5	Guiné Equatorial	656	19.9
Gabão	2052	62.3	Rep. A. Sarauí	209	6.3
Malawi	1975	60.0	Líbia	68	2.1
Senegal	1901	57.7			

Fonte: Análise dos dados da quarta RB.

Notas: O número total de observações é de 3292 por país.

Tema 2

2.46. Foram efectuados vários tipos de verificações da qualidade dos dados, sendo os valores aberrantes e a soma das partes que não somam o total os mais problemáticos (ver resultados no Quadro 2.3). Numa base individual, os resultados podem não parecer substanciais. No entanto, quando considerados em conjunto, são preocupantes. Por exemplo, os dados em falta, os valores zero e os valores anómalos representam, em conjunto, 25-30% do total de observações necessárias. Este facto, juntamente com as outras questões identificadas, prejudica a elevada taxa de comunicação (82,8%, Quadro 1) e os dados que permitem acompanhar de forma fiável os progressos de todos os países no cumprimento dos compromissos da Declaração de Malabo relacionados com o Tema 2.

Tabela 2.3: Resumo de questões de dados identificados nos parâmetros para o tema 2 na quarta RB, 2015-2022

Tipo de verificação da qualidade de dados	Número total de observações analisadas	Observações com bandeiras vermelhas (percentagem total)
Dados em falta	9408	17.2
Valores zero que não são possíveis	9408	1.1
Valores anómalos: taxa de crescimento anual > 50 por cento	9408	8.4
Unidades: milhares, milhões, bilhões, etc.	9408	3.5
Total - Soma das partes do subsector > 5por cento		
Despesa pública agrícola	392	10.1
Valor acrescentado da agricultura	392	15.8
Total - Soma das partes masculinas/femininas > 0		
Agricultores com acesso a serviços financeiros	392	6.2
Agricultores	392	6.2
Agricultores > população	392	1.1

2.47. Analisando a distribuição dos dados em falta, por exemplo, estes foram mais prevalentes nos parâmetros relativos ao investimento do sector privado nacional e estrangeiro e às despesas de investigação agrícola. Comparando os países, apenas 11 deles (Comores, Egipto, Etiópia, Gâmbia, Gana, Quénia, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa e Uganda) não tinham dados em falta para nenhum dos parâmetros. Os países mais afectados, ou seja, aqueles com a maior percentagem de dados em falta, incluem a Líbia (100%), Angola (91%), República Centro-Africana (61%), Botsuana (60%), Cabo Verde (42%), Zâmbia (41%) e Níger (39%).

Tema 3

2.48. A maior parte das verificações de dados aqui efectuadas incidiu sobre os dados em falta, cujos resultados já foram apresentados anteriormente. Foram encontrados alguns valores zero implausíveis (13 no total) para os indicadores das categorias de desempenho (CP) 3.4 e 3.5. Como o

tema 3 tem a maior parte dos dados necessários (cerca de 60%, ver Quadro 1), bem como uma das taxas mais baixas de comunicação de dados (56,1%, ver Quadro 1), são necessários mais tipos de controlos de qualidade dos dados, para além da compreensão dos problemas dos dados em falta, para ajudar a conceber melhores estratégias que possam ajudar a aumentar a taxa de comunicação e a qualidade dos dados.

Tema 4

2.49. Relativamente ao quarto tema, foram identificados os seguintes problemas de qualidade dos dados:

- Crescimento anual do valor acrescentado agrícola (PIB agrícola): três países com valores anómalos significativos (Malawi: 275,544%; Serra Leoa: 128,314% e África do Sul: 125,1997%) e 23 países com valores em falta.
- Taxa de redução do rácio de incidência da pobreza, no limiar de pobreza internacional (4_1iv) e Taxa de redução do rácio de incidência da pobreza, no limiar de pobreza nacional (4_1iii): i) 4_1iii e 4_1iv: foram atribuídas pontuações zero às taxas de pobreza negativas, em falta e nulas; ii) 4_1iv: dois países com valores anómalos significativos (Egipto: -106,111%; Tunísia: -80%); iii) 4_1iii: Apenas 20 países com pontuações diferentes de zero; iv) 4_1iv: 30 países com valores em falta.
- Taxa de redução da diferença entre o preço por grosso e o preço à saída da exploração: i) valores negativos, em falta (18) e zero foram erradamente classificados com zero; ii) valores anómalos significativos para a Nigéria (-1283,26%) e o Quénia (-167,04%).
- Jovens envolvidos em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor da agricultura: i) valores invulgarmente mais elevados para o Mali (89,2%); Nigéria (88,92 por cento); Quénia (74,9 por cento); Egipto (64,3 por cento) e Zimbabué (63,6 por cento); ii) valores invulgarmente baixos para o Togo, África do Sul, Senegal, Mauritânia e Angola, e iii) 21 valores em falta incorretamente definidos como zeros.
- Proporção de mulheres rurais com poder na agricultura: i) valores invulgarmente mais elevados para Marrocos (99,9%); Gabão (82,3%); Gana (76,8%); Quénia (74,2%) e Ruanda: (63,9%); ii) valores invulgarmente baixos para o Benim, Mauritânia, Níger, África do Sul, Togo e Togo; e iii) 21 países com valores em falta receberam erradamente pontuações zero

Tema 5

2.50. Para o tema 5, a maior parte das verificações de dados efectuadas incidiu sobre dados em falta, cujos resultados já foram apresentados anteriormente. Outros problemas identificados foram com o indicador 5.2i (índice de facilitação do comércio (IFC)), cujos parâmetros devem ser normalizados (entre 0-100). No entanto, o parâmetro relativo à "administração das fronteiras" não estava normalizado e apresentava valores fora do intervalo. Assim, decidiu-se excluir este parâmetro do cálculo do indicador IFC. Foram também identificados problemas

adicionais para alguns países (Egipto, Serra Leoa e Guiné Equatorial) no parâmetro "Imigração" (número de países africanos com visto à chegada + número de países com entrada sem visto), em que os valores dos dados registados eram superiores ao máximo possível de 54. Esta questão pode ser resolvida através da inclusão de uma restrição na célula de introdução de dados no eBR, para além da formação sobre a questão com estes exemplos. De um modo geral, é necessário efetuar mais tipos de verificações da qualidade dos dados, para além de se compreender por que razão foi difícil carregar os dados comerciais referidos no ponto 5.1 para muitos países (ver discussão sobre as questões do eRB).

Tema 6

2.51. Para além das questões de dados em falta identificadas anteriormente, a principal questão aqui é com o parâmetro "percentagem da despesa pública gasta em iniciativas de reforço da resiliência, especificamente em sistemas de alerta precoce e de resposta, redes de segurança social e seguros de índices baseados no clima" (EIRB4 no Indicador 6.2). Parece que enquanto alguns países utilizaram a despesa pública total como denominador adequado, outros podem ter utilizado incorretamente a despesa agrícola como denominador. Esta questão deve ser resolvida e deve ser ministrada uma formação adequada no próximo ciclo das RB, para além da definição do objetivo. São igualmente necessários diferentes tipos de controlos dos outros parâmetros.

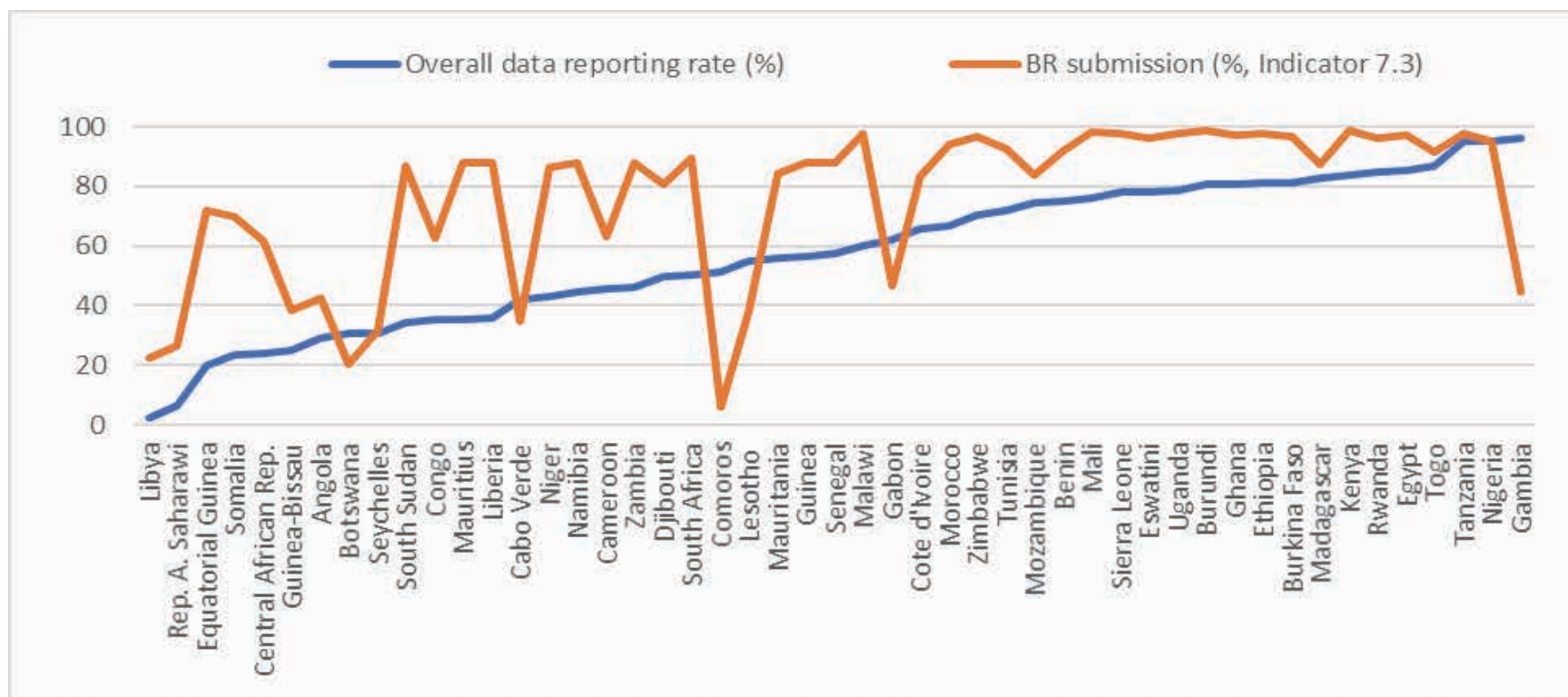
Tema 7

2.52. Também neste caso, a maior parte dos controlos incidiu sobre dados em falta, o que foi mais frequente no indicador 7.1 sobre o índice de capacidade de gerar e utilizar dados e informações estatísticas agrícolas (IEA). Nos parâmetros do indicador 7.1, por exemplo, a percentagem de países que não comunicaram dados variou entre 20 e 50 por cento, em comparação com menos de 20 por cento nos outros parâmetros do tema 7. Outros problemas identificados foram alguns casos de valores nulos e uma mistura de valores textuais e numéricos, especialmente para Madagáscar e Togo. Tal como no tema 1, pode não haver registos publicamente disponíveis para efetuar verificações independentes da qualidade dos dados relativos aos vários parâmetros. Por conseguinte, podem ser necessárias verificações de coerência com os dados dos FE anteriores (ver exemplo no tema 1) para melhorar as verificações dos dados. Quando a taxa global de comunicação de dados (ver quadro 2) é comparada com o indicador de apresentação das RB (7,3), por exemplo, a figura 1 suscita preocupações quanto à classificação subjectiva e mais elevada do processo de apresentação e validação das RB em relação aos dados efetivamente fornecidos.

Cálculo dos indicadores e das pontuações

2.53. Uma vez que nem todos os anos de dados sobre os parâmetros são utilizados no cálculo dos indicadores, a análise dos dados em falta e dos valores atípicos a nível dos indicadores é igualmente útil para compreender melhor as questões relacionadas com os dados. Dos 58 indicadores, 11 requerem todos os anos (2015 a 2022) de dados, 15 requerem os dados para 2015 e 2022 e os restantes 32 requerem dados apenas para 2022. Os quadros 2.4 e 2.5 apresentam os resultados dos valores em falta, outliers e valores nulos dos indicadores por tema e por país, respetivamente. A este nível da análise, parece haver menos problemas quando comparado com a análise ao nível dos parâmetros (ver Quadros 2.1 e 2.2). Contudo, a distribuição das questões pelos temas continua a mostrar que os temas 3 e 4 são os mais afectados. Globalmente, 69 a 72% dos indicadores são calculados. Os valores zero parecem ser os mais problemáticos também nos temas 3 e 4, bem como nos países com taxas de notificação mais baixas. De um modo geral, como as questões a nível dos parâmetros não foram abordadas, estes resultados podem ocultar os problemas de qualidade dos dados, na medida em que os indicadores calculados parecem correctos quando os dados subjacentes aos parâmetros não o são. Nesse caso, torna-se difícil retirar implicações políticas fiáveis e úteis da análise dos indicadores e das pontuações que deles derivam.

Figura 2.1: Comparação entre a taxa global de comunicação de dados e o indicador 7.3 do quarto RB



Quadro 2.4: Valores em falta, valores nulos e outliers dos indicadores da quarta RB por tema

	Total Necessário	Calculado, Incluindo Valores Nulos		Calculado, Incluindo Valores Nulos	
	Número	Número	Porcentagem Total	Número	Porcentagem Total
Tema 1	147	147	100.0	144	98.0
Tema 2	294	222	75.5	221	75.2
Tema 3	980	671	68.5	659	67.2
Tema 4	343	205	59.8	179	52.2
Tema 5	98	44	44.9	44	44.9
Tema 6	147	107	72.8	105	71.4
Tema 7	147	147	100.0	139	94.6
Total	2156	1543	71.6	1491	69.2

Notas: O número total de indicadores é de 44. Dois indicadores existentes e os doze novos indicadores foram excluídos dos cálculos do relatório.

Conclusões e recomendações

2.54. Os problemas de qualidade dos dados indicam que cerca de metade dos 49 países declarantes pode não dispor de dados suficientes para efetuar uma avaliação exaustiva dos seus progressos na aplicação da Declaração de Malabo. As principais intervenções recomendadas para resolver estas questões incluem: (1) harmonizar a análise crítica entre os vários grupos de trabalho técnicos do FE, incluindo revisões dos seus resultados; (2) reforçar a capacidade (humana, financeira, organizacional, etc.) das equipas de relatórios nacionais do RB e formação sobre as questões de qualidade dos dados; (3) tornar o eRB acessível durante todo o ano ou em vários períodos de cada ano para que os Estados Membros possam carregar/atualizar os dados à medida que os obtêm; e (4) incluir metadados com os dados do eBR e tornar os dados disponíveis ao público para promover várias análises dos dados. A UA deve também trabalhar com as comunidades económicas regionais e os Estados Membros para institucionalizar o processo de RB nos sistemas nacionais de M&A e nos mecanismos de responsabilização, incluindo a exploração da importação direta de dados das bases de dados estatísticas nacionais para o eRB.

Quadro 2.5: Valores em falta, valores nulos e valores anómalos dos indicadores da quarta RB, por país

País	Total Necessário	Calculado, Incluindo	Calculado, Incluindo	Calculado, excluindo	País	Calculado, Incluindo		Calculado, excluindo	
	Número	Valores Nulos				Valores Nulos	Valores Nulos	Número	Percentagem Total
Ruanda	44	100.0	44	100.0	Moçambique	33	75.0	32	72.7
Ghana	43	97.7	43	97.7	Níger	33	75.0	31	70.5
Mali	43	97.7	43	97.7	Djibuti	31	70.5	30	68.2
Egipto	42	95.5	42	95.5	Libéria	31	70.5	29	65.9
Morroco	42	95.5	42	95.5	Senegal	31	70.5	30	68.2
Benin	41	93.2	39	88.6	Guiné	30	68.2	28	63.6
Quênia	41	93.2	41	93.2	Camarões	29	65.9	27	61.4
Madagáscar	41	93.2	41	93.2	Congo	29	65.9	29	65.9
Tanzânia	41	93.2	40	90.9	Guiné-Bissau	28	63.6	27	61.4
Tunísia	41	93.2	40	90.9	Maurícias	28	63.6	27	61.4
Etiópia	40	90.9	39	88.6	Mauritânia	27	61.4	26	59.1
Gâmbia	40	90.9	40	90.9	Comoros	26	59.1	24	54.5
Nigéria	40	90.9	39	88.6	Seicheles	26	59.1	24	54.5
Burkina Faso	39	88.6	39	88.6	Namíbia	25	56.8	24	54.5
Burundi	39	88.6	39	88.6	Zâmbia	25	56.8	24	54.5
Togo	39	88.6	38	86.4	Sudão do Sul	23	52.3	23	52.3
Uganda	39	88.6	39	88.6	África do Sul	22	50.0	20	45.5
Malawi	36	81.8	35	79.5	Botswana	19	43.2	18	40.9
Serra Leoa	36	81.8	36	81.8	Somália	18	40.9	16	36.4
Costa do Marfim	35	79.5	35	79.5	Guiné Equatorial	15	34.1	14	31.8
Zimbabué	34	77.3	33	75.0	Rep. Centro-	14	31.8	11	25.0
Cabo Verde	33	75.0	33	75.0	Africana	13	29.5	9	20.5
Eswatíni	33	75.0	32	72.7	Angola	11	25.0	7	15.9
Gabão	33	75.0	33	75.0	Rep. A. Sarauí	8	18.2	4	9.1
Lesoto	33	75.0	32	72.7	Líbia				

Notas: O número total de indicadores é de 44. Dois indicadores existentes e os doze novos indicadores foram excluídos dos cálculos do relatório.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

3A. Progressos no cumprimento dos compromissos

3A. O Desempenho continental

- 3.1. Para este quarto Para este quarto (2023) Relatório de Revisão Bienal do PIDAA, 49 dos 55 Estados-Membros apresentaram os seus relatórios nacionais validados à Comissão da União Africana (CUA) através das suas respectivas Comunidades Económicas Regionais (CER). Os países que apresentaram relatórios em 2023 são: Angola, Benim, Botsuana, Burundi, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Comores, Congo, Costa do Marfim, Jibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Etiópia, Eswatini, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Sarauí, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué.
- 3.2. Os seis Estados-Membros que não puderam cumprir o prazo e que, por conseguinte, não têm pontuação neste quarto relatório de Revisão Bienal (RB) são a Argélia, o Chade, a República Democrática do Congo, a Eritreia, São Tomé e Príncipe e o Sudão.
- 3.3. O Quarto relatório de avaliação bienal apresenta algumas conclusões que suscitam reflexão. O valor de referência para um país estar no bom caminho aumentou sucessivamente ao longo dos oito (8) anos do processo da RB, de 3,94 no FE inaugural (2017), passando por 6,66 e 7,28 em 2019 (segundo) e 2021 (terceiro), e agora está em 9,29 para este quarta RB. Dos 49 Estados-Membros que relataram progressos na implementação da Declaração de Malabo durante o ciclo de Revisão Bienal de 2023, nenhum país está no bom caminho para alcançar os compromissos de Malabo do PIDAA até 2025. Um facto notável é que, no terceiro ciclo, apenas um Estado-Membro estava no bom caminho, quatro (4) Estados-Membros que estavam no bom caminho em 2019 durante o segundo ciclo de revisão bienal e 17 no ciclo inaugural (2017) do RB. O facto de não estar no bom caminho não significa que os Estados-Membros não tenham feito progressos - na verdade, doze (12) Estados-Membros melhoraram de forma constante o seu desempenho desde o ciclo inaugural da RB. São eles: Comores, Lesoto, Cabo Verde, Zimbabué, Gâmbia, Nigéria, Uganda, Egipto, Marrocos, Ruanda, Burundi e Quênia. Nomeadamente, a Etiópia, o Mali, Marrocos e o Ruanda obtiveram pontuações superiores a cinco (5) em 10 em todos os ciclos dos RB.
- 3.4. As Conclusões revelam a necessidade urgente de acelerar a implementação do PIDAA, nos próximos dois anos até 2025, a fim de construir um sistema alimentar africano resistente. O relatório salienta igualmente a necessidade de rever os progressos realizados pelos Estados-Membros desde o início do período de Malabo em 2015, a fim de documentar os progressos e estabelecer áreas de sucesso e desafios que constituirão áreas prioritárias para o desenvolvimento da agenda pós-Malabo para os próximos 10 anos (2026-2035).

- 3.5. Global para toda a África é de 4,56. Embora esta pontuação seja superior à pontuação global de 4,32 em 2021 e 4,03 para os ciclos de revisão bienal de 2019, o continente está a fazer progressos, mas ainda não está no bom caminho para cumprir os compromissos do PIDAA/Malabo até 2025.

3A.1 Compromisso 1: Compromisso com os princípios e valores do processo PIDAA

- 3.6. Como parte do processo do PIDAA, os Estados Membros da UA devem demonstrar o seu empenhamento nos ideais e princípios do PIDAA e seguir os processos relevantes do PIDAA. Este compromisso exigia que os Estados-Membros atingissem 100% de realização até 2018 (equivalente a uma pontuação de 10). Globalmente, ao contrário da Revisão Bienal de 2021, em que três (3) dos cinquenta e um (51) Estados-Membros que apresentaram relatórios estavam em vias de cumprir este compromisso, neste período de relatório, apenas 1 Estado-Membro (Níger) dos quarenta e nove (49) Estados-Membros que apresentaram relatórios sobre este indicador, está em vias de manter o cumprimento deste Compromisso de Malabo. Isto representa um declínio no progresso no continente. Contudo, é importante notar que os outros nove (9) Estados Membros (Ruanda, Marrocos, Uganda, Zimbabué, Benim, Nigéria, Tunísia, Etiópia e Tanzânia) estão perto de estar no bom caminho, tendo pontuado mais de 9 em 10.
- 3.7. Este compromisso é acompanhado através de três indicadores específicos. Os três indicadores são destacados no presente relatório (índice de conclusão do processo PIDAA; existência e qualidade de um organismo de coordenação multisectorial e multilateral no sector; e políticas baseadas em provas, instituições de apoio e recursos humanos correspondentes).
- 3.8. O Primeiro indicador regista a conclusão dos processos nacionais do PIDAA. É a medida do nível de conclusão do processo do PIDAA no país. É medido através do nível de disponibilidade dos documentos necessários que justificam a conclusão de cada uma das quatro etapas principais para a implementação da Declaração de Malabo a nível nacional. Estas etapas principais incluem (i)- a Etapa de Domesticação, (ii)- a Etapa de Avaliação do PNIA, (iii)- a Etapa de Implementação do PNIA; e (iv)- a Etapa de M&A e Relatórios do NAIP. Esta medida baseia-se no pressuposto de que um documento pronto é suficiente para justificar a conclusão bem sucedida de uma determinada etapa. Nesta quarta ronda de RB, esperava-se que os países carregassem os documentos de prova necessários na plataforma eRB. Este facto contribuiu para a sua classificação neste indicador.
- 3.9. Dos 49 Estados-Membros que apresentaram relatórios, 31 conseguiram apresentar provas de que este processo está concluído (Angola, Benim, Burundi, Comores, Costa do Marfim, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícia, Marrocos, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia,

Zimbabué). O desempenho médio dos Estados-Membros que não cumpriram a meta de 2023 é de 57,14% (contra uma pontuação de 100%, ou 5,71 em 10).

- 3.10. O segundo indicador visa reforçar a coordenação multisectorial entre as partes interessadas, a fim de melhorar a aplicação do PIDAA com vista à obtenção de resultados, através da criação de um organismo de coordenação multisectorial e multilateral funcional. Dos quarenta e nove (49) Estados-Membros que apresentaram relatórios, apenas três (3) Estados-Membros (República Centro-Africana, Comores e Níger) obtiveram a pontuação de 100 por cento (10 em 10). Isto implica que devem ser envidados mais esforços para manter a realização deste indicador. É igualmente importante notar que, embora apenas três Estados-Membros estejam no bom caminho em relação a este indicador, cinco outros, incluindo o Ruanda, o Uganda, os Camarões e Marrocos, tiveram um desempenho significativamente bom, tendo alcançado pontuações de pelo menos 9 em 10.
- 3.11. O terceiro indicador acompanha os progressos realizados pelos Estados-Membros para garantir a existência de políticas baseadas em provas, instituições de apoio e recursos humanos correspondentes, essenciais para impulsionar os investimentos no PIDAA através dos planos nacionais de desenvolvimento, a fim de atingir os objectivos e metas articulados na Declaração de Malabo. Dos 49 que apresentaram relatórios sobre este indicador, apenas oito (8) Estados-Membros, nomeadamente (Camarões, Gabão, Mali, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Níger e Ruanda) estão no bom caminho, atingindo a pontuação de 100 por cento (10 em 10). Trata-se de um declínio em relação ao desempenho da terceira RB, em que 11 Estados-Membros estavam no bom caminho, mas cerca do dobro do número de seis Estados-Membros que atingiram este objetivo na segunda RB. É também bastante inferior aos 29 Estados-Membros que estavam no bom caminho na primeira RB. Isto indica que muitos Estados-Membros ainda precisam de criar e manter o ambiente político favorável e as capacidades institucionais e funcionais necessárias para um planeamento e uma implementação mais rigorosos dos planos de investimento no sector agrícola, que são essenciais para a concretização da Declaração de Malabo. É útil referir que nove (9) outros Estados-Membros (Benim, Tunísia, Etiópia, Uganda, Burkina Faso, Cabo Verde, Tanzânia, Zimbabué e Nigéria) obtiveram pontuações encorajadoras acima de 9 em 10, o que significa que estão perto de estar no bom caminho.
- 3.12. Apesar do desempenho globalmente moderado de alguns Estados-Membros, são necessários mais esforços para atingir e manter os objectivos até 2025. O ideal seria que todos os Estados-Membros já tivessem elaborado o seu documento PINIA e implementado as acções nele previstas. Com base noutros estudos, verifica-se que, em junho de 2015, 40 países tinham iniciado e lançado o processo do PIDAA, 44 Estados-Membros africanos tinham assinado o Pacto do PIDAA (concordando em investir 10% dos orçamentos nacionais na agricultura) e 39 países tinham formulado os seus planos nacionais de ação de primeira geração. Em 2019, em colaboração com os peritos locais e outros parceiros técnicos, o IIPA tinha prestado apoio técnico ao desenvolvimento dos PIN da próxima (segunda) geração em cerca de 30 países. Por conseguinte, as possíveis razões para este desempenho neste quarto ciclo do RB podem ser que os Estados-Membros podem não estar a manter registos suficientes do processo, ou não comunicaram suficientemente este processo no sistema eRB.

3A.2 Compromisso 2: Reforçar o financiamento do investimento na agricultura

2.1 Introdução do compromisso

- 3.13. Os Chefes de Estado e de Governo africanos comprometeram-se a aumentar o financiamento do investimento público e privado na agricultura. Este compromisso é acompanhado através de quatro categorias de desempenho que contêm sete indicadores sobre as despesas na agricultura pelos governos e doadores, os investimentos na agricultura pelos investidores nacionais e estrangeiros do sector privado e o aumento do acesso aos serviços financeiros pelos pequenos agricultores. O compromisso inclui os seguintes indicadores e objectivos:
- Indicador 2.1i: Despesas públicas com a agricultura em percentagem do total das despesas públicas, com um objetivo de 10% por ano de 2015 a 2025.
 - Indicador 2.1ii: Despesas públicas na agricultura como percentagem do valor acrescentado da agricultura, com um objetivo de 19% por ano de 2015 a 2025.
 - Indicador 2.1iii: Ajuda Pública ao Desenvolvimento para a agricultura, desembolso como percentagem do compromisso, com um objetivo de 100% todos os anos de 2015 a 2025.
 - Indicador 2.2: Rácio do investimento do sector privado nacional na agricultura, em relação ao valor acrescentado da agricultura, com uma meta de 5% por ano de 2015 a 2025.
 - Indicador 2.3: Investimento direto privado estrangeiro na agricultura em relação ao valor acrescentado da agricultura, com um objetivo de 9% por ano, de 2015 a 2025.
 - Indicador 2.4: Proporção de homens e mulheres envolvidos na agricultura com acesso a serviços financeiros, com um objetivo de 100 por cento até 2025.
 - Indicador 3.1v: Despesas totais de investigação agrícola em percentagem do valor acrescentado da agricultura, com um objetivo de 1 por cento por ano de 2015 a 2025.
- 3.14. A maioria dos países comunicou dados sobre os indicadores 2.1i, 2.1ii e 2.4, em comparação com os outros. Quarenta e dois países comunicaram dados sobre o 2.1iii e quarenta e um sobre o 2.4, em comparação com 38 para o 3.1v e 49 para o indicador 2.2. O indicador 2.3 foi o menos referido, com 30 países.
- 3.15. De um modo geral, nenhum dos Estados-Membros que apresentaram relatórios sobre este domínio temático de reforço do financiamento do investimento na agricultura, apesar de se tratar de um motor essencial da transformação da agricultura, estava no bom caminho. Trata-se de uma regressão em relação ao anterior (terceiro) RB, em que quatro países estavam a cumprir este compromisso. No entanto, três países obtiveram pontuações superiores a 7,5 (Eswatini, Burundi e Lesoto), enquanto oito países obtiveram pontuações entre 5 e 7,5 de 10 (Cabo

Verde, Seicheles, Mali, Tunísia, Marrocos, Comores, Gana e Ruanda). Quinze países obtiveram pontuações entre 2,5 e 5 em 10 (Malawi, Quênia, Nigéria, Djibuti, Uganda, Madagáscar, Benim, Maurícia, Zimbabué, Burkina Faso, Egipto, Gâmbia, Togo, Somália e Serra Leoa). O resto e a maioria dos países (23), com exceção dos seis que não participaram no quarto BR, têm uma pontuação entre 0 e 2,5.

2.2 Avaliação dos países no bom caminho por indicador

- 3.16. O primeiro indicador destacado neste relatório diz respeito às despesas públicas agrícolas em percentagem das despesas públicas totais, com um objetivo de 10% por ano (indicador 2.1i). Apenas três Estados Membros atingiram o objetivo neste quarto ciclo da RB (Burundi, Etiópia e Mauritânia). Trata-se de um declínio em relação ao relatório anterior das RB, em que quatro Estados-Membros atingiram o objetivo. Apenas dois (Burundi e Etiópia) atingiram ainda o objetivo, com exceção da República Democrática do Congo, que não participou no processo do quarto RB. O segundo indicador é a despesa pública agrícola em percentagem do valor acrescentado da agricultura, com um objetivo de 19% por ano (indicador 2.1ii). Cerca de quatro (4) Estados-Membros atingiram o objetivo neste quarto ciclo das RB (Cabo Verde, Comores, Djibuti, Lesoto,). A Serra Leoa, o Essuatíni e as Maurícias obtiveram 9,95, 9,72 e 9,32 numa escala de 10, respetivamente, o que os aproxima do objetivo.
- 3.17. Embora os Estados-Membros tenham de afetar fundos suficientes para a agricultura nos orçamentos nacionais, pretende-se igualmente garantir que os doadores cumpram as suas promessas e compromissos de apoio aos planos nacionais. O terceiro indicador é a ajuda pública ao desenvolvimento para a agricultura, desembolsada como percentagem do compromisso, com um objetivo de 100% em cada ano (indicador 2.1iii). Apenas quatro (4) dos Estados-Membros que apresentaram relatórios sobre este indicador estão no bom caminho (Congo, Egipto, Mauritânia e Maurícias). O Benim obteve 9,74 de 10, enquanto o Ruanda obteve 9,38 de 10, o que os torna próximos de alcançar o objetivo de 2023.
- 3.18. O quarto indicador destacado neste relatório é sobre a criação ou reforço de mecanismos para atrair o investimento privado nacional na agricultura, que é medido como percentagem do valor acrescentado da agricultura, tem uma meta de 5 por cento em cada ano de 2015 a 2025 (indicador 2.2) com um marco de 9 para a quarta RB. A mobilização do financiamento do sector privado nacional para investir na agricultura ainda é precária em todo o continente, uma vez que apenas nove (9) Estados-Membros (Burundi, Cabo Verde, Comores, Essuatíni, Gana, Lesoto, Mali, Marrocos e Tunísia), representando cerca de 18,4% dos 49 países que apresentaram relatórios, estão no bom caminho para atingir a meta de 5%.
- 3.19. O investimento direto estrangeiro do sector privado (IDE) na agricultura é importante para complementar o investimento privado nacional. O objetivo do quinto indicador é criar ou reforçar mecanismos para atrair o investimento direto privado estrangeiro na agricultura, que,

medido como percentagem do valor acrescentado agrícola, tem uma meta de 9% por ano de 2105 a 2025 (indicador 2.3), com um marco de 9% para a quarta RB. Dos Estados-Membros que apresentaram relatórios sobre este indicador, apenas sete Estados-Membros (Burundi, Cabo Verde, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Somália e Zimbabué) estavam no bom caminho para atingir o marco da quarta RB. A apresentação de relatórios sobre este indicador foi o maior desafio para o tema, uma vez que apenas 30 países, ou cerca de 61% dos 49 Estados-Membros do continente que participam no BR, apresentaram relatórios ou contabilizaram o IDE.

- 3.20. O Sexto indicador sobre o aumento do acesso e da utilização de serviços financeiros pelos pequenos agricultores para efeitos de transação de negócios agrícolas (compra de factores de produção, maquinaria, tecnologias de armazenamento, etc.) (indicador 2.4). O acesso ao financiamento por parte dos agricultores continua a ser um enorme desafio em todo o continente, uma vez que apenas dois Estados-Membros (Egipto e Seicheles) dos que apresentaram relatórios atingiram o objetivo de 100%. O número de Estados-Membros que ultrapassaram o objetivo não sofreu alterações em relação ao FE anterior. O Ruanda obteve uma classificação de 9,24 em 10, o que o torna próximo de atingir o objetivo da quarta RB.
- 3.21. O Sétimo indicador mede a despesa total com a investigação agrícola como percentagem do valor acrescentado da agricultura, com um objetivo de um por cento por ano (indicador 3.1v) e um marco de 9 para a quarta RB. Cerca de oito Estados-Membros atingiram o objetivo neste quarto ciclo da RB (Cabo Verde, Egipto, Gana, Maurícias, Marrocos, Serra Leoa, África do Sul e Tunísia).

2.3 Recomendações: Financiamento e investimento em sistemas agro-alimentares e implementação da ZCLCA

3.22. O aumento do financiamento do investimento na agricultura, especialmente das despesas públicas na agricultura, é um instrumento fundamental para os governos africanos alcançarem a transformação dos sistemas agrícolas e alimentares e a implementação da ZCLCA. Assim, os Estados Membros devem dar mais ênfase a este compromisso, aumentando os investimentos públicos na agricultura e criando ambientes favoráveis ao aumento dos investimentos do sector privado e dos doadores no sector, bem como no sistema agroalimentar. Por conseguinte, é imperativo concentrarmo-nos nos seguintes aspectos

- Repriorizar a despesa pública na agricultura para apoiar os produtos de base prioritários para exportação para os países africanos deficitários
- Criar ou reforçar mecanismos para atrair o investimento privado nacional na agricultura. Mobilizar o sector privado nacional para investir e apoiar os agricultores e os intermediários que exportam e importam grupos de produtos de base prioritários. É necessário tornar a agricultura rentável e tratá-la como um negócio.
- Estabelecer planos de criação de parcerias para mobilizar o IDE e a APD. Cada Estado-Membro deve identificar os intervenientes (privados e da sociedade civil) para demonstrar as propostas de valor para apoiar a transformação dos sistemas agro-alimentares e a implementação da ZCLCA.

- Melhorar o acesso ao financiamento para grupos-alvo, como as mulheres agricultoras e os jovens, para produzir produtos de base destinados à transformação dos sistemas alimentares e à ZCLCA.

2.4 Resumo dos pontos principais

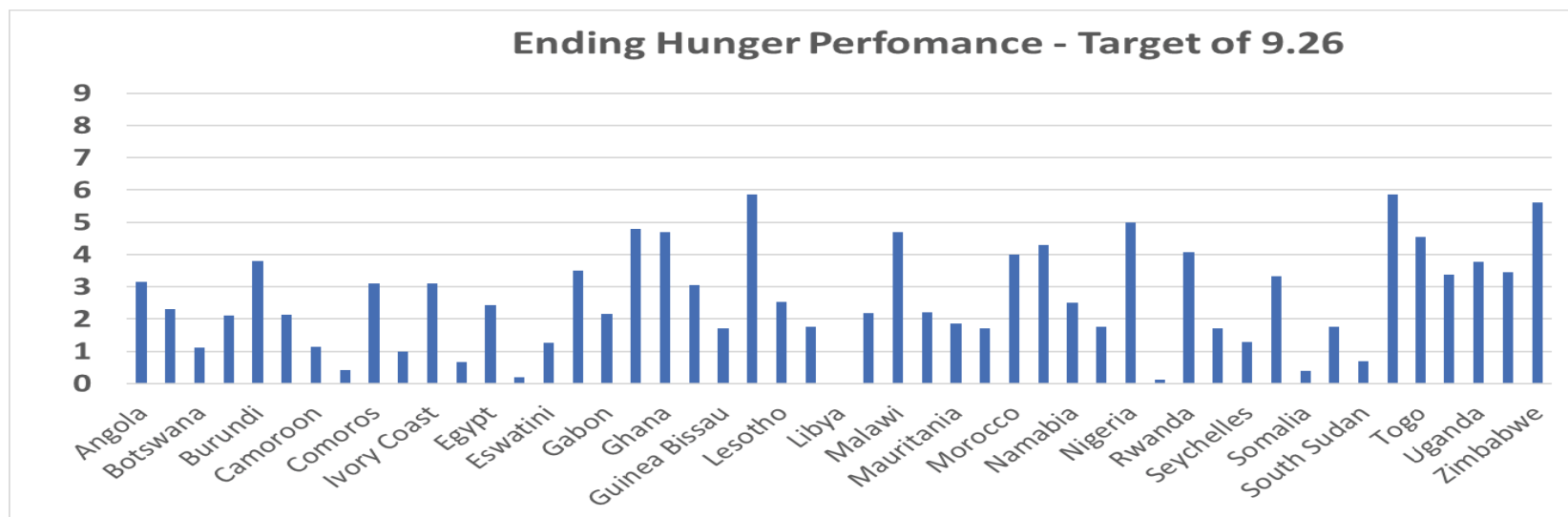
- 3.23. Embora este compromisso seja um motor essencial da transformação agrícola e alimentar, nenhum dos Estados-Membros está no bom caminho para atingir o seu objetivo. Três países obtiveram uma pontuação superior a 7,5 numa escala de 10 e a maioria obteve uma pontuação inferior a 2,5 numa escala de 10. Apenas 22 Estados-Membros estavam no bom caminho com pelo menos um indicador deste compromisso. Do mesmo modo, apenas 11, seis (6), quatro (4) e um (1) Estados-Membros estavam em dia com um indicador, dois indicadores, três indicadores e quatro indicadores, respetivamente.
- 3.24. Nenhum dos Estados-Membros estava no bom caminho no que se refere à categoria de desempenho relativa às despesas agrícolas (2.1). No entanto, quatro (4) Estados-Membros estavam a cumprir o indicador relativo à intensidade das despesas públicas na agricultura (2.1ii). Três (3) Estados-Membros estavam a cumprir o indicador relativo à percentagem das despesas públicas na agricultura em relação ao total das despesas públicas (2.1i). Oito (8) Estados-Membros estão no bom caminho para atingir o objetivo de 1% de intensidade das despesas totais com a investigação agrícola (3.1v), e apenas quatro (4) estavam no bom caminho no que respeita ao desembolso da APD em relação às autorizações (2.1iii).
- 3.25. No que se refere a outras categorias de desempenho, nove dos Estados-Membros estavam no bom caminho no que se refere à intensidade dos investimentos do sector privado nacional na agricultura, enquanto sete estavam no bom caminho no que se refere à intensidade dos investimentos directos do sector privado estrangeiro na agricultura. Apenas dois Estados-Membros estavam no bom caminho no que respeita à proporção de agricultores com acesso a financiamento. Este é o indicador que ainda requer mais trabalho por parte dos Estados-Membros, uma vez que foi o menos atingido.
- 3.26. O facto de haver ainda uma baixa proporção de Estados-Membros que estão no bom caminho neste tema deixa dúvidas sobre o potencial do continente para transformar os seus sistemas alimentares e implementar a ZCLCA. As finanças, os investimentos e os recursos são fundamentais para facilitar o processo de transformação e o comércio. É necessário apoiar os Estados Membros para acelerar os sistemas de mobilização, utilização e contabilização dos recursos financeiros e investimentos nos sistemas agro-alimentares. Deve haver uma mobilização ativa do sector privado, tornando a agricultura rentável.

3.A.3 Compromisso 3: Acabar com a fome até 2025

3.3.1: Visão geral

- 3.27. Durante a Declaração de Malabo de 2014, os Estados Membros da União Africana, através dos seus Chefes de Estado e de Governo, comprometeram-se a acabar com a fome e todas as formas de malnutrição até 2025. Para acompanhar os progressos na consecução deste compromisso, são acompanhados indicadores-chave como a melhoria do acesso aos factores de produção e às tecnologias agrícolas para aumentar a produção e a produtividade. Outros indicadores incluem a redução das perdas pós-colheita, o estabelecimento de sistemas SPS funcionais para garantir alimentos seguros e nutritivos, facilitando simultaneamente o comércio intra-africano seguro através de melhores normas SPS e melhorando a cobertura da proteção social para os grupos vulneráveis. Os novos indicadores incluem o acompanhamento de sementes melhoradas de gado e de culturas, incluindo sementes biofortificadas. Para o quarto ciclo do QR, o valor de referência (pontuação mínima para 2023) para o compromisso de erradicação da fome é de 9,26. A pontuação média continental agregada para o compromisso é de 2,90. Isto mostra que, com os dados de desempenho de 2023, o continente não está no caminho certo para atingir o objetivo de acabar com a fome e todas as formas de malnutrição até 2025. Esta tem sido a tendência geral desde o primeiro relatório de revisão bienal, e poucas melhorias são vistas. Os choques nos sistemas agro-alimentares, como os surtos persistentes de pragas e doenças (incluindo o impacto negativo da COVID-19), os conflitos e as alterações climáticas continuam a ser os principais albatrozes para acabar com a fome e todas as formas de subnutrição no continente.
- 3.28. Uma comparação da pontuação continental com o valor de referência para cada indicador dá pormenores sobre as razões pelas quais os continentes continuam a não cumprir as metas de Malabo. Por exemplo, a classificação continental do acesso aos factores de produção e às tecnologias agrícolas foi de 3,43 num valor de referência mínimo de 9,58, enquanto a classificação do indicador relativo ao aumento da produtividade agrícola foi de 1,73 num valor mínimo de 9,00. Quanto à redução das perdas pós-colheita, o continente obteve uma pontuação de 2,37 em 9,00, enquanto que para a proteção social, o continente obteve uma pontuação de 5,02 em 10,00. Para os indicadores de Segurança Alimentar e Nutrição, a pontuação foi de 2,35 num valor de referência de 9,00. A mesma tendência foi observada para a melhoria das medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), onde a pontuação foi de 2,51 em 9,00.

Figura 3.1: Resumo do desempenho dos países nos indicadores agregados para acabar com a fome



Fonte: Análise dos dados da quarta RB

- 3.29. A análise dos desempenhos dos países em cada um dos indicadores revela a razão do fraco desempenho continental no que respeita ao compromisso de acabar com a fome. A maioria dos países não está a cumprir os objectivos em quase todos os indicadores. O Quadro 3.1 resume alguns dos países que estavam no bom caminho em alguns dos indicadores desagregados para acabar com a fome.
- 3.30. Os países são encorajados a comunicar estatísticas credíveis, uma vez que a falta de comunicação ou a ausência de comunicação tem o impacto de afetar negativamente a pontuação do país e dificulta o acompanhamento dos progressos no sentido dos Objectivos de Malabo. Uma desagregação mais pormenorizada de cada indicador no Quadro 3.1 revela algumas das tendências discutidas abaixo.

Tabela 3.1: Países no caminho certo com os indicadores para acabar com a fome

Indicador	Países no bom caminho
PC 3.1 Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	nenhum
PC 3.2 Produtividade agrícola	nenhum
PC 3.3 Perdas pós-colheita	Egipto, Gabão, Madagascar, Mali, Moçambique, Namíbia, Serra Leoa
PC 3.4 Proteção social	Guiné-Bissau, Madagascar, Marrocos, Namíbia, Serra Leoa, África do Sul,
PC 3.5 Segurança alimentar e nutrição	Zâmbia
PC 3.6 Medidas sanitárias e fitossanitárias (MSF)	nenhum
	Gâmbia, Quênia, Moçambique, Nigéria, Tanzânia, Togo, Zimbabué

Fonte: Análise dos dados da quarta RB

3.3.2: Acesso a insumos e tecnologias agrícolas

Consumo de fertilizantes (quilograma de nutrientes) por hectare de terra cultivada) (3.1i)

- 3.31. Durante a Cimeira Africana dos Fertilizantes, realizada em Abuja, Nigéria, em junho de 2006, os Ministros da Agricultura da União Africana reconheceram a necessidade urgente de uma transformação agrícola em África, reconhecendo-a como o principal meio de aliviar a pobreza dos agricultores. Reconheceram também o desafio significativo do acesso limitado dos agricultores aos fertilizantes devido a restrições de recursos e sublinharam a necessidade de investimentos estratégicos para aumentar a disponibilidade de fertilizantes. No final da Cimeira, os Chefes de Estado e de Governo aprovaram a Declaração sobre os Fertilizantes para uma Revolução Verde em África [DOC. ASSEMBLEIA/AU/6 (VII), Decisão: EX.CL/1041(XXXII)], designando os fertilizantes como um produto transfronteiriço essencial e comprometendo-se a acelerar o acesso dos agricultores aos fertilizantes. As doze resoluções estabelecidas em Abuja tinham como objetivo a formulação de políticas e a criação de mercados para melhorar a produção, o acesso e a utilização de fertilizantes. A resolução inicial instava os governos africanos a trabalharem no sentido de sextuplicar a utilização de fertilizantes, elevando-a da média anual de 8 quilogramas de nutrientes por hectare (que constituía apenas 10% da média mundial na altura) para, pelo menos, 50 quilogramas de nutrientes por hectare até 2015 (mais tarde revista para 2025, no âmbito da declaração de Malabo).
- 3.32. Neste contexto, o sistema de pontuação no âmbito do processo das RB garante que os progressos dos países são suficientemente acompanhados para atingir o objetivo de Malabo de 50 kg/ha. Os países que ultrapassam os 50 kg de nutrientes /Ha são designados como

"no bom caminho" e os que não atingem este limiar são designados como "fora do bom caminho". Para o quarto ciclo do RB, apenas quatro (4) países estão no bom caminho, ou seja, a Etiópia, o Egipto, o Malawi e Marrocos, com uma média de mais de 50 kg de nutrientes/ha, entre os 43 Estados Membros que apresentaram relatórios sobre este indicador. A média continental está atualmente fixada em 41,82 kg/ha (84% do objetivo de Malabo) para este ciclo de relatórios. Quatro países estão a fazer bons progressos no sentido de atingir esta meta com pontuações entre 8,9-9,7, incluindo a Tunísia, a Namíbia e o Quênia.

- 3.33. Apesar de a média continental de utilização de fertilizantes ser de cerca de 84% do objetivo, é importante notar que existem disparidades substanciais entre os países. A diferença entre os países que estão no bom caminho e os que não estão é significativa, com apenas um quarto a estar no bom caminho ou a progredir bem, enquanto a maioria, que constitui 75% do total, não está no bom caminho ou não comunicou quaisquer dados. Os países que estão no bom caminho alcançaram médias de utilização de fertilizantes superiores a 70 kg/ha, enquanto os países que não estão no bom caminho registam médias inferiores a 10 kg/ha. Estas disparidades sublinham a necessidade de esforços e investimentos específicos na agricultura e no acesso aos fertilizantes para colmatar o fosso e garantir um progresso mais equitativo entre as nações africanas.
- 3.34. Relativamente aos fertilizantes orgânicos, no âmbito deste quarto ciclo RB, 47 Estados-Membros apresentaram dados. Entre eles, 26 países não tinham dados ou comunicaram 0 kg de fertilizantes entre 2015 e 2022. Apenas 21 países apresentaram conjuntos de dados completos. Seis países apresentaram várias quantidades de fertilizantes orgânicos utilizados em 2022 em comparação com as terras aráveis. São eles o Ruanda (5 684 kg/ha), o Togo (623 kg/ha) e a Rep. A. Saharai (194 kg/ha), o Egipto (98 kg/ha), o Burundi (55 kg/ha) e a Etiópia (38 kg/ha). Os restantes 15 países registaram volumes mais baixos, variando entre 1-3 kg de fertilizante orgânico por ha. É importante notar que os dados relativos aos fertilizantes orgânicos são apresentados em toneladas de produto/ha e não em toneladas de nutrientes/ha.
- 3.35. A baixa utilização de fertilizantes e as disparidades significativas entre os países africanos nas taxas de aplicação de fertilizantes não são susceptíveis de concretizar a melhoria esperada do rendimento das colheitas, pelo que podem constituir um grande obstáculo à obtenção de suficiência alimentar e de comunidades agrícolas prósperas. Para estabelecer sistemas alimentares resilientes, acabar com a fome e garantir a prosperidade dos agricultores africanos, é imperativo incentivar todos os países a aumentar as suas taxas de aplicação de fertilizantes. Os Estados Membros são encorajados a implementar políticas nacionais e regionais e planos estratégicos que facilitem o acesso atempado e suficiente aos fertilizantes. Isto inclui a remoção de barreiras tarifárias e não tarifárias no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) para estimular o comércio e fornecer apoio financeiro em toda a cadeia de valor agrícola. Além disso, os países devem trabalhar no sentido de implementar o plano de ação de 10 anos e a Iniciativa Solos para África. Estas medidas são essenciais para resolver as disparidades na utilização de fertilizantes e promover o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar em todo o continente.
- 3.36. Em resumo, os países identificados como "no bom caminho" na revisão bienal (RB) oferecem oportunidades valiosas para a partilha de conhecimentos e a colaboração com os que se encontram na categoria "no mau caminho". Um traço comum entre estes países com melhor

desempenho é o forte apoio governamental às políticas relacionadas com o acesso aos fertilizantes. Este apoio é um mecanismo de aquisição evidentemente ineficiente, modelos de financiamento robustos para fertilizantes e sistemas de extensão bem desenvolvidos. Estas práticas bem sucedidas incentivam os agricultores a adotar as melhores práticas para a saúde do solo e podem servir de lições valiosas para outros países que procuram melhorar a utilização de fertilizantes e os resultados agrícolas.

Relativamente ao indicador sobre as taxas de crescimento da dimensão das superfícies irrigadas a partir do seu valor no ano 2025 (3.1ii)

- 3.37. A taxa de crescimento da dimensão das áreas irrigadas a partir do valor do ano de 2015 (RiIA). O objetivo de Malabo é aumentar a dimensão das áreas irrigadas em 100 por cento em 2025 a partir da linha de base de 2015. O quarto BRR revela que, embora o crescimento tenha sido lento, a maioria dos Estados-Membros tem vindo a aumentar consistentemente a sua área total de culturas irrigadas ao longo dos anos. Os dados continentais agrupados mostram que, ao longo do período de 8 anos (2015-2023), a área irrigada aumentou de 9,7mha para 12,4mha, com uma média anual de 3,9 por cento. Considerando o desempenho específico dos Estados-Membros, 15 Estados-Membros não comunicaram informações sobre este indicador. Relativamente aos países que apresentaram relatórios, existem algumas tendências encorajadoras, uma vez que nove (9) deles estão no bom caminho; atingiram a pontuação de referência esperada para 2022 de 9,5. Trata-se do Benim, dos Camarões, do Congo, da Guiné Equatorial, da Etiópia, da Gâmbia, de Moçambique, do Níger e da Serra Leoa. Além disso, onze (11) outros países, embora não estejam no bom caminho, estão a progredir bem, uma vez que o total das suas terras cultivadas irrigadas tem aumentado consistentemente ao longo do tempo. Obtiveram uma pontuação superior a 50% do valor de referência previsto para 2022, necessário para atingir o objetivo de Malabo de um aumento de 100% até 2025. Estes países são o Ruanda, o Togo, o Egipto, o Botswana, a Libéria, a Tanzânia, o Malawi, Angola, a Mauritânia, a Namíbia e o Burundi). A implicação deste facto é que, com a utilização sustentada da irrigação e de outras soluções de gestão da água para a agricultura, há grandes possibilidades de aumentar a produtividade e intensificar a produção no continente.
- 3.38. Não há dúvida de que existem enormes oportunidades para utilizar os vastos recursos hídricos do continente para aumentar a produtividade e a intensificação da agricultura e para construir um sistema alimentar resistente ao clima. Os dados dos últimos 3 relatórios BR sugerem que as soluções de gestão da água agrícola geridas pelos agricultores e orientadas para o mercado são as mais sustentáveis. No entanto, estes desenvolvimentos de irrigação liderados por pequenos agricultores são pouco registados, uma vez que são pequenos (por unidade de área) e frequentemente dispersos. É necessário que os governos e os parceiros de desenvolvimento, a todos os níveis, concebam uma metodologia para medir e comunicar este facto. Além disso, os governos devem promover e encorajar a irrigação dos pequenos agricultores através de

políticas específicas, bem como permitir reformas institucionais e de mercado, reabilitando e reformulando a gestão dos grandes sistemas de irrigação. Os mesmos argumentos são válidos para outros indicadores de input que se seguem.

Indicador da taxa de crescimento do rácio entre os factores de produção de qualidade fornecidos e as necessidades totais de factores de produção nacionais (3.1iii)

3.39. Este indicador visa duplicar (aumento de 100 por cento) os níveis actuais de insumos agrícolas de qualidade para as culturas (sementes), o gado (raças) e as pescas (alevins) até ao ano 2025, a partir do ano 2015. Insumos (para variedades melhoradas, raças melhoradas e alevins melhorados) fornecidos em comparação com as necessidades nacionais de insumos. Trata-se de uma medida da medida em que os factores de produção de qualidade são utilizados para aumentar a produção do produto considerado. Esta medida será obtida a partir da proporção de sementes de qualidade utilizadas por cultura (sementes de qualidade vendidas como proporção das necessidades nacionais totais de sementes para pelo menos um produto prioritário). Os países que atingiram o objetivo foram os seguintes: Burundi, Gâmbia, Gana, Ruanda, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué.

Proporção de agricultores que beneficiam de serviços de aconselhamento (3.1iv)

3.40. Este indicador tem como objetivo que todos os agricultores tenham acesso a serviços de aconselhamento agrícola de qualidade que forneçam conhecimentos, informações e outros serviços relevantes a nível local até 2025. A extensão agrícola é a função de fornecer conhecimentos baseados na necessidade e na procura em técnicas e competências agronómicas às comunidades rurais de uma forma sistemática e participativa. Por conseguinte, este indicador representa a percentagem de agricultores que têm acesso a serviços de aconselhamento agrícola através de formação, partilha de informações e outros serviços relacionados com o apoio à extensão aos agricultores e às pequenas e médias empresas nas cadeias de valor rurais. Os países que se situaram no objetivo ou no caminho certo foram o Botsuana, o Egipto, as Maurícias, Marrocos, o Senegal, as Seicheles, o Sudão do Sul, a Tunísia e o Zimbabué.

Relativamente à despesa total em investigação agrícola em percentagem do PIB (3.1v)

3.41. Este indicador tem por objetivo aumentar o nível de investimentos em investigação e desenvolvimento agrícola para, pelo menos, 1% do PIB agrícola entre 2015 e 2025. A despesa total em I&D agrícola em percentagem do PIB agrícola oferece uma perspetiva útil dos níveis relativos

de investimento em I&D agrícola nos países e ao longo do tempo. Note-se, no entanto, que não consideram o ambiente político e institucional em que ocorre a investigação agrícola, a dimensão e a estrutura mais amplas do sector agrícola e da economia de um país, ou as diferenças qualitativas no desempenho da investigação entre países, pelo que devem ser interpretados com cuidado (ASTI). Os dados relativos à despesa em I&D agrícola são divididos pelos valores totais do PIB agrícola retirados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial. Os países que atingiram o objetivo neste indicador foram Cabo Verde, Egipto, Gana, Maurícias, Marrocos, Serra Leoa, África do Sul e Tunísia.

Relativamente à proporção de agricultores com direitos fundiários (3.1vi)

3.42. Este indicador tem por objetivo assegurar que, até 2025, 100% dos agricultores e das empresas agro-industriais interessados na produção agrícola tenham direitos de acesso às terras necessárias. A terra é um fator-chave de produção e a investigação indica que a segurança da posse da terra é necessária para o investimento em novas tecnologias e práticas sustentáveis. Enquanto os homens enfrentam um conjunto de causas potenciais de insegurança da posse da terra, como um sistema jurídico que funciona mal e potenciais aquisições por parte de elites poderosas ou do governo, as mulheres enfrentam uma camada adicional de insegurança da posse da terra se os seus direitos não forem reconhecidos pela família, pela comunidade ou pela lei. Devido às variações nas disposições relativas à posse da terra, aos contextos culturais e aos quadros jurídicos, existem diferentes formas de conceitualizar os direitos à terra, incluindo a propriedade da terra, em todos os países e dentro de cada país. Este indicador inclui a terra detida individualmente ou em conjunto, reconhecendo que os padrões de propriedade exclusiva ou conjunta variam consoante os contextos e têm implicações diferentes em termos de lei e de direitos de propriedade. Como não existe uma definição oficial de população agrícola, recomenda-se a definição do indicador 5.a.1 dos ODS. Esta coerência também reduziria a carga sobre os serviços nacionais de estatística e os registos fundiários. A população agrícola adulta é definida como todos os indivíduos adultos que vivem em agregados familiares agrícolas - ou seja, agregados familiares que exploraram terras para fins agrícolas e/ou criaram/trataram de animais nos últimos 12 meses, independentemente do destino final da produção (definição do ODS 5.a.1). 2. Terras agrícolas: Em conformidade com a classificação proposta pelo Censo Mundial da Agricultura 2020 (CMA 2020), as terras são consideradas "terras agrícolas" de acordo com o seu uso (FAO, 2017). Em particular, as terras agrícolas incluem: terras com culturas temporárias; terras com prados e pastagens temporárias; terras em pousio temporário; terras com culturas permanentes; e terras com prados e pastagens permanentes. (definição do ODS 5.a.1). Os países que cumprem o objetivo neste indicador são o Botsuana, a Libéria e as Seicheles.

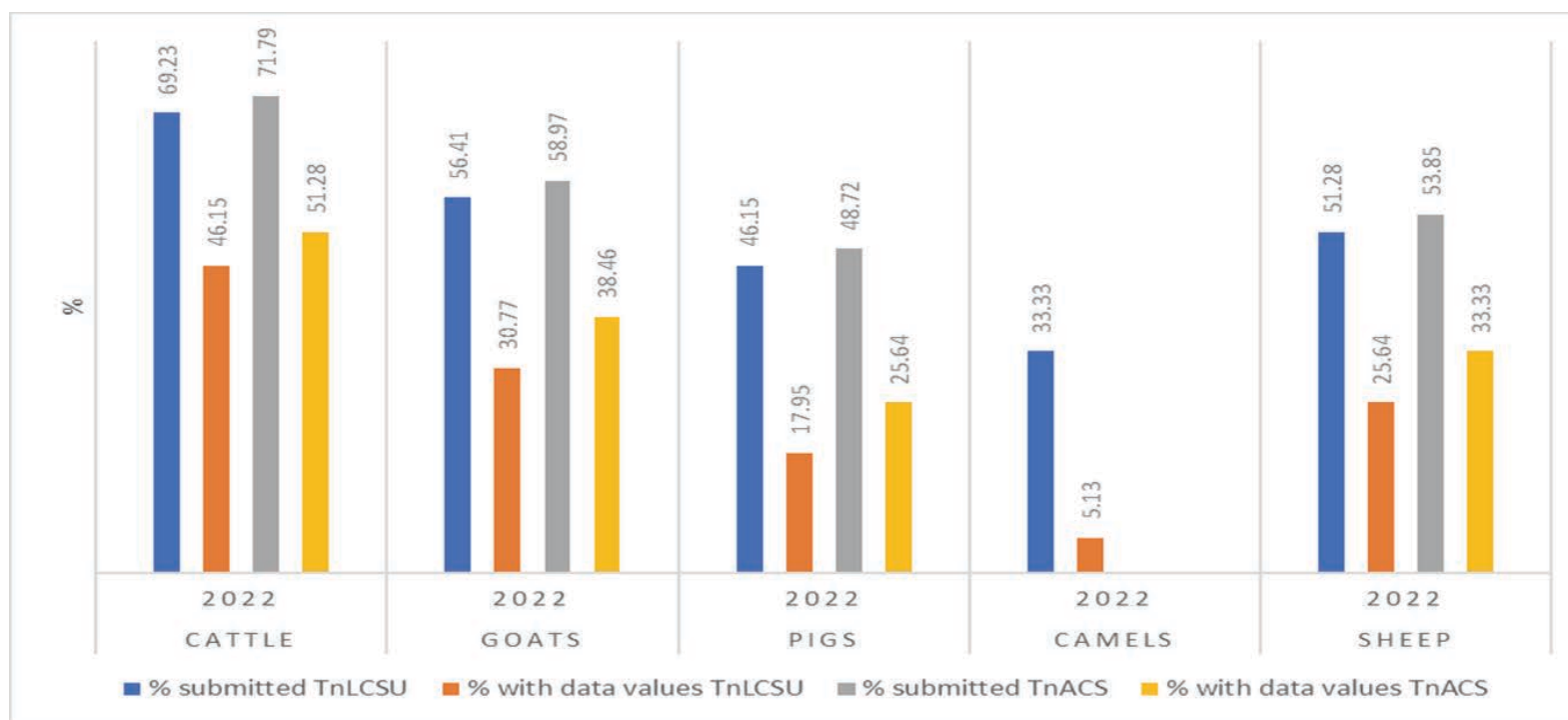
Sementes para animais (3.1vii)

- 3.43. O acesso e a utilização de sementes de qualidade para a pecuária são importantes para melhorar a produtividade e os rendimentos dos animais. No entanto, em África, os sistemas nacionais de avaliação e certificação só estão operacionais em alguns Estados-Membros. Por conseguinte, a maioria dos Estados-Membros depende exclusivamente de sementes importadas avaliadas e certificadas e de sementes pecuárias locais não avaliadas e não certificadas. Este cenário tornou o sector pecuário africano pouco competitivo e, mais importante ainda, excessivamente dependente de sementes de gado certificadas estrangeiras, que muitas vezes não são as mais adequadas para o sistema de produção local e, em última análise, também contribuem para a reprodução cruzada indiscriminada e para a substituição e perda de raças. As sementes animais são um indicador novo, mas igualmente importante, para o sector pecuário, destinado a acompanhar e comunicar as tendências das sementes animais avaliadas e certificadas localmente utilizadas nos Estados-Membros. O objetivo estratégico da pecuária é promover uma utilização mais ampla de raças de gado adaptadas localmente para melhorar de forma sustentável a segurança dos meios de subsistência e a resiliência em África. A meta de desempenho é alcançar um aumento de 5 por cento na utilização de sementes certificadas de gado adaptadas localmente até 2025, medido pelas alterações anuais nas proporções de sementes locais sobre o total de sementes certificadas nos Estados-Membros. A recolha de dados começou em 2023, com 2022 assumido como linha de base. Trinta e nove (39) Estados-Membros apresentaram relatórios sobre este indicador para cinco espécies, bovinos, caprinos, ovinos, suínos e camelos (ver Figura 3.2). Destes Estados Membros, a percentagem de sementes locais certificadas em uso foi reportada em 69% nos bovinos, 56% nos caprinos, 46% nos suínos e 51% nos ovinos. A Nigéria, o Quénia e o Egipto relataram um grande número de sementes pecuárias avaliadas e certificadas utilizadas em espécies bovinas, com o Gana, Eswatini e Cote Ivoire a documentar as raças reais. Além disso, o número total de todas as sementes pecuárias certificadas disponíveis (locais e importadas) por espécie/raça/ecótipo foi reportado em 72%, 59%, 49% e 54% em bovinos, caprinos, suínos e ovinos, respetivamente. No caso dos camelos, apenas foram comunicadas sementes locais no Egipto e na Nigéria.
- 3.44. A avaliação continental baseada no pLCSU mostra que as sementes certificadas avaliadas, representadas em 27,6% dos bovinos, 15,1% dos caprinos, 7,5% dos suínos e 14,1% dos ovinos, são de raças animais locais existentes nos respectivos Estados-Membros. Como evidenciado, a maioria dos Estados-Membros tem animais em idade reprodutiva que são inseminados artificialmente (NfcRa11) e o número total de pintos do dia fornecidos (NDOC), mas nenhuma ligação destas contagens totais se reflecte nos relatórios sobre sementes de gado. Recomenda-se que, para garantir dados fiáveis, a coordenação com os departamentos relevantes é fundamental, além disso, a necessidade de coordenar os Estados Membros através de organizações regionais relevantes (por exemplo, AU-IBAR) com o mandato em questão é fundamental. Os Estados Membros devem pôr em prática políticas e estratégias que promovam as sementes de gado locais para o desenvolvimento, utilização e conservação sustentáveis do gado, que são fundamentais para a subsistência (alimentação, nutrição e rendimento) e uma economia resiliente.

Acesso às sementes e à biotecnologia (3.1viii)

3.45. O Índice de Desempenho do Sector das Sementes (IDSS) é uma ferramenta de medição baseada numa única pontuação que fornece "uma visão panorâmica" da saúde dos sistemas de sementes em toda a África. O IDSS permite comparações entre países com o objetivo principal de alimentar o quarto relatório de revisão bienal da Comissão da União Africana (CUA). O SSPI segue 17 parâmetros, que foram seleccionados de entre mais de 150. Os indicadores são priorizados com base na sua força para avaliar uma área temática, bem como a disponibilidade de dados. O IDSS foi desenvolvido pelo Índice de Acesso a Sementes em África (IASA) em estreita colaboração com a AGRA e os membros do Comité Diretivo do ASBP. Este relatório apresenta dados sobre os 17 parâmetros de 44 Estados Membros da UA que os apresentaram. Estes dados foram recolhidos entre junho e agosto de 2023 com o apoio financeiro da AGRA e da CUA.

Figura 3.2: Percentagem de países que apresentaram dados sobre o indicador de sementes de gado



Fonte: Análise dos dados da quarta RB

Notas: Percentagem de países que apresentaram dados sobre o indicador de sementes de gado. TnLCU = Número total de sementes de gado certificadas localmente; TnACS = Número total de sementes de gado certificadas locais e importadas.

3.46. Além disso, estes países têm um sector privado vibrante envolvido em actividades chave no sistema de sementes. A África do Sul, a Zâmbia, o Zimbabué e o Quênia têm programas privados de melhoramento vibrantes que complementam os programas nacionais. Estes países também autorizaram o sector privado a envolver-se em serviços de garantia de qualidade, incluindo inspeção de sementes, testes de sementes

e análise de sementes, para aumentar os inspectores públicos de sementes. Outros países, como o Malawi, o Ruanda, a Nigéria, o Senegal e Moçambique, também enveredaram por um caminho semelhante.

- 3.47. Em 2022, os principais produtores de sementes de milho foram a Zâmbia com 131.017 TM, o Zimbabué com 50.480 TM, a África do Sul com 43.110 TM, o Quênia com 40.264 TM, a Nigéria com 37.714 TM e o Malawi com 21.993 TM. O Senegal produziu 68,226 MT de sementes de amendoim, enquanto o Egipto produziu 116,122 MT de sementes de trigo. Quanto às sementes de arroz, a Nigéria produziu 36 010 MT e o Egipto 13 708 MT. Relativamente às sementes de soja, a Zâmbia produziu 35.409 MT e a África do Sul 13.399 MT.
- 3.48. As Comores, a República do Congo, o Djibuti e o Sudão do Sul têm instrumentos de política de sementes incompletos ou não têm quaisquer instrumentos, um desafio que afecta outras áreas do sector de sementes nos respectivos países. Para além disso, a harmonização dos instrumentos nacionais de política de sementes com os regulamentos regionais de sementes é incompleta. A pouca semente melhorada que está disponível é importada e é usada por alguns agricultores comerciais ou programas de assistência. A maioria dos pequenos agricultores depende de sementes do sector informal.
- 3.49. Os sistemas de sementes são fundamentais para melhorar a segurança alimentar e nutricional e os meios de subsistência dos pequenos agricultores. Um sistema de sementes eficaz deve ser capaz de fornecer aos agricultores quantidades suficientes de sementes de qualidade a preços acessíveis. Com base na análise dos dados, as prioridades para a reforma do sector das sementes nos países seriam:

- Promulgação e implementação de instrumentos de política de sementes: As Comores, a República do Congo, o Djibuti, a Libéria e o Sudão do Sul não têm instrumentos de política de sementes, tais como leis de sementes, regulamentos de sementes ou ordens ministeriais. Para a Guiné-Bissau e o Lesoto, a maioria dos instrumentos de política de sementes não foi promulgada ou não está implementada. A conclusão e promulgação destes instrumentos é um primeiro passo fundamental para o estabelecimento de um sistema formal de sementes centrado no controlo da qualidade e na competitividade do sector privado.
- Reforçar a capacidade do governo para garantir a qualidade das sementes: As Comores, a República do Congo, o Djibuti, a Guiné-Bissau, o Lesoto, a Libéria e o Sudão do Sul não têm quaisquer autoridades reguladoras da semente.
- Explorar as oportunidades de transferência de tecnologia no âmbito dos instrumentos regionais de sementes: vários países libertaram mais variedades nos sistemas nacionais a partir de mecanismos regionais de libertação de variedades. Por exemplo, 60 por cento de todas as variedades de milho libertadas no Uganda em 2022 eram do catálogo do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). Enquanto 92% das variedades de milho lançadas em Moçambique em 2021 eram do catálogo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

- Aumentar o financiamento das instituições públicas de investigação agrícola: O Djibuti não tem um NARI. As NARIs nas Comores, Costa do Marfim, Jibuti, República do Congo, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria e Sudão do Sul têm um número inadequado de criadores e são mal financiadas.
- Criar associações nacionais de comércio de sementes onde elas não existam e reforçar as que existem: As Comores, a República do Congo, o Jibuti, o Lesoto e a Libéria não têm associações nacionais de sementes. As associações da Costa do Marfim e da Guiné-Bissau são fracas. O estabelecimento e o funcionamento correto das associações nacionais de comércio de sementes são fundamentais para o desenvolvimento de um sistema de sementes vibrante e competitivo. Isto porque estas entidades desempenham papéis chave na ligação entre o sector privado e as agências governamentais relevantes. Os países que têm sistemas de sementes fortes também têm associações comerciais de sementes dinâmicas.

3.3.3 Produtividade agrícola

A maioria dos indicadores de produtividade agrícola não estava a ser cumprida na maioria dos países.

Taxa de crescimento do valor acrescentado agrícola, em dólares americanos constantes, por trabalhador agrícola (3.2i)

3.50. Este indicador visa duplicar (aumento de 100 por cento) os actuais níveis de produtividade do trabalho agrícola até ao ano 2025 a partir do ano 2015. O valor acrescentado agrícola por trabalhador é uma medida da produtividade agrícola. O valor acrescentado na agricultura mede a produção do sector agrícola (Classificação Industrial Tipo Internacional de Todas as Actividades Económicas, Rev.4 ou ISIC divisões 1-5) menos o valor dos inputs intermédios. A agricultura inclui o valor acrescentado da silvicultura, da caça e da pesca, bem como do cultivo de culturas e da produção animal (IDM, Banco Mundial, 2016). Apenas três países atingiram o objetivo neste indicador, nomeadamente o Botsuana, as Comores e as Maurícias.

Taxa de crescimento do valor acrescentado agrícola, em dólares americanos constantes, por hectare de terra arável agrícola (3.2ii)

3.51. Este indicador visa duplicar (aumentar em 100 por cento) os actuais níveis de produtividade das terras agrícolas até 2025, a partir de 2015. O valor acrescentado agrícola por hectare de terra é uma medida da produtividade agrícola. A agricultura inclui o valor acrescentado da silvicultura, da caça e da pesca, bem como do cultivo de culturas e da produção animal (IDM, Banco Mundial, 2016). Mais uma vez, apenas três países estavam no bom caminho neste biénio, nomeadamente as Comores, as Maurícias e a Nigéria.

Taxa de crescimento dos rendimentos de cinco produtos de base prioritários nacionais (3.2iii)

3.52. Este indicador visa duplicar (aumento de 100 por cento) os actuais níveis de rendimento agrícola até ao ano 2025, a partir do ano 2015. Produção por unidade de superfície para os produtos. Na maioria dos casos, os dados relativos ao rendimento não são registados, sendo obtidos dividindo os dados relativos à produção pelos dados relativos à área colhida (FAO). Os países que estão no bom caminho neste biénio são a Guiné, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Serra Leoa e Zimbabué.

3.3.4 Perdas pós-colheita

3.53. A perda pós-colheita (desde a colheita até à venda) continua a ser uma questão crítica em África que afecta os esforços de produção para acabar com a fome e diminuir a pobreza para o bem-estar das populações. Como previsto nos compromissos de Malabo 2015, a redução para metade das perdas pós-colheita até 2025 contribuirá significativamente para aumentar a oferta de alimentos nos mercados nacionais. Numa altura em que a baixa produtividade, a insuficiência de terras aráveis e férteis, a fome, as alterações climáticas (inundações, secas, invasão de pragas), as catástrofes naturais (deslizamentos de terras, terramotos), os constrangimentos económicos, os elevados custos dos alimentos, a crise alimentar, os conflitos armados, o terrorismo, as deslocações internas e externas, a instabilidade política e os golpes de Estado são alguns dos problemas que afectam o sistema alimentar africano, a concentração na pós-colheita para aumentar os alimentos no continente torna-se um desafio que pode contribuir para o desenvolvimento global.

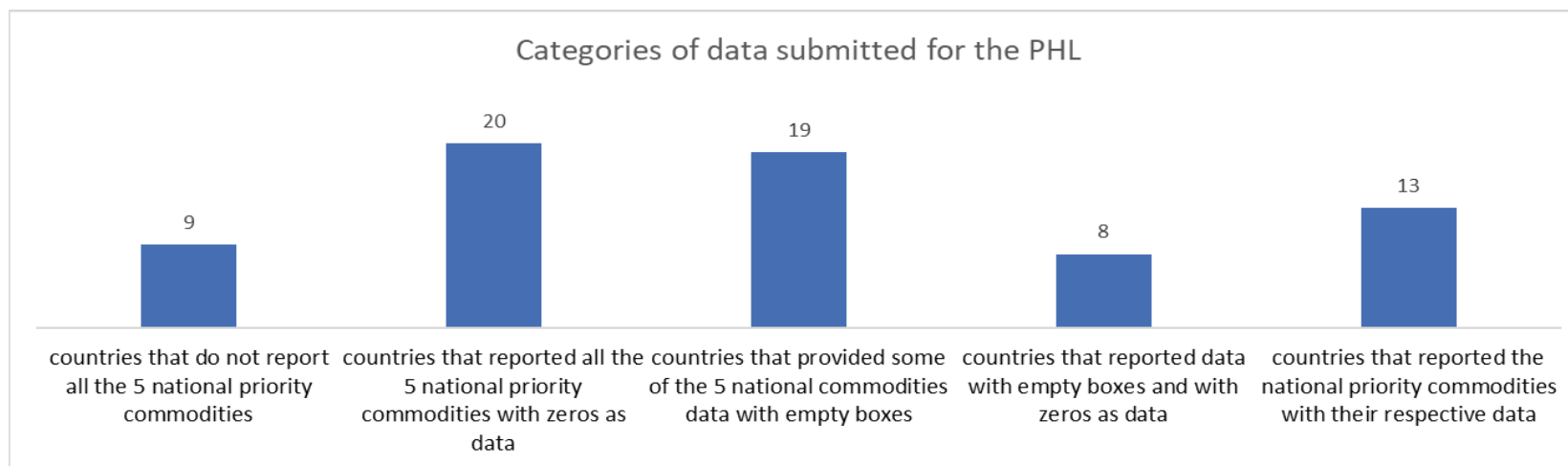
3.54. Conhecidas como perdas na quantidade e na qualidade dos alimentos produzidos desde a colheita até ao consumo, a redução para metade das perdas pós-colheita contribui para aliviar o fardo da escassez de alimentos e das consequências conexas. Por conseguinte, a gestão e o controlo dos alimentos colhidos desde a exploração agrícola até à mesa tornam-se um aspeto crucial a ter em conta para disponibilizar mais alimentos de qualidade às populações, melhorando simultaneamente a nutrição, reduzindo o custo dos alimentos e evitando a fome. Abordar as perdas pós-colheita é proteger os factores de produção utilizados na produção de alimentos crus, a fim de maximizar o acesso, a utilização e a estabilidade da segurança alimentar, o que é relevante para onexo entre alimentação e desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, a redução das perdas pós-colheita contribui para aumentar o desenvolvimento político e económico e atenuar as alterações climáticas, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa.

3.55. Dos 49 Estados-Membros que apresentaram dados no e-RB do quarto ciclo, trinta e cinco (35), ou seja, 71%, comunicaram dados sobre as PHL em diferentes categorias (ver figura 3.2). Isto inclui: Nove (9) ou 26% de países que não comunicaram todos os 5 produtos nacionais prioritários; vinte (20) ou 57% de países que comunicaram todos os 5 produtos nacionais prioritários com zeros como dados; dezanove (19)

ou 54% de países que forneceram alguns dos dados sobre os 5 produtos básicos nacionais com caixas vazias, oito (8) ou 23% de países que comunicaram alguns dados com caixas vazias e com zeros como dados e treze (13) ou 37% de países (Angola, Costa do Marfim, Comores, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Malawi, Mauritânia, Nigéria, Tanzânia, Togo e Zimbabué) de melhores práticas que comunicaram os cinco produtos básicos nacionais prioritários com os respectivos dados.

3.56. O indicador de pontuação continental de 2,37/9 confirma que África não está no bom caminho e, portanto, está a contribuir fortemente para as perdas pós-colheita, diminuindo a economia mundial. Sabendo que a pontuação africana de segurança alimentar e nutricional é de 2,35/9, podemos facilmente notar que a pontuação PHL é mais elevada do que a pontuação de segurança alimentar e nutricional (pontuação PHL: 2,37 > pontuação de segurança alimentar e nutricional 2,35/9). Podemos, portanto, dizer que se as perdas pós-colheita fossem reduzidas para metade, como esperado, a pontuação do indicador de segurança alimentar e nutricional poderia ser 3,83/8,55, muito mais elevada do que as perdas pós-colheita.

Figura 3.3: Percentagem de países que apresentaram dados sobre as perdas pós-colheita



Fonte: Análise dos dados da quarta RB

3.3.5 Proteção social

- 3.57. Rubricas orçamentais (percentagem) relativas à proteção social como percentagem das necessidades totais de recursos para a cobertura dos grupos sociais vulneráveis
- 3.58. No que diz respeito à meta continental de autorizar, dentro dos orçamentos nacionais, rubricas orçamentais que ascendam a 100 por cento das necessidades totais de recursos para a cobertura dos grupos sociais vulneráveis, de 2015 a 2025, para utilização no apoio a iniciativas de proteção social e para fazer face a eventuais catástrofes e emergências com implicações na segurança alimentar e nutricional, apenas oito dos 36 países que apresentaram relatórios estão no bom caminho em 2023. São eles - Angola, Guiné-Bissau, Madagáscar, Marrocos, Namíbia, Serra Leoa, África do Sul e Zâmbia. Dezanove países estão a progredir bem, tendo alcançado 50 por cento ou mais dos 100 por cento das necessidades totais de recursos para a cobertura dos grupos sociais vulneráveis. São eles, Burundi (82,6%), Burkina Faso (70,6%), Etiópia (99,8%), Gabão (85,7%), Guiné (60,8%), Quênia (90,6%), Libéria (65,6%), Malawi (94,2%), Mali (72,5%), Marrocos (99. 9 por cento), Moçambique (88,6 por cento), Níger (50,9 por cento), Nigéria (52,5 por cento), Eswatini (61,8 por cento), Tanzânia (78,8 por cento), Tunísia (74,6 por cento), Ruanda (66,5 por cento), Uganda (89,7 por cento) e Zimbabué (81,7 por cento). Note-se que, no âmbito dos orçamentos nacionais, os montantes das rubricas orçamentais destinadas a apoiar iniciativas de proteção social e a fazer face a eventuais catástrofes e emergências com implicações na segurança alimentar e nutricional são ainda muito baixos (menos de 50%) em 10 Estados-Membros. São eles: Senegal (49,9 por cento), Benim (49,5 por cento), Gâmbia (48,9 por cento), Cabo Verde (48,7 por cento), Costa do Marfim (45,4 por cento), Lesoto (18,6 por cento), Gana (17,2 por cento), República Centro-Africana (7,8 por cento), Egípto (6,9 por cento) e Togo (0,7 por cento). A implicação é que estes países têm sistemas de segurança social fracos para cuidar dos segmentos mais vulneráveis da população em casos de desastres/emergências.

3.3.6 Segurança alimentar e nutricional

Prevalência de atraso de crescimento (3.5i)

- 3.59. O objetivo continental de reduzir a prevalência do raquitismo (percentagem de crianças de 0-59 meses de idade com uma altura para a idade Z-score de <-2 DP) para 10% ou menos, ainda não foi alcançado em 2023. Dos 40 Estados-Membros que apresentaram relatórios sobre o atraso de crescimento, apenas 7 estão no bom caminho. São eles: Cabo Verde (10 por cento), Comores (8,8 por cento), Etiópia (0,39 por cento), Gabão (0,14 por cento), Maurícias (8,6 por cento), Seychelles (6,7 por cento) e Tunísia (0,01 por cento). É de notar que todos estes 7 países que estão no bom caminho em 2023 já atingiram o valor de referência de 2025 para a redução do atraso no crescimento. Quatro

países estão a fazer progressos no sentido de reduzir a prevalência de atraso de crescimento para 10% ou menos até 2025. São eles: Burkina Faso (20,2 por cento), Egito (12,8 por cento), Quênia (17,6 por cento) e Somália (18,0 por cento). No entanto, o atraso no crescimento ainda é muito elevado (acima de 25%) em 19 Estados-Membros. São eles: Uganda (26 por cento), Serra Leoa (26,2 por cento), Zimbabué (26,7 por cento), Camarões (28,7 por cento), Guiné-Bissau (29,9 por cento), Libéria (30 por cento), Tanzânia (30 por cento), Guiné (30 por cento), Nigéria (30,5 por cento), Eswatini (30,5 por cento), Benim (32,2 por cento), Ruanda (32,4 por cento), Zâmbia (34,6 por cento), Malawi (35,5 por cento), Moçambique (37 por cento), Lesoto (46,4 por cento), Níger (47 por cento), Burundi (55,8 por cento) e Madagáscar (79,7 por cento). Estes países devem duplicar os seus esforços para reduzir a subnutrição e trabalhar para atingir o objetivo.

Prevalência de peso insuficiente (3.5ii)

3.60. O objetivo continental de reduzir a prevalência de peso insuficiente (percentagem de crianças de 0-59 meses de idade com um escore Z de peso para a idade <-2 DP) para 5% ou menos até 2025, ainda não está no caminho certo em 2023. Dos 39 Estados-Membros que comunicaram progressos na redução do peso insuficiente, apenas 8 estão no bom caminho. São eles: Gabão (0,05 por cento), Etiópia (0,22 por cento), Moçambique (0,68 por cento), Tunísia (1,6 por cento), Marrocos (2,9 por cento), Egito (3,7 por cento), Seychelles (3,85 por cento) e Cabo Verde (5 por cento). É de notar que todos estes 8 Estados-Membros que estão no bom caminho em 2023 atingiram o valor de referência de 2025 para o peso insuficiente. Quatro dos 31 países que não estão no bom caminho estão, no entanto, a fazer progressos no sentido de reduzir a prevalência do peso insuficiente para 5% ou menos até 2025. São eles: Burkina Faso (13,2 por cento), Comores (8,8 por cento), Gâmbia (11,6 por cento) e Uganda (7,8 por cento). Infelizmente, porém, o peso insuficiente é ainda muito elevado (superior a 25%) em 4 Estados-Membros. São eles: Zimbabué (26,7 por cento), Burundi (27,6 por cento), Níger (33,7 por cento) e Madagáscar (46,9 por cento).

Prevalência de emaciação (3.5iii)

3.61. A meta continental de reduzir a prevalência de emaciação (porcentagem de crianças de 0 a 59 meses de idade com um escore Z de altura para peso <-2 DP) para 5% ou menos até o ano de 2025 ainda não está no caminho certo em 2023. Dos 40 Estados-Membros que comunicaram dados sobre a emaciação, 21 (53%) estão no bom caminho. São eles: Gabão (0,03 por cento), Etiópia (0,11 por cento), Seicheles (1 por cento), Lesoto (1,4 por cento), Mali (2,1 por cento), Tunísia (2,1 por cento), Ruanda (2,4 por cento), Malawi (2,6 por cento), Marrocos (2,6 por cento), Uganda (2,9 por cento), Tanzânia (3,5 por cento), Cabo Verde (4 por cento), Zâmbia (4,2 por cento), Camarões (4,3 por cento), Benim (4,5 por cento), República Centro-Africana (4,5 por cento), Burundi (4,8 por cento), Quênia (4,9 por cento), Gâmbia (5,1 por cento), Congo (5,25 por cento) e Moçambique (5,2 por cento). É de notar que 18 Estados-Membros atingiram o valor de referência de 2025 para o

desperdício e estes são: Gabão (0,03%), Etiópia (0,11%), Seychelles (1%), Lesoto (1,4%), Mali (2,1%), Tunísia (2,1%), Ruanda (2,4%), Malawi (2,6%), Marrocos (2,6%), Uganda (2,9 por cento), Tanzânia (3,5 por cento), Cabo Verde (4 por cento), Zâmbia (4,2 por cento), Camarões (4,3 por cento), Benim (4,5 por cento), República Centro-Africana (4,5 por cento), Burundi (4,8 por cento), Quênia (4,9 por cento). Quatro países estão a fazer progressos para atingir o objetivo até 2025. São eles: Togo (5,7 por cento), Egito (6,0 por cento), Burkina Faso (7,0 por cento) e Comores (8,8 por cento). O desperdício é ainda inesperadamente muito elevado (acima de 25%) num Estado-Membro (Sudão do Sul). Este país tem de duplicar os seus esforços para reduzir a subnutrição e trabalhar para atingir o objetivo.

Prevalência da subnutrição (3.5iv)

3.62. No que diz respeito à melhoria da segurança alimentar e da nutrição, os progressos no sentido do objetivo de reduzir a proporção da população subnutrida para 5% ou menos no continente até 2025 ainda não estão no bom caminho. Dos 37 Estados-Membros que apresentaram relatórios sobre este indicador, apenas 9 países estão no bom caminho. São eles: Tunísia (0,04 por cento), Camarões (0,14 por cento), Etiópia (0,2 por cento), Seychelles (1,3 por cento), Marrocos (3,4 por cento), Tanzânia (3,8 por cento), Gana (4,1 por cento), Egito (5,2 por cento) e Libéria (7,1 por cento). Vale a pena notar que 7 Estados-Membros já atingiram o objetivo de 2025 para a subnutrição mesmo em 2023 e são eles: Tunísia (0,04 por cento), Camarões (0,14 por cento), Etiópia (0,2 por cento), Seychelles (1,3 por cento), Marrocos (3,4 por cento), Tanzânia (3,8 por cento), Gana (4,1 por cento). Três Estados-Membros estão a progredir bem, tendo atingido 50 por cento ou mais do objetivo de reduzir a proporção da população subnutrida para 5 por cento ou menos no continente, até ao ano 2025. São eles: Senegal (5,64 por cento), Moçambique (8,9 por cento) e Burundi (9,0 por cento). É dececionante notar, no entanto, que a prevalência da subnutrição ainda é muito elevada (acima de 25%) em 7 Estados Membros, nomeadamente: Serra Leoa (26,2 por cento), Quênia (26,9 por cento), Uganda (31,6 por cento), Congo (33,3 por cento), Zimbabué (36 por cento), Madagáscar (37 por cento) e Guiné-Bissau (37,9 por cento). Para estes países, é importante pôr em prática medidas e políticas que reduzam urgentemente a prevalência da subnutrição entre a população para atingir um dos objectivos de desenvolvimento sustentável de fome zero.

Taxa de crescimento da proporção de mulheres com diversidade alimentar mínima (3.5v)

3.63. O objetivo continental de aumentar a proporção de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) que atingem a diversidade alimentar mínima em 50% até 2025 não está no bom caminho em 2023. Dos 23 Estados-Membros que apresentaram relatórios, apenas 5 estão no bom caminho. São eles: Gana, Sudão do Sul, Quênia, Mali e Serra Leoa. Dos dezoito países que não estão no bom caminho para este indicador, dois

Estados-Membros estão a progredir bem no sentido de alcançar o objetivo de aumentar a proporção de mulheres em idade reprodutiva que atingem a diversidade alimentar mínima para 50% até 2025. São eles: Etiópia (40,0 por cento) e Ruanda (23,0 por cento). Dado que este indicador é uma indicação da qualidade do regime alimentar, incluindo a adequação dos micronutrientes, os países que não estão no bom caminho são encorajados a adotar urgentemente medidas para alcançar um regime alimentar diversificado e o fornecimento de micronutrientes a todas as mulheres em idade reprodutiva no seu país.

Proporção de crianças de 6-23 meses de idade que cumprem a Dieta Mínima Aceitável (3.5vi)

3.64. A meta continental de aumentar a proporção de crianças (6-23 meses de idade) que recebem a dieta mínima aceitável para pelo menos 50% até o ano 2025 não está no caminho certo em 2023. Dos 32 Estados-Membros que apresentaram relatórios, apenas 2 estão no bom caminho. São eles: A Gâmbia (86%) e a Tunísia (63%). É encorajador, no entanto, notar que um Estado-Membro, o Gana (41,4%), está a progredir de forma constante para atingir o objetivo até 2025, se não relaxar na implementação de políticas nutricionais que visem as crianças deste grupo etário. Isto é importante porque a agricultura é a principal estratégia visada pela declaração de Malabo para ter impacto na nutrição. É dececionante notar que a proporção de crianças (6-23 meses de idade) que recebem a dieta mínima aceitável é ainda muito baixa (menos de 10%) em 8 Estados-Membros, nomeadamente o Malawi (8,1%), o Zimbabué (6%), o Sudão do Sul (5,9%), a Serra Leoa (4,9%), o Mali (4,2%), a Guiné (4%), o Congo (3,5%) e a Etiópia (0,08%).

Redução da prevalência de indivíduos adultos (15 anos ou mais) que sofrem de insegurança alimentar moderada e grave na população (3.5vii)

3.65. O objetivo continental de reduzir em 50%, até 2025, a proporção de indivíduos adultos (15 anos ou mais) em situação de insegurança alimentar moderada e grave, com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar, não foi alcançado em 2023. Dos 28 Estados-Membros que comunicaram dados sobre este indicador, 13 estão no bom caminho. São eles: Costa do Marfim, Jibuti, Quênia, Zimbabué, Uganda, Lesoto, Etiópia, Tunísia, Sudão do Sul, Nigéria, Congo, Gana e Moçambique. Nenhum Estado-Membro está a progredir bem na consecução do objetivo para este indicador e quinze Estados-Membros que comunicaram dados não estão completamente no bom caminho. Estes países que não estão no bom caminho e não estão a progredir bem são encorajados a promover iniciativas para melhorar o estado nutricional e, em particular, a eliminação da fome e da subnutrição infantil, reduzindo a prevalência da subnutrição e da insegurança alimentar dos adultos.

Custo de um regime alimentar saudável em percentagem das despesas alimentares do agregado familiar (3.5viii)

3.66. Note-se que este indicador capta o custo e a acessibilidade dos regimes alimentares saudáveis e é um indicador útil do acesso económico das pessoas a alimentos nutritivos e a regimes alimentares saudáveis. Por conseguinte, é importante que os Estados-Membros diversifiquem os seus regimes alimentares utilizando os alimentos disponíveis localmente para satisfazer as necessidades energéticas e as directrizes alimentares baseadas nos alimentos para uma pessoa representativa com um balanço energético de 2 330 kcal/dia. Para o conseguir, é necessário diversificar os sistemas alimentares desses países.

3.3.7 Medidas sanitárias e fitossanitárias (SF)

3.67. Em 2020, os Estados-Membros aprovaram o Quadro de Políticas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da UA através da Decisão EX.CL/Dec. 1074(XXXVI). O Quadro de Política SPS centra-se na implementação de medidas SPS para salvaguardar a saúde dos consumidores e os produtos agrícolas comercializados. As medidas SPS incluem regulamentos com base científica para proteger a vida ou a saúde humana, animal ou vegetal. Foram introduzidos três indicadores SPS para avaliar o progresso da implementação: Indicador de Sistemas SPS (SSI), com o objetivo de obter sistemas SPS 100% funcionais até 2025; Indicador de Saúde SPS (SHI), com o objetivo de reduzir em 50% as doenças de origem alimentar até 2025; e Indicador de Comércio SPS (STI), com o objetivo de reduzir em 50% a rejeição de unidades devido ao não cumprimento das SPS até 2025. Os Estados-Membros também aprovaram decisões estratégicas sobre saúde animal (EX.CL/Dec. 1074(XXXVI)), Segurança Alimentar (EX.CL/Dec.1144(XL)) e Fitossanidade (EX.CL/Dec.1144(XL)). Estas medidas estão em conformidade com os objectivos da Declaração de Malabo e com a visão africana de práticas comerciais mais seguras, de uma maior segurança alimentar e de uma África mais saudável e mais próspera. Os sistemas SPS funcionais são caracterizados por:

- estruturas de governação robustas, incluindo políticas de qualidade, autoridades competentes funcionais com uma coordenação inter-agências eficaz para a aplicação e cumprimento,
- capacidades humanas e institucionais para gerir eficazmente as pragas e doenças das plantas e dos animais, e os riscos de segurança alimentar; e
- Participação efectiva nos quadros internacionais de harmonização e de facilitação do comércio.

3.68. No que diz respeito ao progresso do Indicador de Sistemas SPS, nenhum dos 49 Estados Membros relatores atingiu o valor de referência de 9 em 10, indicando que nenhum está no caminho certo para atingir a meta de 100% de sistemas SPS funcionais. No entanto, é de salientar que 15 dos 49 Estados-Membros, representando 31% do total, obtiveram uma pontuação louvável de 7 ou superior, o que indica um progresso

substantial nos seus sistemas SPS. Estes Estados-Membros, juntamente com a respectiva pontuação, são os seguintes Quénia (8,8), Mali (8,1), Marrocos (8,8), Ruanda (8,3), África do Sul (8,3), Tunísia (8,7), Nigéria (7,7), Benim (7,2), Burkina Faso (7,4), Burundi (7,5), Gâmbia (7,1), Gana (7,3), Madagáscar (7,4), Tanzânia (7,1) e Zimbabué (7,4). No que diz respeito aos progressos realizados no indicador de saúde SPS, oito Estados-Membros (16%) atingiram o valor de referência de 9. Estes Estados-Membros, que incluem o Burundi, a Gâmbia, o Quénia, Moçambique, a Nigéria, a Tanzânia, o Togo e o Zimbabué, estão no bom caminho para a redução de 50% das doenças diarreicas de origem alimentar e da mortalidade associada, demonstrando progressos positivos na melhoria da saúde pública. A introdução de indicadores SPS é significativa, mas subsistem desafios. A apresentação de dados incompletos sobre o indicador de saúde SPS por alguns dos países que progrediram bem no indicador de sistemas SPS pode ter explicado o seu baixo desempenho no indicador de saúde SPS. A introdução de indicadores SPS é um passo significativo para medir o progresso na implementação do Quadro de Política SPS da UA. Apesar dos progressos registados por alguns Estados Membros, continuam a existir desafios na implementação de sistemas SPS com base científica. Os sistemas SPS funcionais estão em conformidade com os objectivos da Declaração de Malabo e com a visão de África para um comércio seguro, uma maior segurança alimentar e uma África mais saudável e próspera. É necessário um maior investimento a nível nacional para: reforçar as estruturas de governação SPS, criar capacidades para gerir os riscos SPS, melhorar a coordenação interministerial em matéria de SPS, implementar medidas de melhoria da saúde e facilitar os mecanismos de partilha de dados para atingir os objectivos de protecção da vida ou da saúde humana, animal ou vegetal e aumentar o comércio.

3A.4 Compromisso 4: Reduzir para metade a pobreza através da agricultura até 2025

3.69. Acabar com a fome através do desenvolvimento agrícola continua a ser um dos principais objectivos dos Estados Membros da UA. Em muitos Estados-Membros, uma parte significativa da população depende da agricultura como principal fonte de subsistência. A melhoria do desempenho do sector agrícola tem, portanto, um impacto direto em milhões de pessoas, tirando-as da pobreza e melhorando a sua qualidade de vida. É, por conseguinte, decepcionante que, tal como em 2021, em 2023 apenas um (1) Estado-Membro, o Gana, dos quarenta e nove (49), em comparação com nove (9) dos quarenta e nove (49) e vinte e sete (27) países dos quarenta e sete (47) que estavam no bom caminho em 2019 e 2017, respetivamente. O compromisso de reduzir a pobreza para metade através da agricultura no âmbito da agenda CAADP/Malabo não é apenas um objetivo numérico. É uma visão para uma África próspera, resiliente e vibrante, onde a agricultura é o farol que abre o caminho. A realização deste objetivo colocará o continente numa trajetória de crescimento sustentável, garantindo o bem-estar e a prosperidade da sua população.

- 3.70. Taxa de crescimento agrícola. Um dos compromissos permanentes dos Estados Membros da União Africana desde Maputo e reiterado na Declaração de Malabo é a obtenção de uma taxa de crescimento mínima de 6% do valor acrescentado da agricultura por ano. No quarto BR, dos quarenta e nove (49) Estados Membros que apresentaram relatórios sobre a taxa de crescimento do indicador do valor acrescentado da agricultura, onze (11) estão no bom caminho para atingir consistentemente uma taxa de crescimento anual de pelo menos 6%. Estes incluem o Benim, o Botswana, o Burkina Faso, o Egipto, a Gâmbia, o Gana, a Guiné, as Maurícias, o Níger, a Nigéria e o Togo. Trata-se de uma diminuição significativa em relação ao terceiro período de referência das RB (2021), em que vinte e um países estavam no bom caminho. No entanto, o desempenho da quarta RB é ainda superior ao do segundo período de referência da RB (2019), em que apenas três países estavam no bom caminho; embora abaixo do período de referência da RB inaugural (2017), em que dezoito (18) países tinham alcançado uma taxa de crescimento de pelo menos 6% e, por conseguinte, estavam no bom caminho.
- 3.71. Taxa de pobreza. Neste ciclo, quarenta e nove Estados-Membros apresentaram relatórios sobre este indicador. Em comparação com 2019, em que nenhum país estava no bom caminho, na quarta RB apenas três Estados-Membros (Benim, Cabo Verde, Marrocos) estão no bom caminho. Trata-se de uma melhoria, mas o desempenho é preocupante, uma vez que a persistência de elevadas taxas de pobreza em muitos Estados-Membros tem um impacto significativo no sistema alimentar de África, desde a produção até ao consumo. A importância da redução da taxa de pobreza para a transformação do sistema alimentar de África não pode ser subestimada. A pobreza afecta todas as facetas do sistema alimentar, desde as sementes semeadas no solo até aos alimentos na mesa. Para que África concretize a sua visão de um sistema alimentar transformado, eficiente e resistente, a luta contra a pobreza não é apenas benéfica - é essencial.
- 3.72. Diferença entre o preço grossista e o preço à saída da exploração. Um aspeto crítico que está em sintonia com os objectivos da agenda do PIDAA/Malabo é a redução da diferença entre o preço por grosso e o preço à saída da exploração. Na quarta RB, apenas oito Estados-Membros (Essuatíni, Gana, Mali, Ruanda, Serra Leoa, Tunísia, Marrocos e Uganda) estão no bom caminho entre os dezanove países que apresentaram relatórios sobre este indicador. O desempenho é ligeiramente superior ao registado em 2021 com um grupo diferente de Estados-Membros (RD Congo, Nigéria, Tanzânia e Zimbabué). A redução da diferença entre o preço por grosso e o preço à saída da exploração não é apenas um imperativo económico, mas é fundamental para a visão transformadora da agenda do PIDAA/Malabo. A sua concretização não só ajudará milhões de agricultores, como também lançará as bases de um sistema alimentar africano robusto, resistente e equitativo.
- 3.73. Parcerias Público-Privadas (PPP) estabelecidas com uma forte ligação à agricultura de pequena escala. No seu cerne, a agenda PIDAA/Malabo tem como objetivo o crescimento agrícola inclusivo, a segurança alimentar e a resiliência. Neste quadro, o papel das Parcerias Público-Privadas (PPP) com uma forte ligação à agricultura dos pequenos agricultores não pode ser subestimado. No ciclo de relatórios de 2021, apenas 15 estavam no bom caminho no que respeita a este indicador. Em 2023, dos trinta e seis Estados-Membros que apresentaram relatórios, dezoito estão no bom caminho (Burkina Faso, Burundi, Côte d'Ivoire, Egipto, Eswatini, Etiópia, Gâmbia, Gana,

Quênia, Madagáscar, Mali, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul, Tanzânia, Tunísia e Uganda). A maioria dos países que estavam no bom caminho no ciclo anterior conseguiu manter o mesmo desempenho. Isto é importante porque, para que a agenda do PIDAA/Malabo concretize a sua visão de uma paisagem agrícola africana transformada, é imperativo o envolvimento de todas as partes interessadas, incluindo o sector privado. As PPP, quando centradas nas necessidades e aspirações dos pequenos agricultores, podem atuar como catalisadores, acelerando o progresso em direção aos objectivos da agenda PIDAA/Malabo.

- 3.74. Percentagem de jovens que está envolvida em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor da agricultura. Os governos de África reconheceram que a agricultura é o motor do crescimento, do emprego e da criação de riqueza. Também tem havido preocupações sobre a promoção de empregos decentes (objetivo de desenvolvimento sustentável 8) através do desenvolvimento da cadeia de valor da agricultura e da agro-tecnologia para a população jovem. Além disso, é necessário assegurar uma sucessão adequada para a população agrícola em envelhecimento. Dos trinta e quatro Estados-Membros que apresentaram relatórios, apenas onze (11) países (Benim, Egipto, Gana, Quênia, Malawi, Mali, Marrocos, Nigéria, Tanzânia, Zimbabué e Uganda) estavam no bom caminho para atingir pelo menos 30% de jovens envolvidos em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor da agricultura.
- 3.75. Proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura. Os países comprometeram-se a apoiar e a facilitar a entrada e a participação preferenciais das mulheres em oportunidades lucrativas e atractivas no sector agroindustrial. A participação das mulheres na agricultura é limitada por vários obstáculos, como o acesso à terra, ao financiamento, ao mercado, etc. Por conseguinte, os Estados-Membros fixaram o objetivo de aumentar para 20% a proporção de mulheres rurais com poder de intervenção na agricultura até 2025. Dos quarenta e nove (49) Estados Membros que apresentaram relatórios no quarto BR, sete estão no bom caminho em relação a um marco de uma pontuação de 9. Estes Estados Membros são o Egipto, a Etiópia, o Gabão, o Gana, a Guiné, o Quênia e o Ruanda. Esta foi uma regressão no desempenho do relatório de 2021, onde dez (10) dos vinte e três (23) Estados-Membros estavam no bom caminho. Vale a pena notar que, no atual ciclo de relatórios, a Guiné e o Quênia juntaram-se aos Estados-Membros no bom caminho, enquanto dois Estados-Membros estão a progredir bem para alcançar o objetivo: Eswatini (8,2) e Gâmbia (6,7). Dos dez (10) que estavam no bom caminho em 2021, a Tunísia e o Togo regrediram no relatório de 2023 e já não estão no bom caminho. Em geral, os Estados-Membros apresentaram relatórios fracos sobre este indicador, com pelo menos trinta e três com dados em falta/incompletos.

3A.5 Compromisso 5: Impulsionar o comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços

- 3.76. O objetivo do PIDAA para impulsionar o comércio intra-africano é triplicar o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas até 2025. Para atingir este objetivo, os Estados-Membros comprometeram-se a realizar dois objectivos: (1) aumentar o valor do comércio intra-

africano de produtos e serviços agrícolas em 200% até 2025, em relação aos níveis de 2015, e (2) criar um ambiente propício ao comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas, melhorando a política comercial e o ambiente institucional.

- 3.77. Para o período do QR de 2023, uma área de desempenho adicional, ou seja, o acompanhamento rápido da implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) foi adicionada para acompanhamento no âmbito deste compromisso após o início oficial do comércio ao abrigo deste acordo em janeiro de 2021. No entanto, as suas pontuações não foram incluídas no cálculo do desempenho global do tema.
- 3.78. Em 2023, nenhum dos Estados-Membros que apresentaram relatórios estava no bom caminho para alcançar o objetivo global no âmbito do tema 5 sobre a promoção do comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços. Na RB de 2017, três (3) países estavam no bom caminho (Lesoto, Níger e Senegal), em 2019 o número aumentou para vinte e nove (29) Estados-Membros (Benim, República Centro-Africana, Eritreia, Guiné, Madagáscar, Serra Leoa, Angola, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Quênia, Mali, Mauritânia, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Togo, Tunísia, Uganda e Zâmbia). Em 2021, o número de BR foi reduzido para quatro (4) Estados-Membros (Botsuana, Nigéria, Senegal e Serra Leoa). O desempenho observado em 2023 é, por conseguinte, o pior registo até agora nos quatro ciclos de RB realizados até à data. No entanto, no âmbito da categoria de desempenho 5.1 específica sobre a triplicação do comércio intra-africano, dois Estados-Membros (Ruanda e Zâmbia) estavam no bom caminho para triplicar o seu comércio com outros países do continente. No âmbito da categoria de desempenho 5.2, relativa à facilitação do comércio através da criação de políticas comerciais e condições institucionais favoráveis, apenas um Estado-Membro, a Guiné Equatorial, estava no bom caminho.
- 3.79. A pontuação do tema para o compromisso 5 foi a mais baixa de todas as pontuações dos temas neste quarta RB, situando-se em 2,23 contra uma pontuação mínima de 9,00. Registou-se um desempenho ligeiramente melhor no ponto 5.2, relativo às políticas e instituições comerciais intra-africanas (4,05), em comparação com a pontuação de 0,41 no ponto 5.1, relativo ao comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços.
- 3.80. A nível regional, nenhuma das regiões estava no bom caminho para cumprir este compromisso. O desempenho variou ligeiramente entre as regiões; a África Oriental obteve a pontuação mais elevada (2,54), seguida da África Ocidental (2,26) e da África Austral com 2,14. A África Central e o Norte de África tiveram um desempenho fraco, com pontuações de 1,67 e 2,21, respetivamente. Em comparação com o FE 2021, a África Central e Oriental registaram uma ligeira melhoria no desempenho, enquanto o desempenho da África do Norte, Austral e Ocidental diminuiu.
- 3.81. É igualmente de salientar que a maioria dos Estados-Membros que apresentaram relatórios no ciclo do FE de 2023 tinha ratificado a ZCLCA. Este é um acordo continental emblemático para impulsionar o comércio no continente. Embora a sua implementação tenha começado apenas há alguns anos, é necessário intensificá-la. Existe um enorme potencial e oportunidades para os países comercializarem mais uns com os

outros, daí a necessidade de aumentar e facilitar mais o comércio entre os Estados Membros para utilizar este potencial, especialmente na redução de barreiras não tarifárias e no estabelecimento de mecanismos fortes e eficazes de resolução de litígios.

3A.6 Compromisso 6: Reforçar a capacidade de resistência à variabilidade climática

- 3.82. Este compromisso é fundamental no contexto do tema do quarto relatório de revisão bienal, Melhorar a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). O compromisso de aumentar a resiliência à variabilidade climática destina-se a ajudar a melhorar a capacidade de resiliência das famílias aos riscos relacionados com o clima e as condições meteorológicas e outros choques e a criar um investimento permanente no reforço da resiliência. Isto é fundamental, dado o recente aumento da frequência e da gravidade de choques como secas, inundações e conflitos.
- 3.83. Este compromisso é acompanhado através de quatro indicadores específicos, três dos quais são destacados no presente relatório, nomeadamente, a percentagem de agregados familiares agrícolas, pastoris e piscatórios que melhoraram a sua capacidade de resiliência aos choques relacionados com o clima e as condições meteorológicas, a percentagem de terras agrícolas sujeitas a práticas sustentáveis de gestão das terras e a existência de rubricas orçamentais governamentais e de um ambiente propício para responder às necessidades de despesa em iniciativas de reforço da resiliência. O quarto indicador, relativo às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) provenientes da agricultura, não é comunicado devido à incoerência dos dados provenientes de diferentes fontes, unidades e protocolos de medição, o que o torna omissos neste ciclo. Além disso, o parâmetro recém-introduzido sobre a "percentagem da despesa pública gasta em iniciativas de reforço da resiliência, especificamente em sistemas de alerta precoce e de resposta, redes de segurança social e seguros de índices baseados no clima" é analisado na sua fase piloto para garantir que é suficientemente robusto e adequado (perfil, fórmula, disponibilidade de dados, etc.) para ser totalmente integrado no próximo ciclo da RB.
- 3.84. Em termos da sua preparação para enfrentar as alterações climáticas e outras crises potenciais, o continente está atualmente aquém do seu compromisso de criar resiliência. A pontuação média do continente a este respeito é de 5,91, com as regiões ocidental (6,95) e oriental (6,51) a emergirem como líderes neste domínio. Em contrapartida, a África Austral fica atrás, com a pontuação mais baixa de 4,65.
- 3.85. Quando se trata de medir os esforços investidos na resiliência aos riscos relacionados com o clima e outros choques, as regiões ocidental (6,47), oriental (6,38) e setentrional (5,58) têm um desempenho acima da média continental de 5,17. Por outro lado, quando se avaliam os investimentos no reforço da resiliência, as regiões ocidental (7,44), meridional (6,96) e oriental (6,64) estão a marcar o ritmo em todo o

continente. Apenas 02 Estados-Membros, que representam 4% dos Estados-Membros que apresentaram relatórios, estão no bom caminho para cumprir este compromisso, com um valor de referência de 9,75. São eles a Etiópia e o Egipto, com pontuações de 9,92 e 9,82, respetivamente.

- 3.86. Em comparação com a terceira RB, 23 (47%) países melhoraram a sua pontuação relativamente ao compromisso 6. São eles o Benim, Burkina Faso, Comores, Congo, Costa do Marfim, Egipto, Guiné Equatorial, Essuatíni, Etiópia, Gabão, Guiné-Bissau, Quénia, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo e Uganda.
- 3.87. Mais de metade dos Estados-Membros (29) estão no bom caminho, com uma pontuação de pelo menos 9 no indicador relativo à percentagem de agregados familiares agrícolas, pastoris e piscatórios que melhoraram a sua capacidade de resistência aos choques climáticos e outros (económicos, sociais, ambientais, etc.).
- 3.88. Um total de 18 Estados-Membros em 49 (37%) (Benim, Burundi, Burquina Faso, Cabo Verde, Comores, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Mali, Mauritânia, Marrocos, Ruanda, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda e Zimbabué) estão no bom caminho, com uma pontuação de pelo menos 10, que é também o valor de referência para o indicador relativo à percentagem de terras agrícolas sob gestão sustentável da terra e da água (SLWM), incluindo práticas agrícolas inteligentes em termos climáticos.
- 3.89. Um total de sete (7) Estados-Membros, incluindo o Egipto, Essuatíni, Etiópia, Gâmbia, Moçambique, Ruanda e Uganda, estão no bom caminho em relação ao indicador sobre a existência de rubricas orçamentais governamentais e o ambiente propício para responder às necessidades de despesas em iniciativas de reforço da resiliência. Trata-se de um decréscimo acentuado em comparação com o terceiro relatório de referência, em que 8 países (Etiópia, Lesoto, Mali, Mauritânia, Marrocos, Senegal, Tanzânia e Zimbabué) estavam no bom caminho. Apenas a Etiópia, que estava no bom caminho durante o terceiro FE, se manteve no bom caminho no quarto FE. Marrocos, que estava no bom caminho durante o segundo e o terceiro período de controlo, perdeu o controlo no quarto período de controlo. A Maurícia era o único Estado-Membro que estava no bom caminho no relatório inaugural do FE. Espera-se que, com as lições aprendidas com a COVID-19 e os efeitos das alterações climáticas, os Estados-Membros tenham investido propositadamente em iniciativas de reforço da resiliência.
- 3.90. Por conseguinte, recomenda-se que os Estados-Membros adoptem propositadamente políticas e aumentem progressivamente as rubricas orçamentais do governo para iniciativas de reforço da resiliência. Além disso, é necessário aumentar e aplicar programas adequados em torno de iniciativas de reforço da resiliência face à variabilidade climática, bem como programas formulados com componentes de proteção social sensíveis ao choque. Isto é importante, tendo em conta os efeitos persistentes das alterações e da variabilidade climáticas que estão a ser sentidos.

Relativamente ao novo parâmetro introduzido nos parâmetros existentes do indicador 6.2: percentagem da despesa pública gasta na iniciativa de reforço da resiliência (EIRB4)

- 3.91. No total, 20 países forneceram dados exactos e completos para o indicador 6.2, com especial atenção para o parâmetro 4 (EIRB4). Em média, estes países afectam 2,28% da sua despesa pública aos esforços de reforço da resiliência, visando especificamente os sistemas de alerta precoce e de resposta, as redes de segurança social e os seguros baseados em índices meteorológicos. Ao comparar isso com os 5,35% e 4,96% das despesas públicas alocadas à agricultura em 2021 e 2022, respetivamente, torna-se evidente que, em média, 42% e 46% das despesas agrícolas nesses respectivos anos foram direcionadas para iniciativas de construção de resiliência.
- 3.92. As disparidades regionais nas despesas são dignas de nota. Os países com melhor desempenho neste indicador são o Benim (4,62%), o Ruanda (7,86%), a Nigéria (4,7%), a Serra Leoa (4,62%) e a Guiné Equatorial (4%), três dos quais pertencem à região da África Ocidental. Por outro lado, alguns países como o Uganda e o Burkina Faso afectam uma percentagem extremamente baixa (menos de 0,1 por cento) das suas despesas públicas a estas iniciativas, o que indica potencialmente um enfoque limitado na preparação para catástrofes e na redução do risco.
- 3.93. Também vale a pena sublinhar que os países com diferentes níveis de rendimento, como a Guiné Equatorial e o Essuatíni, afectam uma proporção semelhante das suas despesas públicas a iniciativas de criação de resiliência, sugerindo que o compromisso com tais esforços não é determinado apenas pelo nível de rendimento de um país.

3A.7 Compromisso 7: Reforçar a responsabilização mútua por acções e resultados

- 3.94. Os Estados Membros da UA comprometeram-se a alinhar, harmonizar e coordenar plataformas multi-sectoriais e multi-institucionais para a revisão pelos pares, a aprendizagem mútua e a responsabilização mútua. O objetivo da Revisão Bienal para todos os Estados Membros era atingir uma marca de 100 por cento (pontuação de 10) para a existência de mecanismos e plataformas inclusivas institucionalizadas para a responsabilização mútua e revisão pelos pares até 2018. Globalmente, dos quarenta e nove (49) Estados Membros que apresentaram relatórios sobre este compromisso, treze (13) Estados Membros (Marrocos, Benim, Egipto, Ruanda, Uganda, Quénia, Gana, Zimbabué, Nigéria, Malawi, Tunísia, Burkina, Faso e Serra Leoa) estão no bom caminho. Em comparação com a anterior Revisão Bienal, em que onze (11) dos cinquenta e um (51) Estados-Membros estavam no bom caminho, os resultados da Revisão Bienal de 2023 implicam um aumento de cinco (5) pontos percentuais no desempenho continental em relação a este compromisso.
- 3.95. Este compromisso é monitorizado através de cinco indicadores específicos: Índice de capacidade para gerar e utilizar dados e informações estatísticas agrícolas; existência de mecanismos e plataformas institucionalizados inclusivos para responsabilização mútua e revisão pelos pares; apresentação do Relatório Bienal do País; divulgação dos resultados das RB do país; e utilização dos resultados das RB do país.

- 3.96. O primeiro indicador visa a criação de mecanismos e sistemas para medir, acompanhar e comunicar o desempenho dos Estados-Membros em relação aos progressos registados nos principais compromissos acordados. Dos quarenta e nove (49) Estados-Membros que apresentaram um relatório, trinta e cinco (34) (Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Congo, Jibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Essuatíni, Gabão, Gâmbia, Gana, Quênia, Lesoto, Malawi, Maurícia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão do Sul, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué), cada um obteve a pontuação mínima de 69% para estar no bom caminho. Em comparação com o terceiro FE, em que dezassete (17) Estados-Membros estavam no bom caminho, isto representa um aumento de 100 por cento no desempenho deste indicador.
- 3.97. O segundo indicador incide sobre a existência de mecanismos e plataformas inclusivas institucionalizadas para a responsabilização mútua e a revisão pelos pares. Dezasseis (16) Estados Membros (Benim, Cabo Verde, Egipto, Gana, Malawi, Maurícias, Marrocos, Níger, Senegal, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué, Costa do Marfim, Etiópia e Mali) alcançaram a pontuação de referência de 10 neste indicador. Isto representa uma melhoria de um Estado-Membro em comparação com o terceiro FE, em que 15 Estados-Membros estavam no bom caminho, e é uma melhoria em relação ao segundo FE, em que apenas treze (13) Estados-Membros estavam no bom caminho em relação a este indicador. No entanto, o desempenho do quarto FE fica aquém do FE inaugural, em que 18 Estados-Membros estavam no bom caminho. No entanto, é importante notar que, embora apenas 16 Estados-Membros estivessem no bom caminho, outros quatro (4) Estados-Membros, nomeadamente: Tanzânia, Quênia, Mauritânia e Djibuti tiveram resultados muito próximos do bom caminho neste indicador, tendo alcançado resultados acima de 9,7 em 10.
- 3.98. O terceiro indicador procura acompanhar a apresentação dos relatórios de revisão bienal. Um total de quarenta e nove (49) Estados-Membros relataram sobre o indicador para mostrar o progresso na utilização do Relatório Bienal regular do país para a Assembleia da UA, abaixo dos 51 em 2021 e 49 em 2019. Dos 49 Estados-Membros que apresentaram relatórios sobre este indicador, nenhum está no bom caminho para este indicador, no entanto vinte (20) Estados-Membros (Burundi, Quênia, Mali, Tanzânia, Uganda, Serra Leoa, Etiópia, Malawi, Egipto, Gana, Burkina, Faso, Zimbabué, Eswatini, Ruanda, Nigéria, Marrocos, Tunísia, Benim, Togo e África do Sul) estão mais próximos de atingir a meta para este indicador com pontuações de pelo menos 9 em 10. Assim, a melhoria dos sistemas de dados pode conduzir rapidamente a melhorias no desempenho continental em relação a este indicador.
- 3.99. O quarto indicador visa acompanhar a divulgação dos resultados das RB dos países em todo o continente. Este é o primeiro ciclo dos FE em que este indicador está a ser comunicado. Dos 49 países que participaram neste ciclo das RB, um total de 36 Estados-Membros (Burundi, Gana, Mali, Tanzânia, Uganda, Serra Leoa, Etiópia, Zimbabué, Nigéria, Tunísia, Ruanda, Benim, Mauritânia, Sudão do Sul, Marrocos, Zâmbia, Níger, Gabão, Maurícias, Gâmbia, Lesoto, Congo, Malawi, Libéria, Moçambique, Egipto, Senegal, Guiné, Cabo Verde, Quênia, África do Sul, Burkina Faso, Togo, Namíbia, Djibuti e Guiné Equatorial) estavam no bom caminho, tendo obtido pontuações próximas da

pontuação de referência de 7 ou mais em 10. Isto significa que existe um impulso no sentido da divulgação dos resultados das RB em muitos Estados-Membros, embora seja necessário fazer mais nos restantes Estados-Membros para divulgar os resultados das RB.

3.100. O quinto indicador faz o balanço da utilização dos resultados das de cada país, a fim de garantir a aplicação das recomendações emanadas dos relatórios sobre os RB. Este é também o primeiro ciclo das RB em que este indicador é objeto de relatório. Dos 49 Estados-Membros que participaram no quarto ciclo das RB, 30 países apresentaram relatórios sobre este indicador. Desses 30 países, 13 (Mali, Serra Leoa, Etiópia, Nigéria, Tunísia, Ruanda, Benim, Marrocos, Egipto, Quênia, Namíbia, Camarões e Uganda) estavam no bom caminho. Isto mostra que cerca de metade dos Estados-Membros estão a tomar medidas para implementar os resultados das RB, mas, infelizmente, há mais países que ainda não começaram a implementar as recomendações das RB. A implementação dos resultados das RB é fundamental para que os Estados-Membros se transformem de acordo com as aspirações do PIDAA.

3.B. Evolução do desempenho dos Estados-Membros entre as quatro rondas do processo de revisão bienal

Evolução do desempenho global dos Estados-Membros

3.101. Globalmente, nenhum Estado-Membro se manteve no caminho certo em todos os quatro ciclos de apresentação de relatórios dos FE. No entanto, nenhum Estado-Membro está no bom caminho em 2023, além disso, vinte e cinco (25) dos Estados-Membros melhoraram as suas pontuações em pelo menos 15% em comparação com as pontuações de 2021. São eles: Benim (26%), Comores (113%), Guiné-Bissau (26%), Níger (19%), Nigéria (16%), Serra Leoa (36%) e Sudão do Sul (22%).

Evolução do desempenho dos Estados-Membros por compromisso

Compromisso 1: Compromisso com os princípios e valores do processo PIDAA

3.102. Em 2023, nenhum Estado-Membro se manteve consistentemente no bom caminho nos quatro ciclos de apresentação de relatórios das RB. No entanto, em 2023, é de notar que países como o Ruanda (9,87), Marrocos (9,71) e Uganda (9,65) registaram progressos significativos em comparação com 2021. Apenas o Níger passou de não estar no bom caminho em 2021 para estar no bom caminho em 2023.

Compromisso 2: Reforçar o financiamento do investimento na agricultura

3.103. Em comparação com 2021, onde quatro (4) países (Egipto, Essuatíni, Seicheles e Zâmbia) estavam no bom caminho, este ano, nenhum Estado-Membro estava no bom caminho. A maioria dos Estados-Membros registou uma diminuição do seu desempenho em relação a este compromisso. De um modo geral, ao longo dos quatro períodos de referência das RB, o desempenho dos Estados-Membros em relação a este compromisso foi bastante desanimador. Dada a importância do aumento dos investimentos públicos e privados na transformação da agricultura africana, é urgente que os Estados-Membros resolvam o problema do acesso inadequado ao financiamento do sector agrícola.

Compromisso 3: Acabar com a fome até 2025

3.104. À semelhança do relatório da RB 2021, nenhum Estado-Membro cumpriu o objetivo de referência para este compromisso. Países como o Gabão, a RD Congo, o Quênia, o Zimbabué, a Mauritânia e Angola, que registaram progressos positivos notáveis em 2021, não conseguiram mantê-los em 2023.

Compromisso 4: Reduzir para metade a pobreza através da agricultura até 2025

3.105. Em 2023, apenas um (1) Estado-Membro, o Gana, dos quarenta e nove (49), em comparação com nove (9) dos quarenta e nove (49) e vinte e sete (27) países dos quarenta e sete (47) que estavam no bom caminho em 2019 e 2017, respetivamente. Dos nove (9) países que estavam no bom caminho em 2021, apenas o Gana se manteve no bom caminho em 2023. No entanto, o Quênia, a Etiópia e a Serra Leoa fizeram progressos significativos em comparação com 2021.

Compromisso 5: Impulsionar o comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços

3.106. Em 2023, provavelmente devido à combinação do efeito persistente da COVID-19 e da guerra na Ucrânia no comércio, nenhum Estado-Membro estava no bom caminho, em comparação com cinco (5) países (Uganda, Nigéria, Senegal, Botsuana e Djibuti) em 2021 e vinte e nove (29) em 2019.

Compromisso 6: Reforçar a Resiliência à Variabilidade Climática

3.107. Ao longo dos três períodos anteriores de apresentação de relatórios dos FE, apenas quatro (4) Estados-Membros (Burundi, Cabo Verde, Marrocos e Ruanda) conseguiram manter-se no caminho certo. Entre os onze (11) Estados-Membros que estavam no caminho certo na RB de 2019, quatro (4), Etiópia, Gana, Mali e Seychelles, permaneceram no caminho certo em 2021. Em 2023, apenas a Etiópia e o Ruanda estão no bom caminho. Na sequência da COVID-19 e da guerra na Ucrânia, para aumentar a resiliência dos meios de subsistência e dos sistemas de produção à variabilidade climática e outros riscos relacionados, os Estados-Membros devem manter o rumo deste compromisso.

Compromisso 7: Reforçar a responsabilização mútua pelas acções e resultados

3.108. Quatro Estados-Membros (Marrocos, Ruanda, Gana e Tunísia) estão sistematicamente no bom caminho ao longo dos quatro ciclos de apresentação de relatórios das RB, em comparação com oito Estados-Membros (Gana, Mali, Mauritânia, Marrocos, Ruanda, Senegal, África do Sul e Tanzânia) nos três primeiros ciclos de apresentação de relatórios das RB. Entre os países que registaram progressos substanciais em relação ao relatório anterior sobre as RB contam-se Marrocos, Benim, Egipto, Ruanda, Uganda, Quênia, Gana, Zimbabuê, Nigéria, Malavi e Tunísia.

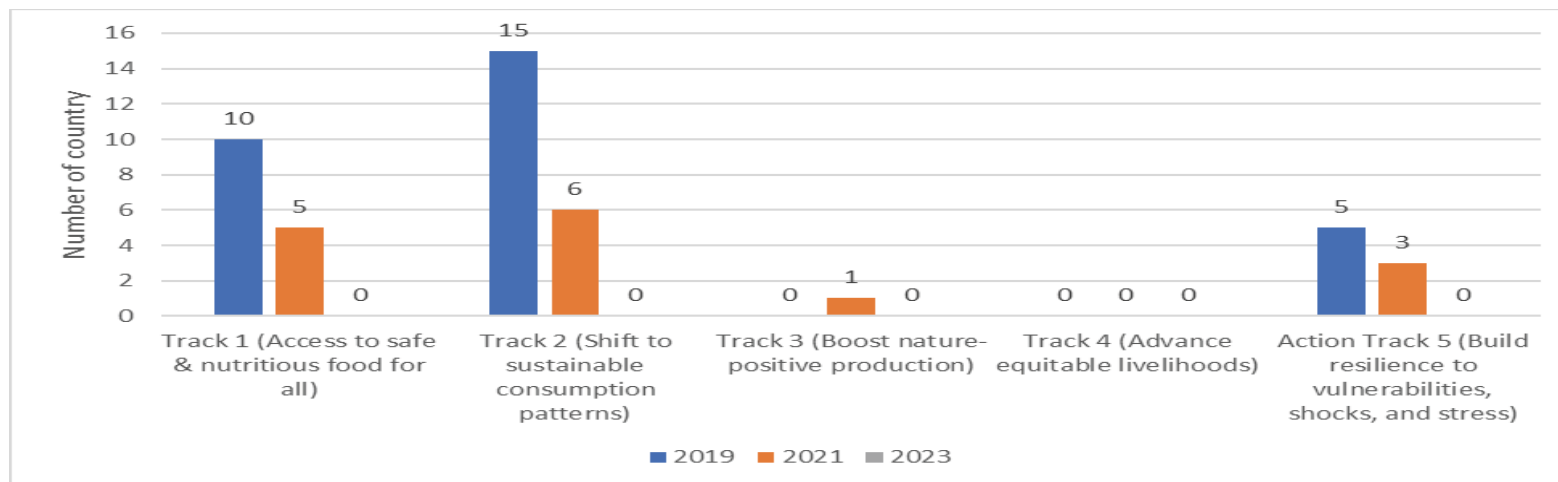
3.C. Acompanhamento dos progressos da transformação do sistema alimentar

3.109. No relatório da RB de 2021, os indicadores da RB foram classificados de acordo com os cinco Grupos de Ação da Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares: Eixo de Ação 1 (Acesso a alimentos seguros e nutritivos para todos); Eixo de Ação 2 (Mudança para padrões de consumo sustentáveis); Eixo de Ação 3 (Impulsionar a produção positiva para a natureza); Eixo de Ação 4 (Promover meios de subsistência equitativos) e Eixo de Ação 5 (Criar resiliência a vulnerabilidades, choques e stress). Para o ciclo de relatórios deste ano, os resultados globais (ver Figura 3.4) indicam que nenhum país está no caminho certo para qualquer um dos Grupos de Ação do UNFSS. Trata-se de um grande retrocesso em comparação com os dois ciclos anteriores de RB, em que:

- no que diz respeito à Linha de Ação 1, 10 países (Cabo Verde, Gâmbia, Mali, Mauritânia, Ruanda, Seicheles, Essuatíni, Tanzânia, Tunísia e Zimbabuê) estavam no bom caminho em 2019, em comparação com 5 (Essuatíni, Gâmbia, Mali, Tunísia e Zimbabuê) em 2021;
- no que diz respeito à vertente de ação 2, 15 países (Burundi, Cabo Verde, República Centro-Africana, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Madagáscar, Mali, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Essuatíni, Togo, Tunísia e Uganda) estavam no bom caminho em 2019, em comparação com 6 (Botsuana, Jibuti, Egito, Essuatíni, Mali e Uganda) em 2021;

- no que diz respeito aos Grupos de Ação 3 e 4, um país estava no bom caminho em cada um dos Grupos de Ação e períodos de revisão (o Ruanda, no que diz respeito ao Grupo de Ação 3, em 2021);
- no que diz respeito ao Grupo de Ação 5, 5 países (Gana, Mali, Marrocos, Ruanda e Tunísia) em 2019, em comparação com 3 (Gana, Marrocos e Ruanda) em 2021.
- É justo assumir que o efeito persistente da COVID-19, a guerra na Ucrânia e outros choques podem ter abrandado o processo de transformação do sistema alimentar em África. A pandemia resultou em perturbações nas cadeias de abastecimento mundiais, afectando a importação e a exportação de produtos agrícolas em África. Muitos países africanos enfrentaram contracções económicas devido à pandemia, o que pode ter desviado fundos do desenvolvimento agrícola ou da transformação do sistema alimentar.
- A Ucrânia é conhecida como o "celeiro da Europa" e é um importante exportador de cereais. Um conflito prolongado pode ter impacto nos preços mundiais dos cereais, afectando a segurança alimentar dos países africanos que dependem das importações. O conflito pode também levar ao aumento dos preços da energia, o que, por sua vez, afecta os custos de produção agrícola e de transporte. Os organismos internacionais e os doadores, que de outra forma poderiam apoiar projectos em África, podem redireccionar a atenção e os recursos para as necessidades humanitárias imediatas nas zonas de conflito.

Figura 3.4: Implementação do PIDAA pelos Grupos de Ação da Cimeira do Sistema Alimentar da ONU (número de países que atingiram o objetivo em 2019, 2021 e 2023)



Fonte: Análise dos dados da quarta RB

DESEMPENHO REGIONAL E CONTINENTAL

4A. África Central

- 4.1. Há oito Estados Membros nesta região, nomeadamente: Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe. Sob a coordenação conjunta da Comissão Económica para os Estados da África Central (CEEAC) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), cinco (05) Estados apresentaram os seus Relatórios por País, o que representa uma taxa de apresentação de 62,5% inferior à taxa de 87,5% para o terceiro ciclo da RB em 2021. Para além de São

Tomé e Príncipe (STP), dois países (Chade e República Democrática do Congo) não apresentaram os seus relatórios nacionais para este quarto ciclo da RB.

- 4.2. A pontuação média da região é de 3,29, em comparação com um valor de referência de 9,29 para 2023. De um modo geral, a região não está em vias de cumprir os compromissos do PIDAA/Malabo. Em comparação com a pontuação de 3,33 em 2021, a Região Central está em regressão. Embora a Região da África Central não esteja no bom caminho para as áreas de compromissos do PIDAA, registou um bom progresso para o indicador Capacidade do país para planeamento, implementação e monitorização e avaliação baseados em evidências (0,14 em 2021 para 9,34 em 2023), bem como Resiliência a riscos relacionados com o clima e outros choques (2,64 em 2021 para 4,91 neste quarto relatório do BR (2023)).
- 4.3. No que diz respeito ao comércio interafricano de produtos agrícolas e serviços, embora a região da CEEAC não esteja no bom caminho, o progresso é registado nas políticas comerciais intra-africanas e nas condições institucionais (2,91 em 2021 para 3,34 em 2023). De notar que todos os países tinham uma prova do depósito dos documentos de ratificação do Acordo ZCLCA. Especificamente, os países do Congo, Camarões e Chade desenvolveram a sua estratégia nacional de implementação do Acordo da ZCLCA.
- 4.4. Entre os cinco (5) países que apresentaram os seus relatórios nacionais, apenas a Guiné Equatorial registou um aumento de 17% da pontuação em comparação com a RB anterior (2,82 em 2021 para 3,30 em 2023). As pontuações diminuíram 34% para a República Centro-Africana, 19% para os Camarões, 13% para o Congo e 4% para o Gabão. No caso da Guiné Equatorial, o desempenho mais significativo foi observado nas políticas comerciais intra-africanas e nas condições institucionais. Coletivamente, a região deve melhorar o sistema de recolha de dados em cada país.

4B. África Oriental

- 4.5. Esta região é composta por 13 Estados Membros, nomeadamente: Burundi, Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Uganda. A região é coordenada conjuntamente pela Comunidade da África Oriental (CAO), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (AID) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). Todos os Estados-Membros, exceto a Eritreia e o Sudão, apresentaram os seus relatórios nacionais de revisão bienal, o que representa uma taxa de apresentação de 85%. O facto de dois (2) países não terem concluído o processo e apresentado os seus relatórios dentro do prazo previsto é também motivo de preocupação.

- 4.6. A região da África Oriental obteve uma pontuação global de 5,00 contra um valor de referência de 9,29 e, por conseguinte, não estava no bom caminho para alcançar os objectivos e metas do PIDAA até 2025. A nível dos compromissos, a região não estava no bom caminho em nenhuma das sete áreas de compromisso do PIDAA. O desempenho observado reflecte o desempenho geral dos Estados-Membros da região. Nenhum dos 13 Estados Membros da região da África Oriental estava no bom caminho para atingir os objectivos e metas do PIDAA.
- 4.7. No entanto, é de salientar que, em algumas das áreas de compromisso, a região mostrou bons progressos no sentido de alcançar os objectivos. Por exemplo, no tema 1 sobre o empenhamento no processo PIDAA, a região obteve uma pontuação de 7,91 em 10. O objetivo poderia ser facilmente alcançado se todos os Estados-Membros da região se comprometessem a implementar os restantes aspectos do processo de domesticação do PIDAA, formassem as parcerias e alianças necessárias com todas as partes interessadas e concluíssem as revisões políticas e institucionais. Do mesmo modo, no que diz respeito ao domínio de compromisso 7, o desempenho revelou progressos impressionantes e poderia ser alcançado especialmente através do reforço das capacidades dos Estados-Membros em matéria de planeamento, execução e acompanhamento e avaliação baseados em dados concretos. A região também registou bons progressos no reforço da resiliência à variabilidade climática, tendo obtido uma pontuação de 6,51 contra um valor de referência de 9,75. No entanto, os Estados-Membros precisam de aumentar os investimentos no reforço da resiliência.
- 4.8. A região deve prestar atenção ao compromisso 2 relativo ao financiamento do investimento na agricultura, uma vez que não atingiu sequer metade do objetivo. Os Estados-Membros devem aumentar a despesa pública na agricultura e criar um ambiente propício ao aumento do investimento do sector privado, incluindo o investimento direto estrangeiro. A região precisa de prestar uma atenção crítica ao domínio do acesso ao financiamento por parte das famílias agrícolas, cujo desempenho é particularmente fraco. A região deve igualmente prestar atenção ao comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas, que é atualmente reduzido; é necessário reduzir os obstáculos ao comércio (pautais e não pautais) e garantir um comércio mais livre entre os Estados-Membros, tal como previsto no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).
- 4.9. De um modo geral, a região deve prestar atenção a todos os domínios de compromisso para atingir os objectivos do PIDAA até 2025.

4C. Norte de África

- 4.10. A região setentrional inclui seis (6) Estados-Membros: Argélia, Egipto, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, coordenados pela União do Magrebe Árabe (UMA) como uma Comunidade Económica Regional (CER). Durante este quarto ciclo da RB, um grande esforço de comunicação foi útil para a sensibilização dos Estados-Membros. Apesar do contexto da COVID-19 e das consequências da guerra russo-

ucraniana, todos os Estados-Membros, com exceção da Argélia, apresentaram os seus relatórios, o que representa uma taxa de apresentação de 83% inferior à taxa (100%) de apresentação do terceira RB.

- 4.11. O resultado global da região setentrional é de 4,22 e, em comparação com o valor de referência de 9,22 para 2023, a região não está no bom caminho. Em comparação com a anterior pontuação da RB de 4,62, esta região está a regredir com um desempenho insuficiente em todos os compromissos, exceto no processo de revisão bienal da agricultura (6,41 em 2021 para 6,71 em 2023). Dos cinco (5) países que apresentaram os seus relatórios, três (3) países (Marrocos (6,99), Egito (6,83) e Tunísia (6,23) estão a progredir bem, considerando pontuações fora de 6. Especificamente, Marrocos registou um bom desempenho e está no bom caminho para o Compromisso 7 e para o Investimento do Setor Privado Interno na Agricultura, proteção social, emprego jovem na agricultura, participação das mulheres no agronegócio, resiliência aos riscos relacionados com o clima e outros choques, bem como responsabilidade mútua por ações e compromissos de resultados. O Egito está no bom caminho no que respeita aos dois (2) compromissos 6 e 7; a Tunísia também teve um bom desempenho no que respeita ao investimento do sector privado nacional na agricultura, à segurança alimentar e nutricional, às PPP inclusivas para as cadeias de valor dos produtos de base e à responsabilidade mútua pelas acções e resultados.
- 4.12. Dois (2) países (Líbia (49%) e Mauritânia (21%)) registaram uma descida significativa das suas pontuações Mesmo Marrocos, Egito e Tunísia estão a progredir; estes três (3) países devem melhorar o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas e o investimento no reforço da resiliência. A região deve também melhorar o sistema de recolha de dados em cada país.

4D. África Austral

- 4.13. De acordo com a distribuição dos países pela CUA para os relatórios das RB, a região da África Austral apresenta relatórios sobre 12 países (embora a SADC tenha 16 Estados-Membros), nomeadamente Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Eswatini, Zâmbia e Zimbabué. Todos os países da região da África Austral apresentaram os seus relatórios, o que representa uma taxa de apresentação de 100%. A pontuação média global para a região é de 4,26, o que sugere que a região não está no bom caminho para cumprir os compromissos de Malabo do PIDAA quando avaliada em relação ao valor de referência de 9,29 para 2023. Isto representa uma melhoria de 3,6 por cento no desempenho em comparação com a pontuação de 4,11 para o terceiro FE. Entre os doze (12) países, nenhum está no bom caminho, representando nenhuma mudança no desempenho da região em relação ao 1ª RB (2017), 2ª RB (2019) e 3ª RB (2021).

- 4.14. A região não está novamente no bom caminho em nenhum dos sete (7) compromissos de Malabo na RB de 2023, como foi o caso na terceira, segunda e primeira RB, embora a região estivesse no bom caminho em quatro (4) compromissos na RB inaugural em 2017. No entanto, a região fez, em conjunto, um esforço considerável para alcançar metade dos marcos necessários para o Compromisso com o Processo PIDAA e a Responsabilidade Mútua por Acções e Resultados.
- 4.15. Individualmente, nenhum dos 12 países da região está no bom caminho para cumprir todos os sete (7) compromissos do PIDAA/Malabo. O Essuatíni, o Malavi e o Zimbabué progrediram bem e atingiram metade do valor de referência global de 10. Em geral, os países com sistemas de gestão de dados agrícolas relativamente bons produziram melhores relatórios para a RB. Apesar de não terem atingido os objectivos fixados, oito países, nomeadamente, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar, Malavi, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabué, fizeram bons progressos no sentido de cumprirem todos os compromissos em geral, tal como evidenciado pelas melhorias das suas pontuações globais em relação as RB anteriores.
- 4.16. Além disso, sete países, nomeadamente Angola, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué, estão em vias de cumprir os compromissos assumidos no âmbito do processo PIDAA. Dois países (Zimbabué e Malawi) estão no bom caminho no que se refere à responsabilidade mútua e cinco países, nomeadamente Eswatini, Malawi, Moçambique, África do Sul e Zimbabué, tiveram um bom desempenho em matéria de resistência à variabilidade das alterações climáticas.
- 4.17. Os países da região não tiveram um bom desempenho no compromisso de Erradicação da Pobreza através da Agricultura, tendo apenas o Essuatíni e Madagáscar feito progressos significativos; apenas o Lesoto e o Essuatíni tiveram um bom desempenho no compromisso de financiamento do investimento na agricultura, enquanto Moçambique, Madagáscar e Namíbia estão no bom caminho, embora não no rumo certo, no compromisso de acabar com a fome.
- 4.18. No futuro, a região precisa de aumentar os seus esforços para cumprir todos os compromissos de Malabo/PIDAA. Deverão ser envidados maiores esforços para aumentar o investimento na agricultura, nomeadamente através do aumento da percentagem do orçamento nacional destinada à agricultura e da criação de um ambiente propício para atrair o investimento privado nacional e estrangeiro e parcerias público-privadas no sector agrícola. Esta medida terá efeitos em cadeia para acabar com a fome, erradicar a pobreza, promover o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas e conseguir resistir à variabilidade climática.

4E. África Ocidental

- 4.19. A região tem 15 Estados-Membros, nomeadamente Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo, coordenados pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A taxa de apresentação desta edição da revisão bienal do PIDAA é de 100%, apesar da instabilidade política na região. A África Ocidental tem mantido esta taxa de apresentação de relatórios desde 2019. A pontuação média para a região é de 5,03, o que indica que a região não está no bom caminho para cumprir os Compromissos de Malabo do PIDAA quando avaliada em relação ao valor de referência de 9,29 para 2023.
- 4.20. A região registou ligeiros progressos ao longo do tempo. Entre 2019 (com uma pontuação de 4,94) e 2023 (pontuação de 5,03), regista-se um aumento de 2 por cento. Por outro lado, entre os 15 países, nenhum atingiu o valor de referência estabelecido para o ano de referência, pelo que não está no bom caminho. No entanto, oito (8) destes países registaram progressos significativos, com pontuações que variam entre 5,09 e 6,68. Estes países são o Gana, o Mali, a Nigéria, o Benim, a Serra Leoa, a Gâmbia, o Burkina Faso e Cabo Verde.
- 4.21. Em termos de progressos, a África Ocidental obteve 8,30 pontos em 10 no primeiro compromisso, 3,20 pontos em 9,50 no segundo compromisso, 3,04 pontos em 9,26 no terceiro compromisso, 3,89 pontos em 8,94 no quarto compromisso, 2,26 pontos em 9,00 no quinto compromisso, 6,95 pontos em 9,75 no sexto compromisso e 7,57 pontos em 8,60 no sétimo compromisso. O compromisso cinco (comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas) e o compromisso três (acabar com a fome) são os dois compromissos em que a região apresenta desempenhos muito baixos.
- 4.22. No que respeita especificamente aos países, todos os países da região se comprometeram com o processo PIDAA, tendo sido envidados esforços significativos durante as três últimas edições. No entanto, para esta edição, a complexidade acrescida consistiu no facto de os países terem de apresentar provas concretas, o que não era obrigatório nos três primeiros ciclos. Este facto dissuadiu a maioria dos países, com exceção do Níger, que foi o único país a cumprir o Compromisso com o Processo PIDAA. Por outro lado, o Benim, o Burkina Faso, o Gana, a Nigéria e a Serra Leoa estão no bom caminho no que respeita ao compromisso de responsabilização mútua (compromisso 7).
- 4.23. Apesar dos numerosos domínios que requerem melhorias, a região deve concentrar-se nas seguintes categorias de desempenho: (i) investimento do sector privado nacional na agricultura; (ii) investimento do sector privado estrangeiro na agricultura; (iii) acesso ao financiamento; (iv) acesso aos factores de produção e às tecnologias agrícolas; (v) produtividade agrícola; (vi) segurança alimentar e nutrição no âmbito da erradicação da fome; (vii) redução da pobreza; e (viii) comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas. Lamentavelmente, o acesso ao financiamento e o financiamento do investimento na agricultura são preocupações recorrentes desde o início do processo das RB.

4.24. São propostas as seguintes recomendações: A CUA, a CEDEAO e outras partes interessadas devem trabalhar seriamente na elaboração de planos de ação muito claros para apoiar os países na abordagem das áreas a melhorar acima indicadas.

4F. Desempenho continental

- 4.25. Em geral, o continente continua a não estar no caminho certo para alcançar os compromissos da Declaração de Malabo, obtendo uma pontuação média global de 4,56. Com o valor de referência relativamente mais elevado de 9,29 exigido para estar no bom caminho neste período de relatório, em comparação com 7,28 no terceiro ciclo do BR e 6,66 no segundo período de relatório (2019), a taxa de progresso no continente parece ter abrandado ainda mais. Para este quarto relatório de revisão bienal (2023), 49 dos 55 Estados-Membros apresentaram os seus relatórios nacionais validados à respectiva Comissão da União Africana (CUA) através das suas Comunidades Económicas Regionais (CER). Os seis Estados Membros que não conseguiram cumprir a data e a hora limite e, por conseguinte, não têm pontuação neste quarto relatório de Revisão Bienal (RB) são a Argélia, o Chade, a RD Congo, a Eritreia, São Tomé e Príncipe e o Sudão.
- 4.26. Neste quarto ciclo das RB, nenhum Estado-Membro está em vias de atingir o objetivo de Malabo para 2025. No terceiro ciclo, apenas um Estado-Membro estava no bom caminho, quatro (4) Estados-Membros estavam no bom caminho em 2019, durante o segundo ciclo de revisão bienal, e 17 no ciclo inaugural (2017) das RB. Este facto pode ser explicado pelo aumento sucessivo do valor de referência contínuo. O fosso entre o desempenho global do continente em comparação com o valor de referência para o período abrangido pelo relatório está a aumentar: a diferença entre a pontuação da quarta RB (4,56) e a do valor de referência (9,29) é de 4,73. No terceiro período de referência (2021), a pontuação de 4,32 e a referência de 7,28, dão uma diferença de 2,96; e a pontuação de 4,04 e a referência de 6,66 (uma diferença de 2,62) no segundo período de referência (2019) é um pouco menor. É de notar que o valor de referência para cada período de relatório sucessivo aumentará, atingindo o valor máximo de 10 em 2025, uma vez que se espera que o continente melhore continuamente o desempenho para atingir os objectivos estabelecidos na Declaração de Malabo. Como continente, também não estamos no bom caminho em nenhuma das sete (7) áreas de compromisso.
- 4.27. Vale a pena notar que alguns Estados-Membros obtiveram pontuações que estão quase próximas do valor de referência para essa área de compromisso. É igualmente digno de nota que uma boa percentagem dos Estados-Membros (44, 13, 10, 18, 2, 34 e 41 países) obteve mais de metade da pontuação de referência, pelo que se pode considerar que estão a progredir em direção aos objectivos dos respectivos compromissos 1 a 7. Esta situação é apresentada no Quadro 4.1. Globalmente, 23 Estados-Membros obtiveram uma pontuação superior a 4,645, o que representa mais de metade do valor de referência de 9,29. O continente, no seu conjunto, não está no bom caminho para atingir os objectivos de Malabo em nenhuma das sete áreas de compromisso.

4.28. As conclusões deste quarto relatório da RB indicam a necessidade urgente de acelerar a aplicação do PIDAA em todos os sete domínios de compromisso. Deve ser dada especial atenção à melhoria da qualidade dos dados e à integração do processo das RB nos procedimentos nacionais de recolha e validação de dados estatísticos. Uma maior utilização do relatório sobre as RB e a realização de uma análise nacional para elaborar resumos de políticas adequados ao país, com recomendações accionáveis para a execução, permitirão muito provavelmente obter melhores resultados. A realização de diálogos nacionais inclusivos, com todos os intervenientes relevantes, sobre os relatórios das RB e o desempenho nos quatro ciclos das RB, é suscetível de aumentar a sensibilização para a necessidade de uma implementação harmonizada e concertada com vista à realização de objectivos nacionais comuns e à consecução das metas de Malabo do PIDAA. Esses diálogos também contribuirão para documentar o progresso e estabelecer áreas de sucesso e de desafio que fornecerão áreas prioritárias para alimentar o desenvolvimento da agenda para os próximos 10 anos (2026-2035).

Quadro 4.1: Resumo dos resultados da quarta RB a nível continental

Compromisso	1	2	3	4	5	6	7	Geral
Pontos de Referência	10	9.50	9.26	8.94	9.00	9.75	8.60	9.29
Pontuação para cada Continente	7.66	3.15	2.90	3.04	2.23	5.91	7.02	4.56
Nº de países com uma pontuação de mais de metade do valor de referência	44	13	10	18	2	34	41	23
Nº de países no bom caminho (maior ou igual ao valor de referência)	1	0	0	1	0	2	13	0

Fonte: Análise dos dados da quarta RB

DESTAQUES SOBRE "Reforçar a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)"

5A. Reforçar a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana

5.1. A Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) foi lançada oficialmente em janeiro de 2021 como um acordo comercial para criar um mercado continental único de bens e serviços em África. Foi assinada em março de 2018 e entrou em vigor em maio de 2019, tendo o comércio efetivo começado em janeiro de 2021. Visa promover a integração económica entre os países africanos através da eliminação de tarifas e barreiras comerciais, facilitando a livre circulação de bens e serviços e fomentando a cooperação em matéria de investimento, propriedade intelectual, política de concorrência e outras áreas de atividade económica.

- 5.2. A ZCLCA é a maior zona de comércio livre do mundo, reunindo os 55 países da União Africana (UA) e oito (8) Comunidades Económicas Regionais (CER). O mandato geral da ZCLCA consiste em criar um mercado continental único com uma população de cerca de 1,3 mil milhões de pessoas e um PIB combinado de aproximadamente 3,4 biliões de dólares americanos.
- 5.3. Em agosto de 2023, 54 Estados Membros assinaram o acordo, com exceção da Eritreia. Quarenta e sete (47) Estados Membros dos cinquenta (54) signatários depositaram os instrumentos de ratificação da ZCLCA (ou seja, 87%). Os Estados Membros ainda pendentes de ratificação da ZCLCA incluem o Benim, a Eritreia, a Libéria, a Líbia, Madagáscar, a Somália, o Sudão do Sul e o Sudão.
- 5.4. Em conformidade com os compromissos em matéria de liberalização pautal, quarenta e dois (42) Estados Membros que ratificaram o Acordo da ZCLCA submeteram as suas Listas Provisórias de Concessões Pautais (LPCs) ao Secretariado da ZCLCA para verificação e apreciação do Conselho de Ministros da ZCLCA. Para facilitar a implementação efectiva da ZCLCA a nível nacional, alguns países criaram Comitês Nacionais de Implementação e desenvolveram Estratégias de Implementação da ZCLCA. As estratégias nacionais foram validadas em vinte e nove (29) Estados Membros, enquanto cinco (5) Comitês Nacionais de Implementação da ZCLCA foram criados na Costa do Marfim, Gana, Quênia, Nigéria e Ruanda e estão operacionais. A República Democrática do Congo, as Comores e a Tunísia tomaram medidas e aprovaram leis que abrem caminho à criação dos seus comités nacionais. A Argélia e a Mauritânia estão também a trabalhar na aprovação de leis que lhes permitam criar os seus Comitês Nacionais. Outros países preferiram utilizar as suas actuais estruturas de negociação e implementação para as questões da ZCLCA, em vez de criarem novas estruturas. Como blocos de construção da União Africana e da ZCLCA, as Comunidades Económicas Regionais, a CEDEAO e a IDGASA-UA já validaram as suas estratégias regionais para a ZCLCA.
- 5.5. A ZCLCA criou vários instrumentos operacionais para facilitar a sua implementação, que incluem (i) A regra de origem (que rege as condições em que um produto ou serviço pode ser comercializado com isenção de direitos em todo o continente), (ii) As concessões pautais (um acordo sobre a liberalização pautal de 90 por cento ao longo de um período de 5 e 10 anos para os países não PMD e LCD, respetivamente), (iii) A Ferramenta/Mecanismo Continental em Linha para monitorizar, reportar e eliminar as Barreiras Não Tarifárias (BNTs), (iv) O Sistema Pan-Africano de Pagamentos e Liquidação (SPAPL) (uma infra-estrutura centralizada de pagamentos e liquidação para o comércio intra-africano e pagamentos comerciais).
- 5.6. Além disso, a Comissão da União Africana - Departamento de Comércio e Desenvolvimento, Turismo e Minerais criou o Observatório do Comércio Africano (portal de informações comerciais que abordará os obstáculos ao comércio em África devido à falta de informações sobre oportunidades, estatísticas comerciais, bem como informações sobre exportadores e importadores nos países) como um instrumento adicional para facilitar a implementação da ZCLCA
- 5.7. No período de referência de 2023, foram adicionados três indicadores para acompanhar a implementação da ZCLCA no âmbito do Tema 5: (i) Proporção de linhas pautais aplicadas às importações intra-africanas de bens e serviços agrícolas com taxa pautal zero (ii) Índice de medidas não pautais relacionadas com o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas e (iii) Índice para permitir o ambiente

institucional para a implementação da ZCLCA. Os dados foram utilizados como um projeto-piloto e os resultados não foram incluídos na classificação do desempenho. Embora se possa argumentar que o processo ainda está numa fase muito inicial, é necessário acelerar a implementação da ZCLCA.

- 5.8. A literatura disponível sobre comércio aponta duas deficiências principais que podem limitar a eficácia da implementação da ZCLCA e que devem ser tidas em conta. Em primeiro lugar, enquanto acordo, a ZCLCA tem uma profundidade horizontal limitada, ou seja, abrange disposições limitadas relacionadas com a OMC, especificamente sobre concessões de liberalização pautal. Os acordos comerciais profundos incluem acordos recíprocos entre países que abrangem outras áreas para além do comércio, como os fluxos de investimento e a proteção dos direitos de propriedade intelectual e do ambiente. Como nota positiva, alguns dos acordos comerciais existentes no âmbito das comunidades económicas regionais, por exemplo, a EAC, abrangem um pouco mais de profundidade horizontal e vertical que aumenta os acordos comerciais. O segundo aspeto diz respeito à eficácia dos mecanismos de resolução de litígios, especialmente o seu compromisso jurídico e a sua aplicabilidade.
- 5.9. O êxito da ZCLCA depende da sua aplicação efectiva, do desenvolvimento das infra-estruturas, incluindo o desenvolvimento dos transportes e da logística para facilitar a circulação das mercadorias, da harmonização das políticas e dos regulamentos agrícolas, da qualidade institucional dos Estados-Membros e da resolução dos obstáculos não pautais. Nas negociações da ZCLCA, é fundamental que todos os parceiros tenham em conta o facto de que a profundidade horizontal e vertical da ZCLCA depende do alargamento da cobertura dos produtos e da redução do período de transição para a liberalização total do comércio de produtos agrícolas. Além disso, é necessário que os Estados Membros se apropriem concretamente da implementação da ZCLCA, integrando o instrumento nos seus quadros nacionais e sensibilizando o sector privado, que é quem faz as trocas comerciais.

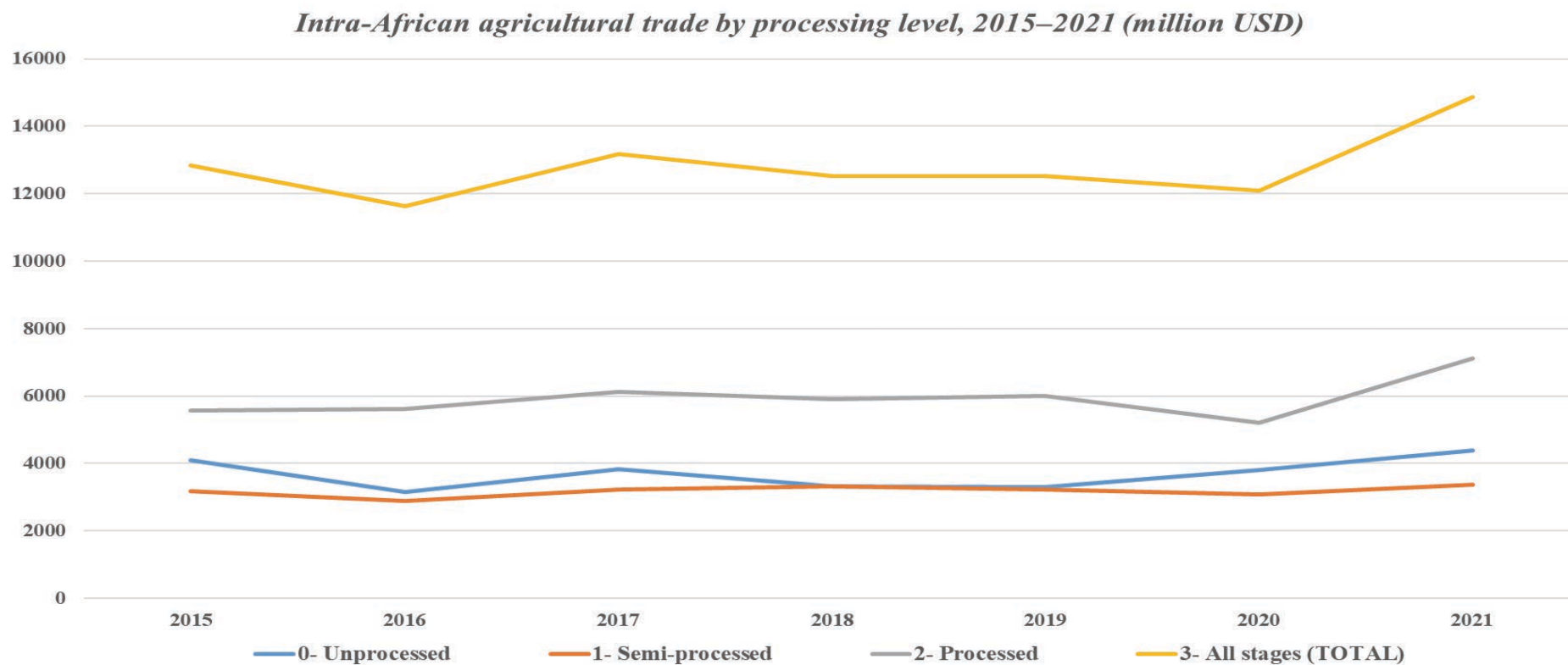
5B. Conflitos e seus impactos no comércio e nos sistemas alimentares em África

- 5.10. O início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia em 2022, logo após a pandemia de COVID-19, veio agravar a situação já precária dos mercados mundiais de produtos agrícolas. O continente está dependente das importações de cereais (trigo e milho) e de fertilizantes provenientes dos dois países. No início da guerra, a Rússia e a Ucrânia representavam, em média, 25% de todas as exportações mundiais de trigo. A Rússia era responsável por cerca de 14% do comércio mundial de ureia e 11% do comércio de fosfato.
- 5.11. O continente importa cerca de 25% de todo o trigo comercializado a nível mundial e muitos países dependem de reexportações de países que comercializam diretamente com a Rússia e a Ucrânia. No início da guerra, vários Estados-Membros dependiam da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia para 50-100% das suas importações de trigo (Líbia, Egipto, Tanzânia, Cabo Verde, Madagáscar, República do Congo, Namíbia,

RDC, Togo, Senegal e Benim). Ao mesmo tempo, vários países dependiam de importações de fertilizantes de 45% ou mais dos países em conflito, incluindo a Nigéria, a República Centro-Africana, o Níger, os Camarões, o Gana e o Benim).

- 5.12. O início da guerra levou a um aumento substancial dos preços e a perturbações no abastecimento dos principais produtos alimentares e de fertilizantes. Os efeitos negativos da guerra foram ainda agravados pelas medidas de restrição comercial adoptadas pelos principais exportadores de produtos alimentares e de fertilizantes. A exposição a preços elevados dos géneros alimentícios e dos fertilizantes suscitou preocupações quanto ao futuro da produção agrícola e da segurança alimentar em muitos países. Embora o impacto inicial dos picos de preços dos fertilizantes e dos géneros alimentícios tenha começado a diminuir, estes são, em média, mais elevados do que no período anterior à guerra russo-ucraniana.
- 5.13. Desde 2015, quando se iniciou a implementação da Declaração de Malabo, o comércio intra-africano tem registado um crescimento positivo; entre 2015 e 2021, em média, o valor do comércio agrícola total cresceu 16% (ver Figura 5.1). O comércio de produtos agrícolas transformados é superior ao de produtos em bruto e semi-transformados. Este nível de crescimento é ainda inferior ao objetivo de Malabo de triplicar o valor do comércio, sendo necessário envidar mais esforços para aumentar ainda mais o comércio.
- 5.14. A apenas dois anos do ano previsto, o continente não está no bom caminho para atingir o objetivo de triplicar o comércio de produtos agrícolas e de serviços. Para atingir os objectivos e metas do compromisso, é necessário intensificar o comércio entre os Estados-Membros, especialmente encurtando o período de liberalização total do comércio no âmbito da ZCLCA, eliminando as barreiras comerciais não pautais e fazendo investimentos complementares nas políticas e instituições comerciais.

Figura 5.1: Comércio Agrícola Intra-Africano por Nível de Processamento (2015-2021) em Milhões USD



Fonte: Autores baseados na base de dados Africa Agriculture Trade Monitor (AATM) 2023

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6A. Conclusões e principais destaques do relatório de revisão bienal de 2023

- 6.1. Os Chefes de Estado e de Governo africanos aprovaram a "Declaração de Maputo sobre Agricultura e Segurança Alimentar em África" (Assembleia/UA/Decl. 7(II)) em julho de 2003, em Maputo. Entre as decisões, destaca-se o compromisso de afetar, no prazo de cinco anos, pelo menos 10% dos recursos orçamentais nacionais à aplicação da política agrícola e de desenvolvimento rural e de atingir taxas de crescimento do PIB agrícola de, pelo menos, 6% ao ano. Na sequência da declaração, foi desenvolvido o Programa Integrado da União Africana para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PIDAA), que se tornou o principal veículo para melhorar a segurança alimentar e a nutrição e aumentar os rendimentos nas economias africanas, em grande parte baseadas na agricultura. Desde então, o PIDAA ganhou popularidade e é o quadro político de África para todos os programas de desenvolvimento agrícola e orientado para a agricultura.
- 6.2. A Declaração de Malabo sobre "Crescimento e Transformação Acelerados da Agricultura em África para a Prosperidade Partilhada e a Melhoria dos Meios de Subsistência" (ref.: Doc. Assembly/AU/2(XXIII)) que foi adoptada pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da UA em junho de 2014 em Malabo, Guiné Equatorial, para reforçar o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PIDAA). A Declaração de Malabo tem sete compromissos. No âmbito do compromisso 7 da Declaração, os Chefes de Estado e de Governo da UA solicitaram à Comissão da UA e à Agência de Desenvolvimento da União Africana (ADUA-NPDA) que elaborassem um relatório de progresso sobre a implementação dos compromissos da Declaração de Malabo, para apresentação à Assembleia da UA de dois em dois anos, a partir de 2017. O primeiro, segundo e terceiro relatórios de revisão bienal foram apresentados e aprovados pela Assembleia da UA em janeiro de 2018, fevereiro de 2020 e fevereiro de 2022, respetivamente.
- 6.3. Os Estados Membros da União Africana (UA) foram obrigados a desenvolver, até 2018, Planos Nacionais de Investimentos Agrícolas (PNIA) compatíveis, ou qualquer outro instrumento que os Estados Membros utilizem para orientar o seu investimento na agricultura, como instrumentos-chave para a implementação de programas para cumprir os sete Compromissos de Malabo. Os Estados Membros da UA são obrigados a demonstrar o seu empenhamento nos ideais e princípios do PIDAA e a seguir os processos relevantes do PIDAA, tal como previsto no Compromisso 1 da Declaração de Malabo. O principal veículo para a aplicação do PIDAA-Malabo num Estado-Membro é o plano de ação nacional, que abrange geralmente todos os outros seis compromissos de Malabo.
- 6.4. Com apreensão, as conclusões deste quarto relatório do FE indicam que nem todos os Estados-Membros adoptaram o processo PIDAA de forma plena e coerente. Dos 55 Estados-Membros, 49 apresentaram os seus relatórios nacionais validados à Comissão da União Africana (CUA) através das respectivas Comunidades Económicas Regionais (CER). Seis Estados Membros não puderam apresentar relatórios neste

quarto ciclo da RB. A RB de 2023 tem menos dois países a apresentar relatórios, em comparação com os 51 Estados-Membros que apresentaram relatórios no ciclo da RB de 2021.

- 6.5. O quarto relatório de revisão bienal apresenta algumas conclusões que suscitam reflexão. O valor de referência para um país estar no caminho certo aumentou sucessivamente ao longo dos oito (8) anos do processo da RB, de 3,96 no FE inaugural (2017), passando por 6,66 e 7,28 em 2019 (segundo) e 2021 (terceiro), e agora está em 9,29 para esta quarta RB. Nomeadamente para esta RB, nenhum país obteve o objetivo de referência de 9,29 para alcançar os compromissos de Malabo do PIDAA até 2025. A pontuação global para toda a África é de 4,56. Embora esta pontuação seja superior à pontuação global de 4,32 no terceiro (2021) e 4,03 para o segundo (2019) ciclos de revisão bienal, o continente ainda não está no bom caminho para cumprir o Compromisso PIDAA-Malabo até 2025.
- 6.6. Ao longo de quatro ciclos das RB, observou-se que os Estados-Membros com sistemas de dados nacionais relativamente avançados e bem integrados com outros mecanismos de apresentação de relatórios a nível nacional, regional e global, geralmente recolhem e processam dados de maior qualidade para produzir relatórios de FE bem informados. Os Estados-Membros que obtiveram uma classificação superior a 6 em 10 incluem o Ruanda, Marrocos, Egipto, Uganda, Gana, Mali, Burundi, Nigéria, Quênia, Tunísia, Etiópia e Benim. Um outro conjunto de países obteve uma classificação superior a cinco (5) mas inferior a seis (6) numa escala de dez (10), incluindo a Serra Leoa, a Gâmbia, a Tanzânia, o Burkina Faso, o Eswatini, o Zimbabué, o Malawi e Cabo Verde.
- 6.7. A Revisão Bienal (RB) continua a inspirar grande interesse e diálogo sobre a transformação agrícola em África, tal como desejado pela Declaração de Malabo. Tanto o processo da BR como o resultante Quadro de Resultados da Transformação da Agricultura em África (QRTAA), bem como o Painel de Controlo da BR de Malabo, são instrumentos fundamentais para facilitar o mecanismo de revisão pelos pares consagrado nos princípios da UA e na Agenda original da NPDA.
- 6.8. As conclusões deste quarto relatório da RB indicam a necessidade urgente de acelerar a implementação do PIDAA em todos os sete domínios de compromisso, especialmente nos próximos dois anos até 2025, a fim de construir um sistema alimentar africano resistente.

6B. Recomendações

- 6.9. Os resultados desta quarta RB, sendo o segundo último ciclo da RB antes da expiração da Declaração de Malabo e dos objectivos nela contidos, são críticos para o continente avaliar. Muitas questões precisam de ser respondidas sobre a razão pela qual o continente ainda está longe de alcançar os objectivos de Malabo. A trajetória para os objectivos de Malabo não tem sido a esperada. Isto exige estudos mais pormenorizados para estabelecer os sucessos e os fracassos, as causas e os efeitos, e as oportunidades e as ameaças, para alcançar sistemas alimentares estáveis e sustentáveis nos próximos dois anos e depois de 2025.

- 6.10. A maior utilização do relatório das RB e os diálogos nacionais inclusivos, com todos os intervenientes relevantes, sobre os relatórios e o desempenho das RB nos quatro ciclos das RB, são susceptíveis de aumentar a sensibilização para a necessidade de uma implementação harmonizada e concertada dos objectivos nacionais comuns e para a realização das metas de Malabo do PIDAA. Estes diálogos são reforçados por fortes campanhas de comunicação e divulgação nos Estados-Membros, nas Comunidades Económicas Regionais e a nível continental. Deve ser incentivada a utilização do conjunto de ferramentas de comunicação das RB do PIDAA e do painel de controlo das RB, a fim de permitir que as diferentes partes interessadas visualizem, observem e reflectam sobre os resultados deste terceiro ciclo das RB em relação à concretização dos compromissos de Malabo. A utilização dos fóruns existentes, como a Plataforma de Parceria do PIDAA e o Fórum de Aprendizagem de Malabo entre Pares, constitui outra via para intensificar o diálogo sobre os resultados das RB e o desempenho da execução dos PIN.
- 6.11. As conclusões deste quarto relatório da RB apontam para a necessidade urgente de acelerar a aplicação do PIDAA. O relatório salienta igualmente a necessidade de analisar os progressos realizados pelos Estados-Membros desde o início do período de Malabo, a fim de documentar as lições aprendidas e estabelecer domínios de sucesso e desafios que constituirão áreas prioritárias para alimentar os processos de execução nos próximos dois anos, até 2025, e o desenvolvimento da agenda pós-Malabo para os próximos 10 anos (2026-2035).
- 6.12. A análise dos resultados deste e dos anteriores ciclos das RB e a preparação e ampla divulgação dos resumos das políticas nacionais, para apoiar a tomada de decisões com base em dados concretos, é uma área de ação clara que poderá proporcionar muitas oportunidades e grandes avanços para estimular a ação nos próximos dois anos.
- 6.13. O PIDAA, em geral, e o processo das RB, em particular, requerem uma liderança e um empenhamento políticos mais fortes, bem como a capacidade necessária a todos os níveis, a fim de promover a adesão do governo e das partes interessadas ao financiamento e à aplicação das principais recomendações
- 6.14. As Comunidades Económicas Regionais (CER) desempenham um papel fundamental no apoio à produção de relatórios nacionais de qualidade sobre as RB dos seus Estados-Membros, pois são responsáveis pela verificação da exaustividade dos relatórios individuais antes de os enviarem à CUA. Como tal, é importante que a capacidade das CER seja reforçada com recursos humanos e financeiros para continuar a desempenhar este papel fundamental.
- 6.15. O surgimento de choques continentais e sustentados no sistema alimentar africano (efeitos persistentes da pandemia da COVID-19, o conflito Rússia-Ucrânia, múltiplos conflitos no continente e os impactos das alterações climáticas e da variabilidade climática) indica a necessidade de acelerar os progressos no sentido de construir um sistema alimentar africano resistente aos choques. Por conseguinte, os governos em África devem apoiar as instituições estratégicas, as parcerias e os mecanismos de financiamento que foram promovidos para responder a choques futuros, com vista a construir um sistema alimentar africano resistente. Além disso, deve ser dada uma atenção especial a esta questão, a fim de garantir a existência de mecanismos de proteção adequados para responder a esses choques.

- 6.16. Efectuar uma análise crítica dos quatro ciclos das RB, a fim de promover a autorreflexão e apresentar um conjunto de lições aprendidas e de propostas para o futuro do quinto ciclo das RB e da era pós-Malabo.
- 6.17. Será dada especial atenção à melhoria da qualidade dos dados e à integração do processo das RB nos procedimentos nacionais de recolha e validação de dados estatísticos. Os processos das RB, do PINIA e das revisões sectoriais conjuntas (RSC) devem ser sinergizados nos Estados-Membros. Os países devem investir deliberadamente nos seus sistemas de dados, garantindo dados regulares e fiáveis para melhorar as estratégias e os objectivos de desenvolvimento agrícola. Os Estados Membros são encorajados a promover uma cultura de recolha e utilização maciça de dados para maximizar a utilidade da RB.
- 6.18. Os Estados Membros da UA e os parceiros técnicos devem investir no reforço dos sistemas nacionais de dados e das capacidades para lhes permitir gerar dados adequados e de qualidade sobre todos os indicadores do PIDAA para sustentar a produção de relatórios de BR de alta qualidade. Isto inclui, mas não se limita a, instituir e formar equipas interinstitucionais e multi-sectoriais para apoiar o processo da RB.
- 6.19. A CUA, as CERs e os Estados Membros precisam de desenvolver e reforçar os mecanismos implementáveis para a aprendizagem entre pares. A aprendizagem e o intercâmbio entre pares bem estruturados devem ser parte integrante do processo do PIDAA.
- 6.20. O processo das RB é um mecanismo fundamental para medir os progressos de África na aplicação da Declaração de Malabo para os próximos 10 anos, a fim de alcançar objectivos específicos até 2025. O sistema de pontuação das RB permite partilhar a aprendizagem e os conhecimentos entre os Estados-Membros, promover as melhores práticas, enfrentar os desafios e definir o caminho a seguir para cumprir os compromissos de Malabo.
- 6.21. A diminuição do número de Estados-Membros que apresentaram relatórios e do desempenho (nenhum país está no bom caminho) sublinha a necessidade de mudanças transformacionais que devem ser feitas para garantir o progresso no sentido da realização dos objectivos de Malabo.
- 6.22. Sublinhado nas recomendações de alguns dos relatórios da Decisão da UA, há ainda a necessidade de realizar uma revisão abrangente para garantir que o sistema de FE monitorize e acompanhe o progresso de forma equitativa em relação aos objectivos-chave, no mínimo, a nível de indicadores para todos os subsectores (culturas, pecuária, pescas e silvicultura).
- 6.23. Os novos indicadores relativos aos sistemas alimentares devem incluir as capacidades de aplicação local.

6C. Proposta de revisão bienal 2023 Prémios

- 6.24. Para este ciclo da RB, nenhum país estava no bom caminho para atingir os objectivos de Malabo até 2025. O continente como um todo não estava no bom caminho no que diz respeito à implementação dos sete compromissos da Declaração de Malabo sobre Crescimento Agrícola Acelerado e Transformação para a Prosperidade Partilhada e Melhoria dos Meios de Subsistência. No entanto, alguns Estados-Membros

registaram progressos contínuos desde o primeiro até ao quarto relatório de actividades, e outros obtiveram uma pontuação superior a 5 em 10 desde o primeiro relatório de actividades.

6.25. Menção especial para os Estados-Membros:

- a. Que demonstraram uma melhoria contínua das suas pontuações desde o primeiro até ao quarto BR: Comores, Lesoto, Cabo Verde, Zimbabué, Gâmbia, Nigéria, Uganda, Egipto, Marrocos, Ruanda, Burundi e Quénia.
- b. Que obtiveram uma classificação superior a 5 em 10, desde a primeira RB: Etiópia, Mali, Marrocos e Ruanda.
- c. Que registam uma classificação média superior a 5 em 10 nos quatro ciclos da RB: Ruanda, Marrocos, Mali, Gana, Uganda, Etiópia, Egipto, Burundi, Quénia, Burkina Faso, Benim e Malawi

6.26. São propostos os seguintes prémios para reconhecer o desempenho exemplar de um país:

- i. Prémio de Ouro da Avaliação Bienal de Malabo para a melhor classificação global (8,07 em 10): Ruanda
- ii. O Prémio de Prata da Bienal de Malabo para a segunda melhor classificação geral (6,99 em 10): Marrocos
- iii. O Prémio de Bronze da Bienal de Malabo para a terceira melhor classificação geral (6,83 em 10): Egipto
- iv. O Prémio da Revista Bienal de Malabo para a Melhor Pontuação em relação a terceira RB anterior (17%): Comores
- v. Menção especial para o melhor desempenho regional global: África Ocidental
- vi. Menção especial por área de compromisso para os Estados-Membros que estão no bom caminho nesta quarta RB:

Nome do compromisso	Compromisso	Referência	Estados-Membros no bom caminho
Compromisso com os princípios e valores do processo PIDAA	Compromisso 1	10.00	Níger
Reforçar o financiamento do investimento na agricultura	Compromisso 2	9.50	---
Acabar com a fome até 2025	Compromisso 3	9.26	---
Reduzir para metade a pobreza através da agricultura até 2025	Compromisso 4	8.94	Gana
Impulsionar o comércio intra-africano no sector da agricultura	Compromisso 5	9.00	---
Reforçar a resiliência à variabilidade climática	Compromisso 6	9.75	Etiópia e Egipto
Reforçar a responsabilização mútua pelas acções e resultados	Compromisso 7	8.60	Ruanda, Marrocos, Egipto, Uganda, Gana, Nigéria, Quénia, Benim, Zimbabué, Malawi, Tunísia, Serra Leoa e Burkina Faso

DESEMPENHO E CARTÃO DE PONTUAÇÃO “SCORECARDS”

7A. Cartão de pontuação de desempenho continental

Progresso geral do país para implementar a Declaração de Malabo para a transformação da agricultura em África

Em relação ao benchmark de 2023 de **9.29 em 10**, que é a pontuação mínima para um país estar no caminho certo para alcançar os objetivos e metas do CAADP Malabo até 2025, os países cuja pontuação aparece em "verde" estão **ON TRACK**, países cuja pontuação aparece em "azul" estão **PROGRESSANDO BEM** (pontuação de 5 ou mais em 10, mas menor que o benchmark), enquanto os países cuja pontuação aparece em "vermelho" **NÃO ESTÃO NO CAMINHO**. As setas com percentuais indicam o progresso do país entre o terceiro (2021) e o quarto (2023) ciclos de revisão bienal.

Rep. Centro Africana	Chade	Comores	Congo	Argélia	Angola	Benin	Botswana
1.73 ↓ -34 %	n.a	3.20 ↑ 113 %	2.90 ↓ -13 %	n.a	1.43 ↓ -62 %	6.00 ↑ 26 %	3.14 ↓ -37 %
Guiné Equatorial	Eritreia	Esuatini	Etiópia	Burquina Faso	Burundi	Cabo Verde	Camarões
3.30 ↑ 17 %	n.a	5.63 ↓ -2 %	6.01 ↓ -0 %	5.73 ↑ 10 %	6.41 ↑ 14 %	5.09 ↑ 12 %	3.70 ↓ -19 %
Guiné-Bissau	Quênia	Lesotho	Libéria	Côte d'Ivoire	Djibuti	R.D. Congo	Egipto
2.75 ↑ 26 %	6.28 ↑ 12 %	4.16 ↑ 5 %	3.46 ↓ -12 %	3.96 ↓ -14 %	3.82 ↓ -5 %	n.a	6.83 ↑ 5 %
Mauritânia	Maurícias	Marrocos	Moçambique	Gabão	Gâmbia	Gana	Guiné
4.27 ↓ -21 %	3.77	6.99 ↑ 1.5 %	4.64 ↑ 12 %	4.79 ↓ -4 %	5.79 ↑ 4 %	6.68 ↑ 1 %	4.11 ↑ 2 %
Ruanda	São Tomé & Príncipe	Senegal	Seicheles	Líbia	Madagáscar	Malawi	Mali
8.07 ↑ 9 %	n.a	4.06 ↓ -20 %	2.69 ↓ -45 %	0.58 ↓ -49 %	4.83 ↑ 11 %	5.25 ↓ -2 %	6.51 ↓ -2 %
Sudão	Tanzânia	Togo	Tunísia	Namíbia	Níger	Nigéria	Rep. Á. Saharawi
n.a	5.76 ↓ -6 %	4.80 ↑ 3 %	6.23 ↓ -1 %	4.26 ↑ 4 %	4.32 ↑ 19 %	6.28 ↑ 16 %	0.43
				Sierra Leone	Somália	África do Sul	Sudão do Sul
				5.90 ↑ 36 %	2.49	4.11 ↑ 1 %	3.51 ↑ 22 %
				Uganda	Zâmbia	Zimbabwe	Referência de 2023
				6.76 ↑ 15 %	4.41 ↓ -21 %	5.45 ↑ 5 %	9.29

7B. Cartões de Pontuação de Desempenho Individual dos Estados Membros

Progressos globais dos países na implementação da Declaração de Malabo para a Transformação da Agricultura em África representados no Quadro de Resultados da Transformação da Agricultura em África (QRTAA) - Recomendações aos Estados-Membros

Argélia

pontos

n.a

/10 e é

Não em boa via

na implementação da Declaração de Malabo sobre a Transformação da Agricultura em África

O país é solicitado a participar na próxima ronda do exercício de recolha de dados de 2025 para a Conferência da União de janeiro de 2026.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País									
Argélia									
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP								
2	Financiamento de investimentos na agricultura								
3	Acabar com a fome								
4	Erradicar a pobreza através da agricultura								
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura								
6	Resiliência à Variabilidade Climática								
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados								
Pontuação global do país					Progresso global				
n.a					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2023 é					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				
9.29									

Dados não solicitados pelo país.

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

100.0%

Para a conclusão do processo CAADP.

100.0%

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

22.3%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

42.5%

Para submissão do Relatório Bienal do País

53.3%

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

54.9%

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

61.6%

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

Recomendações

- Angola deve reforçar a sua capacidade de gerar e utilizar dados e informações estatísticas sobre a agricultura, bem como melhorar a apresentação do relatório bienal do país.
- Angola deve desenvolver mecanismos para melhorar o financiamento do investimento na agricultura, concentrando-se no acesso dos agricultores ao financiamento, aumentando o investimento do sector privado nacional na agricultura, bem como o investimento do sector privado estrangeiro na agricultura.
- Angola deve abordar a resiliência à variabilidade climática através do aumento das despesas públicas em iniciativas de reforço da resiliência centradas na resiliência aos riscos climáticos e a outros choques.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Angola					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.16	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.16	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	5.33	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.00	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.95	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.95	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.74	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.01	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.05	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	0.00	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	0.00	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	0.85	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	4.25	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		0.00	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					1.43	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

94.4

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

35.5%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

76.7%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**10.1%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

16.6%

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

17.7%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

10.2%

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

23.0%

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

Recomendações

- O Governo do Benim deverá aumentar a produtividade agrícola dos produtos de base prioritários do Benim, reduzindo simultaneamente as perdas pós-colheita.
- O Governo do Benim deve assegurar que uma maior percentagem das suas famílias de agricultores seja proprietária ou tenha acesso a terras seguras para a agricultura, através de reformas da utilização das terras e da legislação fundiária nos países.
- O Governo do Benim deve aplicar estratégias susceptíveis de aumentar a segurança alimentar e nutricional através da redução da prevalência do peso insuficiente nas crianças com menos de 5 anos e da subnutrição na população.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										Benin	
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.35	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.09	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.96	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.79	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.45	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.84	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	6.88	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	2.63	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.14	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.29	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	2.03	9.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	4.95	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.39	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.30	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	5.20	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	6.00	9.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.78	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.55	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.84	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.19	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via		
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via		
Pontuação global do país						6.00	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**69.9**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

183.1%

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

18.0%

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

100.0%

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

100.0%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**20.1%**

Para submissão do Relatório Bienal do País

11.0kg/ha

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

3.4%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

11.0%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

58.8%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

Recomendações

• Botswana deve aumentar os investimentos no sector agrícola para 10% das despesas nacionais e, especificamente, aumentar o consumo de fertilizantes para 50 kg por hectare. A taxa de aplicação atualmente baixa, de 11 kg por hectare, é demasiado baixa para estimular a produtividade do sector.

• Botswana deve reforçar os mecanismos de responsabilização mútua, recrutando mais pessoal para a planificação, monitorização e avaliação no Ministério da Agricultura, para além de afetar recursos financeiros à monitorização e avaliação em geral.

• Botswana deve fornecer empréstimos acessíveis para que os jovens se envolvam em várias actividades ao longo de partes das cadeias de valor agrícola. Os actuais baixos níveis de envolvimento dos jovens ameaçam a sustentabilidade da produção agrícola do Botswana.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Botswana					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.39	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.94	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.67	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.30	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	1.14	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.05	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.39	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.00	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.33	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.54	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	3.67	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.88	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	7.75	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	4.12	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.61	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	2.01	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		0.00	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					3.14	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**93.7**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

46.5%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

32.7%

Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

96.7%

Maior fornecimento de insumos agrícolas de qualidade para total de insumos necessários para produtos agrícolas.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**17.7%**

Proporção de crianças de 6 a 23 meses que cumprem a Dieta Mínima Aceitável.

9.7%

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

23.6%

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

19.8kg/ha

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

0.5%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

Recomendações

• Governo do Burkina Faso deve implementar medidas políticas que melhorem a produtividade agrícola através do aumento do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável, pelo menos igual aos 50 kg/ha recomendados.

• Governo do Burkina Faso deve aplicar medidas que melhorem as despesas públicas agrícolas e o total das despesas com a investigação agrícola.

• Governo do Burkina Faso deve implementar estratégias que reforcem a segurança nutricional das crianças através da redução da prevalência do atraso de crescimento entre as crianças com menos de 5 anos e da proporção de crianças entre os 6 e os 23 meses de idade que satisfazem a dieta mínima aceitável.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País		Burquina Faso								
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.82	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.30	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.59	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.53	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.57	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	4.11	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.08	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.36	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.20	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.22	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.32	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	7.06	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.60	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.50	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	4.14	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	7.30	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.58	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.10	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	6.19	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.27	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	9.87	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.68	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.72	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.44	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	9.69	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		7.78	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		6.67	7.00	Não em boa via	
Pontuacao global do pais					5.73	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global minima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

88.1

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

37.8%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

51.3%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**14.5%**

Taxa de redução do diferencial entre o preço grossista e o preço de farmgate.

32.3%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

0.4%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

20.4%

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

43.0%

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

Recomendações

• O Governo do Burundi deve aumentar a produtividade da agricultura através de esforços como a melhoria do acesso dos agricultores a tecnologias/insumos e práticas que aumentem a produtividade para os produtos agrícolas prioritários do país, a diminuição das perdas pós-colheita através do reforço das medidas de gestão pós-colheita e o aumento da biofortificação para cumprir os objectivos de segurança alimentar e desempenho nutricional do país.

• O Governo deve também aumentar os seus esforços para capacitar as mulheres e os jovens rurais na agricultura e apoiar políticas e iniciativas favoráveis à participação das mulheres no sector agroindustrial.

• O Governo do Burundi deve intensificar os esforços para reduzir a pobreza e o peso insuficiente das crianças com menos de 5 anos.

• O Governo do Burundi deve reforçar o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas e diminuir a taxa pautal aplicada.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Burundi					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.85	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.40	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.14	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	7.83	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.02	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	4.30	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.87	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.31	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.08	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.70	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	8.27	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.10	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	9.76	9.00	Em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	4.73	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.75	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	6.14	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	1.01	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.66	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.33	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.59	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.06	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.88	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					6.41	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**75.5**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

89.2%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

79.3%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

19.0%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**16.2%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

34.8%

Para submissão do Relatório Bienal do País

20.0%

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

44.7%

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

46.5%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

Recomendações

- O Governo de Cabo Verde deve assegurar o aumento da dimensão das suas terras irrigadas, por exemplo, aumentando o acesso aos factores de produção agrícola (tais como fertilizantes, sementes e produtos agroquímicos) e à tecnologia.
- Cabo Verde deve implementar políticas e estratégias para reduzir o rácio de incidência da pobreza a nível nacional.
- Cabo Verde deve desenvolver e implementar mecanismos que melhorem a qualidade da coordenação multi-setorial e multi-interveniente para o sector agrícola.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Cabo Verde					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.07	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	7.14	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	4.47	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.58	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	7.06	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	8.04	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.21	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.27	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.45	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	4.87	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.29	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.05	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.50	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.69	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.39	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.77	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.48	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	3.48	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		8.52	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		5.38	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					5.09	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

76.7

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

0.1%

da população é subnutrida.

4.3%

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

96.0%

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**13.0%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

28.7%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

0.2%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

19.4%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

26.8%

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

Recomendações

- O país deve incentivar o investimento do sector privado nacional e estrangeiro na agricultura.
- Acabar com a fome e a erradicação da pobreza deve ser uma das prioridades do país.
- O país deve melhorar o seu processo PIDAA e a sua capacidade de resistência à variabilidade das alterações climáticas.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Camarões					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.38	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.15	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.97	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.46	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.61	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.80	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.29	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.25	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.89	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.61	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.39	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.54	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.36	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.72	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.37	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	3.67	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.08	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.15	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.89	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	6.31	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		5.56	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via	
Pontuação global do país					3.70	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

4.5%

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**17.5%**

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

16.6%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

14.5%

Taxa de redução da taxa de incidência da pobreza na linha internacional da pobreza.

42.9%

Para a conclusão do processo CAADP.

61.7%

Para submissão do Relatório Bienal do País

Recomendações

- O financiamento do investimento na agricultura (0,00) é baixo. O Governo deve fazer um esforço para afetar mais investimentos financeiros na agricultura.
- As pontuações relativas à erradicação da fome (0,42/9,08) e à erradicação da pobreza através da agricultura (0,00) são baixas. O país deve trabalhar em alguns parâmetros como a produtividade agrícola, a perda pós-colheita, a segurança alimentar e nutricional e as medidas sanitárias e fitossanitárias.
- O comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas (0,00), a resistência à variabilidade climática (0,00) e a utilização dos resultados da revisão bienal da agricultura são baixos. O Governo deve insistir na melhoria destes parâmetros.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Rep. Centro Africana					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.26	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	4.29	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.50	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.00	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	0.40	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.00	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.78	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.60	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.18	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.72	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	0.00	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	0.00	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	4.30	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	6.70	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.61	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	6.17	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		0.00	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					1.73	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

O país é solicitado a participar na próxima ronda do exercício de recolha de dados de 2025 para a Conferência da União de Janeiro de 2026.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País									
Chade									
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP								
2	Financiamento de investimentos na agricultura								
3	Acabar com a fome								
4	Erradicar a pobreza através da agricultura								
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura								
6	Resiliência à Variabilidade Climática								
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados								
Pontuação global do país					Progresso global				
n.a					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2023 é					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				
9,29									

Dados não solicitados pelo país.

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

104.9%

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

185.8%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

19.0%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

138.1%

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**14.4%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

1.1%

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

25.0%

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

64.6%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

66.7%

Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.

Recomendações

- As Comores têm tido bons resultados no apoio ao desenvolvimento de terras agrícolas no âmbito de práticas sustentáveis de gestão das terras; contudo, o país deve implementar políticas para apoiar e expandir a dimensão das áreas irrigadas como meio de tornar os sistemas agrícolas mais resistentes aos choques climáticos.
- O acesso ao financiamento e a inclusão das mulheres e dos jovens na agricultura devem ser reforçados, a fim de garantir a existência de mercados robustos de factores de produção e de produtos que sejam rentáveis para todos os intervenientes nas cadeias de valor agrícolas.
- As Comores tiveram um excelente desempenho no processo de participação no PIDAA e devem implementar quadros de revisão setorial para garantir que as recomendações são sintetizadas e adoptadas a nível nacional.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Comores					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.97	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.91	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	5.37	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	8.98	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.50	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.02	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.50	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	6.75	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.89	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.11	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.44	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.83	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	0.12	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	0.60	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		0.00	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					3.20	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**90.1**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

79.1%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

100.0%

Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.

185.7%

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

5.3%

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**5.2%**

Taxa de crescimento da proporção da Diversidade Dietética Mínima-Mulheres.

14.3%

Para a conclusão do processo CAADP.

17.0%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

5.2%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

5.4%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

Recomendações

- O Governo deve dar mais ênfase aos investimentos do sector privado nacional e estrangeiro na agricultura, aumentando simultaneamente o acesso ao financiamento.
- A erradicação da fome (0,99/9,08) e a erradicação da pobreza (1,50/8,94) têm pontuações baixas em termos de produtividade agrícola (0,05/9,00), perdas pós-colheita (0,00), proteção social (0,00), medidas sanitárias e fitossanitárias (0,00), PPP inclusivas para cadeias de valor de produtos de base (0,00), emprego dos jovens na agricultura (1,81) e participação das mulheres no agro-negócio (0,03). O país deve envidar mais esforços para melhorar estes parâmetros.
- O país não se empenhou no comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas e não utilizou igualmente os resultados agrícolas bienais. Na mesma tendência, o país registou taxas baixas na capacidade de implementação de planeamento baseado em provas e M&A. O Governo deve começar a utilizar os resultados da revisão agrícola bienal.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País		Congo								
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	4.64	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	1.43	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	4.38	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.12	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.34	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.59	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.02	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.74	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.01	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.43	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.05	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.56	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.45	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.81	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.27	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.87	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.61	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.94	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	6.27	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		9.81	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país						2.90	Progresso global			
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.			

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**3.8%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

0.2%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

22.0%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

26.4%

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

1.6%

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

Recomendações

- O Governo da Costa do Marfim deve adotar medidas para melhorar as despesas públicas agrícolas e as despesas totais com a investigação agrícola.
- O Governo da Costa do Marfim deve adotar medidas políticas que melhorem a produtividade agrícola através do aumento do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável, pelo menos igual aos 50 kg/ha recomendados.
- O Governo da Costa do Marfim deve adotar medidas que aumentem a resistência aos riscos climáticos e a outros choques, nomeadamente no que diz respeito à superfície de terras sob gestão sustentável.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Côte d'Ivoire						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.73	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.13	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.06	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.27	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.27	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.14	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.02	9.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.62	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	1.70	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.87	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.71	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	4.54	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.10	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	4.42	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.41	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	6.27	9.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.54	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.09	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	4.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.73	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	4.76	9.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	8.34	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		5.56	7.00	Não em boa via		
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					3.96	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**89.2**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

53.5%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

19.0%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

37.6%

Taxa de redução da taxa de incidência da pobreza na linha internacional da pobreza.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**12.0%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

21.1%

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

0.1%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

18.2%

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

23.2%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

Recomendações

- O Governo de Djibuti deve intensificar e manter os esforços para enfrentar os desafios da fome, da segurança alimentar e da nutrição, bem como as deficiências de micronutrientes, promovendo intervenções sensíveis à nutrição, como a biofortificação de micronutrientes e uma melhor gestão pós-colheita.
- O Governo do Jibuti deve desenvolver um sistema para acompanhar os investimentos privados e as parcerias nas cadeias de valor agrícolas, bem como monitorizar o comércio intra-africano.
- O Governo deve aumentar a afetação do orçamento nacional aos investimentos agrícolas, a fim de contribuir para acabar com a fome e erradicar a pobreza.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Djibuti						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	5.17	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	4.29	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.61	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	5.61	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.32	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.12	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	7.59	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.55	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	0.52	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.91	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.40	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.79	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.51	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.26	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	2.77	9.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.27	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	2.53	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.83	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	9.50	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.12	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.72	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	8.09	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		7.78	7.00	Em boa via		
					PC 7.5		5.00	7.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					3.82	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

O país é solicitado a participar na próxima ronda do exercício de recolha de dados de 2025 para a Conferência da União de Janeiro de 2026.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					R.D. Congo				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP								
2	Financiamento de investimentos na agricultura								
3	Acabar com a fome								
4	Erradicar a pobreza através da agricultura								
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura								
6	Resiliência à Variabilidade Climática								
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados								

Dados não solicitados pelo país.

Pontuação global do país	n.a	Progresso global	Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é	9,29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.	

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

88.5

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

66.7%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**17.2%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

1.8%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

11.0%

Taxa de crescimento da proporção da Diversidade Dietética Mínima-Mulheres.

28.1%

Proporção de crianças de 6 a 23 meses que cumprem a Dieta Mínima Aceitável.

12.7%

Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar (FIES).

Recomendações

- A percentagem da despesa pública total afetada à despesa agrícola é muito baixa (1,8%). O país deveria aumentar as despesas públicas e os investimentos na agricultura.
- O governo do Egipto deve trabalhar para melhorar a taxa de 12,7% de proporção de insegurança alimentar moderada e grave na população, com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar.
- A taxa de crescimento (da proporção de diversidade alimentar mínima - mulheres (DAM-M) e da proporção de crianças de 6-23 meses de idade que satisfazem o regime alimentar mínimo aceitável (MAD)) continua baixa, respetivamente 11,0% e 28,1%. O país deve promover políticas e reformas para melhorar a segurança alimentar e a nutrição. Devem igualmente ser tomadas medidas para aumentar o rendimento dos produtos agrícolas prioritários do país.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Egipto					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.40	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.53	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.67	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.49	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.93	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.01	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.02	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	10.00	10.00	Em boa via	
3	Acabar com a fome	3.95	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	6.47	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.57	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.69	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	5.96	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	8.13	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	9.00	Em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	4.29	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	8.59	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.82	9.75	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.64	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.76	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.71	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		9.07	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via	
Pontuação global do país					6.83	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

75.1

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

80.0%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

169.9%

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

90.0 out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

28.6%

Para a conclusão do processo CAADP.

38.9%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

59.9%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

63.7%

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

66.7%

Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.

Recomendações

- O país deve melhorar o investimento financeiro na agricultura.
- As pontuações relativas à erradicação da fome (0,19/9,08) e à erradicação da pobreza (0,00/8,94) através de actividades agrícolas são baixas. O Governo deve enviar mais esforços para os melhorar.
- O processo PIDAA do país, o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas e a implementação da ZCLCA devem ser melhorados pelo Governo.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Guiné Equatorial					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	5.44	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	2.86	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.37	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.08	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.04	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.16	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	0.29	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.74	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	4.50	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	9.00	9.00	Em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.83	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.03	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	3.89	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	7.17	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		7.41	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		6.67	7.00	Não em boa via	
Pontuacao global do pais					3.30	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global minima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

O país é solicitado a participar na próxima ronda do exercício de recolha de dados de 2025 para a Conferência da União de Janeiro de 2026.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País									
Eritreia									
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP								
2	Financiamento de investimentos na agricultura								
3	Acabar com a fome								
4	Erradicar a pobreza através da agricultura								
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura								
6	Resiliência à Variabilidade Climática								
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados								

Dados não solicitados pelo país.

Pontuação global do país

n.a

Progresso global

Não em boa via

O Índice de Referência de 2023 é

9,29

Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

75.7

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

3.1%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

5.7kg/ha

Do consumo de fertilizantes por hectar de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

0.4%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

44.4%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

61.9%

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

Recomendações

- O Eswatini deve criar um ambiente favorável para melhorar o acesso dos jovens a novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícolas.
- O Eswatini deve melhorar a despesa com a investigação agrícola, medida pela percentagem do PIB agrícola.
- O Eswatini deve expandir os programas de protecção social para proteger os grupos sociais vulneráveis, especialmente os pobres.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Eswatini					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.74	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	7.14	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.83	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.25	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	7.92	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.76	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	5.57	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	8.35	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.46	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.56	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Protecção Social	6.19	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.29	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.92	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.02	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	8.24	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.94	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	7.88	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.74	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	3.49	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.99	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.35	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	4.44	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.63	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		6.67	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		6.00	7.00	Não em boa via	
Pontuacao global do pais					5.63	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global minima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

33.9%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

51.5%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**5.8%**

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

13.2%

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

4.0%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

20.9%

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

29.3%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

Recomendações

- O Governo da Etiópia deve intensificar os esforços para aumentar o rendimento dos produtos agrícolas prioritários do país, reduzindo simultaneamente as perdas pós-colheita desses produtos.
- O Governo deve também trabalhar no sentido de criar novas oportunidades de emprego e ambientes favoráveis para que os jovens se envolvam nas cadeias de valor agrícolas.
- O Governo deve também continuar a envidar esforços para aumentar a área agrícola sob gestão sustentável e, conseqüentemente, contribuir para aumentar o rendimento dos produtos agrícolas prioritários do país.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Etiópia					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.24	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.06	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.65	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.38	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.12	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	3.40	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.09	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.42	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.11	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	1.15	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	9.98	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	6.86	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	6.23	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.59	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.35	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	9.00	Em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.25	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.50	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.92	9.75	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.84	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.95	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.76	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via	
Pontuação global do país					6.01	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

100.0%

Para a conclusão do processo CAADP.

70.6

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

54.0%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

35.3%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

1.2%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

1.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

4.6%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

30.0 out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

43.8%

Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.

Recomendações

- O país deve aumentar o seu financiamento do investimento na agricultura para melhorar, ao mesmo tempo que melhora o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas.
- O país deve integrar e utilizar melhor os resultados da revisão bial da agricultura para impulsionar o desenvolvimento nacional através da agricultura.
- O país deve adotar uma melhor forma de produtividade agrícola, incentivar a participação dos jovens na agricultura para o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Gabão					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.83	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.49	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.43	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	2.65	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	2.73	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.33	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.30	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.91	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.29	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.34	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.34	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	2.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	9.00	Em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.50	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.00	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.83	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	4.44	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	4.69	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuacao global do pais					4.79	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global minima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

100.0%

Para a conclusão do processo CAADP.

90.9

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

87.5%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

45.7%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

6.7kg/ha

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

4.3%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

0.1%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

16.3%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

8.9%

Taxa de crescimento da proporção da Diversidade Dietética Mínima-Mulheres.

Recomendações

- O Governo da Gâmbia deve melhorar a aplicação de fertilizantes por hectare de terra arável para aumentar a produtividade das culturas. Este objetivo deverá também incluir a expansão das terras aráveis sob práticas de agricultura biológica ecológica.
- O Governo da Gâmbia deve incentivar os jovens a aceitarem novos empregos nas cadeias de valor da agricultura, encorajando simultaneamente a transformação do sector agrícola através da tecnologia e da inovação.
- O Governo da Gâmbia deve aumentar a proporção das despesas totais no sector agrícola em relação ao produto interno bruto agrícola, a fim de criar uma economia agrícola orientada para o conhecimento e contribuir para a realização de investigação.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Gâmbia					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.99	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.02	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	5.96	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.28	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.93	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	1.49	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	2.80	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	3.90	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.52	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	6.44	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.82	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.01	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	4.89	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.95	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	10.00	9.00	Em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.17	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.44	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	6.75	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.55	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.09	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.64	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.29	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.39	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	5.83	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	4.46	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		6.67	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					5.79	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

83.7

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

63.1%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

6.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**5.8%**

Taxa de redução da taxa de incidência da pobreza na linha internacional da pobreza.

17.2%

resposta às necessidades de despesas sobre a proteção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

4.8%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

14.9%

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

35.3%

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

Recomendações

• O Governo do Gana deve aumentar a resposta às necessidades de despesa em matéria de proteção social dos grupos vulneráveis. O país deve reformar o seu regime de proteção social universal através da angariação de fundos especiais para fazer face a questões de catástrofes e de gestão de riscos para os grupos vulneráveis e as comunidades mal servidas.

• O Governo do Gana deve melhorar as despesas públicas no sector da agricultura em percentagem do valor acrescentado da agricultura e aumentar o valor acrescentado da agricultura por terra arável.

• O Gana deve aplicar políticas e estratégias para reduzir o rácio de incidência da pobreza a nível nacional e internacional.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										Gana		
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)							
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso			
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.40	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via			
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.67	10.00	Não em boa via			
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.55	10.00	Não em boa via			
2	Financiamento de investimentos na agricultura	5.22	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.10	10.00	Não em boa via			
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	9.00	Em boa via			
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.13	9.00	Não em boa via			
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	6.64	10.00	Não em boa via			
3	Acabar com a fome	3.52	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.57	9.58	Não em boa via			
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.70	9.00	Não em boa via			
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via			
					PC 3.4	Proteção Social	1.72	10.00	Não em boa via			
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.04	9.00	Não em boa via			
					PC 3.6	Segurança Alimentar	7.09	9.00	Não em boa via			
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	9.01	8.94	Em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	6.04	8.75	Não em boa via			
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via			
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	9.00	Em boa via			
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	9.00	Em boa via			
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.59	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via			
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.17	9.00	Não em boa via			
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.76	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via			
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.52	10.00	Não em boa via			
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.27	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via			
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via			
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.71	10.00	Não em boa via			
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via			
					PC 7.5		6.67	7.00	Não em boa via			
Pontuação global do país						6.68	Progresso global					
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

68.9%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

222.7%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

8.3%

Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

48.1%

Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar (FIES).

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

30.0%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

0.1%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

15.5%

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

2.5%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

29.5%

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

Recomendações

- O Governo da Guiné deverá implementar estratégias que facilitem o aumento do investimento e do financiamento no sector agrícola através do aumento das despesas públicas com a agricultura e das despesas totais com a investigação agrícola, bem como do acesso dos agricultores a serviços de consultoria agrícola.
- O Governo da Guiné deve implementar estratégias que melhorem o acesso de homens e mulheres aos serviços financeiros.
- O Governo da Guiné deve implementar estratégias que ajudem a erradicar a fome através da redução da prevalência de atrasos de crescimento entre as crianças com menos de 5 anos de idade.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										Guiné	
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.93	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.53	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	5.69	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.18	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.18	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.55	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	2.00	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.92	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.33	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	6.09	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.66	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.13	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	9.00	Em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.96	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	7.93	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.83	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	9.50	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.73	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.37	9.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	7.78	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	8.79	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		8.70	7.00	Em boa via		
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via		
Pontuacao global do pais					4.11	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global minima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

100.0%

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

2.3%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

15.6 out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

19.5%

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

26.1%

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

13.1%

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

Recomendações

- O Governo da Guiné-Bissau deve implementar estratégias que aumentem o investimento e o financiamento na agricultura através do aumento das despesas públicas na agricultura, da melhoria do acesso dos agricultores aos serviços de aconselhamento agrícola, do aumento dos investimentos privados nacionais e estrangeiros na agricultura, bem como do acesso ao financiamento.
- O Governo da Guiné-Bissau deve implementar medidas que aumentem a facilitação do comércio.
- O Governo da Guiné-Bissau deve implementar estratégias que ajudem a acabar com a fome através de um melhor acesso aos factores de produção e tecnologias agrícolas, aumentando a produtividade agrícola, reduzindo as perdas pós-colheita e aumentando a segurança alimentar e nutricional.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Guiné-Bissau					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.47	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.30	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.53	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.12	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.92	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.51	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.04	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.36	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.35	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.17	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	2.62	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.96	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.83	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.78	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	1.56	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	3.21	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	8.60	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	3.61	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	3.85	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		0.00	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuacao global do pais					2.75	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global minima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

77.5

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

61.9%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

75.0%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

55.0%

Índice de Saúde de Segurança Alimentar (FSHI).

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

10.1%

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

17.6%

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

20.0%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

0.2%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

25.6%

Maior fornecimento de insumos agrícolas de qualidade para total de insumos necessários para produtos agrícolas.

Recomendações

- O Governo do Quênia deverá continuar a intensificar os esforços para reduzir a prevalência de peso insuficiente entre as crianças com menos de 5 anos de idade.
- O Governo deverá também aumentar a percentagem do valor acrescentado agrícola por terra arável, o número de famílias de agricultores que possuem ou têm acesso a terras seguras e a percentagem das despesas totais com a investigação agrícola em relação ao PIB agrícola.
- O Governo deve igualmente abordar as questões de segurança alimentar, a fim de garantir a segurança dos alimentos para os seus cidadãos, reforçar o comércio de produtos agrícolas e aumentar a oferta de factores de produção agrícola de qualidade em relação às necessidades totais de factores de produção para os produtos agrícolas.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										Quênia	
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.29	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.98	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.33	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.79	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.35	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	2.05	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	3.33	9.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	8.44	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	4.79	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.81	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.59	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	9.07	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.28	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	10.00	9.00	Em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	7.50	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	9.00	Em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.91	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.82	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	7.07	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.17	9.50	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.96	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.58	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.72	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	9.86	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		8.33	7.00	Em boa via		
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via		
Pontuacao global do pais						6.28	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global minima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**69.4**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

19.0%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

1.4%

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**18.6%**

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

12.2%

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

28.6%

Para a conclusão do processo CAADP.

3.5%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

36.1%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

Recomendações

• O Lesoto deve centrar-se na erradicação da pobreza através da agricultura, desenvolvendo PPP inclusivas para as cadeias de valor dos produtos de base, a participação das mulheres na agricultura e a redução do número de pessoas em situação de pobreza.

• O Lesoto deve igualmente repensar as suas abordagens em matéria de despesas, gastos e investimentos. Isto implica que o orçamento do Estado deve cobrir as necessidades em matéria de protecção social dos grupos sociais vulneráveis e aumentar as despesas públicas agrícolas em relação ao total das despesas públicas.

• O Lesoto deve reforçar o seu comércio intra-africano no sector da agricultura, concentrando-se na implementação da ZCLCA e identificando os produtos essenciais a que deve dar prioridade no comércio.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Lesotho					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	4.76	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	2.86	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.19	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	4.22	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	7.67	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.76	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	4.91	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.08	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.21	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	1.86	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.43	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.24	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.61	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	4.36	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.09	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	6.19	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	4.40	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.79	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.90	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.67	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	3.81	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		4.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					4.16	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

100.0%

Para a conclusão do processo CAADP.

100.0%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

7.1%

da população é subnutrida.

64.8

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

1.1%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

30.0%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

28.8 out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

5.6%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

0.4%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

Recomendações

- O Governo da Libéria deve aumentar significativamente a despesa pública com a agricultura em percentagem da despesa pública total.
- A Libéria deverá ter por objetivo reduzir significativamente a prevalência do atraso de crescimento e do peso insuficiente entre as crianças com menos de 5 anos de idade através de um programa estratégico de alimentação e nutrição.
- A Libéria deve assegurar a facilitação do comércio de bens e serviços agrícolas, atraindo investimentos em infra-estruturas públicas.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Libéria					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.95	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.36	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.48	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.64	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	2.96	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	3.56	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.04	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.12	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.74	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.21	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	6.57	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.23	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.40	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.83	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	4.77	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.44	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	2.88	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.36	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	9.39	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	4.17	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	8.79	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		9.44	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					3.46	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

100.0%

Para a conclusão do processo CAADP.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

22.6%

Para submissão do Relatório Bienal do País

31.5%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

Recomendações

- O índice dos sistemas de segurança alimentar (ISSA) permaneceu baixo (31,5%). O país deve melhorar o funcionamento dos sistemas SPS a fim de respeitar as melhores práticas internacionais estabelecidas (atingir 100% de funcionalidade para os sistemas SPS).
- O país deve melhorar o seu desempenho, nomeadamente no que diz respeito aos compromissos assumidos no âmbito do processo PIDAA, do financiamento do investimento na agricultura, da erradicação da fome e da pobreza através da agricultura, do comércio intra-africano no sector da agricultura. Commodities e Serviços, e Resiliência à Variabilidade Climática.
- O sistema de recolha de dados deve ser melhorado para o país.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										
Líbia										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	3.60	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	0.80	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	0.00	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.00	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	0.00	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.00	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	0.00	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	0.00	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	0.45	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	2.26	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		0.00	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuacao global do pais					0.58	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global minima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

100.0%

Para a conclusão do processo CAADP.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

51.7%

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

100.0%

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

50.6%

Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar (FIES).

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

14.9%

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

19.6 out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

4.3%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

11.5kg/ha

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior a 50 kg/ha recomendados.

46.9%

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

Recomendações

• Madagáscar deve investir mais recursos no sector agrícola para estimular a produtividade da terra. Isto pode ser conseguido através do aumento da utilização de fertilizantes inorgânicos, que é atualmente inferior ao objetivo de 50 kg por hectare.

• Madagáscar deve também encontrar formas inovadoras de financiamento da agricultura para garantir que a sua despesa pública na agricultura, em percentagem da despesa total, se aproxime do objetivo de 10%. Este objetivo pode ser alcançado através do aproveitamento dos intervenientes do sector privado, bem como dos investimentos directos estrangeiros na agricultura.

• Madagáscar deve igualmente tomar medidas para facilitar o comércio internacional com a África continental, reduzindo os obstáculos pautais e não pautais ao comércio.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										
Madagáscar										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.30	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.02	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.88	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.96	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.59	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.39	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.88	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	5.05	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.03	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.53	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.07	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	6.69	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	4.92	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.10	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	3.84	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	4.75	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.98	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	1.96	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	4.30	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	1.93	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.30	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	8.10	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.67	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.76	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		6.30	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		6.67	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país						4.83	Progresso global			
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.			

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

100.0%

Para a conclusão do processo CAADP.

81.8

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

34.6%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

61.6%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

17.0 out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

18.1%

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

1.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

17.8%

da população é subnutrida.

0.4%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

Recomendações

- O Malawi deve intensificar e manter os esforços para resolver o problema da segurança alimentar e da nutrição, bem como das deficiências de micronutrientes, promovendo intervenções sensíveis à nutrição, como a biofortificação com micronutrientes, e investindo na gestão pós-colheita e em tecnologias que aumentem a produtividade.
- O Malawi deve igualmente trabalhar no sentido de criar um ambiente favorável às mulheres, facilitando-lhes o acesso ao financiamento para que possam participar ativamente nas cadeias de valor da agricultura, tendo em vista a criação de emprego e a redução da pobreza.
- O Malawi deve desenvolver ou reforçar um sistema sólido de registo, acompanhamento e monitorização dos investimentos privados nacionais e das parcerias nas cadeias de valor agrícolas, bem como do comércio intra-africano.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Malawi						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.28	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.44	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.39	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.91	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.31	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.50	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.81	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	3.98	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.43	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	9.42	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.71	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	6.31	9.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.28	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.06	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	2.00	9.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	1.05	9.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.85	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	1.70	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.25	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	9.50	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.51	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.17	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.75	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		9.44	7.00	Em boa via		
					PC 7.5		6.67	7.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					5.25	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

100.0%

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

91.8%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**11.5%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

8.2%

Taxa de redução da taxa de incidência da pobreza na linha internacional da pobreza.

18.2%

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

20.5%

Maior fornecimento de insumos agrícolas de qualidade para total de insumos necessários para produtos agrícolas.

18.6%

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

Recomendações

• O Governo do Mali é incentivado a adotar políticas que aumentem o acesso aos factores de produção agrícola (tais como fertilizantes, sementes e produtos agroquímicos) e a aumentar as suas despesas com a investigação agrícola.

• O Governo do Mali deve assegurar uma redução drástica da prevalência da malnutrição, especialmente do peso a menos entre as crianças com menos de cinco anos no país. Isto pode ser conseguido através de programas de nutrição direccionados para as crianças no país.

• O Governo do Mali deve garantir o aumento da dimensão das suas terras irrigadas através de maiores facilidades de financiamento para a agricultura de irrigação e garantir um maior acesso aos serviços financeiros através da concessão de crédito em condições liberais aos agricultores.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Mali					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.83	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.50	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	5.95	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.16	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	6.50	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.15	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.41	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.93	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.37	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	7.25	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.92	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	6.50	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	5.44	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.55	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.60	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.20	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.29	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.58	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.96	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.81	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via	
Pontuação global do país					6.51	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

47.5%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

10.0%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

100.0%

Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**9.7%**

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

1.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

13.0%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

25.4kg/ha

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

53.0%

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

Recomendações

- O país deverá melhorar o consumo de fertilizantes por hectare de terra arável.

- A Mauritânia deve aumentar o número (1 em 5) de cadeias de valor de produtos agrícolas de base para as quais é estabelecida uma PPP com uma forte ligação à pequena agricultura.

- A proporção (13,0%) de famílias de agricultores, pastores e pescadores resistentes aos choques climáticos e meteorológicos é demasiado baixa. O governo do país deve garantir que pelo menos 30% das famílias de agricultores, pastores e pescadores tenham melhorado a sua capacidade de resiliência, promovendo iniciativas de reforço da resiliência dos sistemas de produção.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Mauritânia					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.20	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.54	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.04	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.29	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	8.54	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.34	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.28	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	0.48	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.89	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.72	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.64	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	2.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.23	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.73	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.46	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	7.29	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	7.17	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.40	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.21	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	6.87	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.72	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.45	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		6.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					4.27	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

100.0%

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

70.9

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**14.6%**

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

1.6%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

18.3%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

44.4%

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

58.6%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

Recomendações

• A Maurícia deve aumentar a parte do orçamento nacional destinada ao sector agrícola, passando dos actuais níveis baixos de menos de 2% para o objetivo de 10%. Esta medida reforçará o sector e aumentará o seu papel na economia.

• As Maurícias devem investir em programas de melhoria do rendimento dos seus produtos de base. Embora a sua produção de açúcar seja eficiente, a produtividade de muitas das suas culturas é baixa e o aumento da aplicação de fertilizantes e o investimento numa melhor gestão das culturas podem melhorar a produtividade do sector.

• Dadas as frequentes incidências de ciclones, as Maurícias devem investir mais no reforço da resiliência. Assim, as Maurícias devem aumentar a percentagem da despesa pública afetada ao reforço da capacidade de resistência.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Maurícias					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.89	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.67	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.66	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.99	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	2.94	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.29	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	4.44	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.03	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.58	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	7.15	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.43	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.63	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.12	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.23	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.76	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	8.78	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					3.77	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

85.9

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

38.2%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**17.9%**

Maior fornecimento de insumos agrícolas de qualidade para total de insumos necessários para produtos agrícolas.

46.0%

Proporção de crianças de 6 a 23 meses que cumprem a Dieta Mínima Aceitável.

29.0%

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

15.3%

Índice de Saúde de Segurança Alimentar (FSHI).

34.3%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

Recomendações

• O índice de saúde em matéria de segurança dos alimentos (ISMSA) de Marrocos é demasiado baixo (15,3%) e devem ser envidados esforços para reforçar a sua capacidade de adotar e aplicar um sistema SPS coerente, integrado e com base científica, a fim de atingir uma funcionalidade de 100%.

• A proporção de crianças de 6-23 meses de idade que satisfazem o regime alimentar mínimo aceitável (DAM) é de 46,0%, contra um mínimo de 50%. O país deve continuar a promover políticas e reformas para melhorar a segurança alimentar e a nutrição.

• O país deve aumentar o baixo nível atual (17,9%) de insumos agrícolas de qualidade fornecidos em relação ao total de insumos necessários para os produtos agrícolas.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Marrocos					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.71	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.13	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	5.50	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.31	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.43	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	5.24	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	6.05	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.73	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	4.95	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	7.15	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	5.41	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.05	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	6.59	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	8.36	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	8.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.87	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.75	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.34	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.88	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.40	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via	
Pontuação global do país					6.99	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

100.0%

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

81.6

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

55.6%

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**5.7%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

16.2kg/ha

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

49.3%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

55.0%

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

3.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

Recomendações

• Moçambique deve desenvolver mecanismos para melhorar o financiamento do investimento na agricultura, concentrando-se no acesso dos agricultores ao financiamento, aumentando o investimento do sector privado nacional na agricultura, bem como o investimento do sector privado estrangeiro na agricultura.

• Moçambique deve concentrar-se na erradicação da pobreza através da agricultura, desenvolvendo parcerias público-privadas inclusivas para cadeias de valor de produtos de base prioritários, aumentando o emprego dos jovens na agricultura e a participação das mulheres na agricultura.

• Moçambique deve investir mais recursos no sector agrícola para aumentar a produtividade da terra, por exemplo, aumentando o consumo de fertilizantes inorgânicos por hectare de terra arável, que está atualmente abaixo da meta de 50 kg por hectare.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Moçambique					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.50	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.50	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.91	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.84	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.14	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	1.44	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.21	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	6.40	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.53	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.33	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	8.86	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.64	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	10.00	9.00	Em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.50	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.01	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	6.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	7.01	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.03	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.13	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.06	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	8.36	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		9.26	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					4.64	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

80.5

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

63.6%

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

100.0%

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

92.3%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

1.0%

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

12.1%

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

50.3%

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

50.5%

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

58.3%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

Recomendações

- A Namibia deve também repensar as suas abordagens em relação à terra, aumentando a dimensão da área irrigada, aumentando a produtividade ou o valor acrescentado agrícola por terra arável e impulsionando o crescimento anual do PIB agrícola.
- A Namibia deve igualmente concentrar-se na erradicação da pobreza através da agricultura, desenvolvendo PPP inclusivas para as cadeias de valor dos produtos de base, aumentando o emprego dos jovens na agricultura, a participação das mulheres na agricultura e a redução do rácio de efectivos.
- A Namibia deve desenvolver um mecanismo para melhorar o financiamento do investimento na agricultura, concentrando-se no acesso dos agricultores ao financiamento, aumentando o investimento do sector privado nacional na agricultura, bem como o investimento do sector privado estrangeiro na agricultura.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Namibia					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.71	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.68	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.89	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.45	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.80	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.55	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.53	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	4.76	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.25	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.01	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	4.06	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	8.13	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.48	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	5.83	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.78	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		7.78	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via	
Pontuação global do país					4.26	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

110.8%

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

87.9

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**23.3%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

27.6%

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

12.2%

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

6.0%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

39.4%

Maior fornecimento de insumos agrícolas de qualidade para total de insumos necessários para produtos agrícolas.

Recomendações

- O Governo do Níger deve aplicar medidas que facilitem o aumento da despesa pública na agricultura, bem como o investimento privado nacional e estrangeiro na agricultura.
- O Governo do Níger deve assegurar uma redução drástica da prevalência da malnutrição, especialmente da perda de peso entre as crianças com menos de cinco anos no país. Isto pode ser conseguido através de programas de nutrição direccionados para as crianças no país.
- O Governo do Níger é encorajado a pôr em prática medidas que aumentem o acesso dos agricultores aos serviços de extensão agrícola. A formação e o destacamento de agentes de extensão, bem como o incentivo aos serviços de extensão privados, seriam necessários para atingir este objetivo.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										Níger				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)									
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso					
1	Compromisso com o processo do CAADP	10.00	10.00	Em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via					
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via					
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via					
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.89	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.52	10.00	Não em boa via					
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	1.06	9.00	Não em boa via					
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via					
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via					
3	Acabar com a fome	3.35	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.93	9.58	Não em boa via					
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.39	9.00	Não em boa via					
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	8.28	9.00	Não em boa via					
					PC 3.4	Proteção Social	5.09	10.00	Não em boa via					
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.40	9.00	Não em boa via					
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via					
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.63	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	8.75	Não em boa via					
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via					
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via					
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via					
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.25	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via					
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.49	9.00	Não em boa via					
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.88	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.09	9.50	Não em boa via					
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via					
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.28	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via					
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via					
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.65	10.00	Não em boa via					
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via					
					PC 7.5		2.73	7.00	Não em boa via					
Pontuação global do país						4.32	Progresso global				Não em boa via			
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.							

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

95.3

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

88.9%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

87.0%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**13.6%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

10.5kg/ha

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

30.5%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

3.3%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

36.7%

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

Recomendações

• O Governo da Nigéria deve melhorar a proporção de agricultores que têm acesso a serviços de aconselhamento agrícola através de um financiamento adequado e da colaboração entre os serviços de extensão públicos e privados.

• A Nigéria deve garantir que os agricultores tenham acesso a fertilizantes a preços acessíveis para aumentar o consumo por hectare de terra arável através de uma política e estratégia eficazes em matéria de fertilizantes. A utilização de fertilizantes orgânicos deve também ser incentivada como estratégia complementar.

• A Nigéria deve aumentar a proporção da despesa pública agrícola em relação à despesa pública total, a fim de garantir a utilização adequada dos factores de produção agrícola e a formação de capital.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Nigéria					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.35	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.65	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.40	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.62	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.84	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	6.82	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	5.81	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.70	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.06	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	4.56	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	5.26	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.34	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	10.00	9.00	Em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.97	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	1.37	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	4.24	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	8.49	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.83	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.05	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.61	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.24	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.67	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	9.52	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via	
Pontuação global do país					6.28	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****26.7%**

Para submissão do Relatório Bial do País

28.6%

Para a conclusão do processo CAADP.

50.0%

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

56.7%

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

Recomendações

- O Governo Sarauí deve esforçar-se por melhorar as suas bases de dados e estatística.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Rep. Á. Saharawi						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	1.03	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	2.86	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	0.23	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	0.00	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.25	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	5.00	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	0.18	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.07	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	0.00	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	0.00	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	0.53	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	2.67	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		0.00	7.00	Não em boa via		
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					0.43	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**30.8%**

Aumento do valor do comércio IntraAfricano de produtos e serviços agrícolas.

100.0%

Para a conclusão do processo CAADP.

100.0%

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

91.8

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**6.3%**

Taxa de redução da taxa de incidência da pobreza na linha internacional da pobreza.

19.5%

Proporção de crianças de 6 a 23 meses que cumprem a Dieta Mínima Aceitável.

32.4%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

32.2%

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

0.4%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

Recomendações

- O Governo do Ruanda deve prosseguir e intensificar os esforços para combater a subnutrição (atraso de crescimento e subnutrição), especialmente entre as crianças de 6 a 23 meses de idade, a fim de cumprir o regime alimentar mínimo aceitável.
- O Governo deve intensificar os esforços para reduzir o rácio de pobreza, de acordo com o limiar de pobreza internacional.
- O Governo deve aumentar a percentagem do valor acrescentado agrícola por terra arável e as despesas totais com a investigação agrícola em percentagem do PIB agrícola.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Ruanda					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.87	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.60	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	5.05	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.72	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	1.48	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	1.76	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	9.24	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	6.01	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	7.85	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	6.05	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	7.91	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	6.65	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.56	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	5.04	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	7.38	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	4.10	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	5.40	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	9.00	Em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	8.84	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	7.68	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.73	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.47	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.64	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.61	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.61	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via	
Pontuação global do país					8.07	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

O país é solicitado a participar na próxima ronda do exercício de recolha de dados de 2025 para a Conferência da União de Janeiro de 2026.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País									
São Tomé & Príncipe									
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP								
2	Financiamento de investimentos na agricultura								
3	Acabar com a fome								
4	Erradicar a pobreza através da agricultura								
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura								
6	Resiliência à Variabilidade Climática								
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados								

Dados não solicitados pelo país.

Pontuação global do país

n.a

Progresso global

Não em boa via

O Índice de Referência de 2023 é

9,29

Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

72.7

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

69.9%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

100.0%

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**13.1%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

13.8%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

19.5%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

1.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

21.6%

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

Recomendações

- O Governo do Senegal deve assegurar o aumento da superfície das terras irrigadas através de maiores facilidades de financiamento para a agricultura de regadio e garantir um maior acesso dos agricultores aos serviços financeiros.
- O Senegal deve assegurar que uma maior percentagem dos seus agregados familiares agrícolas seja proprietária ou tenha acesso a terras seguras para a agricultura, provavelmente através de reformas da utilização das terras e de legislação fundiária no país que abra as terras à utilização dos agricultores.
- O Governo do Senegal é encorajado a adotar políticas que aumentem o rendimento dos produtos agrícolas prioritários do país. Para atingir este objetivo, poderá ser adoptada uma maior utilização de fertilizantes.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										
Senegal										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.42	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.77	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.91	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.89	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.24	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.31	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.21	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.73	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.43	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.41	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	4.99	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.72	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.89	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.38	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	2.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.20	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.80	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.60	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.83	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.39	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	8.77	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		8.89	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		4.29	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país						4.06	Progresso global			
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.			

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

100.0%

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

100.0%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

1.0%

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

6.7%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**3.2%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

14.3%

Para a conclusão do processo CAADP.

15.2%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

21.7%

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

27.8%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

Recomendações

- O Governo deve concluir a adoção do processo PIDAA e apoiar a qualidade da coordenação multi-setorial e multi-interveniente, bem como mecanismos inclusivos institucionalizados para a responsabilização mútua e a revisão pelos pares.
- O Governo deve aumentar as novas oportunidades de emprego para os jovens nas cadeias de valor da agricultura e o número de famílias agrícolas com propriedade/direito seguro à terra.
- O país deve reforçar a capacidade do NSB para recolher e analisar estatísticas agrícolas e melhorar a colaboração entre o NSB e os dois ministérios das Pescas e da Economia Azul, e da Agricultura, Alterações Climáticas e Ambiente em matéria de estatísticas agrícolas.
- O país e os seus parceiros de desenvolvimento devem investir em sistemas de proteção social e de alerta precoce, bem como promover seguros baseados no clima para atenuar os choques relacionados com o clima, tais como ciclones, tsunamis, tempestades, chuvas extremas, inundações, deslizamentos de terras, deslizamentos de rochas e incêndios florestais.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Seicheles						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	4.04	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	1.43	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	2.17	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.52	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	6.00	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.57	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	7.43	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	10.00	10.00	Em boa via		
3	Acabar com a fome	1.81	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.62	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.51	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	5.71	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.07	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.05	9.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	3.21	9.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.17	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	6.35	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	0.00	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	0.00	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	2.75	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	7.43	9.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	2.78	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	3.19	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		0.37	7.00	Não em boa via		
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					2.69	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

85.1

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

74.4%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**10.0%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

26.2%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

9.9%

Índice de Saúde de Segurança Alimentar (FSHI).

11.0%

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

33.3%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

Recomendações

- O governo da Serra Leoa deve melhorar o panorama das empresas agrícolas, incentivando mais homens e mulheres a dedicarem-se à agricultura através da prestação de serviços financeiros adequados, económicos e acessíveis.
- O governo da Serra Leoa deve esforçar-se mais para reduzir a prevalência do atraso de crescimento e do peso insuficiente entre as crianças com menos de 5 anos de idade. O governo deve também garantir a melhoria do índice de saúde da segurança alimentar do país.
- O governo da Serra Leoa deve criar um financiamento adequado para apoiar a institucionalização inclusiva de mecanismos de responsabilização mútua e de revisão pelos pares, incluindo a revisão conjunta do sector agrícola e o processo de revisão bienal.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Sierra Leone						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.13	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.03	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.37	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.63	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.48	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.07	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	2.98	9.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.00	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	5.52	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.90	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.23	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.99	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	1.99	9.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.87	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	8.96	9.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	2.03	9.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.78	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.55	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.74	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.49	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.62	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	3.33	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.79	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via		
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via		
Pontuação global do país					5.90	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

79.3

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**5.7kg/ha**

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

1.7%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

42.9%

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

47.2%

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

58.3%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

Recomendações

• O Governo da Somália deve afetar um orçamento adequado aos investimentos agrícolas, a fim de contribuir para acabar com a fome e erradicar a pobreza através da agricultura.

• O Governo é muito aplaudido por ter fornecido dados para o Quarto Relatório de Referência e é encorajado a utilizar mecanismos adequados, incluindo plataformas conjuntas de análise setorial, para promover a responsabilização mútua e a análise pelos pares, bem como a qualidade da coordenação multisectorial e multilateral, a fim de aumentar a capacidade de gerar e utilizar dados e informações estatísticas agrícolas.

• O Governo deve aumentar os investimentos destinados a reforçar a capacidade de resistência aos riscos relacionados com o clima e outros choques.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Somália					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.52	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.84	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	4.72	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.66	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.66	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	0.29	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.90	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.85	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	0.00	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	0.00	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.96	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	5.83	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	7.00	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		5.56	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		6.43	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					2.49	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

84.5

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

46.0%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

100.0%

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

1.0%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

12.1%

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

7.6%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

2.3%

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

40.7 out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

66.3%

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

Recomendações

• A África do Sul deve desenvolver um mecanismo para melhorar o financiamento do investimento na agricultura, concentrando-se no acesso dos agricultores ao financiamento e aos serviços de consultoria, aumentando o investimento do sector privado nacional na agricultura, bem como o investimento do sector privado estrangeiro na agricultura.

• A África do Sul deve reforçar o seu comércio intra-africano no sector agrícola, centrando-se na facilitação do comércio e identificando os produtos essenciais a que deve dar prioridade no comércio.

• A África do Sul deve igualmente melhorar o seu empenhamento no processo PIDAA, reforçando a qualidade da coordenação multisectorial e multilateral.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					África do Sul					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.39	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.63	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.98	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.06	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.24	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.98	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.89	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.38	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.97	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	2.54	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.04	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.07	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.83	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.09	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.17	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	8.96	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		8.33	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		4.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					4.11	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

72.5

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

47.3%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

100.0%

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

146.2%

Taxa de crescimento da proporção da Diversidade Dietética Mínima-Mulheres.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**14.4** out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

2.3%

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

49.1%

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

50.0%

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

60.9%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

Recomendações

- O Governo do Sudão do Sul deve intensificar os seus esforços para incentivar os jovens, homens e mulheres, a participarem em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícolas e melhorar o seu acesso aos serviços de consultoria agrícola e aos serviços financeiros.
- O Governo do Sudão do Sul deve aumentar a parte das despesas públicas agrícolas no total das despesas públicas para atingir o objetivo do PIDAA de, pelo menos, 10%.
- O Governo do Sudão do Sul deve aumentar as despesas com iniciativas de reforço da capacidade de resistência.
- O Governo do Sudão do Sul deve reforçar o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Sudão do Sul						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.26	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.87	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	4.91	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.11	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.45	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	5.00	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	0.57	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.67	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.33	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.43	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.72	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	1.44	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.39	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	9.50	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.78	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.51	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.89	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.68	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via		
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					3.51	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

O país é solicitado a participar na próxima ronda do exercício de recolha de dados de 2025 para a Conferência da União de Janeiro de 2026.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País									
Sudão									
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP								
2	Financiamento de investimentos na agricultura								
3	Acabar com a fome								
4	Erradicar a pobreza através da agricultura								
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura								
6	Resiliência à Variabilidade Climática								
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados								
Pontuação global do país					Progresso global				
n.a					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2023 é					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				
9,29									

Dados não solicitados pelo país.

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

36.8%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

41.9%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

39.5%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**0.1%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

6.4%

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

12.0%

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

3.2%

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

30.0%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

Recomendações

- O Governo da Tanzânia deve aumentar o seu atual apoio orçamental à investigação agrícola em percentagem do PIB, bem como as suas despesas públicas em percentagem do valor acrescentado agrícola.
- O Governo da Tanzânia deve intensificar os esforços para reorientar o seu atual apoio à agricultura para reduzir o custo de regimes alimentares saudáveis, a fim de melhorar as práticas alimentares dos lactentes e das crianças jovens, o que é fundamental para melhorar a nutrição e a saúde.
- O Governo da Tanzânia deve adotar medidas para aumentar a proporção das despesas públicas agrícolas em relação ao valor acrescentado da agricultura.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Tanzânia						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.15	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.88	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.56	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.05	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.23	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	1.49	9.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.61	9.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.87	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	4.81	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.97	9.58	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.19	9.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	7.88	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.83	9.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	10.00	9.00	Em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.58	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.79	8.75	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	9.00	Em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.53	9.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.26	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	6.51	9.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.88	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.76	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.57	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.36	9.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.72	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.79	10.00	Não em boa via		
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via		
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					5.76	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

76.2

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

55.8%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

92.1%

Índice de Saúde de Segurança Alimentar (FSHI).

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**6.0%**

Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar (FIES).

7.3%

Taxa de redução do diferencial entre o preço grossista e o preço de farmgate.

0.2%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

23.8%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

21.1%

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

Recomendações

• O Governo do Togo deve assegurar uma redução drástica da prevalência da subnutrição, especialmente do raquitismo, entre as crianças com menos de cinco anos no país. Este objetivo pode ser alcançado através de programas de nutrição orientados para as crianças do país.

• O Togo deve garantir que uma maior percentagem das suas famílias de agricultores seja proprietária ou tenha acesso a terras seguras para a agricultura, provavelmente através de reformas do uso da terra e da legislação fundiária no país, que abrirão as terras para uso dos agricultores.

• O Governo do Togo é encorajado a aumentar a sua despesa pública, bem como a despesa total com a investigação agrícola, e a aumentar o valor acrescentado agrícola por terra arável. O aumento das despesas de investigação poderá conduzir a um avanço tecnológico e a um aumento da produtividade.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										Togo		
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)							
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso			
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.00	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via			
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.52	10.00	Não em boa via			
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.49	10.00	Não em boa via			
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.89	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.40	10.00	Não em boa via			
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	6.57	9.00	Não em boa via			
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via			
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.58	10.00	Não em boa via			
3	Acabar com a fome	3.06	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.06	9.58	Não em boa via			
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.81	9.00	Não em boa via			
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via			
					PC 3.4	Proteção Social	0.07	10.00	Não em boa via			
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.40	9.00	Não em boa via			
					PC 3.6	Segurança Alimentar	10.00	9.00	Em boa via			
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	2.50	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.74	8.75	Não em boa via			
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	6.00	9.00	Não em boa via			
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.28	9.00	Não em boa via			
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via			
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.19	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via			
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.37	9.00	Não em boa via			
6	Resiliência à Variabilidade Climática	7.56	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	7.08	9.50	Não em boa via			
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.05	10.00	Não em boa via			
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.38	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via			
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via			
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.13	10.00	Não em boa via			
					PC 7.4		7.78	7.00	Em boa via			
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via			
Pontuação global do país						4.80	Progresso global			Não em boa via		
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.					

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:

78.1

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

Para a conclusão do processo CAADP.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

49.2%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

70.3%

Taxa de redução do diferencial entre o preço grossista e o preço de farmgate.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:

11.4%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

5.0%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

7.9%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

35.2%

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

36.5%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

Recomendações

• Apenas 5,0% dos jovens estão envolvidos em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor da agricultura. O país deveria promover o emprego dos jovens no sector agrícola.

• A proporção de terras agrícolas do país (7,9%) sob gestão sustentável da terra e da água (SGSTA), incluindo práticas de agricultura inteligente para o clima (CSA), é baixa. A Tunísia deve assegurar que pelo menos 30% das terras agrícolas sejam objeto de uma gestão sustentável da terra e da água, reforçando a promoção de práticas ecológicas, orgânicas e agro-ecológicas (EOA).

• A Tunísia conseguiu um aumento de apenas 11,4% no rendimento dos produtos agrícolas prioritários do país, longe do objetivo de duplicar (aumento de 100%) os actuais níveis de rendimento agrícola até ao ano 2025. O governo deve promover a utilização de sementes melhoradas.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País		Tunisia								
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.31	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.27	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.67	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	5.60	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.07	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	9.36	9.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.37	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	5.60	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	5.27	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	7.09	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.55	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	8.36	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	7.47	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	7.14	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	4.63	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.67	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.67	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	4.19	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.39	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	6.78	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.51	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	6.31	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.71	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.91	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	5.28	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.25	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		10.00	7.00	Em boa via	
Pontuacao global do pais					6.23	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global minima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

86.4

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

47.3%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

5.0 out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**3.1%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

18.7%

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

15.0%

Proporção de crianças de 6 a 23 meses que cumprem a Dieta Mínima Aceitável.

26.0%

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

0.3%

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

Recomendações

- O Governo do Uganda deve intensificar os seus esforços para reduzir a prevalência de atrasos de crescimento entre as crianças com menos de 5 anos e garantir que as crianças com menos de 2 anos satisfaçam os requisitos de uma dieta mínima aceitável.
- O Governo do Uganda deve aumentar as suas despesas públicas no sector agrícola proporcionalmente à sua contribuição para o PIB.
- O Governo do Uganda deve aumentar o financiamento público da investigação agrícola, a fim de cumprir o objetivo da Declaração de Malabo de pelo menos 1% do PIB agrícola.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Uganda					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.65	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.36	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.59	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.25	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.55	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	5.43	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.36	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	6.66	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	5.37	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.18	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	4.19	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	6.99	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	8.97	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.83	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	5.07	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.96	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	4.43	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	9.40	9.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.84	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.68	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.60	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	9.50	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.19	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.62	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	9.79	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		8.33	7.00	Em boa via	
Pontuação global do país					6.76	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**9.3%**

Aumento do valor do comércio IntraAfricano de produtos e serviços agrícolas.

100.0%

Para a conclusão do processo CAADP.

73.5

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

100.0%

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**34.6%**

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

11.8%

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

37.9%

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

42.2%

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

57.8%

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar (FSSI).

Recomendações

• A Zâmbia deve aumentar a parte do orçamento nacional destinada à agricultura e criar um ambiente propício para atrair investimentos privados nacionais e estrangeiros e parcerias público-privadas nas cadeias de valor agrícolas para a criação de emprego, a redução da pobreza e o comércio de produtos agrícolas.

• A Zâmbia deve intensificar os esforços para enfrentar o desafio da segurança alimentar e nutricional através da gestão pós-colheita e de outras intervenções sensíveis à nutrição, como a biofortificação.

• A Zâmbia deve criar novas oportunidades de emprego para os jovens e as mulheres nas cadeias de valor da agricultura, nomeadamente através da melhoria do acesso aos factores de produção agrícola e a outras tecnologias de aumento da produtividade e ao financiamento agrícola.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Zâmbia					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.50	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	4.22	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.28	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.14	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.54	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.86	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.71	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.26	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.20	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	8.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.51	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	6.02	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	5.00	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	4.07	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.14	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.76	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.81	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		0.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					4.41	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

100.0%

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

80.8

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

63.6%

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

39.8%

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**20.3%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

20.6%

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

34.2 out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

35.1%

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

15.7%

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

Recomendações

• O Zimbabué deve aumentar a parte do orçamento nacional consagrada à agricultura, intensificar e manter os esforços para promover os investimentos privados nacionais e estrangeiros e as parcerias na agricultura, a fim de aumentar o financiamento dos investimentos na agricultura e promover o comércio de produtos agrícolas na região através da definição de prioridades nas cadeias de valor.

• O Zimbabué deve igualmente criar incentivos à participação das mulheres na agricultura para reduzir a pobreza, através de intervenções que melhorem o acesso aos factores de produção agrícola, às tecnologias que aumentam a produtividade e ao financiamento.

• O Zimbabué deve promover e intensificar os esforços para reduzir a segurança alimentar e nutricional através da gestão pós-colheita e das deficiências de micronutrientes através de intervenções sensíveis à nutrição, como a biofortificação.

Tabela de Indicadores de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Zimbabwe					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.44	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.86	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.45	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.59	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	1.92	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.64	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	9.79	9.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.03	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.51	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.51	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.33	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	8.18	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.02	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	10.00	9.00	Em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	2.50	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.71	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.42	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	7.14	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	7.62	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.27	8.60	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	9.67	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		10.00	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		6.67	7.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					5.45	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2023.				

7C. Cartões de pontuação de desempenho regional

Região da África Central

pontos

3.29

/10 e é

Não em boa via

na implementação da Declaração de Malabo sobre a Transformação da Agricultura em África

Análise da Região

• Há oito Estados Membros nesta região, nomeadamente: Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe. Sob a coordenação conjunta da Comissão Económica para os Estados da África Central (CEEAC) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), cinco (05) Estados apresentaram os seus Relatórios por País, o que representa uma taxa de apresentação de 62,5% inferior à taxa de 87,5% para o terceiro ciclo da RB em 2021. Para além de São Tomé e Príncipe (STP), dois países (Chade e República Democrática do Congo) não apresentaram os seus relatórios nacionais para este quarto ciclo da RB.

• A pontuação média da região é de 3,29, em comparação com um valor de referência de 9,29 para 2023. De um modo geral, a região não está em vias de cumprir os compromissos do PIDAA/Malabo. Em comparação com a pontuação de 3,33 em 2021, a Região Central está em regressão. Embora a Região da África Central não esteja no bom caminho para as áreas de compromissos do PIDAA, registou um bom progresso para o indicador Capacidade do país para planeamento, implementação e monitorização e avaliação baseados em evidências (0,14 em 2021 para 9,34 em 2023), bem como Resiliência a riscos relacionados com o clima e outros choques (2,64 em 2021 para 4,91 neste quarto relatório do BR (2023)).

• No que diz respeito ao comércio interafricano de produtos agrícolas e serviços, embora a região da CEEAC não esteja no bom caminho, o progresso é registado nas políticas comerciais intra-africanas e nas condições institucionais (2,91 em 2021 para 3,34 em 2023). De notar que todos os países tinham uma prova do depósito dos documentos de ratificação do Acordo ZCLCA. Especificamente, os países do Congo, Camarões e Chade desenvolveram a sua estratégia nacional de implementação do Acordo da ZCLCA.

• Entre os cinco (5) países que apresentaram os seus relatórios nacionais, apenas a Guiné Equatorial registou um aumento de 17% da pontuação em comparação com a RB anterior (2,82 em 2021 para 3,30 em 2023). As pontuações diminuíram 34% para a República Centro-Africana, 19% para os Camarões, 13% para o Congo e 4% para o Gabão. No caso da Guiné Equatorial, o desempenho mais significativo foi observado nas políticas comerciais intra-africanas e nas condições institucionais. Coletivamente, a região deve melhorar o sistema de recolha de dados em cada país.

Tabela de Indicadores Regional de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Região da África Central										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.51	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	3.71	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.28	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.54	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.95	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	2.34	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.55	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.13	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.81	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.46	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.47	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.19	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	2.00	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	1.87	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.21	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.87	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.72	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.40	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.36	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	2.00	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.67	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.34	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.16	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	4.91	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	5.42	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.38	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	9.34	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.56	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	6.12	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		6.56	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		3.33	7.00	Não em boa via	
Pontuação global da região					3.29	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um região esteja no caminho certo em 2023.				

Análise da Região

• Esta região é composta por 13 Estados Membros, nomeadamente: Burundi, Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Uganda. A região é coordenada conjuntamente pela Comunidade da África Oriental (CAO), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (AID) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). Todos os Estados-Membros, exceto a Eritreia e o Sudão, apresentaram os seus relatórios nacionais de revisão bienal, o que representa uma taxa de apresentação de 85%. O facto de dois (2) países não terem concluído o processo e apresentado os seus relatórios dentro do prazo previsto é também motivo de preocupação.

• A região da África Oriental obteve uma pontuação global de 5,00 contra um valor de referência de 9,29 e, por conseguinte, não estava no bom caminho para alcançar os objectivos e metas do PIDAA até 2025. A nível dos compromissos, a região não estava no bom caminho em nenhuma das sete áreas de compromisso do PIDAA. O desempenho observado reflecte o desempenho geral dos Estados-Membros da região. Nenhum dos 13 Estados Membros da região da África Oriental estava no bom caminho para atingir os objectivos e metas do PIDAA.

• No entanto, é de salientar que, em algumas das áreas de compromisso, a região mostrou bons progressos no sentido de alcançar os objectivos. Por exemplo, no tema 1 sobre o empenhamento no processo PIDAA, a região obteve uma pontuação de 7,91 em 10. O objetivo poderia ser facilmente alcançado se todos os Estados-Membros da região se comprometessem a implementar os restantes aspectos do processo de domesticação do PIDAA, formassem as parcerias e alianças necessárias com todas as partes interessadas e concluissem as revisões políticas e institucionais. Do mesmo modo, no que diz respeito ao domínio de compromisso 7, o desempenho revelou progressos impressionantes e poderia ser alcançado especialmente através do reforço das capacidades dos Estados-Membros em matéria de planeamento, execução e acompanhamento e avaliação baseados em dados concretos. A região também registou bons progressos no reforço da resiliência à variabilidade climática, tendo obtido uma pontuação de 6,51 contra um valor de referência de 9,75. No entanto, os Estados-Membros precisam de aumentar os investimentos no reforço da resiliência.

• A região deve prestar atenção ao compromisso 2 relativo ao financiamento do investimento na agricultura, uma vez que não atingiu sequer metade do objetivo. Os Estados-Membros devem aumentar a despesa pública na agricultura e criar um ambiente propício ao aumento do investimento do sector privado, incluindo o investimento direto estrangeiro. A região precisa de prestar uma atenção crítica ao domínio do acesso ao financiamento por parte das famílias agrícolas, cujo desempenho é particularmente fraco. A região deve igualmente prestar atenção ao comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas, que é atualmente reduzido; é necessário reduzir os obstáculos ao comércio (pautais e não pautais) e garantir um comércio mais livre entre os Estados-Membros, tal como previsto no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).

• De um modo geral, a região deve prestar atenção a todos os domínios de compromisso para atingir os objectivos do PIDAA até 2025.

Tabela de Indicadores Regional de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Região da África Oriental					Região da África Oriental					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.91	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.53	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.63	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.26	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.61	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	4.13	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	2.37	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	4.91	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.20	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.74	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.20	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	1.52	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	4.62	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.47	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.62	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.64	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.76	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	5.45	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	4.19	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	3.16	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.54	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.91	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.17	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.51	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	6.38	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.64	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.95	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	7.34	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	7.58	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	7.84	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		7.46	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		4.52	7.00	Não em boa via	
Pontuação global da região					5.00	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que um região esteja no caminho certo em 2023.				

Análise da Região

• A região setentrional inclui seis (6) Estados-Membros: Argélia, Egito, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, coordenados pela União do Magrebe Árabe (UMA) como uma Comunidade Económica Regional (CER). Durante este quarto ciclo da RB, um grande esforço de comunicação foi útil para a sensibilização dos Estados-Membros. Apesar do contexto da COVID-19 e das consequências da guerra russo-ucraniana, todos os Estados-Membros, com exceção da Argélia, apresentaram os seus relatórios, o que representa uma taxa de apresentação de 83% inferior à taxa (100%) de apresentação do terceira RB.

• O resultado global da região setentrional é de 4,22 e, em comparação com o valor de referência de 9,22 para 2023, a região não está no bom caminho. Em comparação com a anterior pontuação da RB de 4,62, esta região está a regredir com um desempenho insuficiente em todos os compromissos, exceto no processo de revisão bienal da agricultura (6,41 em 2021 para 6,71 em 2023). Dos cinco (5) países que apresentaram os seus relatórios, três (3) países (Marrocos (6,99), Egito (6,83) e Tunísia (6,23) estão a progredir bem, considerando pontuações fora de 6. Especificamente, Marrocos registou um bom desempenho e está no bom caminho para o Compromisso 7 e para o Investimento do Setor Privado Interno na Agricultura, proteção social, emprego jovem na agricultura, participação das mulheres no agronegócio, resiliência aos riscos relacionados com o clima e outros choques, bem como responsabilidade mútua por ações e compromissos de resultados. O Egito está no bom caminho no que respeita aos dois (2) compromissos 6 e 7; a Tunísia também teve um bom desempenho no que respeita ao investimento do setor privado nacional na agricultura, à segurança alimentar e nutricional, às PPP inclusivas para as cadeias de valor dos produtos de base e à responsabilidade mútua pelas ações e resultados.

• Dois (2) países (Líbia (49%) e Mauritânia (21%)) registaram uma descida significativa das suas pontuações. Mesmo Marrocos, Egito e Tunísia estão a progredir; estes três (3) países devem melhorar o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas e o investimento no reforço da resiliência. A região deve também melhorar o sistema de recolha de dados em cada país.

Tabela de Indicadores Regional de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Região da África do Norte										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.71	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.81	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.25	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.06	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.02	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.31	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	3.29	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.14	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	4.35	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.65	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.87	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.18	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	4.25	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	3.03	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.09	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.51	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.34	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.36	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	5.00	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	3.65	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	2.37	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.21	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.43	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.33	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.58	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	5.07	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.29	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	6.14	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	5.83	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	6.96	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		6.51	7.00	Não em boa via	
					PC 7.5		6.00	7.00	Não em boa via	
Pontuação global da região						4.22	Progresso global			Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global mínima para que um região esteja no caminho certo em 2023.			

Análise da Região

• De acordo com a distribuição dos países pela CUA para os relatórios das RB, a região da África Austral apresenta relatórios sobre 12 países (embora a SADC tenha 16 Estados-Membros), nomeadamente Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Eswatini, Zâmbia e Zimbabué. Todos os países da região da África Austral apresentaram os seus relatórios, o que representa uma taxa de apresentação de 100%. A pontuação média global para a região é de 4,26, o que sugere que a região não está no bom caminho para cumprir os compromissos de Malabo do PIDAA quando avaliada em relação ao valor de referência de 9,29 para 2023. Isto representa uma melhoria de 3,6 por cento no desempenho em comparação com a pontuação de 4,11 para o terceiro FE. Entre os doze (12) países, nenhum está no bom caminho, representando nenhuma mudança no desempenho da região em relação ao 1º RB (2017), 2º RB (2019) e 3º RB (2021).

• A região não está novamente no bom caminho em nenhum dos sete (7) compromissos de Malabo na RB de 2023, como foi o caso na terceira, segunda e primeira RB, embora a região estivesse no bom caminho em quatro (4) compromissos na RB inaugural em 2017. No entanto, a região fez, em conjunto, um esforço considerável para alcançar metade dos marcos necessários para o Compromisso com o Processo PIDAA e a Responsabilidade Mútua por Acções e Resultados.

• Individualmente, nenhum dos 12 países da região está no bom caminho para cumprir todos os sete (7) compromissos do PIDAA/Malabo. O Essuatini, o Malawi e o Zimbabué progrediram bem e atingiram metade do valor de referência global de 10. Em geral, os países com sistemas de gestão de dados agrícolas relativamente bons produziram melhores relatórios para a RB. Apesar de não terem atingido os objectivos fixados, oito países, nomeadamente, Essuatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabué, fizeram bons progressos no sentido de cumprirem todos os compromissos em geral, tal como evidenciado pelas melhorias das suas pontuações globais em relação as RB anteriores.

• Além disso, sete países, nomeadamente Angola, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué, estão em vias de cumprir os compromissos assumidos no âmbito do processo PIDAA. Dois países (Zimbabué e Malawi) estão no bom caminho no que se refere à responsabilidade mútua e cinco países, nomeadamente Eswatini, Malawi, Moçambique, África do Sul e Zimbabué, tiveram um bom desempenho em matéria de resistência à variabilidade das alterações climáticas.

• Os países da região não tiveram um bom desempenho no compromisso de Erradicação da Pobreza através da Agricultura, tendo apenas o Essuatini e Madagáscar feito progressos significativos; apenas o Lesoto e o Essuatini tiveram um bom desempenho no compromisso de financiamento do investimento na agricultura, enquanto Moçambique, Madagáscar e Namíbia estão no bom caminho, embora não no rumo certo, no compromisso de acabar com a fome.

• No futuro, a região precisa de aumentar os seus esforços para cumprir todos os compromissos de Malabo/PIDAA. Deverão ser envidados maiores esforços para aumentar o investimento na agricultura, nomeadamente através do aumento da percentagem do orçamento nacional destinada à agricultura e da criação de um ambiente propício para atrair o investimento privado nacional e estrangeiro e parcerias público-privadas no sector agrícola. Esta medida terá efeitos em cadeia para acabar com a fome, erradicar a pobreza, promover o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas e conseguir resistir à variabilidade climática.

Tabela de Indicadores Regional de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Região da África Austral										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.59	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.81	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.51	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.44	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.05	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.32	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	2.05	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	3.92	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.89	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.19	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.99	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.04	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	2.50	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	7.04	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.13	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.42	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	2.17	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.89	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	3.17	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	3.46	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	1.17	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.14	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.83	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.44	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	4.65	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	2.34	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.96	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Acções e Resultados	7.02	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	9.01	9.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	7.45	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	7.63	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		7.31	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		3.67	7.00	Não em boa via	
Pontuação global da região						4.26	Progresso global			
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global mínima para que um região esteja no caminho certo em 2023.			

Análise da Região

• A região tem 15 Estados-Membros, nomeadamente Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo, coordenados pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A taxa de apresentação desta edição da revisão bienal do PIDAA é de 100%, apesar da instabilidade política na região. A África Ocidental tem mantido esta taxa de apresentação de relatórios desde 2019. A pontuação média para a região é de 5,03, o que indica que a região não está no bom caminho para cumprir os Compromissos de Malabo do PIDAA quando avaliada em relação ao valor de referência de 9,29 para 2023.

• A região registou ligeiros progressos ao longo do tempo. Entre 2019 (com uma pontuação de 4,94) e 2023 (pontuação de 5,03), regista-se um aumento de 2 por cento. Por outro lado, entre os 15 países, nenhum atingiu o valor de referência estabelecido para o ano de referência, pelo que não está no bom caminho. No entanto, oito (8) destes países registaram progressos significativos, com pontuações que variam entre 5,09 e 6,68. Estes países são o Gana, o Mali, a Nigéria, o Benim, a Serra Leoa, a Gâmbia, o Burkina Faso e Cabo Verde.

• Em termos de progressos, a África Ocidental obteve 8,30 pontos em 10 no primeiro compromisso, 3,20 pontos em 9,50 no segundo compromisso, 3,04 pontos em 9,26 no terceiro compromisso, 3,89 pontos em 8,94 no quarto compromisso, 2,26 pontos em 9,00 no quinto compromisso, 6,95 pontos em 9,75 no sexto compromisso e 7,57 pontos em 8,60 no sétimo compromisso. O compromisso cinco (comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas) e o compromisso três (acabar com a fome) são os dois compromissos em que a região apresenta desempenhos muito baixos.

• No que respeita especificamente aos países, todos os países da região se comprometeram com o processo PIDAA, tendo sido envidados esforços significativos durante as três últimas edições. No entanto, para esta edição, a complexidade acrescida consistiu no facto de os países terem de apresentar provas concretas, o que não era obrigatório nos três primeiros ciclos. Este facto dissuadiu a maioria dos países, com exceção do Níger, que foi o único país a cumprir o Compromisso com o Processo PIDAA. Por outro lado, o Benim, o Burkina Faso, o Gana, a Nigéria e a Serra Leoa estão no bom caminho no que respeita ao compromisso de responsabilização mútua (compromisso 7).

• Apesar dos numerosos domínios que requerem melhorias, a região deve concentrar-se nas seguintes categorias de desempenho: (i) investimento do sector privado nacional na agricultura; (ii) investimento do sector privado estrangeiro na agricultura; (iii) acesso ao financiamento; (iv) acesso aos factores de produção e às tecnologias agrícolas; (v) produtividade agrícola; (vi) segurança alimentar e nutrição no âmbito da erradicação da fome; (vii) redução da pobreza; e (viii) comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas. Lamentavelmente, o acesso ao financiamento e o financiamento do investimento na agricultura são preocupações recorrentes desde o início do processo das RB.

• São propostas as seguintes recomendações: A CUA, a CEDEAO e outras partes interessadas devem trabalhar seriamente na elaboração de planos de ação muito claros para apoiar os países na abordagem das áreas a melhorar acima indicadas.

Tabela de Indicadores Regional de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

Região da África Ocidental										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.30	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	9.43	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.09	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.37	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.20	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.47	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	3.22	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	1.96	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.14	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.04	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.69	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.87	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	2.24	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	5.56	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.27	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.61	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.89	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.14	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	5.60	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	4.40	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	2.40	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.26	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.53	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.95	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	6.47	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.44	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.57	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	8.41	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.06	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.13	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		8.44	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		4.83	7.00	Não em boa via	
Pontuação global da região						5.03	Progresso global			Não em boa via
O Índice de Referência de 2023 é						9.29	Que é a pontuação global mínima para que um região esteja no caminho certo em 2023.			

7D. Cartão de Pontuação de Desempenho Continental

África

pontos

4.56

/10 e é

Não em boa via

na implementação da Declaração de Malabo sobre a Transformação da Agricultura em África

Análise continental

• Em geral, o continente continua a não estar no caminho certo para alcançar os compromissos da Declaração de Malabo, obtendo uma pontuação média global de 4,56. Com o valor de referência relativamente mais elevado de 9,29 exigido para estar no bom caminho neste período de relatório, em comparação com 7,28 no terceiro ciclo do BR e 6,66 no segundo período de relatório (2019), a taxa de progresso no continente parece ter abrandado ainda mais. Para este quarto relatório de revisão bienal (2023), 49 dos 55 Estados-Membros apresentaram os seus relatórios nacionais validados à respectiva Comissão da União Africana (CUA) através das suas Comunidades Económicas Regionais (CER). Os seis Estados Membros que não conseguiram cumprir a data e a hora limite e, por conseguinte, não têm pontuação neste quarto relatório de Revisão Bienal (RB) são a Argélia, o Chade, a RD Congo, a Eritreia, São Tomé e Príncipe e o Sudão.

• Neste quarto ciclo das RB, nenhum Estado-Membro está em vias de atingir o objetivo de Malabo para 2025. No terceiro ciclo, apenas um Estado-Membro estava no bom caminho, quatro (4) Estados-Membros estavam no bom caminho em 2019, durante o segundo ciclo de revisão bienal, e 17 no ciclo inaugural (2017) das RB. Este facto pode ser explicado pelo aumento sucessivo do valor de referência contínuo. O fosso entre o desempenho global do continente em comparação com o valor de referência para o período abrangido pelo relatório está a aumentar: a diferença entre a pontuação da quarta RB (4,56) e a do valor de referência (9,29) é de 4,73. No terceiro período de referência (2021), a pontuação de 4,32 e a referência de 7,28, dão uma diferença de 2,96; e a pontuação de 4,04 e a referência de 6,66 (uma diferença de 2,62) no segundo período de referência (2019) é um pouco menor. É de notar que o valor de referência para cada período de relatório sucessivo aumentará, atingindo o valor máximo de 10 em 2025, uma vez que se espera que o continente melhore continuamente o desempenho para atingir os objectivos estabelecidos na Declaração de Malabo. Como continente, também não estamos no bom caminho em nenhuma das sete (7) áreas de compromisso.

• Vale a pena notar que alguns Estados-Membros obtiveram pontuações que estão quase próximas do valor de referência para essa área de compromisso. É igualmente digno de nota que uma boa percentagem dos Estados-Membros (44, 13, 10, 18, 2, 34 e 41 países) obteve mais de metade da pontuação de referência, pelo que se pode considerar que estão a progredir em direcção aos objectivos dos respectivos compromissos 1 a 7. Esta situação é apresentada no Quadro 4.1. Globalmente, 23 Estados-Membros obtiveram uma pontuação superior a 4,645, o que representa mais de metade do valor de referência de 9,29. O continente, no seu conjunto, não está no bom caminho para atingir os objectivos de Malabo em nenhuma das sete áreas de compromisso.

• As conclusões deste quarto relatório da RB indicam a necessidade urgente de acelerar a aplicação do PIDAA em todos os sete domínios de compromisso. Deve ser dada especial atenção à melhoria da qualidade dos dados e à integração do processo das RB nos procedimentos nacionais de recolha e validação de dados estatísticos. Uma maior utilização do relatório sobre as RB e a realização de uma análise nacional para elaborar resumos de políticas adequados ao país, com recomendações acionáveis para a execução, permitirão muito provavelmente obter melhores resultados. A realização de diálogos nacionais inclusivos, com todos os intervenientes relevantes, sobre os relatórios das RB e o desempenho nos quatro ciclos das RB, é suscetível de aumentar a sensibilização para a necessidade de uma implementação harmonizada e concertada com vista à realização de objectivos nacionais comuns e à consecução das metas de Malabo do PIDAA. Esses diálogos também contribuirão para documentar o progresso e estabelecer áreas de sucesso e de desafio que fornecerão áreas prioritárias para alimentar o desenvolvimento da agenda para os próximos 10 anos (2026-2035).

Tabela de Indicadores continental de 2023 para a Implementação da Declaração de Malabo

África										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2023	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2023	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.66	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	8.43	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.84	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.71	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.15	9.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.76	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	2.87	9.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	2.12	9.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.83	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.90	9.26	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.43	9.58	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.73	9.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	2.37	9.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	5.02	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.35	9.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.51	9.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.04	8.94	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.94	8.75	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	4.37	9.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	3.62	9.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	2.23	9.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.23	9.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.41	9.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.05	9.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.91	9.75	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.17	9.50	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.64	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.02	8.60	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	8.13	9.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	7.38	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	7.60	10.00	Não em boa via	
					PC 7.4		7.52	7.00	Em boa via	
					PC 7.5		4.47	7.00	Não em boa via	
Pontuação global o continente					4.56	Progresso global				
O Índice de Referência de 2023 é					9.29	Que é a pontuação global mínima para que o continente esteja no caminho certo em 2023.				

PROGRESSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS DECISÕES DA UNIÃO AFRICANA

8A. Relatório sobre o Consumo de Fertilizantes em África - Fertilizantes para uma Revolução Verde em África (Decisão: EX.CL/1041(XXXII)), 2006

Antecedentes

- 8.1. Durante a Cimeira Africana sobre Fertilizantes, realizada em Abuja, Nigéria, em junho de 2006, os Ministros da Agricultura da União Africana apelaram a uma transformação da agricultura em África, reconhecendo-a como o principal meio de aliviar a pobreza. Reconheceram também o desafio significativo do acesso limitado dos agricultores aos fertilizantes devido a restrições de recursos e sublinharam a necessidade de investimentos estratégicos para aumentar a disponibilidade de fertilizantes. Na conclusão da cimeira, os Chefes de Estado e de Governo aprovaram a Declaração sobre os Fertilizantes para uma Revolução Verde em África [DOC. ASSEMBLEIA/UA/6 (VII), Decisão: EX.CL/1041(XXXII)], designando os fertilizantes como um produto transfronteiriço crítico e comprometendo-se a acelerar o acesso dos agricultores aos fertilizantes.
- 8.2. As doze resoluções estabelecidas em Abuja tinham como objetivo a formulação de políticas e a criação de mercados para melhorar a produção, o acesso e a utilização de fertilizantes. A resolução inicial instava os governos dos países africanos a trabalharem no sentido de multiplicar por seis a utilização de fertilizantes, elevando-a da média anual de 8 quilogramas de nutrientes por hectare (que constituía apenas 10% da média global na altura) para um mínimo de 50 quilogramas por hectare até ao ano 2015. No que se refere ao financiamento dos fertilizantes, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com a assistência da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEUNA), foi instado a criar um Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes (MFFA) até 2007. Este mecanismo destinava-se a satisfazer os requisitos financeiros das várias iniciativas acordadas durante a Cimeira. A décima segunda resolução previa um mandato para a Comissão da União Africana (CUA) e a Agência NPDA, em colaboração com outros parceiros, para supervisionar e apresentar relatórios periódicos sobre os progressos realizados, com actualizações de dois em dois anos.

Progressos na implementação da Declaração de Abuja

Estabelecimento e operacionalização do Mecanismo de Financiamento dos Fertilizantes em África (MFFA)

- 8.3. O Conselho de Governadores do BAD aprovou a criação do MFFA como um fundo específico em abril de 2008. O fundo tornou-se operacional em 2015, quando recebeu contribuições no total de 10 milhões de dólares do BAD, dos governos da Nigéria e da Tanzânia e da

Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA), atingindo o limiar financeiro necessário. Posteriormente, o MFFA alcançou a sua plena funcionalidade em 2018, marcada pela aprovação das directrizes e documentos estratégicos e operacionais pertinentes pelo Conselho de Administração do MFFA e pelo Conselho de Administração do BAD, que actua como instituição anfitriã do MFFA.

Quadro 8.1: Situação das contribuições para a MFFA (dezembro de 2022)

#	Contribuinte	Valor (\$)	%
1	AfDB	7,664,844	32%
2	Nigeria	6,362,336	27%
3	Tanzania	203,005	1%
4	AGRA	998,842	4%
5	NORAD	8,735,645	36%
	Total	23,964,672	100%

Fonte: MFFA Relatório Anual 2022

- 8.4. Até dezembro de 2022, o MFFA recebeu contribuições totais de cerca de 24 milhões de dólares (Tabela 1), da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD, 36%), do BAD (27%), da Nigéria (27%), da AGRA (4%) e da Tanzânia (1%).
- 8.5. Durante o mesmo período, o MFFA afectou 9,5 milhões de dólares dos fundos recebidos a projectos e custos operacionais, com um saldo de cerca de 12,5 milhões de dólares disponíveis para compromissos futuros. O MFFA está atualmente a mobilizar 300 milhões de dólares para financiar o seu plano estratégico de 7 anos (2022-2028)²

² <https://www.afdb.org/en/documents/africa-fertilizer-financing-mechanism-affm-strategic-plan-2022-2028>

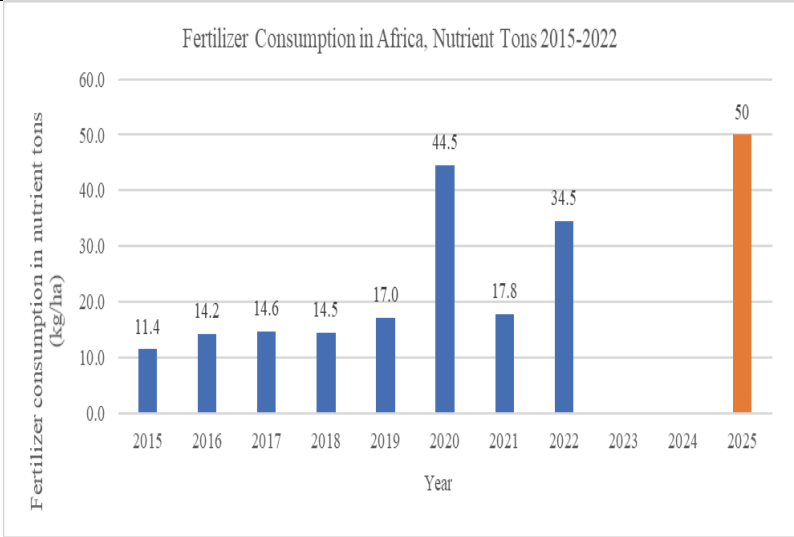
- 8.6. Para além do financiamento através do MFFA, o BAD tem estado envolvido no sector dos fertilizantes em todo o continente através de programas especiais, assistência técnica e acordos de financiamento nos últimos cinco anos. Em linha com a estratégia de industrialização do BAD para 2016-2025, o BAD financiou diferentes projectos relacionados com fertilizantes, incluindo um empréstimo empresarial de 300 milhões de dólares à Dangote Industries Limited na Nigéria para construir uma refinaria de petróleo bruto e uma fábrica de fertilizantes que produz diariamente 6.200 toneladas de fertilizantes nitrogenados. Além disso, concedeu um empréstimo de 100 milhões de dólares à Indorama Eleme Fertilizer & Chemicals Limited da Nigéria para produzir 1,4 milhões de toneladas métricas de ureia por ano e aprovou um segundo empréstimo de 200 milhões de dólares em 2018 para apoiar os planos da empresa de duplicar a sua produção para 2,8 milhões de toneladas por ano. Além disso, em 2018, o BAD aprovou um segundo empréstimo corporativo de 180 milhões de euros ao Grupo OCP para expansão, incluindo o aumento da capacidade de armazenamento de fertilizantes em 200.000 toneladas adicionais.
- 8.7. Estão também em curso discussões sobre um potencial adicional de 2 mil milhões de USD para a Nigéria e a Etiópia. A indústria de fabrico de fertilizantes está a crescer. Estão a surgir projectos de fabrico e de mistura de fertilizantes em todo o continente, atraídos pelas reservas de gás natural e de fosfato existentes e por uma procura crescente de fertilizantes inorgânicos a preços acessíveis.
- 8.8. Na distribuição de fertilizantes, o BAD aprovou uma Facilidade Africana de Emergência para a Produção de Alimentos (FAEPA) no valor de 1,5 mil milhões de dólares em 2022 para apoiar a entrega de sementes certificadas inteligentes em termos climáticos e 3,54 milhões de toneladas métricas de fertilizantes aos pequenos agricultores, a disponibilização de recursos técnicos e financeiros e compromissos políticos para as reformas.

Consumo de fertilizantes

- 8.9. O processo da RB acompanha os progressos dos Estados-Membros africanos em relação ao objetivo de 50 kg de toneladas de nutrientes/ha até 2025 (revisto em relação ao objetivo inicial de 2015 na Declaração de Abuja). O indicador específico é o "consumo de fertilizantes (kg/ha de terra arável)", sendo 2015 o ano de referência e 2025 o ano-alvo. O segundo relatório de revisão bienal (2015-2018) indicava que apenas quatro países tinham atingido este objetivo de forma consistente. Este número aumentou para cinco no terceiro relatório de revisão bienal (2015-2021). Para além das intervenções financeiras, foram apoiadas várias iniciativas no continente, por exemplo, o África Fertilizantes com o País STAT (Africa Fertilizer com o CountrySTAT) da FAO, para desenvolver grupos de trabalho técnicos a nível nacional para garantir a responsabilização mútua em matéria de fertilizantes e estimular o crescimento da utilização de fertilizantes através do fornecimento de dados para decisões políticas e comerciais.
- 8.10. Em 2020, em comparação com os anos anteriores, o número de países declarantes diminuiu de 40 para 27. É importante notar que muitos desses países são consumidores significativos de fertilizantes. Esta redução dos países declarantes teve o efeito de distorcer para cima a

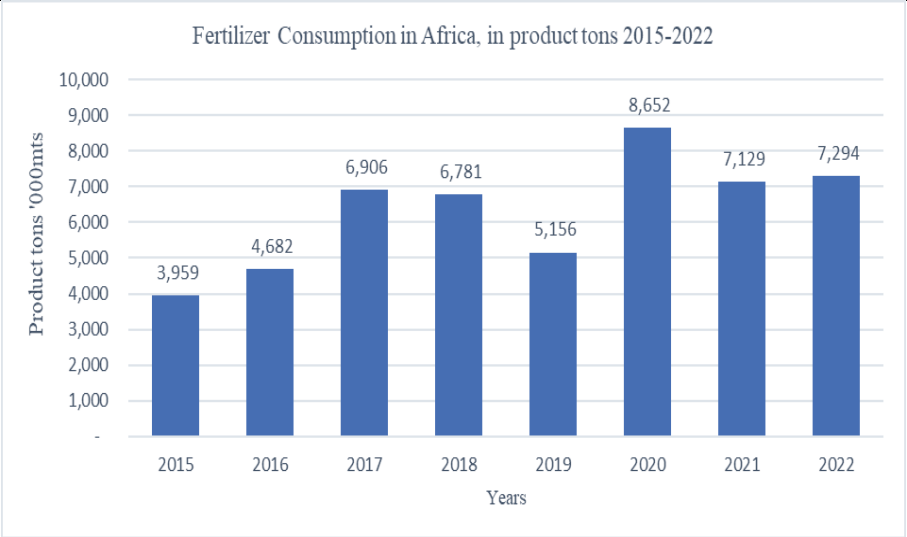
utilização média de fertilizantes. Não obstante, duas intervenções notáveis a nível continental apoiaram um inventário saudável entre os Estados Membros.

Figura 8.1: Consumo médio de fertilizantes em África (Kg toneladas de nutrientes/ha) em África (2015-2022)



Fonte: Análise dos dados da quarta RB

Figura 8.2: Consumo médio de fertilizantes (em toneladas de produto para 17 países) em África (2015-2022)



- 8.11. Conforme detalhado nas Figuras 8.1 e 8.2, a intervenção financeira através do BAD apoiou um quadro de financiamento robusto para os mercados de fertilizantes em África. Durante a pandemia da COVID-19, muitos governos em África, através de políticas, instituíram os fertilizantes como um bem essencial, garantindo a facilidade de comércio e a disponibilidade para os agricultores.
- 8.12. Entre 2016 e 2019, o consumo médio de fertilizantes em África variou entre 14,2 kg/ha e 17,0 kg/ha, com uma taxa de crescimento anual de cerca de 11%. De 2020 a 2021, registou-se uma queda significativa nos valores de consumo reportados. Vários factores, incluindo a pandemia de Covid-19 e as perturbações climáticas, contribuíram provavelmente para esta quebra. No entanto, entre 2021 e 2022, registou-se um aumento do consumo de 17,8 kg/ha para 34,5 kg/ha, de acordo com os dados recolhidos de 43 Estados-Membros no quarto ciclo de Revisão Bienal (BR). Mais uma vez, factores como os programas de ajuda de emergência no continente, programas de subsídios de emergência pelos governos e a infusão de 1,5 mil milhões de dólares pelo BAD no fluxo de distribuição para acesso a sementes e fertilizantes poderiam ter corrigido a tendência.
- 8.13. Para atingir a meta de Malabo de 2014 de 50 kg de toneladas de nutrientes por hectare até 2025, África deve atingir uma taxa de crescimento médio anual superior a 15%.
- 8.14. A fertilização ecológica é outra abordagem sustentável para melhorar o rendimento das culturas, a qualidade das culturas e a sustentabilidade ambiental. Para além dos fertilizantes minerais, os fertilizantes orgânicos contribuem para este objetivo e, por conseguinte, devem ser promovidos para garantir que a saúde do solo seja abordada de um ponto de vista holístico. O desenvolvimento de protocolos de ensaio e a medição dos nutrientes contidos nos adubos orgânicos e nas correcções do solo contribuirão para compreender e manter a saúde do solo para aumentar a produtividade.
- 8.15. Os últimos dois anos puseram em evidência o papel crucial dos fertilizantes na agricultura africana. Para acelerar o progresso, os Estados membros devem implementar políticas e investimentos deliberados para melhorar o acesso e a acessibilidade dos fertilizantes, aumentar a capacidade de produção local e apoiar o comércio intra-africano através da ZCLCA (Zona de Comércio Livre Continental Africana) e outras iniciativas. Estes esforços são essenciais para aumentar a produtividade agrícola e a segurança alimentar em todo o continente.

Conclusões

As principais conclusões da análise revelam que.

- 8.16. O consumo de fertilizantes está a aumentar de forma constante nos diferentes países e regiões de África. Um dos principais inconvenientes é que o objetivo fixado em Abuja não será provavelmente atingido até 2025 se a taxa de crescimento anual alcançada nos últimos três anos não for mantida.

8.17. O crescimento do consumo não é uniforme em todo o continente, sendo os principais motores deste aumento os países do Norte de África, por exemplo, o Egipto e Marrocos. Os países da África Oriental com bons resultados são a Etiópia e o Quênia. A diferença entre os países que estão no bom caminho e os que não estão é significativa. Os países no bom caminho atingiram médias superiores a 70 kg/ha na utilização de fertilizantes, enquanto os países que não estão no bom caminho registam médias inferiores a 10 kg/ha. Estas disparidades sublinham a necessidade de esforços e investimentos específicos na agricultura e no acesso aos fertilizantes para colmatar o fosso e assegurar um progresso mais equitativo nas nações africanas.

Conclusões e recomendações

8.18. A promoção dos serviços de extensão nos Estados Membros da União Africana é uma forma segura de incentivar o uso de fertilizantes. Esta componente requer um reforço significativo, como exemplificado pelo modelo de sucesso da Etiópia. Quando combinada com a disseminação efectiva da investigação mais recente e a transferência de conhecimentos através de um tal quadro, os agricultores estarão mais motivados para aumentar a sua utilização de fertilizantes.

8.19. Enquanto o continente se prepara para implementar o plano de ação decenal na próxima cimeira de 2023, os esforços de colaboração são essenciais para desenvolver roteiros a nível nacional que abordem de forma abrangente a saúde do solo de todas as perspectivas.

8.20. Uma campanha agressiva de mobilização de recursos através do Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes (MFFA) é essencial para garantir o financiamento necessário para aumentar o consumo de fertilizantes e melhorar a saúde do solo em toda a África.

8.21. Os últimos quatro anos sublinharam as vulnerabilidades dos sistemas de distribuição de fertilizantes em África. Os Estados-Membros devem dar prioridade ao desenvolvimento da capacidade local, sempre que possível, e eliminar as barreiras pautais e não pautais para facilitar a circulação sem problemas dos produtos fertilizantes entre os países. Vale a pena notar que África produz aproximadamente 30 milhões de toneladas métricas de produtos fertilizantes, mas uma parte significativa é atualmente exportada para outros continentes.

8B. Acesso às sementes e à biotecnologia (Decisão: Doc. ASSEMBLEIA/UA/6 (VIII), 2007

Introdução

8.22. A Oitava Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana, realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 29 a 30 de janeiro de 2007, aprovou o Programa Africano de Sementes e Biotecnologia (PSAB) como um quadro estratégico para o desenvolvimento do sector das sementes em África (Doc. ASSEMBLEIA/UA/6 (VIII)). O objetivo geral do programa é contribuir para o aumento da segurança alimentar e nutricional e

para a redução da pobreza em África através do estabelecimento de sistemas de sementes eficazes e eficientes e da aplicação reforçada de biotecnologias e metodologias no sector das sementes.

- 8.23. Os objectivos do ACEPP são os seguintes (i) Reforço da capacidade nacional de produção, multiplicação e distribuição de sementes melhoradas, a fim de fornecer aos agricultores sementes de alta qualidade que lhes permitam responder às condições ambientais em mutação e às exigências do mercado; (ii) Melhoria dos procedimentos de garantia da qualidade das sementes, a fim de assegurar a produção e a distribuição sustentadas de sementes de alta qualidade aos agricultores; (iii) Reforço das ligações entre os sectores formal e informal das sementes, a fim de melhor compreender e responder às necessidades dos agricultores, incluindo os pequenos agricultores e as mulheres agricultoras; (iv) Políticas e regulamentos eficazes em matéria de sementes, a fim de permitir e promover o aumento do comércio de sementes entre as nações africanas; (v) Maior capacidade de conservação, utilização sustentável e desenvolvimento dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, a fim de garantir a disponibilidade de variedades de culturas adaptadas para satisfazer as necessidades futuras dos agricultores; (vi) Maior capacidade de utilização dos instrumentos da biotecnologia para melhorar o melhoramento vegetal e a produção de sementes de alta qualidade; (vii) Maior capacidade de implementação de medidas de biossegurança em relação à produção e distribuição de sementes e ao melhoramento fitogenético, para proteger a saúde humana e o ambiente; (viii) Estabelecimento de códigos de conduta modelo para as sementes utilizadas em situações de emergência.

Análise

- 8.24. O Índice de Desempenho do Sector das Sementes (IDSS) é uma ferramenta de medição baseada numa pontuação única que fornece "uma visão panorâmica" da saúde dos sistemas de sementes em toda a África. O IDSS segue 17 indicadores (parâmetros) que alimentam o quarto Relatório de Revisão Bienal da Comissão da União Africana (CUA). Os 17 parâmetros foram seleccionados entre mais de 150 e são priorizados com base na sua força para avaliar uma área temática, bem como a disponibilidade de dados.

Conclusões

- 8.25. Dos 44 Estados-Membros que apresentaram dados, 19 obtiveram uma pontuação entre 7 e 10, o que indica que o país está no bom caminho para este indicador. Os principais países são o Egipto, o Quénia, o Malawi, Marrocos, a Nigéria, o Ruanda, a África do Sul, a Tanzânia, a Zâmbia e o Zimbabué. Estes países podem ser caracterizados como tendo sistemas de semente que se encontram nas fases de crescimento tardio a maduro do desenvolvimento e têm as seguintes características: instrumentos de política de semente robustos e favoráveis, processos funcionais de libertação de variedades, processos de importação/exportação claros e aplicados, autoridades reguladoras de semente

funcionais e associações nacionais de comércio de semente relativamente fortes. Têm também serviços de inspeção de sementes fortes e Institutos Nacionais de Investigação Agrícola (INA) relativamente bem apoiados em termos de número de criadores, financiamento e infra-estruturas de criação.

- 8.26. Além disso, a maioria destes países tem um sector privado dinâmico envolvido em actividades chave do sistema de sementes, incluindo o melhoramento vegetal. A África do Sul, a Zâmbia, o Zimbabué e o Quénia destacam-se como países com programas de melhoramento genético privados dinâmicos que complementam os programas nacionais. Nestes países, o sector privado também está autorizado a realizar serviços de garantia de qualidade, tais como inspeção de sementes, testes de sementes e análise de sementes, aumentando o trabalho do sector público. Outros países como o Malawi, o Ruanda, a Nigéria, o Senegal e Moçambique também enveredaram por um caminho semelhante.
- 8.27. Os países que estão no bom caminho são também os principais produtores de sementes para as principais culturas alimentares em África. Em 2022, os principais produtores de sementes de milho foram a Zâmbia com 131 017 TM, o Zimbabué com 50 480 TM, a África do Sul com 43 110 TM, o Quénia com 40 264 TM, a Nigéria com 37 714 TM e o Malawi com 21 993 TM. O Senegal produziu 68,226 MT de sementes de amendoim, enquanto o Egipto produziu 116,122 MT de sementes de trigo. Quanto às sementes de arroz, a Nigéria produziu 36 010 MT e o Egipto 13 708 MT. Relativamente às sementes de soja, a Zâmbia produziu 35.409 MT e a África do Sul 13.399 MT.
- 8.28. Um total de 20 países obteve uma pontuação entre 5-7, o que indica que estão a progredir bem. Estes incluem o Burundi, Burkina Faso, Etiópia, Gana, Mali, Senegal e Uganda. Estes países podem ser caracterizados como tendo sistemas de semente que se encontram nas fases de crescimento inicial e de crescimento do desenvolvimento. Estes países têm um ambiente de política de semente bastante robusto que encoraja a participação do sector privado na indústria de semente, um sector privado forte que está envolvido na produção e comercialização de semente e programas de melhoramento relativamente fortes para culturas alimentares chave. Contudo, os sectores de sementes em vários destes países, como o Burkina Faso, o Gana e o Senegal, dependem de programas governamentais de subsídios de sementes. As agências reguladoras estão muitas vezes sobrecarregadas e não dispõem de meios para realizar o seu trabalho de forma eficaz.
- 8.29. Oito países obtiveram uma pontuação inferior a 5, indicando que não estão no bom caminho para atingir os objectivos estabelecidos. São eles as Comores, a Costa do Marfim, a República do Congo, o Djibuti, a Guiné-Bissau, o Lesoto, a Libéria e o Sudão do Sul. Estes países podem ser caracterizados como tendo sistemas de sementes que estão na fase inicial de desenvolvimento. Estes países têm processos de libertação de variedades fracas, resultando em muito poucas variedades libertadas e a chegar aos agricultores. Também tendem a ter quantidades insuficientes de sementes em embalagens pequenas (uma característica que permite aos pequenos agricultores um maior acesso a mais variedades). As associações nacionais de comércio de sementes são fracas ou inexistentes e as NARIs estão limitadas por um financiamento insuficiente, o que resulta num número insuficiente de cultivadores e na falta de infra-estruturas básicas de cultivo. Por exemplo, atualmente, os programas de melhoramento de culturas no Djibuti e no Lesoto não têm criadores activos para as principais culturas alimentares.

8.30. Um dos principais desafios em vários destes países diz respeito à situação dos instrumentos nacionais de política de sementes. Os instrumentos de política de sementes nas Comores, República do Congo, República Democrática do Congo, Djibuti e Sudão do Sul estão incompletos ou são inexistentes, um desafio com repercussões negativas para outras áreas do sector das sementes. Além disso, a harmonização dos instrumentos da política nacional de sementes com os regulamentos regionais de sementes é incompleta. A pouca semente melhorada disponível é importada e é usada por alguns agricultores comerciais ou programas de assistência. A maioria dos pequenos agricultores depende de sementes do sector informal.

Recomendações

8.31. Os sistemas de sementes são fundamentais para melhorar a segurança alimentar e nutricional e os meios de subsistência dos pequenos agricultores. Um sistema de sementes eficaz deve ser capaz de fornecer quantidades suficientes de sementes de qualidade a preços acessíveis aos agricultores. Com base na análise dos dados, são recomendadas as seguintes prioridades para a reforma do sector de sementes:

Promulgar e implementar os instrumentos de política de semente necessários, que incluem leis de semente, regulamentos de semente ou ordens ministeriais. As Comores, a República do Congo, a República Democrática do Congo, o Djibuti e o Sudão do Sul não têm instrumentos de política de semente. Para a Guiné-Bissau e o Lesoto, a maioria dos instrumentos de política de sementes não foi promulgada ou não está implementada. A conclusão e promulgação destes instrumentos é um primeiro passo fundamental para o estabelecimento de um sistema formal de sementes centrado no controlo de qualidade e na competitividade do sector privado.

Reforçar a capacidade do governo para garantir a qualidade da semente: Uma vez promulgadas as leis, regulamentos e ordens ministeriais de sementes relevantes, é necessário garantir que os órgãos reguladores tenham pessoal e equipamento adequados para realizar todas as actividades relacionadas com a certificação de sementes.

Explorar as oportunidades de transferência de tecnologia ao abrigo dos instrumentos regionais de sementes: vários países libertaram mais variedades nos sistemas nacionais a partir de mecanismos regionais de libertação de variedades. Por exemplo, 60% de todas as variedades de milho libertadas no Uganda em 2022 eram do catálogo do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). Enquanto 92% das variedades de milho lançadas em Moçambique em 2021 eram do catálogo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Aumentar o financiamento das instituições públicas de investigação agrícola: O Djibuti não tem um NARI. As NARIs nas Comores, Costa do Marfim, Djibuti, República do Congo, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria e Sudão do Sul, têm um número inadequado de criadores e são mal financiadas.

Criar associações nacionais de comércio de sementes onde elas não existam e reforçar as que existem: Um total de onze países não tem associações nacionais de sementes. Estes são Angola, República Centro-Africana, Comores, República do Congo, Djibuti, Eritreia, Guiné (Conacri),

Lesoto, Libéria, Namíbia, Seychelles, Somália, Serra Leoa e T'Chad. É necessário incentivar a criação de associações nacionais nestes países. Além disso, as associações estabelecidas noutros países precisam de ser reforçadas para desempenharem eficazmente o seu papel de plataforma para o sector privado, com ligações efectivas ao governo e a outras entidades importantes. Os países que têm sistemas de sementes fortes também têm associações comerciais de sementes dinâmicas.

Conclusão

- 8.32. Dezanove (19) dos 44 países que estão dentro do objetivo obtiveram pontuações entre 7 e 10. Estes países devem manter a dinâmica atual através da manutenção de ambientes políticos robustos e competitivos, autoridades de sementes funcionais e NARIs bem financiadas.
- 8.33. Vinte (20) dos 44 países têm uma pontuação entre 5 e 7 e estão a progredir bem. No entanto, para atingir o objetivo, os produtores de sementes devem reduzir a sua dependência dos programas governamentais de subsídios de sementes. Os países devem aumentar o seu apoio aos programas de melhoramento das NARIs em termos do número de melhoradores, financiamento e infra-estruturas de melhoramento. Devem também reforçar o apoio às autoridades reguladoras, aumentando o número de inspectores e facilitando-lhes a condução eficaz do seu trabalho.
- 8.34. Oito países obtiveram uma pontuação inferior a 5, o que indica que não estão no bom caminho para atingir os objectivos estabelecidos. Estes países devem promulgar e/ou implementar políticas de sementes para que possam ter sectores de sementes funcionais. Com os instrumentos de política de sementes necessários em vigor, os países podem estabelecer autoridades reguladoras funcionais e apoiá-las para que desempenhem as suas funções de forma eficaz. Devem aumentar o financiamento dos programas de criação das NARIs em termos de número de criadores, financiamento e infra-estruturas de criação.

8C. Acompanhamento dos Progressos na Implementação das Decisões de Promoção da Segurança da Posse da Terra (Decisão Assembleia/AU/Decl.1(XIII) Rev.1), 2009

1. Introdução

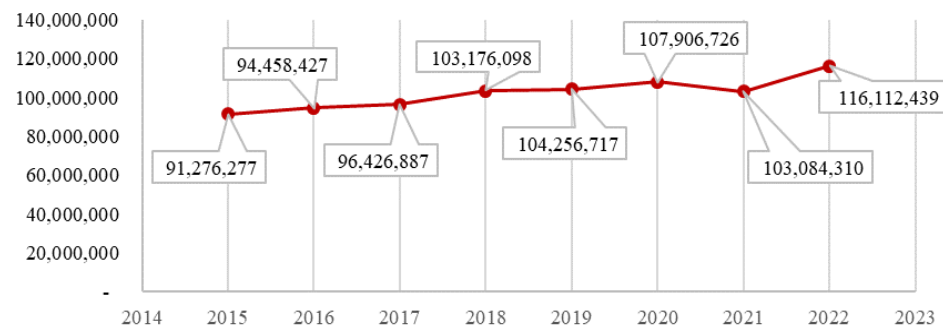
- 8.35. A agricultura é um dos maiores contribuintes para o Produto Interno Bruto (PIB) da maioria dos países africanos e é a principal fonte de subsistência e de rendimento familiar dos africanos, a maioria dos quais são habitantes de zonas rurais. Uma vez que a terra é um fator de produção essencial no sector agrícola, o acesso e a segurança dos direitos fundiários são fundamentais para a transformação da agricultura.

Através da Declaração da UA sobre Questões e Desafios da Terra (Declaração da UA sobre a Terra), os Chefes de Estado e de Governo decidiram apropriar-se dos processos de reforma agrária e liderá-los, reforçando as instituições para uma governação fundiária eficaz e atribuindo recursos orçamentais adequados para o desenvolvimento de políticas, a implementação e o acompanhamento dos progressos. Decidiram igualmente garantir o acesso equitativo à terra para todos os utilizadores e melhorar o acesso e a segurança da posse da terra para as mulheres como prioridades fundamentais. A Declaração da UA sobre a Terra insta os Estados-Membros a desenvolverem políticas fundiárias abrangentes que respondam às necessidades específicas de cada Estado e a criarem capacidades humanas, financeiras e técnicas adequadas, em conformidade com o Quadro e Directrizes sobre a Política Fundiária em África (F&G). Reconhecendo a importância da terra na dispensa agrícola de África, o quadro de implementação do Programa Abrangente para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PIDAA), tema de desempenho insuficiente três sobre Acabar com a Fome, estabeleceu uma meta para os Estados Membros assegurarem que 100 por cento dos agricultores e agro-industriais interessados na agricultura têm direito a aceder à terra necessária até 2020. Os Estados Membros da UA devem, por conseguinte, medir a proporção da população agrícola adulta com direitos de propriedade ou direitos fundiários seguros sobre as terras agrícolas, separados por género, durante o processo de apresentação de relatórios das RB.

2. Análise

- 8.36. Os Estados Membros da União Africana (UA) têm vindo a envidar esforços para assegurar as terras da sua população agrícola. Tal como ilustrado na Figura 8.3, tem-se assistido a uma tendência lenta mas positiva em todo o continente africano.
- 8.37. A população agrícola adulta total em África, conforme relatado pelos trinta e nove (39) Estados Membros da UA em 2022, era de 323.118.592 milhões de agricultores em 2022, em comparação com 286.497.741 em 2016. Apenas trinta e seis por cento desta população tinha garantido o direito às suas terras, mais três por cento do que em 2016. É de notar que a maioria da população agrícola em África é constituída por pequenos agricultores, a maioria dos quais cultivava em terras consuetudinárias que podem não estar oficialmente documentadas. A Figura 8.4 ilustra a percentagem de populações agrícolas com direitos fundiários garantidos entre 2015 e 2022. A maioria dos países registou um aumento da percentagem da população agrícola com direitos fundiários garantidos. No entanto, o aumento varia significativamente entre os Estados que apresentam relatórios. Até 2016, previa-se que os Estados Membros da UA deveriam ter alcançado uma pontuação mínima de 3,3 em termos de garantia dos direitos às terras agrícolas. Quinze (15) países tinham atingido o objetivo de 2016 de 3,3 para alcançar a segurança da posse da terra, tal como descrito no Relatório RB de 2017. No relatório anterior da RB de 2019, a pontuação pretendida para garantir a posse de terras agrícolas era de 10, no entanto, observou-se que o Mali, com uma pontuação de 9,52, e a Costa do Marfim, com uma pontuação de 9,46, alcançaram os maiores progressos. O relatório da RB de 2019 revelou igualmente que a Tunísia, as Seicheles e as Maurícias eram os únicos países em vias de alcançar o indicador.

Figura 8.3: População agrícola com direitos fundiários seguros nos Estados-Membros da UA, em milhões, 2014-2022



Notas: Os números baseiam-se nos dados disponíveis para 39 Estados-Membros da UA

Fonte: Análise dos dados da quarta RB

8.1. O relatório da RB 2021 mostrou que apenas o Egipto conseguiu atingir a pontuação pretendida de 10, enquanto alguns países comunicaram uma melhoria das pontuações em relação aos resultados de 2017, incluindo a Gâmbia (de 5,25 para 8,5), a Nigéria (7,75 para 9) e o Sudão (2,95 para 7,3).

3. Conclusões

8.2. A figura 8.4 mostra que, em 2022, o Botswana, a Libéria e as Seychelles foram os países que atingiram o objetivo, uma vez que todas as suas populações agrícolas tinham direitos fundiários seguros. As Seychelles têm estado a fazer esforços para dar arrendamento ou arrendamento provisório a todos os agricultores quando os registam.

8.40. Na Libéria, o governo nacional colaborou com as autoridades locais através da Autoridade Fundiária da Libéria para sensibilizar e defender os direitos e as responsabilidades das pessoas em relação ao acesso à terra e à propriedade em vários fóruns. A Tanzânia, o Uganda, o Ruanda, Carbo Verde e o Benim fizeram os progressos mais significativos no sentido de atingir o objetivo de garantir os direitos à terra para a população agrícola entre 2015 e 2022. A maioria destes países, como o Ruanda e o Uganda, tem vindo a implementar iniciativas de registo de terras e, por conseguinte, tem progredido no sentido de garantir terras agrícolas. É de notar que as terras detidas/propriedade conjunta, ou

as terras detidas comunitariamente por um grupo de pessoas ou uma comunidade não são indicadas como parâmetro/dados, pelo que não são recolhidas. Por exemplo, a Tanzânia fornece mecanismos para o registo de direitos colectivos que podem ser utilizados para garantir as pastagens dos pastores; esta informação é essencial para compreender os esforços para garantir a contribuição dos pastores, tendo em consideração a sua natureza de transumância, uma vez que se deslocam de um terreno de pastagem para outro entre as estações.

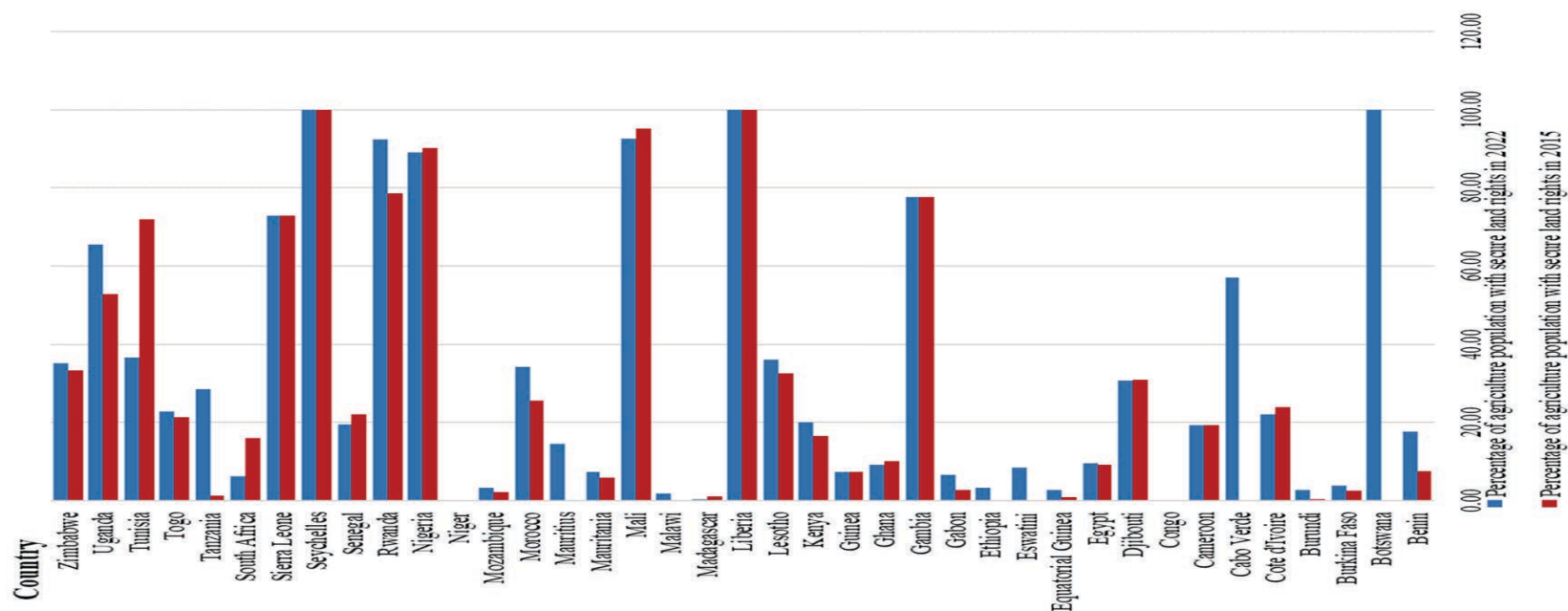
8.41. Apesar de vários esforços para melhorar os direitos das mulheres à terra e a promoção geral da igualdade entre os géneros, ainda existem disparidades significativas nas terras detidas por mulheres e homens no continente, como ilustrado no Quadro 8.1. A percentagem de mulheres com direitos fundiários seguros varia entre os 5% e os 67%. O Egipto, Marrocos, o Senegal e a Costa do Marfim, por exemplo, apresentam uma disparidade substancial nos direitos à terra garantidos entre homens e mulheres. Por outro lado, alguns países têm mais mulheres do que homens com posse de terra assegurada, como os Camarões, o Ruanda, o Botsuana, o Malawi, a Guiné Equatorial, a Libéria, a Mauritânia e o Mali. O Níger e as Maurícias não forneceram dados desagregados por género, enquanto a Tanzânia e a Nigéria estavam quase a atingir a paridade de género na garantia de direitos à terra da sua população agrícola.

4. Recomendações

8.42. A fim de melhorar a segurança da posse da terra entre os proprietários agrícolas em África, recomenda-se que:

- Os Estados devem fazer esforços para reconhecer e reforçar os diversos e dualistas sistemas de posse de terra, incluindo as suas estruturas de governação;
- Os Estados devem incorporar o Quadro de Monitorização e Avaliação da Terra em África (QMATA) e integrar os seus indicadores agro-agrícolas no seu NAIP e no seu sistema de acompanhamento do desempenho e de elaboração de relatórios;
- Mais Estados Membros da UA devem ser encorajados a relatar o progresso no sentido de atingir o objetivo utilizando dados desagregados por género e, quando necessário, providenciar a garantia e a comunicação dos direitos dos utilizadores de terras agrícolas, tais como pastores, mulheres, jovens e pessoas com deficiência, e fornecer mecanismos para a propriedade conjunta da terra;
- As equipas nacionais que elaboram os relatórios sobre as RB devem incluir pontos focais das agências fundiárias representativas e dos ministérios da terra,
- As equipas nacionais que elaboram os relatórios sobre as RB devem incluir os pontos focais fundiários das agências fundiárias e dos ministérios da terra. Os colectores de dados devem ser capazes de identificar as terras utilizadas para fins agrícolas, independentemente de estarem sob posse consuetudinária ou legal; e
- Deve ser prestado apoio aos Estados Membros da UA para melhorarem os seus sistemas de informação fundiária.

Figura 8.4: Percentagem de Populações Agrícolas com Direitos Fundiários Seguros em 2015 e 2022



Notas sobre a figura 8.4:

- Os dados do Congo mostram que menos de um por cento das populações agrícolas tinham direitos fundiários garantidos.
- O Níger não forneceu informações de base sobre o número de agregados familiares agrícolas com direitos fundiários garantidos em 2015, mas com base nos dados fornecidos em 2022, menos de um por cento da sua população agrícola tinha acesso garantido à terra.

Fonte: Análise dos dados da quarta RB

5. Conclusão

8.43. Os dados recolhidos de 2016-2022 não indicam uma melhoria significativa na garantia de terras agrícolas, uma vez que menos de trinta e seis (36) por cento (%) da população agrícola nos Estados Membros da UA que forneceram informações relevantes para a meta não têm documentação das terras que utilizam. Os resultados do quarto BR mostram que o Botswana, a Libéria e as Seychelles atingiram o objetivo

de 10. Isto acontece apesar dos esforços que foram testemunhados em todo o continente para garantir os direitos à terra pelos Estados Membros da UA. Não existe uma solução única para medir o acesso à terra e a propriedade da terra devido à predominância de diferentes sistemas de posse no continente, que afectam significativamente o funcionamento da gestão dos sistemas de informação sobre a terra e a administração geral da terra.

Tabela 8.1: Posse de terras agrícolas por género nos Estados Membros da UA em 2022

Nº	País	Número de homens com direitos fundiários garantidos	Número de mulheres com direitos fundiários garantidos	Número de populações agrícolas com direitos fundiários garantidos	Percentagem de mulheres com direitos fundiários garantidos em relação ao total	Nº	País	Número de homens com direitos fundiários garantidos	Número de mulheres com direitos fundiários garantidos	Número de populações agrícolas com direitos fundiários garantidos	Percentagem de mulheres com direitos fundiários garantidos em relação ao total
1	Eswatíni	4,975	1,842	6,817	27	21	Madagáscar	42,038	8,281	50,319	16
2	Benin	378,455	74,629	453,084	16	22	Malawi	30,764	46,147	76,911	60
3	Botswana	42,339	53,213	95,552	56	23	Mali	4,116,631	4,222,186	8,338,817	51
4	Burkina Faso	99,872	64,009	163,881	39	24	Mauritânia	38,482	45,174	83,656	54
5	Burundi	110,979	48,576	159,555	30	25	Maurícias			2,002	-
6	Costa de Marfim	1,413,096	319,856	1,732,952	18	26	Morocos	435,000	45,000	480,000	9
7	Cabo Verde	41,620	33,642	75,262	45	27	Moçambique	261,751	136,513	398,264	34
8	Camarões	997,754	1,038,479	2,036,233	51	28	Níger			831	-
9	Congo	165	74	239	31	29	Nigéria	34,878,500	32,882,054	67,760,554	49
10	Djibuti	977	269	1,246	22	30	Ruanda	1,258,631	1,637,333	2,895,964	57
11	Egipto	5,410,000	230,000	5,640,000	4	31	Senegal	300,777	15,429	316,206	5
12	Guiné Equatorial	3,928	7,923	11,851	67	32	Seicheles	1,221	343	1,564	22
13	Etiopia	460,000	200,000	660,000	30	33	Serra Leoa	2,795,884	1,198,236	3,994,120	30

14	Gabão	4,699	2,254	6,953	32	34	África do Sul	32,195	21,464	53,659	40
15	Gâmbia	261,251	206,795	468,046	44	35	Tanzânia	2,476,149	2,345,536	4,821,685	49
16	Ghana	289,070	107,441	396,511	27	36	Togo	275,511	59,253	334,764	18
17	Guiné	80,887	60,623	141,510	43	37	Tunísia	144,149	40,400	184,549	22
18	Quênia	2,049,446	1,023,005	3,072,451	33	38	Uganda	4,101,795	3,464,631	7,566,426	46
19	Lesoto	85,970	70,339	156,309	45	39	Zimbabué	1,267,320	708,536	1,975,856	36
20	Libéria	554,201	943,639	1,497,840	63						

Nota sobre o Quadro 1: os países listados são aqueles para os quais existem dados disponíveis

Fonte: Análise dos dados da quarta RB

8.44. A disparidade entre os sexos no que respeita à propriedade fundiária continua a existir na maior parte dos Estados membros da UA que apresentaram relatórios. Dado que a terra é fundamental para o desenvolvimento agrícola no continente e que as mulheres representam uma proporção significativa dos utilizadores da terra, devem ser envidados esforços concretos para reduzir a disparidade entre os sexos no sector fundiário. A falta de dados sobre a terra na maioria dos Estados membros da UA pode implicar uma falta generalizada de sistemas de informação fundiária bem desenvolvidos, ou que as agências governamentais relacionadas com a terra não foram capazes de fornecer atempadamente as informações relevantes às equipas nacionais que elaboram o relatório sobre as RB, ou pode haver uma fraca coordenação entre as instituições que contribuem para o processo do relatório sobre as RB a nível nacional. São também necessários mais esforços para aumentar a partilha de conhecimentos com os pontos focais da RB sobre as formas adequadas de garantir e comunicar os direitos fundiários em África. Os Estados Membros da UA devem ser encorajados a garantir o acesso às terras agrícolas através de mecanismos específicos ao contexto, baseados nos princípios de inclusão e participação dos diferentes utilizadores das terras agrícolas.

8D. Pescas e aquicultura no processo PIDAA (Decisão: Doc. EX. CL /627(XVIII)), 2011

Introdução

8.45. Os vastos recursos aquáticos de África, que abrangem os ecossistemas marinhos e de água doce e os sistemas de produção aquícola, desempenham um papel significativo na promoção da segurança alimentar e dos meios de subsistência, em conformidade com os compromissos do PIDAA de erradicar a fome e a pobreza e promover o comércio intra-regional. Reconhecendo a importância crucial do

sector das pescas e da aquicultura, a União Africana adoptou um quadro político para melhorar o seu desempenho em harmonia com os compromissos do PIDAA. As recomendações para o desenvolvimento das pescas e da aquicultura, provenientes da primeira Conferência dos Ministros Africanos das Pescas e da Aquicultura (CMAPA 1) em 2010, em Banjul, na Gâmbia, foram aprovadas na 18.^a Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da UA em 2011 (Doc. EX. CL /627(XVIII)) (AU, 2011). Subsequentemente, o Quadro Político e a Estratégia de Reforma (PFRS) para as Pescas e a Aquicultura foram desenvolvidos e aprovados pela segunda Conferência Ministerial (CMAPA 2). O projeto PFRS foi posteriormente adotado pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo Africanos em 2014, através das Decisões do Conselho Executivo n.º EX.CL/Dec.831(XXV), servindo como um documento orientador para a reforma do sector das Pescas e da Aquicultura em África para maximizar os benefícios para os Estados Membros.

- 8.46. Os dez objectivos políticos do PFRS são coerentes com os Compromissos de Malabo do PIDAA, com especial incidência em três temas transversais: resiliência, género e juventude e financiamento. Existe um alinhamento significativo entre os objectivos do PFRS e os compromissos do PIDAA, com exceção do compromisso 7 de Malabo, que diz respeito ao reforço da responsabilização mútua pelas acções e resultados. Além disso, uma análise dos dados disponíveis indica que a pesca e a aquicultura estão apenas parcialmente integradas na maioria dos Planos Nacionais de Investimento na Agricultura (PNIA) e dos Planos Regionais de Investimento na Agricultura (PRIA). Como parte da terceira RB, a ADUA-NPDA e a AU-IBAR envolveram a rede de especialistas em pescas e aquicultura para rever e recomendar indicadores chave para inclusão nos processos das RB. Isto assegura que as actividades e os resultados da pesca e da aquicultura são sistematicamente incorporados no processo da RB e reflectem com precisão o papel do sector na realização dos Compromissos de Malabo. Os indicadores da pesca e da aquicultura recomendados para serem incluídos no processo de informação da RB são os seguintes
- i. Produção e produtividade sustentável da pesca e da aquicultura;
 - ii. Aumento do comércio regional intra-africano de peixe e melhor funcionamento dos mercados nacionais e regionais;
 - iii. Expansão da indústria local de pescas e aquicultura e desenvolvimento da cadeia de valor, incluindo mulheres e jovens;
 - iv. Aumento da resiliência dos meios de subsistência e melhoria da adaptação e gestão de riscos no sector das pescas e da aquicultura;
 - v. Melhoria da gestão dos recursos naturais para uma pesca e uma aquicultura sustentáveis.

Análise e conclusões

Compromisso de aumentar o financiamento do investimento na agricultura

- 8.47. Os dados comunicados pelos Estados Membros na RB do PIDAA sobre as despesas públicas nas pescas como percentagem das despesas públicas totais na agricultura indicam níveis de despesas relativamente baixos para o sector das pescas. Durante o período entre a linha de

base de 2015 e 2022, o continente afectou uma média de cerca de 10,51% das despesas agrícolas no sector das pescas. Notavelmente, 2019 (8,68%) e 2020 (9,46) registaram as despesas mais baixas do sector público, enquanto a afetação permaneceu relativamente estável, variando de 12,33% em 2016 a 9,62% em 2022 nos Estados-Membros. De forma significativa, nove (9) países relataram despesas públicas nas pescas que excederam significativamente a média em 2022. Estes países incluem Cabo Verde (42,68%), Tanzânia (39,61%), Serra Leoa (36,52%), Comores (30%), Djibuti (24,98%), Mauritânia (16,93%), Somália (15,40%), Guiné-Bissau (15,22%) e Benim (14,14%).

8.48. A intensidade das despesas públicas no sector das pescas é uma medida da proporção do valor acrescentado (PIB) das pescas reinvestido no sector. Avalia se o nível de despesas está em conformidade com a contribuição do sector para o PIB. Para os relatórios da RB PIDAA, o valor de referência para a intensidade das despesas no sector das pescas (despesas em relação à contribuição do sector para o PIB) é fixado em 19%, reflectindo o desempenho dos dez (10) países com melhor desempenho. Em média, de 2015 a 2022, em toda a África, a intensidade das despesas das pescas representou 12,75% do PIB gerado pelo sector das pescas. Nomeadamente, registou-se uma diminuição de 16,27% em 2018 para 12,88% em 2022. Na quarta RB, apenas quatro países afectaram 15% ou mais do PIB do sector às despesas da pesca. Foram eles o Benim, as Comores, o Jibuti e a Tunísia.

Compromisso Fome Zero - Acabar com a fome até 2025

- 8.49. O consumo de peixe em África varia significativamente entre países, com 3 países a ultrapassarem a média global de 19,4 kg per capita anualmente (FAO, 2017b). Quando se compara o consumo de peixe por região, torna-se evidente que os habitantes da CEDEAO consomem quase quatro vezes mais peixe do que os da IDGA. Embora o consumo de peixe per capita na CEDEAO esteja acima da média africana, quando combinado com a EAC, regista a menor ingestão média de proteínas totais de 53,1 gramas per capita por dia entre as CER africanas.
- 8.50. Pesquisas realizadas no Malawi, Uganda e Tanzânia revelaram que os agregados familiares nas zonas rurais perto de corpos de água tendem a ter níveis mais elevados de consumo de peixe. Além disso, os estudos demonstraram o papel fundamental da pesca interior na melhoria da qualidade da dieta das crianças na África Subariana. Aproximadamente 20% das crianças rurais desta região dependem do peixe para uma dieta mais diversificada, e observou-se que as crianças que consomem peixe têm menos probabilidades de sofrer de atraso de crescimento.

Reduzir a pobreza para metade até 2025

- 8.51. Um documento de investigação de 2022 ilustrou uma forte correlação entre a pesca em pequena escala, a redução da pobreza, o aumento do consumo de peixe e a melhoria da segurança alimentar. Esta investigação sublinha o papel vital da pesca e da aquicultura na garantia da

segurança dos meios de subsistência, com provas que mostram que as famílias que se dedicam à pesca têm menos 9% de probabilidade de sofrer de pobreza em termos de rendimento do que as que se dedicam à agricultura. Além disso, os agregados familiares que residem nas proximidades de massas de água têm mais probabilidades de ter uma dieta diversificada e nutritiva do que os que se situam mais longe. Além disso, os agregados familiares próximos de massas de água tendem a apresentar níveis mais elevados de riqueza em activos do que os agregados familiares que não praticam a pesca. De um modo geral, o estudo fornece provas empíricas da relação benéfica entre a pesca artesanal, a redução da pobreza, o aumento do consumo de peixe e o reforço da segurança alimentar no Malawi, na Tanzânia e no Uganda.

Dinamização do comércio intra-regional

- 8.52. A pesca e a aquicultura são sectores críticos do continente africano, tal como reconhecido pela Declaração de Abuja de 2006. No entanto, a sua importância não está adequadamente representada no PIDAA, no quadro de resultados do PIDAA e noutros quadros estratégicos. O peixe continua a ser o produto de base mais comercializado, contribuindo significativamente para o comércio intra e inter-regional de peixe em África. Estudos realizados pela WorldFish, AU-IBAR e ADUA-NPDA revelaram uma rede de comércio informal robusta para o peixe e produtos da pesca através das fronteiras africanas. Por exemplo, a investigação realizada em três mercados seleccionados no Gana estimou uma exportação informal anual de cerca de 6.000 toneladas métricas de peixe para os países vizinhos, com um valor de mercado anual de 18,6 milhões de dólares. A Zâmbia registou uma estimativa de 102 000 toneladas de peixe, avaliadas em 3,3 milhões de dólares, exportadas informalmente para países vizinhos. No Malawi, as exportações informais de peixe para os países vizinhos foram estimadas em mais de 24.000, com um valor total de 42 milhões de dólares americanos. É crucial notar que estes números ultrapassam significativamente as estatísticas oficiais, que não têm em conta as actividades comerciais informais.
- 8.53. A pesca e a aquicultura estão entre os subsectores mais sensíveis ao género, com uma participação extensa e ativa de mulheres e jovens, particularmente na cadeia de valor da produção e comércio de peixe. Consequentemente, a demografia do comércio informal em África é digna de nota, uma vez que uma parte significativa dos comerciantes informais de peixe transfronteiriços tem menos de 40 anos de idade. De facto, a participação dos jovens é notavelmente elevada em toda a cadeia de valor. Isto sublinha a importância vital do sector na geração de rendimentos entre as populações africanas em crescimento.

Recomendações

- 8.54. Aperfeiçoar os indicadores das pescas e da aquicultura: A realização de uma análise crítica dos indicadores da pesca e da aquicultura recomendados para o relatório do FE é um passo vital para aumentar a visibilidade e a eficácia do sector no quadro do PIDAA. Ao garantir a importância dos indicadores, o alinhamento com objectivos mais amplos, a sensibilidade ao contexto, a abrangência, a fiabilidade dos

dados, a capacidade de medir o progresso e o impacto e o envolvimento dos intervenientes, o processo do PIDAA pode captar e aproveitar melhor o potencial das pescas e da aquacultura para a transformação sustentável dos sistemas alimentares em África.

- 8.55. Aumentar o investimento no sector das pescas: Reconhecendo os baixos níveis de despesas governamentais no sector das pescas em comparação com o sector agrícola em geral, recomenda-se que os países africanos dêem prioridade a um maior investimento nas pescas. Os governos devem atribuir uma percentagem mais elevada dos seus orçamentos agrícolas às pescas para apoiar o crescimento sustentável do sector. Isto pode ser conseguido através da atribuição estratégica de recursos e do investimento em iniciativas que promovam a pesca sustentável e a produção de aquacultura
- 8.56. Promover o consumo de peixe e a segurança alimentar: Dada a variação significativa no consumo de peixe nos países e regiões africanos, devem ser feitos esforços para promover o consumo de peixe, particularmente nas regiões onde este é inferior à média africana. As políticas e os programas devem ser concebidos para melhorar o acesso ao peixe, especialmente para as populações vulneráveis, e para melhorar a qualidade da dieta. A pesca interior, crucial para fornecer dietas diversificadas e nutritivas, deve ser apoiada e alargada.
- 8.57. Impulsionar o comércio intra-regional de peixe: a integração das pescas no quadro da ZCLCA representa uma oportunidade significativa para formalizar e impulsionar o comércio regional intra-africano de peixe. Ao harmonizar os regulamentos, melhorar as infra-estruturas, promover a sustentabilidade e fomentar a colaboração, as nações africanas podem aproveitar todo o potencial económico dos seus recursos pesqueiros, garantindo simultaneamente a segurança alimentar e os meios de subsistência dos seus cidadãos.
- 8.58. Alavancar a pesca de pequena escala para a redução da pobreza: Foi demonstrado que a pesca em pequena escala tem um impacto positivo na redução da pobreza, na segurança alimentar e na geração de rendimentos. Para aproveitar este potencial, os governos e as partes interessadas devem investir e apoiar a pesca de pequena escala, assegurando que recebem recursos e atenção adequados. Isto pode incluir o acesso aos recursos de pesca, a melhoria das infra-estruturas e a facilitação do acesso aos mercados.

Conclusões

- 8.59. Os Planos Nacionais de Investimento Agrícola (PNIA) e os Planos Regionais de Investimento Agrícola (PRIA) continuam a servir como instrumentos essenciais para a implementação dos compromissos do PIDAA, alinhados com as recomendações para o desenvolvimento das pescas e da aquacultura em todo o continente.
- 8.60. Apesar do reconhecimento pela União Africana dos substanciais benefícios económicos e sociais associados ao desenvolvimento das pescas e da aquacultura em África, o financiamento do investimento neste sector continua a ser notoriamente inadequado.
- 8.61. Os dados disponíveis na RB realçam a contribuição potencial do sector das pescas, mas o nível persistentemente baixo de investimento prejudica a sua capacidade de ter um impacto significativo na transformação económica e no crescimento inclusivo.

8.62. Atualmente, o processo da RB não inclui um mecanismo abrangente de acompanhamento dos progressos dos sectores das pescas e da agricultura ao nível dos indicadores. Apesar das recomendações feitas durante o processo da terceira RB, a implementação de indicadores específicos para as pescas e a aquicultura ainda não foi concretizada.

8E. Situação da implementação da Decisão sobre a Agricultura Biológica Ecológica em África (Decisão: Ex. CL/Dec. 631 (XVIII)), 2011

Introdução:

- 8.63. A Decisão sobre Agricultura Biológica (EX.CL/Dec.621 XVII) tomou nota do Relatório da Conferência dos Ministros da Agricultura realizada em Lilongwe, Malawi, em 28 e 29 de outubro de 2010. Aprovou a Resolução nele contida e manifestou preocupação com a atual prática de exploração dos agricultores biológicos em África; e solicitou à Comissão e à sua Agência de Desenvolvimento da União Africana (ADUA-NPDA) que
- i. Iniciar e fornecer orientações para uma coligação de parceiros internacionais liderada pela União Africana (UA) sobre a criação de uma plataforma africana de agricultura biológica com base nas melhores práticas disponíveis, e,
 - ii. Fornecer orientações para apoiar o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de agricultura biológica e melhorar a qualidade das sementes; apelou aos parceiros de desenvolvimento para que prestassem o apoio técnico e financeiro necessário para a implementação da presente decisão.
- 8.64. Em 2019, o Comité Técnico Especializado da União Africana (CTE) sobre Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente decretou oficialmente o Secretariado da EOAI como sua agência para supervisionar a implementação e relatar o progresso da implementação da sua Decisão sobre Agricultura Biológica (EX.CL/Dec.621 XVII) e endossou a Biovision Africa Trust para o acolher. Subsequentemente, foi assinado um Memorando de Entendimento em Adis Abeba, em 20 de julho de 2022, entre a Biovision Africa Trust e a CUA.
- 8.65. A agricultura orgânica em África (cada vez mais considerada agricultura orgânica ecológica, ou EOA e Agroecologia) recebeu muita atenção dos agricultores, profissionais, decisores políticos e outras partes interessadas durante a pandemia da COVID-19. Isto demonstrou o potencial da AOA/Agroecologia para garantir a segurança nutricional, ao mesmo tempo que aborda a insegurança alimentar, a degradação dos solos, a pobreza, as alterações climáticas e a resiliência aos choques, entre outros benefícios.

Análise e conclusões:

8.66. A Iniciativa de Agricultura Ecológica Orgânica (EOA), com a orientação do Comité de Direção Continental (CSC) presidido pela CUA-DARBE, alcançou resultados políticos louváveis ao ter o estado e os progressos da Decisão da UA sobre Agricultura Orgânica relatados pela primeira vez no terceiro Relatório de Revisão Bienal do PIDAA (2015-2021). Foi alcançado um novo marco na quarta revisão bienal do PIDAA, em que foram adoptados três indicadores relacionados com a EOA/Agroecologia, foram recolhidos dados dos países e estes foram incluídos na análise atual.

Parâmetro 3.1i d: Utilização de fertilizantes orgânicos

- 8.67. Os fertilizantes orgânicos são registados no indicador 3.1i, em Utilização total de fertilizantes (N+P₂O₅, N+P₂O₅+K₂O e fertilizantes orgânicos) em Kg. Os dados fornecidos são em "kg" de fertilizante orgânico utilizado, e não desagregados em microelementos (N, P e K). Portanto, os números fornecidos sobre fertilizantes orgânicos não podem ser adicionados aos dados sobre fertilizantes inorgânicos em termos de nutrientes, mas de peso. É relativamente simples seguir o rasto dos fertilizantes inorgânicos, que são fabricados pela indústria e claramente comercializados com códigos conhecidos.
- 8.68. Quarenta e sete (47) Estados-Membros apresentaram dados no sistema e-RB. 21 países apresentaram conjuntos de dados completos e, pela primeira vez, sobre o parâmetro de utilização total de fertilizantes. Em comparação com as terras aráveis, seis países apresentaram várias quantidades de fertilizantes orgânicos utilizados em 2022, incluindo o Ruanda (5 684 kg/ha), o Togo (623 kg/ha) e a República A. Saharai (194 kg/ha), o Egipto (98 kg/ha), o Burundi (55 kg/ha) e a Etiópia (38 kg/ha). Os restantes 15 países comunicaram volumes inferiores, variando entre 1 e 3 kg de fertilizante orgânico por ha. Os outros 26 países ou não tinham dados sobre fertilizantes orgânicos, ou reportaram zero kg de fertilizantes, entre 2015 e 2022.
- 8.69. Os números sugerem que pode haver diferentes formas de captar ou estimar as quantidades de "fertilizante orgânico". Alguns países provavelmente comunicaram as estimativas dos compostos produzidos e utilizados a nível das explorações agrícolas (por exemplo, Ruanda, Burundi), enquanto outros comunicaram os fertilizantes orgânicos comercializados, bem embalados e normalizados. É fundamental dar mais atenção ao aumento da saúde do solo através de intervenções que melhorem o rendimento das culturas, a qualidade das culturas e a sustentabilidade ambiental, integrando o uso de fertilizantes orgânicos no sector agrícola.
- 8.70. O desenvolvimento e a normalização de procedimentos para medir os nutrientes dos fertilizantes orgânicos e dos correctivos orgânicos do solo e a formação dos agricultores sobre a forma de os utilizar contribuirão significativamente para melhorar e manter a saúde dos solos. Tais procedimentos podem ser utilizados para autenticar os produtos de fertilizantes orgânicos e trazer transparência à indústria de fertilizantes orgânicos.

Parâmetro 3.Iviii: Índice de Desempenho das Sementes e Situação dos Sistemas de Sementes Geridos pelos Agricultores nos instrumentos da política nacional de sementes e acordos institucionais

8.71. Um total de 43 países relatou que, de alguma forma, existe uma discussão nacional sobre os Sistemas de Sementes Geridas pelos Agricultores (SSGA). Um total de 18 países registou um progresso acima de 70%, o que significa que têm a presença de condições favoráveis, tais como política, estratégia, proclamação, portaria e investimentos ou programas em vigor. Foi registado um reconhecimento parcial dos FMSS pelos governos dos restantes países.

Parâmetro 6.Iii: Área agrícola sob práticas Ecológicas Orgânicas e Agroecológicas (EOA) em ha

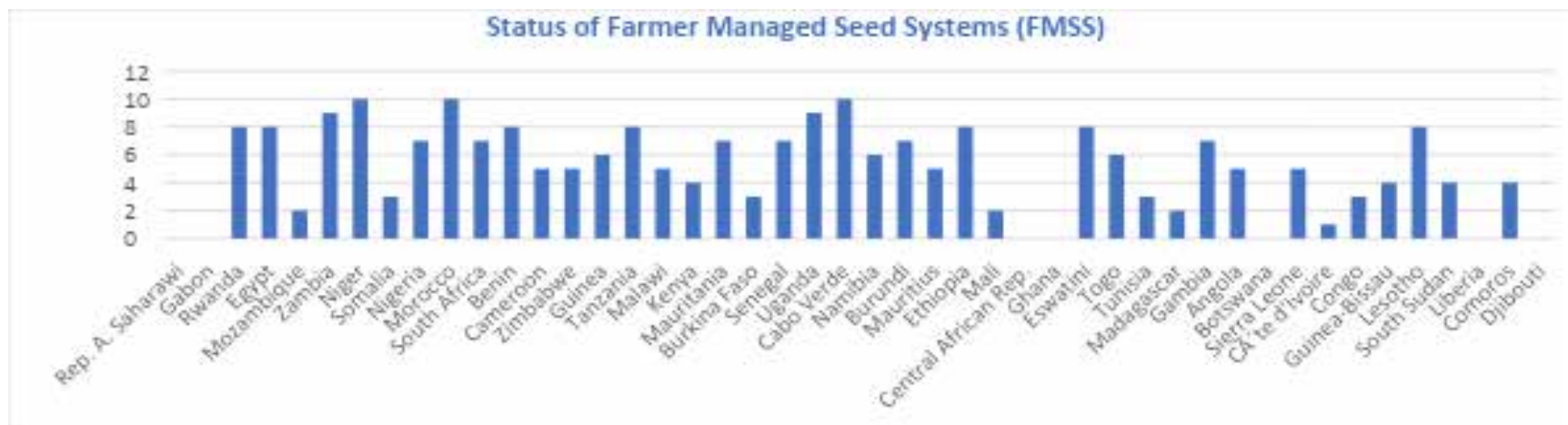
8.72. Um total de 33 países, representando 60% do total de 55, comunicaram a percentagem de terras agrícolas sob EOA/ Agroecologia. Globalmente, 17 países estão no bom caminho para atingir o objetivo de ter uma percentagem de terras agrícolas sob Gestão Sustentável da Terra e da Água (SLWM). O país com o maior número de terras sob EOA foi o Botsuana (25,6 milhões de hectares) e o mais pequeno foi a Libéria, que comunicou apenas 2 hectares. Embora isto possa ser uma questão relacionada com os dados, foram registadas grandes discrepâncias na forma como os países reportaram este indicador.

8.73. Nos actuais países do projeto EOA (sob o apoio da SDC), o Mali emergiu como o país com mais terras sob EOA, reportando 3,2 milhões de hectares, seguido pelo Benim (1,0 milhão de hectares), Etiópia (1,0 milhão de hectares), Uganda (505.000 hectares), Tanzânia (286.000 hectares), Quénia (123.000) e Nigéria (58.000 hectares). Outros países que possuíam terras consideráveis ao abrigo da EOA são Marrocos (1,0 milhão de hectares), Tunísia (325 000 hectares), Egipto (116 000 hectares) e África do Sul (97 000 hectares). Os países com terras consideravelmente mais pequenas em EOA incluem a Guiné Equatorial (510 hectares), Moçambique (1404 hectares) e Camarões (1969 hectares). A taxa de sucesso de 60% na apresentação de relatórios para este indicador é uma indicação clara de que os dados sobre a EOA estão disponíveis, e os países podem ter como objetivo a apresentação de relatórios a 100% nos ciclos subsequentes.

8.74. Estes novos desenvolvimentos são informativos do progresso no sentido da integração da EOA nos Planos Nacionais de Investimento Agrícola (PNIA) e nos Planos Regionais de Investimento Agrícola (RAIPs) até 2025, conforme estipulado no Plano Estratégico da Iniciativa EOA (2015-2025). A Iniciativa EOA já deu início ao plano de revisão do atual PE para preparar o desenvolvimento de uma estratégia para o período 2025-2035.

8.75. É de notar que o Plano Estratégico da Iniciativa EOA coincide com o debate em curso sobre o pós-Malabo e o futuro do planeamento do PIDAA RRB, que também será para um período de dez anos (2025-2035). Esta é uma oportunidade para alinhar a EOAI com os resultados pós Malabo, tal como será projetado no próximo período do PIDAA RRB.

Figura 8.5: Situação dos sistemas de sementes geridos pelos agricultores (SSGA “FMSS”)



Fonte: Análise dos dados da quarta RB

Recomendação

8.76. Há provas de que os dados EOA/AE estão disponíveis e podem ser recolhidos pelos países. Por conseguinte,

- i. Desagregar os parâmetros que diferenciam as práticas convencionais das práticas de EOA/AE para informar melhor os países sobre o desempenho dos diferentes subsectores agrícolas e para informar melhor as decisões políticas e de investimento. e. g. Parâmetro de acesso aos serviços de aconselhamento, investimentos na agricultura, etc.
- ii. Reforçar a recolha de dados nacionais e a elaboração de relatórios sobre os indicadores da EOA: Sensibilização e formação dos países em matéria de práticas e tecnologias de apoio à agricultura sustentável, recolha de dados para parâmetros desagregados.
- iii. O quadro da ZCLCA deve colaborar estreitamente com a EOAI e a Organização Africana de Normalização (ARSO) para desenvolver certificação, normas, tarifas e protocolos comerciais gerais que ofereçam oportunidades aos agricultores biológicos e tornem os produtos biológicos mais atractivos e competitivos.

- iv. Desenvolver e normalizar protocolos de medição de nutrientes em fertilizantes orgânicos e emendas de solo para documentar a qualidade e quantidade de fertilizantes orgânicos.
- v. O quadro recentemente desenvolvido pela UA para harmonizar os sistemas de sementes em África deve ser adaptado juntamente com o roteiro FMSS desenvolvido pela EOAI e aprovado pela ACEPP em Kampala em maio de 2022.

Conclusão

- 8.77. As regiões onde a Iniciativa EOA tem projectos activos (África Oriental e Ocidental) obtiveram melhores resultados nos indicadores da EOA do que as regiões que não se concentraram na Iniciativa EOA. Uma abordagem mais continental da iniciativa EOA é mais desejável para promover o equilíbrio regional e facilitar a recolha de dados representativos das 5 regiões de África. O aumento do apoio governamental à EOA irá provavelmente melhorar muitas das barreiras institucionais que limitam os processos de formulação de políticas da EOA.
- 8.78. Na verdade, um sector bem organizado e altamente motivado, com objectivos comuns e uma análise comum da situação atual, dos obstáculos e das oportunidades, e estratégias de formulação de políticas com uma divisão clara de papéis e funções, seria uma força positiva forte a todos os níveis de formulação de políticas. A inclusão e o envolvimento das partes interessadas são extremamente cruciais para a relevância das decisões nas iniciativas de formulação de políticas, coordenação e planeamento da EOA.
- 8.79. A Iniciativa EOA da UA apela aos parceiros de desenvolvimento para que se juntem à sua coligação de doadores que estão atualmente a apoiar as intervenções da EOA/AE em matéria de investigação e conhecimento aplicado, gestão do conhecimento, desenvolvimento dos mercados e das cadeias de valor, juventude e mulheres, advocacia e política, desenvolvimento institucional e de capacidades em toda a África.

Apresentado por: Secretariado da Iniciativa EOA - Biovision Africa Trust (BvAT)

Autores (Dr. David Amudavi, Alex Mutungi e Venancia Wambua)

8F. Implementação do Quadro para a Mecanização Agrícola Sustentável em África (I-QMASA)" (Decisão EX.CL/1041(XXXII), 2015

1. Antecedentes

- 8.80. A mecanização agrícola sustentável é importante para África para melhorar a produtividade agrícola, a transformação agrícola e reduzir as perdas pós-colheita. No entanto, a utilização da mecanização agrícola sustentável no continente africano em geral, e em África a Sul do Saara, em particular, está a um nível baixo em comparação com outros continentes. Estima-se que cerca de 65% da força agrícola ainda é fornecida pelos músculos humanos e o restante pelos animais de tração (25%) e pela potência do motor, que contribui apenas com cerca de 10%. A tendência atual mostra que os jovens estão a migrar das zonas rurais para as zonas urbanas em busca de oportunidades mais verdes, deixando assim os idosos, sobretudo mulheres e crianças, a cuidar das explorações agrícolas. É por estas razões que uma das resoluções do Compromisso número 3 da Declaração de Malabo de 2014 identifica a mecanização agrícola como um fator-chave para atingir o objetivo de duplicar os níveis de produtividade agrícola até 2025. Especificamente, a resolução apela à criação e ao reforço de políticas, instituições e sistemas de apoio adequados para facilitar "a mecanização e o fornecimento de energia adequados, fiáveis e acessíveis". Assim, a mecanização agrícola sustentável em África é vista como um pilar indispensável para atingir o compromisso de Acabar com a Fome até 2025, como consta na Declaração de Malabo, e até 2030, como consta no Objetivo 2 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.
- 8.81. Em apoio a esta aspiração, a anterior Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, lançou uma campanha para "confinar a enxada manual ao museu" na 25ª Sessão Ordinária da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em junho de 2015, na África do Sul, e entregou simbolicamente um motocultivador a cada Chefe de Estado e de Governo africano, para assinalar a expectativa de uma rápida mecanização agrícola em África. A DARBE tem continuado a manter o ímpeto na implementação desta iniciativa.

2. Metas e objectivos

- 8.82. Embora não existam metas específicas sobre a mecanização agrícola na Declaração de Malabo, o objetivo é contribuir para a duplicação dos níveis de produtividade agrícola até 2025, acelerar o crescimento económico e acabar com a fome até 2025.

3. Realizações/progressos na promoção da mecanização agrícola

- 8.83. Na sequência do lançamento do Quadro sobre Mecanização Agrícola Sustentável (QMASA) desenvolvido conjuntamente pela CUA e pela FAO durante a reunião do Comité de Agricultura da FAO (COAG) em outubro de 2018, a FAO, a CUA, os Estados-Membros da UA e a

Rede Africana de Lavoura de Conservação (RALC) esforçaram-se por operacionalizar o Quadro através da implementação de várias actividades. Isto incluiu:

- (i) Oito Estados membros da UA (Benim, Chade, Gana, Libéria, Mali, Serra Leoa, Togo e Zâmbia) foram apoiados pela FAO para formular ou rever estratégias nacionais de mecanização agrícola sustentável com base no QMASA . Além disso, três países, nomeadamente a Etiópia, o Quênia e o Uganda, reviram as suas estratégias nacionais de mecanização agrícola utilizando outros recursos. A FAO também está atualmente a apoiar a Tanzânia na revisão da estratégia nacional de mecanização e o Togo na formulação de uma nova estratégia.
- (ii) Foi desenvolvida e lançada uma plataforma em linha "Plataforma AfricaMechanize" (www.africamechanize.org) para se tornar a plataforma central para intercâmbios em todos os aspectos do desenvolvimento e promoção da mecanização agrícola sustentável em África. A plataforma é hospedada pela Rede Africana de Lavoura de Conservação (ACT) e tem 4 componentes principais que são (a) Centro de Conhecimento (b) Capacitação, Parcerias e Trabalho em Rede (c) Revista e Jornal, e (d) Assistência Técnica;
- (iii) Sensibilização para o QMASA , reforço do trabalho em rede e das ligações através de 10 webinars, realizados em inglês e francês ao longo de dois anos, envolvendo 60 oradores, mais de 1.600 participantes de 75 países, sendo a maioria (45) Estados-Membros da União Africana. Os materiais dos seminários Web foram amplamente distribuídos através da Plataforma de Gestão de Conhecimentos e Redes AfricaMechanize;
- (iv) O Terceiro Congresso Africano sobre Agricultura de Conservação (3ACCA) (<https://africacacongress.org/>), realizado em Rabat, Marrocos, de 5 a 8 de junho de 2023, reforçou a posição de África sobre Agricultura de Conservação (CA) e Mecanização Agrícola Sustentável (SAM). Organizado conjuntamente pela Rede ACT, o Reino de Marrocos, a Comissão da União Africana, a Agência de Desenvolvimento da União Africana (NPDA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Instituto Nacional de Investigação Agronómica de Marrocos (INRA) e o Centro Internacional de Investigação Agrícola nas Zonas Secas (ICARDA), em colaboração com vários parceiros, sob o tema "Construir um Futuro Resiliente em África através da Agricultura de Conservação com Mecanização Sustentável", contou com a participação de 557 pessoas (155 mulheres) de 63 países (32 de África). A Declaração de Rabat apelou à União Africana para que operacionalizasse o QMASA de modo a aumentar o apoio dos parceiros e das organizações doadoras e a acelerar a sua adoção pelos Estados africanos. Os principais resultados estão resumidos na Declaração 3ACCA de 13 pontos. As resoluções da Declaração visam acções específicas a serem empreendidas pela CUA, pelos Estados Membros, pela Sociedade Civil e pela Investigação e Academia para promover a mecanização agrícola sustentável em África;
- (v) O Gabinete Sub-regional da FAO para a África Austral está a preparar um programa emblemático de Mecanização Agrícola Sustentável para uma Agricultura Inteligente face ao Clima (SAM4CSA), que inclui roteiros nacionais para apoiar a operacionalização do QMASA. Esta iniciativa abrange 15 países membros da SADC. A atenção inicial centra-se em dois elementos abrangentes do QMASA : o Elemento 9 (Necessidade de uma visão a longo prazo: questões de política e estratégia) e o Elemento 10 (Criação de instituições sustentáveis para a cooperação regional).

(vi) A FAO encomendou um estudo, que foi implementado pela Rede ACT, intitulado "Desenvolvimento de Orientações para o Investimento (D4I) na Mecanização Agrícola Sustentável em África em 2021/22". Este estudo implicou a realização de uma análise das condições sociais, económicas, institucionais e ambientais interligadas para identificar os pontos de entrada necessários para alavancar os investimentos em SAM ao longo de toda a cadeia de valor agroalimentar, em conformidade com o QMASA da CUA-FAO e os Planos Nacionais de Investimento Agrícola (PNIA). O estudo foi realizado em países africanos seleccionados (Benim, Camarões, Etiópia, Gana, Quénia, Tanzânia, Nigéria e Zâmbia), e identificou seis áreas prioritárias de investimento: (i) Reforço da mecanização e desenvolvimento de cadeias de valor agrícolas; (ii) Reforço da mecanização da agricultura inteligente em termos climáticos; (iii) Reforço da capacidade de mecanização agrícola; (iv) Melhoria da gestão do conhecimento sobre mecanização agrícola; (v) Melhoria da medição do desempenho da mecanização agrícola; e (vi) Estabelecimento de um ambiente propício à mecanização e financiamento inovador. O estudo recomendou que as instituições e organizações técnicas e financeiras internacionais têm um papel a desempenhar no sentido de trazerem os seus conhecimentos e apoio financeiro para os problemas e desafios do estabelecimento da SAM nos países africanos. Algumas das instituições e organizações relevantes incluem a FAO, a ONUDI, a Associação Europeia de Maquinaria Agrícola (AEMA), instituições financeiras internacionais (por exemplo, o BAD, o FIDA e o Banco Mundial), parceiros de desenvolvimento e bancos multilaterais de desenvolvimento;

(vii) Em 31 de março de 2022, Directores e Chefes de Serviços de Mecanização e Engenharia Agrícola (DAMES) de vários países africanos e outras partes interessadas importantes reuniram-se virtualmente para atualizar o estabelecimento de estruturas operacionais para a implementação do F-SAMA a nível sub-regional e regional. O webinar, organizado conjuntamente pela FAO, a CUA e a Rede ACT, atraiu 68 participantes convidados, incluindo DAMES de 30 países e representantes de quatro Comunidades Económicas Regionais (RECS) (https://www.fao.org/F-SAMA_structures_development).

8.84. A reunião deliberou o seguinte:

- Apelou a acções rápidas no sentido da colaboração entre as DAMES para resolver os muitos desafios que têm causado a estagnação e o declínio contínuos da mecanização agrícola em África.
- A necessidade urgente de estabelecer uma rede formal para que as DAMES realizem a visão de longo prazo para a mecanização em África com base nos dez elementos da QMASA.
- As DAMES devem trabalhar formalmente em conjunto na operacionalização do QMASA para acelerar o acesso e a utilização da mecanização agrícola em África.

8.85. Através de um comité diretor interino de representantes (do Senegal, Camarões, Congo, Madagáscar, Tanzânia, Serra Leoa e Zâmbia), as DAMES estão a desenvolver (a) Estruturas para a Rede Regional de DAMES, (b) Um Quadro de Ação para a Rede de DAMES, e (c) Notas Conceptuais do programa QMASA .

4. Dados/informações em falta e recomendações sobre a forma de colmatar as lacunas

- 8.86. Um grande desafio é a falta de dados actualizados dos Estados-Membros sobre o que está a ser implementado para a operacionalização do QMASA e a situação da mecanização agrícola a nível nacional. Foram tomadas medidas para envolver os Directores de Mecanização Agrícola na plataforma Africa Mechanize, mas é preciso fazer mais;
- 8.87. O processo das RB não acompanha atualmente os progressos da mecanização agrícola a nível nacional. Devem ser desenvolvidos indicadores específicos sobre a mecanização agrícola e incluídos no relatório da RB para acompanhar o progresso da declaração;
- 8.88. Embora os Estados Membros estejam a desenvolver estratégias nacionais de mecanização agrícola, são necessários recursos para implementar essas estratégias. Os Estados Membros, os parceiros de desenvolvimento e o sector privado devem aumentar os investimentos para a implementação dessas estratégias.
- 8.89. A mecanização sustentável deve ser considerada de importância primordial no quadro pós-Malabo que está a ser desenvolvido.

5. Conclusões

- 8.90. Garantir que a mecanização agrícola sustentável seja integrada nas políticas e estratégias de desenvolvimento agrícola dos Estados Membros da UA, com as modalidades de implementação que a acompanham, é crucial nos esforços para acabar com a fome em África até 2025 e mais além. Os investimentos na mecanização agrícola ao longo da cadeia de valor alimentar são urgentemente necessários para permitir que os intervenientes aumentem a sua produtividade e a prosperidade das comunidades, renovando simultaneamente a atratividade do sector agrícola para a juventude rural com a introdução de novos empregos e tecnologias. Para o efeito, serão necessários esforços significativos de reforço das capacidades, especialmente no que respeita ao reforço do papel de coordenação das DAMES nos países. Chegou o momento de todos os intervenientes desenvolverem um novo paradigma para a mecanização em África com base na QMASA.

8G. Segundo Relatório de Progresso do Sector Pecuário sobre a Decisão EX.CL/Dec.792(XXIV) relativa à Formulação da Estratégia de Desenvolvimento Pecuário para África no Relatório da Nona Conferência dos Ministros Responsáveis pelos Recursos Animais Doc. EX.CL/807(XXIV), 2015

- 8.91. Este é o segundo relatório do Relatório de Revisão Bienal sobre os progressos realizados na implementação do EX.CL/Dec.792 (XXIV), que mandatou a Comissão da União Africana para formular uma Estratégia de Desenvolvimento da Pecuária. Desenvolvida em 2015, através de um processo continental altamente consultivo, liderado pelo Gabinete Inter-Africano de Recursos Animais (AU-IBAR) e financiado pela Fundação Bill & Melinda Gates (BMGF), a Estratégia de Desenvolvimento Pecuário para África (LiDeSA), com a duração de vinte anos (2015 - 2035), estabelece uma agenda transformadora para o sector pecuário, a fim de aproveitar o potencial subutilizado do sector pecuário.
- 8.92. Tal como outros sectores produtivos, o sector pecuário foi significativamente afetado pelos efeitos combinados das crises globais do triplo C: covid-19, as alterações climáticas (a pior seca de que há memória, que ocorreu entre 2018 e o início de 2023, com cinco épocas consecutivas de falhas nas estações de precipitação no Grande Corno de África, e casos de inundações sem precedentes em algumas regiões) e o conflito na Europa de Leste, com efeitos negativos significativos nos meios de subsistência, na disponibilidade e no custo dos alimentos de origem animal, com impacto na segurança alimentar e nutricional, no emprego, na funcionalidade da cadeia de valor, na continuidade das empresas, com o encerramento de muitas empresas pecuárias, e na erosão da contribuição do sector pecuário para as economias. A tripla crise pôs em evidência as vulnerabilidades do sector pecuário, mas também serviu para impulsionar a inovação e demonstrar o potencial que pode ser aproveitado se for feito um investimento suficiente no sector.

Progressos na realização dos principais objectivos da estratégia de desenvolvimento da pecuária em África

- 8.93. São apresentados seis indicadores, fundamentais para acompanhar os progressos da implementação da LiDeSA: quatro deles são indicadores de nível de entrada, um é um indicador de nível de realização/resultado e o último é um indicador de nível de impacto.

Indicadores de nível de entrada

Indicador 1: Investimento público no sector da pecuária

(a) Despesas com o sector pecuário em percentagem do total das despesas públicas com a agricultura

8.94. Os dados comunicados pelos Estados-Membros na quarta revisão bienal do PIDAA revelam baixos níveis de despesas no sector pecuário em relação ao objetivo LiDeSA de investir pelo menos 30% das despesas públicas agrícolas no sector pecuário. Para o período 2015-2022, o continente gastou, em média, cerca de 19,35% das despesas agrícolas no sector pecuário. As despesas aumentaram de 13,82% em 2015 para 16,15% em 2020, mas diminuíram para 12% em 2022. Esta diminuição da despesa média é preocupante para o sector da pecuária. Na quarta RB, apenas cinco (5) países atingiram o objetivo LiDeSA de 30% ou mais: Namíbia (55%), Maurícias (51%), Burkina Faso (40%), Lesoto (38%) e Malawi (36%). Embora o número de Estados-Membros que atingiram o objetivo LiDeSA tenha aumentado, é notável que nenhum deles se encontrava entre os de melhor desempenho em 2020, indicando, portanto, inconsistência nas despesas do sector pecuário.

(b) Despesas com o sector pecuário em percentagem do valor acrescentado do sector pecuário (PIB).

8.95. A intensidade das despesas no sector pecuário é medida como a proporção do valor acrescentado pecuário (PIB) que é gasto no sector. Por outras palavras, a fração da produção pecuária que é reinvestida no sector. Trata-se de uma métrica objetiva para avaliar se as despesas do sector são proporcionais à sua contribuição para o PIB. Para o relatório do PIDAA RB, o objetivo para a intensidade das despesas (despesas relativas à contribuição do sector para o PIB) é fixado em 19%, ou seja, o que foi alcançado pelos 10 países com melhor desempenho. Em média (2015-2022), em toda a África, as despesas com o gado representaram apenas 13,77% do PIB pecuário, com um crescimento notável de 4,82% em 2015 para 13,53% em 2022. Apenas cinco países registaram despesas com o gado que representaram 15% ou mais do PIB pecuário em 2022: Comores, Essuatíni, Mauritânia, Namíbia e Seicheles.

Indicador 2: Balanço Alimentar Nacional

8.96. Sessenta a setenta por cento do custo total da produção animal está relacionado com a alimentação e, noutras regiões do mundo, até 60% dos cereais produzidos destinam-se à alimentação animal. Um balanço nacional dos alimentos para animais fornece um painel de controlo que compara a situação das necessidades de alimentação do gado e os alimentos disponíveis utilizáveis. É fundamental para fornecer uma indicação da lacuna na alimentação para manter o efetivo nacional e produzir os alimentos de origem animal necessários para cumprir os objectivos nutricionais humanos. Muito poucos Estados Membros da UA têm um sector e uma indústria de rações articulados, sendo que a maioria dos produtores de gado alimenta os animais com o que está disponível e não com base nas necessidades de rações e nos objectivos de produção. Existe uma falta de capacidade institucional e de mecanismos de investimento contratual para fornecer os alimentos de que o

gado necessita e uma fraca ligação entre a produção animal e as necessidades nutricionais humanas que podem ser satisfeitas através de alimentos de origem animal.

- 8.97. Um Inquérito sobre Alimentação e Forragem da UA-IBAR 2023, realizado pelo Projeto de Sistemas de Alimentação e Forragem Resilientes, financiado conjuntamente pelo BMGF e pela CUA, indicou que, dos 55 Estados-Membros aos quais o Inquérito foi administrado, apenas 17 responderam à questão de terem realizado recentemente um inventário de alimentação: Burundi, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Etiópia, Eswatini, Gabão, Quênia, Lesoto, Libéria, Níger, Nigéria, Somália, Sudão do Sul, Togo, Uganda e Zimbabué. Dos doze países, apenas cinco responderam afirmativamente: Etiópia, Quênia, Níger, Uganda e Zimbabué, com os cinco países a comunicarem balanços alimentares negativos, o que indica dificuldades em satisfazer as necessidades do gado.
- 8.98. As enormes perdas recentes de cerca de 9,5 milhões de animais na recente seca no Grande Corno de África, no valor de mais de dois mil milhões de dólares americanos em termos de activos pecuários, produção, meios de subsistência e emprego, serviços ecossistémicos, entre outros valores, sublinham a importância de acompanhar os balanços alimentares nacionais. Atualmente, as determinações de catástrofes são desencadeadas por alertas climáticos e outros indicadores de nível de produção/resultado baseados na matéria seca em pé, no estado corporal do gado e em alertas humanitários, altura em que existe um recurso limitado para resolver os problemas de alimentação. De um modo geral, as informações a nível dos factores de produção fornecidas pelos balanços nacionais dos alimentos para animais não foram aproveitadas para desencadear as acções necessárias, incluindo alertas de emergência para um maior investimento em recursos alimentares.

Indicador 3: Sementes animais

- 8.99. Foi recentemente introduzido na revisão bienal um indicador relativo às sementes animais, considerado importante para acompanhar o crescimento da indústria pecuária. A LiDeSA recomenda aos Estados Membros que desenvolvam e adaptem localmente as sementes animais para um crescimento vibrante e resiliente do sector. Trinta e nove (39) Estados-Membros comunicaram dados sobre o novo indicador de sementes de gado para bovinos, caprinos, suínos, ovinos e camelos. O desempenho mostra que os Estados-Membros ainda dependem de sementes animais exóticas importadas. Estas sementes importadas são utilizadas apenas no sector comercial da pecuária, enquanto a maioria dos produtores são comunidades de pequenos agricultores. Os Estados Membros são encorajados a envidar esforços deliberados na criação de estratégias e estruturas que dêem início ao desenvolvimento local e à certificação de raças de gado locais que sejam acessíveis e utilizáveis pela maioria dos criadores de gado

Indicador 4: Saúde e bem-estar dos animais

- 8.100. Os sistemas e serviços de saúde animal na maioria dos países africanos continuam fracos, conforme demonstrado pelas conclusões dos estudos de análise do desempenho dos serviços veterinários (PVS) da Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH) realizados nos últimos anos e apresentados no RRB 2021. Para melhorar o desempenho, a AU-IBAR, em parceria com as Comunidades Económicas

Regionais, os Estados-Membros, o sector privado e os parceiros estratégicos, e no âmbito do LiDeSA, empreendeu actividades para melhorar a prestação de serviços de saúde animal através de reformas institucionais que incluíram o desenvolvimento/aperfeiçoamento de políticas, estratégias e legislações veterinárias. Com base na Estratégia de Saúde Animal para África (AHSA), que expõe os aspectos de saúde animal da LiDeSA, trinta e sete (37) Estados Membros actualizaram várias legislações veterinárias e criaram capacidades para o seu cumprimento.

- 8.101. Durante as celebrações do 70.º aniversário da UA-IBAR, foi lançado o Programa Pan-Africano de Erradicação da PPR (2023 - 2027). Vinte e oito (28) Estados-Membros desenvolveram estratégias nacionais de controlo e erradicação da PPR e planos de ação quinquenais em conformidade com a iniciativa global de erradicação da PPR até 2030 e a estratégia continental sobre a PPR. A UE prometeu 500.000 euros para as actividades preparatórias e 8.000.000 euros para o programa de erradicação da PPR. O Lesoto foi oficialmente reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH) como um país historicamente livre de PPR; o Burundi e a Serra Leoa foram apoiados para responder a surtos de PPR, enquanto Cabo Verde e o Quênia receberam formação em bio-vigilância animal. A Associação Africana de Estabelecimentos de Ensino Veterinário (2A2E-V) apoiou a adaptação e contextualização das recomendações do primeiro dia da WOAH sobre as competências dos veterinários diplomados no contexto africano.
- 8.102. A harmonização regional, a coordenação, a partilha de informações e a prevenção e controlo transfronteiriços das doenças animais transfronteiriças (TAD) foram reforçadas através da convocação de onze mecanismos de coordenação continentais e regionais: Reuniões do Comité Diretor Regional (RSC) do Quadro Mundial para as Doenças Animais Transfronteiriças (GF-TAD) em África; o Grupo Orientador da Plataforma Continental de Saúde Animal em África (CAHP-África); e as reuniões da CEDEAO e das Redes Regionais de Saúde Animal (RAHN) da África Oriental, que promovem a coordenação, a harmonização e a partilha de informações para reduzir as ameaças das doenças animais transfronteiriças (TAD) à segurança alimentar, aos meios de subsistência e ao comércio. Registaram-se progressos na implementação da Estratégia Africana para o Bem-Estar Animal através da convocação do Comité de Coordenação da Plataforma Africana para o Bem-Estar Animal (PABEA) e da elaboração de um documento de sensibilização: A Compelling Case for Animal Welfare in Africa (Um caso convincente para o bem-estar dos animais em África).

Indicador de nível de realização/resultado

Indicador 5: Indicador do comércio de gado

- 8.103. Este indicador é uma medida crítica do progresso no sentido de alcançar um objetivo estratégico crítico do LiDeSA de identificar, mapear e promover cadeias de valor prioritárias para o gado que conferem vantagem comparativa a nível nacional e regional, o que contribui diretamente para a implementação do Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana. O objetivo da LiDeSA é impulsionar o comércio intra e inter-regional de gado e de produtos de base animal.

- 8.104. A África, enquanto continente, continua a ter um desempenho desastroso em termos de comércio mundial de gado e de produtos animais. Constitui apenas 5,1%, 6% e 2,9% da parte do comércio mundial das importações de produtos lácteos, animais vivos e carne e miudezas comestíveis, respetivamente. A parte de África no comércio mundial das exportações de produtos lácteos, animais vivos e carne e miudezas comestíveis continua a ser escassa, com 0,7%, 3,1% e 0,5%, respetivamente, em 2022 (Estatísticas do Comércio Internacional 2023.<https://www.intracen.org/itc/market-info-tools/trade-statistics>).
- 8.105. Uma visão do desempenho do comércio de gado pode ser obtida a partir da taxa de crescimento do valor do comércio de produtos e serviços agrícolas em África e do índice de diversificação do comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas, que são os dois indicadores-chave. No quarto RRB, apenas 11 Estados-Membros indicaram pelo menos um produto de base animal entre os seus cinco produtos de base prioritários. Trata-se de uma diminuição em relação aos 13 que declararam pelo menos um produto de base pecuário entre os seus produtos de base comercializados prioritários no terceiro BRR. Embora o número de Estados-Membros que comunicaram dados sobre o comércio de animais (importações e exportações) no quarto BRR seja relativamente significativo, 21, tanto para as importações como para as exportações, a qualidade dos dados diminuiu, tornando difícil estabelecer ou extrair tendências.

Indicador de nível de impacto

Indicador 6: Indicador de nutrição: Taxa de crescimento do consumo per capita de proteínas de origem animal

- 8.106. Um número crescente de estudos mostra que o aumento do consumo de alimentos de origem animal (PSA), leite, carne e ovos está associado a uma redução significativa dos riscos de atraso de crescimento e de deficiência de micronutrientes. Os PSA são densos em energia e boas fontes de proteínas e de muitos micronutrientes essenciais. As PSA fornecem proteínas facilmente absorvidas e utilizadas e são especialmente importantes para grupos vulneráveis como as crianças e as pessoas doentes. Dado o baixo consumo de alimentos de origem animal em África, mesmo pequenas quantidades proporcionam grandes benefícios. Por conseguinte, o acesso a alimentos de origem animal (ASFs) é uma forma poderosa de garantir que os mais pobres de África possam melhorar a sua dieta. A este respeito, a África deve utilizar os seus ricos recursos pecuários para cumprir a Declaração de Malabo de acabar com a fome e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS2) e o Objetivo Número 3 da Agenda 2063, tal como defendido na Estratégia de Desenvolvimento Pecuário para África (LiDeSA).
- 8.107. Um indicador para acompanhar o consumo de produtos animais em África é a taxa de crescimento do consumo per capita de proteínas de origem animal, que é fácil de calcular utilizando dados do Novo Balanço Alimentar da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Estão disponíveis dados para 45 países africanos entre 175 países do mundo para o período 2014-2020 (<http://www.fao.org/faostat/en/#data/FBS>).
- 8.108. A análise destes dados mostra que o consumo africano de proteínas de origem animal é muito baixo, com uma média de 12,5 gramas por dia per capita (g/dia/capita) entre 2014 e 2020. Isto é menos de metade da média global de 26,8 (g/dia/capita). É preocupante o facto de o

nível de consumo ter vindo a diminuir durante este período, caindo 8,4% para 11,9 (g/dia/capita). Durante o mesmo período, o consumo mundial registou um aumento de 5,5%. Vinte e um países africanos estão a consumir mais do que a média continental, enquanto apenas cinco (Botswana, Gabão, Mauritânia, Maurícias e África do Sul) têm um nível de consumo acima da média global. Vinte e seis países (doze dos quais consomem menos do que a média continental) registaram um crescimento negativo do consumo de proteínas de origem animal e são responsáveis pelo declínio da média continental.

8.109. Os países com elevadas taxas de atraso de crescimento devem implementar estratégias sensíveis à nutrição para aumentar o consumo de laticínios, ovos e/ou carne entre as crianças pequenas e as mulheres em idade reprodutiva, através de intervenções tanto do lado da oferta como da procura.

8H. Progressos na implementação da Decisão da União Africana sobre o Quadro de Práticas de Desenvolvimento da Irrigação e Gestão das Águas Agrícolas (QPDIGAA) em África ({EX.CL/1187(XXXVI)} 6-7 de fevereiro de 2020, Adis Abeba, Etiópia)

Introdução

8.110. A Decisão da União Africana sobre o Desenvolvimento da Irrigação e a Gestão das Águas Agrícolas visa promover o acesso à utilização da irrigação e de outras soluções de gestão das águas agrícolas para o aumento sustentável da produtividade e intensificação agrícolas. O objetivo global é aumentar a produtividade da terra, suavizar o rendimento e o consumo e promover meios de subsistência resistentes num contexto de choques relacionados com o clima, devido à elevada dependência da agricultura de sequeiro.

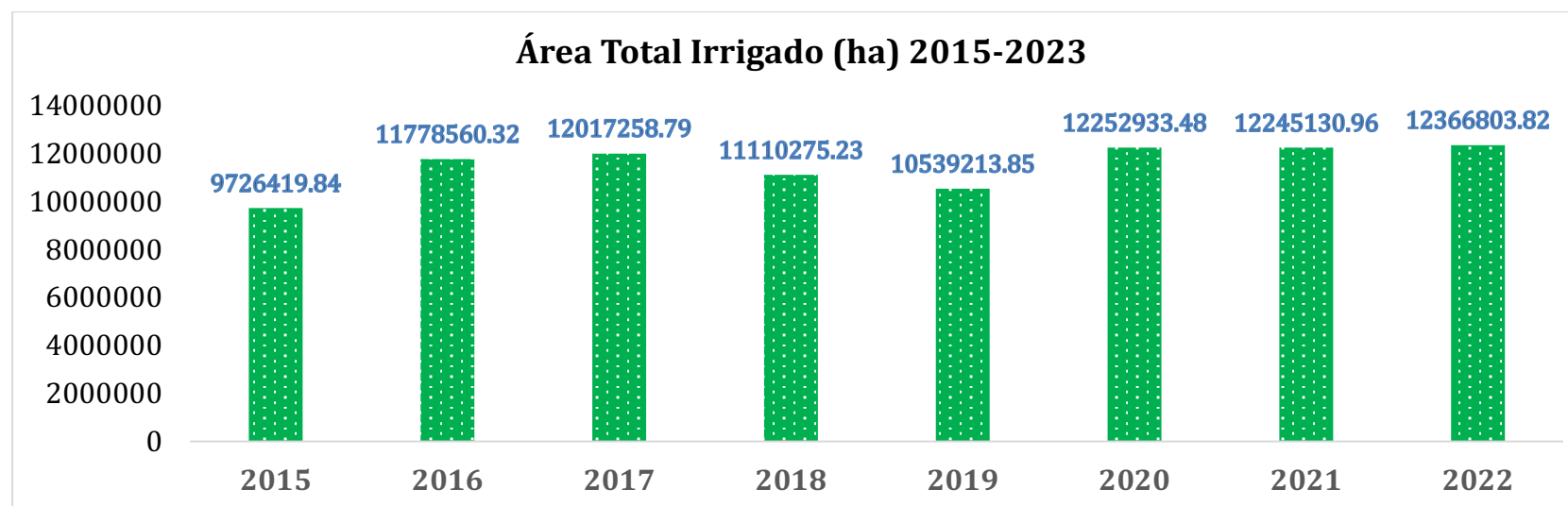
8.111. A baixa produtividade da agricultura africana tem sido associada à pouca ou nenhuma utilização de factores de produção que aumentam a produtividade, como a tecnologia de irrigação. Para atingir o objetivo de erradicar a fome, a meta de Malabo de 2014 consiste em aumentar em 100 % a superfície das culturas arvenses irrigadas até 2025. No Relatório de Revisão Bienal (BRR), o acesso à tecnologia de irrigação é um dos indicadores da categoria de acesso a factores de produção e tecnologias agrícolas no âmbito do compromisso de erradicar a fome. A duplicação da produtividade e a criação de um sistema alimentar resiliente no continente dependem intrinsecamente de uma maior utilização da irrigação e de outras soluções de gestão dos recursos hídricos agrícolas, tendo em conta a imprevisibilidade da precipitação, em termos de duração e intensidade. O RRB acompanha o desempenho dos Estados-Membros (EM) no acesso à tecnologia de irrigação como a taxa de crescimento da dimensão da área irrigada a partir do valor de referência do ano de 2015. A área irrigada é definida como todas as áreas que são funcionalmente irrigadas e/ou equipadas para irrigação. A advertência é que, devido aos desafios técnicos e metodológicos associados à medição e estimativa da área total irrigada, a maior parte do que é relatado pelos EM são subestimações grosseiras. A tónica é colocada sobretudo nos sistemas de irrigação pública de grande escala, negligenciando a irrigação (de pequena escala) conduzida pelos agricultores, em rápido crescimento. Além disso, as dimensões fragmentadas, a sazonalidade na utilização (invisibilidade sazonal) e a natureza dispersa

da área irrigada colocam desafios de medição. O acesso à tecnologia de irrigação é monitorizado e comunicado nos BRRs como a variação percentual na área total irrigada a partir do valor de referência de 2015.

Análise e conclusões

- 8.112. No quarto RRB sobre o desempenho dos EM na implementação do IDAWM, há provas de que a maioria dos EM está a aumentar de forma sustentável a sua área total de culturas irrigadas. O objetivo de Malabo consiste em aumentar a dimensão das áreas irrigadas em 100 % em 2025, a partir da linha de base de 2015. Os dados continentais agrupados mostram que, ao longo do período de 8 anos (2015-2023), a área irrigada aumentou de 9,7mha para 12,4mha, com uma média anual de 3,9%. Considerando o desempenho específico dos Estados-Membros, 15 Estados-Membros não comunicaram dados sobre este indicador. Relativamente aos países que apresentaram relatórios, há algumas tendências encorajadoras, uma vez que nove (9) deles estão no bom caminho; atingiram a pontuação esperada de 9,5 para o quarto indicador de referência do FE. Trata-se do Benim, dos Camarões, do Congo, da Guiné Equatorial, da Etiópia, da Gâmbia, de Moçambique, do Níger e da Serra Leoa. Além disso, onze (11) outros países, embora não estejam no bom caminho, estão a progredir bem, uma vez que o total das suas terras cultivadas irrigadas tem aumentado de forma consistente ao longo do tempo. Obtiveram uma pontuação superior a 50% do valor de referência esperado para o quarto BR, necessário para atingir o objetivo de Malabo de um aumento de 100% até 2025. Estes países são o Ruanda, o Togo, o Egipto, o Botswana, a Libéria, a Tanzânia, o Malawi, Angola, a Mauritânia, a Namíbia e o Burundi.) A implicação deste facto é que, com a utilização sustentada da irrigação e de outras soluções de gestão dos recursos hídricos agrícolas, existem grandes possibilidades de aumento da produtividade e de intensificação da produção no continente.
- 8.113. A análise das tendências mostra que, de um modo geral, entre 2015 e 2022, se registou um aumento das terras cultivadas irrigadas. Embora a taxa de crescimento anual durante o período tenha sido, de certa forma, baixa. Considerando o objetivo de Malabo de 2014 de aumentar em 100% a área irrigada em 2015 até 2025, é evidente que, com uma taxa de crescimento anual de 3,9%, será impossível atingir o objetivo nos dois anos restantes. No entanto, nem tudo tem sido sombrio, uma vez que se registaram algumas melhorias em todo o continente. O Norte de África continua a ter a maior área de cultivo irrigado (4,8mHa), enquanto a região da África Central tem cerca de 71.464ha de área de cultivo irrigado. No período em análise (2015-2022), foi apenas na região da África Ocidental que se registou uma redução da área cultivada irrigada. Este facto pode não ser alheio às falhas e à subutilização de muitos dos grandes sistemas de irrigação.

Figura 8.6: Desempenho continental em termos de área total de culturas irrigadas entre 2015 e 2023.



Fonte: Quarto análises de dados de RB

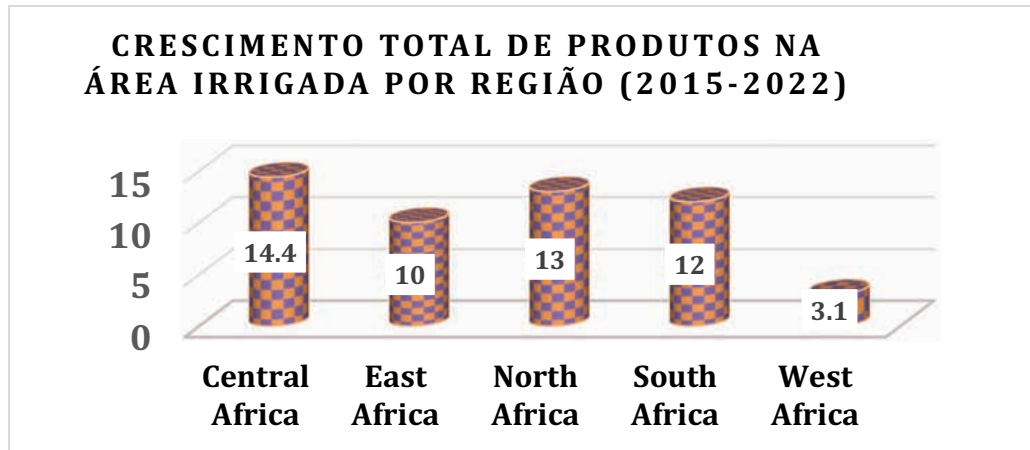
8.114. A Figura 8.7 mostra o aumento do total de terras cultivadas irrigadas no período de 8 anos (2015-2022), desagregado por região. O aumento foi mais elevado (14,4%) na região da África Central e mais baixo (3,1%) na região da África Ocidental. O total de áreas irrigadas até 2022 para as regiões do norte, sul, centro, leste e oeste de África é de 4,8mHa, 2,2mHa, 71.464ha, 3,4mHa e 1,6mHa, respetivamente.

Conclusão e Recomendação

8.115. Existem enormes oportunidades para utilizar os vastos recursos hídricos no continente para aumentar a produtividade agrícola e a intensificação e para construir um sistema alimentar resistente ao clima. As evidências do último terceiro BRR sugerem que as soluções de gestão da água agrícola geridas pelos agricultores e orientadas para o mercado são as mais sustentáveis. No entanto, estes desenvolvimentos de irrigação liderados por pequenos agricultores são subestimados, uma vez que são pequenos (por unidade de área) e frequentemente dispersos. É necessário que o governo e os parceiros a todos os níveis elaborem uma metodologia para medir e comunicar este facto. Além

disso, o governo precisa de promover e incentivar a irrigação dos pequenos agricultores através de políticas específicas, bem como de reformas institucionais e do mercado.

Figura 8.7: Aumento da área total de culturas irrigadas por região



Fonte: Quarto análises de dados de RB

8I. Progressos na Implementação da Decisão da UA EX.CL/DEC. 1074 (XXXVI) sobre o Quadro de Políticas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), 2020

Introdução

8.116. Em 2020, a União Africana deu um passo significativo no sentido de salvaguardar a saúde dos consumidores e facilitar o comércio seguro, aprovando o Quadro de Políticas Sanitárias e Fitossanitárias (SF) da UA através da Decisão EX.CL/Dec. 1074(XXXVI). Este quadro centra-se na implementação de medidas SF, que são regulamentos de base científica para proteger a vida ou a saúde humana, animal ou vegetal. Três indicadores SF foram introduzidos neste quarto relatório de revisão bienal do PIDAA, para monitorizar os progressos na implementação do quadro político SF. Estes indicadores incluem:

- O Indicador de Sistemas SF (SSI), que tem como objetivo a existência de sistemas SPS 100% funcionais, em conformidade com as normas internacionais, até 2025. Este indicador mede o estado das estruturas de governação, a capacidade de gerir os riscos SPS e a implementação e participação em quadros internacionais destinados a facilitar o comércio.
 - O Indicador de Saúde SF (SHI), que visa uma redução de 50% das doenças de origem alimentar e das mortes associadas até 2025.
 - O Indicador de Comércio SPS (STI), cujo objetivo é reduzir a taxa de rejeição unitária de produtos agrícolas devido à não conformidade SF em 50 por cento até 2025.
- 8.117. Além disso, a UA aprovou a Estratégia de Saúde Animal para África em 2020 (EX.CL/Dec. 1074(XXXVI)) e a Estratégia de Segurança Alimentar para África (FSSA) e a Estratégia Fitossanitária para África (EFA) em 2022 (EX.CL/Dec.1144(XL)). Estas decisões estratégicas complementam o quadro político SPS, salientando a abordagem holística adoptada para melhorar a saúde dos consumidores e reforçar o comércio intra-africano.
- 8.118. A decisão relativa ao quadro político SPS e as três estratégias estão alinhadas com os objectivos da Declaração de Malabo de acabar com a fome em África até 2025, reduzir a pobreza e triplicar o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas. A implementação bem sucedida de um sistema SPS que funcione corretamente é essencial para reduzir as rejeições comerciais e as doenças de origem alimentar, promovendo assim práticas de produção e de comércio mais seguras. Isto, por sua vez, contribui para melhorar a segurança alimentar e o comércio intra-africano, o que é coerente com a visão de África de um continente mais saudável e mais próspero, com um comércio intra-africano próspero. Este relatório examina a implementação de medidas SPS pelos Estados membros da União Africana.

Análise

- 8.119. Os Estados-Membros comprometeram-se a acompanhar os indicadores de segurança alimentar desde o ciclo de RB de 2019. Neste ciclo de Revisão Bienal, o índice de segurança alimentar foi alargado para abranger as medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), que incluem a saúde vegetal, a saúde animal e a segurança alimentar. Estes indicadores SPS recentemente introduzidos incluem o Indicador de Sistemas SPS, o Indicador de Saúde SPS e o Indicador de Comércio SPS. Este relatório examina a implementação das medidas SPS nos estados membros da União Africana (UA), utilizando estes indicadores para medir o progresso. Devido à falta de informação sobre o Indicador Comercial SPS neste quarto ciclo do BR, a nossa análise centrou-se nos dados dos indicadores dos Sistemas SPS e da Saúde. As nossas conclusões indicam que nenhum dos 49 Estados-Membros que apresentaram relatórios sobre os seus sistemas SPS alcançou o valor de referência de "9" para o ano de 2022. No que diz respeito ao indicador de saúde, os Estados-Membros estabeleceram um objetivo para os países atingirem uma redução de 50 por cento nas doenças diarreicas de origem alimentar e mortalidade associada até 2025. É encorajador constatar que vários Estados-Membros estão a progredir em direção a este objetivo, o que sublinha o impacto positivo das melhorias em curso nos sistemas SPS sobre os resultados da saúde pública.

Conclusões

8.120. Neste quarto ciclo de Relatórios Bienais do PIDAA, a obtenção de um valor de referência de 9 em 10 foi considerada no bom caminho, tanto para o Indicador de Sistemas SF como para o Indicador de Saúde SF. Os sistemas SF funcionais são caracterizados por:

- estruturas de governação robustas, incluindo políticas de qualidade, autoridades competentes funcionais com uma coordenação inter-agências eficaz para a aplicação e cumprimento,
 - capacidades humanas e institucionais para gerir eficazmente as pragas e doenças de plantas e animais, e os riscos de segurança alimentar;
- e

Participação efectiva em quadros internacionais de harmonização e facilitação do comércio.

8.121. No que diz respeito ao progresso do Indicador de Sistemas SF, nenhum dos 49 Estados Membros relatores atingiu o valor de referência de 9 em 10, indicando que nenhum está no caminho certo para atingir a meta de 100% de sistemas SPS funcionais. No entanto, é de salientar que 15 dos 49 Estados-Membros, representando 31% do total, obtiveram uma pontuação louvável de sete ou mais, o que indica um progresso substancial nos seus sistemas SF. Estes Estados-Membros, juntamente com a respectiva pontuação, são os seguintes Quénia (8,8), Mali (8,1), Marrocos (8,8), Ruanda (8,3), África do Sul (8,3), Tunísia (8,7), Nigéria (7,7), Benim (7,2), Burkina Faso (7,4), Burundi (7,5), Gâmbia (7,1), Gana (7,3), Madagáscar (7,4), Tanzânia (7,1) e Zimbabué (7,4).

8.122. No que diz respeito aos progressos realizados no indicador de saúde SPS, oito Estados-Membros (16%) atingiram o valor de referência de 9. Estes Estados-Membros, que incluem o Burundi, a Gâmbia, o Quénia, Moçambique, a Nigéria, a Tanzânia, o Togo e o Zimbabué, estão no bom caminho para reduzir em 50% as doenças diarreicas de origem alimentar e a mortalidade associada, o que demonstra progressos positivos na melhoria da saúde pública. Vale a pena mencionar que os Estados-Membros que estavam no bom caminho para o indicador de saúde SF também estavam a progredir bem na obtenção de sistemas SPS funcionais, demonstrando ainda mais o impacto dos sistemas SF funcionais nos resultados da saúde pública. A apresentação de dados incompletos sobre o indicador de saúde SF por alguns dos países que progrediram bem no indicador de sistemas SF pode ter explicado o seu baixo desempenho no indicador de saúde SF.

8.123. A introdução de indicadores SF é um passo significativo para medir os progressos na aplicação do quadro político SF da UA. Apesar dos progressos registados por alguns Estados-Membros, continuam a existir desafios na implementação de sistemas SF baseados na ciência. Os sistemas SF funcionais estão em conformidade com os objectivos da Declaração de Malabo e com a visão africana de um comércio seguro, de uma maior segurança alimentar e de uma África mais saudável e próspera. É necessário um maior investimento a nível nacional para reforçar as estruturas de governação SF, criar capacidades para gerir os riscos SF, melhorar a coordenação interministerial em matéria de SPS, implementar medidas de melhoria da saúde e facilitar os mecanismos de partilha de dados para atingir os objectivos de protecção da vida ou da saúde humana, animal ou vegetal e aumentar o comércio.

Recomendações

- 8.124. Os Estados Membros devem priorizar a implementação abrangente de políticas, leis e programas relacionados aos sistemas Sanitários e Fitossanitários (SF). Isso inclui investir no desenvolvimento de estruturas robustas de governação SF para garantir a proteção da saúde do consumidor e o comércio seguro de produtos agrícolas.
- 8.125. É necessário que os Estados-Membros reforcem as suas capacidades institucionais e humanas para gerir eficazmente os riscos SF. Isto implica investir em formação e recursos para melhorar a capacidade de resposta aos desafios relacionados com a segurança alimentar, a fitossanidade e a saúde animal.
- 8.126. Os Estados-Membros devem dar prioridade às medidas de melhoria da saúde, tendo em vista uma redução de 50% das doenças de origem alimentar e das mortes associadas até 2025, em conformidade com o objetivo do SHI. Isto inclui o reforço das normas de segurança alimentar, a melhoria dos sistemas de vigilância e a promoção de campanhas de sensibilização do público para reduzir a incidência de doenças de origem alimentar.
- 8.127. Para facilitar um melhor acompanhamento dos indicadores SF, os Estados-Membros devem melhorar os seus mecanismos de comunicação e as práticas de partilha de dados a nível nacional. Incentivar os mecanismos de coordenação interministerial, a transparência e a participação ativa nos relatórios permitirá avaliações mais precisas dos progressos e intervenções mais bem orientadas.

Conclusões

- 8.128. A introdução de indicadores SF marcou um passo significativo na avaliação das medidas SF, incluindo os Sistemas SF (SSI), SPS Saúde (SHI) e SF Comércio (STI). No entanto, nenhum dos Estados Membros da União Africana está no bom caminho para ter sistemas SF (SSI) 100% funcionais, o que realça a necessidade de um maior investimento na governação SPS, na capacidade de gestão de riscos e na facilitação do comércio. O progresso em direção ao objetivo de uma redução de 50% nas doenças de origem alimentar e mortes relacionadas até 2025 é um desafio, mas está em curso. Os sistemas SPS funcionais podem reduzir as rejeições comerciais e melhorar os resultados em termos de saúde, alinhando-se com os objectivos da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) e acabando com a fome. O reforço dos quadros SF, a coordenação interministerial, o reforço das capacidades e a comunicação de dados são essenciais para uma produção e um comércio mais seguros, para a segurança alimentar e para o comércio intra-africano no sector agrícola. Simultaneamente, iniciativas de saúde específicas, a colaboração e a partilha de dados contribuirão para uma África mais saudável e mais próspera, reduzindo as doenças de origem alimentar e as mortes associadas.

8J. Declaração Continental da União Africana sobre o Reforço da Fortificação e Biofortificação dos Alimentos - Decisão {Assembleia/AU/Decl. 2(XXXV)}, 2022

Introdução

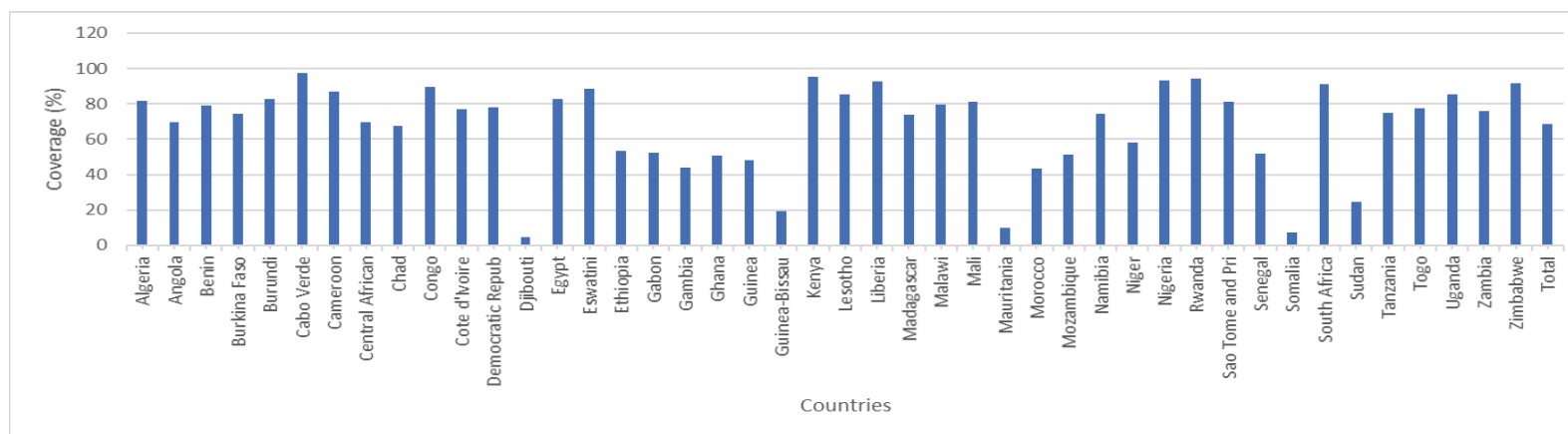
- 8.129. A deficiência de micronutrientes é um dos principais desafios de saúde em África, responsável por mais de 340 milhões de casos - o maior fardo de doenças. Como tal, a UA aprovou a declaração número {Assembly/AU/Decl. 2(XXXV)} com quatro compromissos destinados a aumentar a fortificação, biofortificação e diversificação dos alimentos. Estes compromissos eram: promoção de uma agricultura sensível à nutrição através de alimentos diversificados e sustentáveis ricos em nutrientes; desenvolvimento e implementação de abordagens baseadas no sistema alimentar a nível nacional, incluindo a fortificação e a biofortificação industrial, apoiando o aumento da fortificação e da biofortificação industrial dos alimentos e apoiando a investigação sobre alimentos biofortificados convencionalmente e alimentos fortificados industrialmente. A declaração permitiria aos Estados membros desenvolver políticas e implementar programas destinados a reduzir a deficiência de micronutrientes.
- 8.130. Para avaliar o progresso dos Estados Membros em termos da declaração, são usados vários indicadores, incluindo a diversidade alimentar infantil (DAC), o Índice de Compromisso com a Fome e a Nutrição em África (ICFNA), o custo de alimentos nutritivos, a fortificação de alimentos e o índice de biofortificação. Os dados relativos ao DAC e ao Índice de Biofortificação e ao custo dos alimentos nutritivos provêm do relatório BR. Os dados sobre o HNCI foram obtidos do sítio Web do Índice de Compromisso com a Fome e a Nutrição em África, enquanto os dados sobre o índice de fortificação foram obtidos do Índice de Fortificação de Alimentos.

Resultados

- 8.131. Os resultados do HNCI para 2019 categorizam os países com base no seu compromisso de reduzir a fome e a subnutrição. Havia 30 países com dados. A maioria (38,6%) dos países tinha um baixo compromisso com a redução da subnutrição. Estes países incluem o Uganda, o Senegal, a República Democrática do Congo, a Etiópia, a Nigéria, a Mauritânia, Moçambique, os Camarões, a Libéria, o Lesoto, o Sudão, Angola, a Guiné-Bissau e o Togo. Os restantes países são classificados como pouco empenhados (25% - Níger, Costa do Marfim, Gâmbia, Serra Leoa, Zâmbia, Burundi e Gana), empenhados moderadamente (20,5% - Mali, Ruanda, Tanzânia, Quênia, Madagáscar e Benim) e muito empenhados (15,9% - África do Sul, Burkina Faso e Malavi). O desempenho dos países com base no HNCI não depende da região ou do PIB per capita. Por exemplo, os países com rendimentos médios não são consistentes com a classificação de elevado empenhamento.

8.132. O indicador do índice de fortificação alimentar tem dados disponíveis sobre a cobertura da fortificação do sal, que é a proporção da população do país que consome o veículo alimentar fortificado, em comparação com a proporção da população que utiliza o alimento que é processado industrialmente ou em comparação com a proporção da população com acesso ao alimento em questão. A maioria dos países fortificou o seu sal, que está a ser consumido pela sua população, com exceção do Djibuti, Guiné-Bissau, Mauritânia e Somália, onde a cobertura é inferior a 20% (Figura 8.8).

Figura 8.8: Cobertura da fortificação salina por país



Fonte: Quarto análises de dados de RB

8.133. O índice de biofortificação mede o progresso que os Estados Membros estão a fazer em termos de aumento da biofortificação. Neste relatório, usámos o quarto ciclo de relatórios da RB para determinar o desempenho dos Estados Membros em termos de progresso na expansão da biofortificação. Os resultados do índice de biofortificação são apresentados na Figura 8.8 e mostram que 34% dos países tiveram pontuação zero, o que significa que não foram reportados dados ou não houve implementação de programas de biofortificação. Outros 66% dos países tiveram uma pontuação entre 1 e 60. Embora estes países tenham feito alguns progressos na expansão da biofortificação, estes não foram suficientes para atingir o objectivo exigido de 70.



African Union Headquarters

P.O. Box 3243, Roosevelt Street W21K19

Addis Ababa, Ethiopia

Tel: +251 11 551 77 00

Fax: +251 11 551 78 44

[WWW.AU.INT](http://www.au.int)